

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Viana: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episódios do Brasil.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Textos escolhidos).
- 8 — Oliveira Viana: Populações Meridionais do Brasil — 3.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 2.ª edição (ilustrada).
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Vol. ilustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem da História do Brasil.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regência à queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres ilustrações fóra do texto).
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaio de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 25 — Mario Marroquim: A lingua de Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 3.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Imperio — Ed. ilustrada.
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Angyone Costa: Introdução á Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recô do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada).
- 38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).
- 40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tomo — Espirito da Sociedade Colonial — 2.ª edição.
- 41 — José-Maria Belo: A intelligencia do Brasil.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 2.ª edição (com 3 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 44 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basilio de Magalhães: Expansão Geografica do Brasil Colonial.

- 46 — Renato Mendonça: A influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: Bandeiras e sertanistas baianos.
- 49 — Gustavo Barroso: Historia Militar do Brasil — Ed. ilustrada.
- 50 — Mario Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefacio de Pandiá Calogeras — 2.^a edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 3.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinamica.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Expilly: Mulheres e Costumes do Brasil — Tradução, prefacio e notas de Gastão Penalva.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folk-lore musical Brasileiro.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem á Provincia de Santa Catarina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.
- 60 — Emilio Rivasseau: A vida dos Indios Guaicurus — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Moraes: Na Planicie Amazonica — 4.^a edição.
- 64 — Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos — Decadencia patriarcal rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio (Subsidios para a historia de educação no Brasil) — 1823-1853 — 1.^o volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: Problemas de Governo — 2.^a edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Maia: Através da Historia Naval Brasileira.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: Conceito da Civilização Brasileira.
- 71 — F. C. Hoehne — Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: Machado de Assis — (Estudo Crítico-Bibliografico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — Estudos Historicos e Politicos — (Res Nostra...) — 2.^a edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulario Nheengatú (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo) — Lingua Tupi-guarani.
- 76 — Gustavo Barroso: Historia secreta do Brasil — 1.^a parte: "Do descobrimento á abdicção de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: A Gloriosa Sotaina do Primeiro Imperio — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: O Brasil Visto Pelos Ingleses.
- 83 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 2.^o Tomo — Espirito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Municipio — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: Cotegipe e seu Tempo — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: A' Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões 118/140 — São Paulo

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

2.º TOMO

ESPIRITO DA SOCIEDADE IMPERIAL

2095

LIVROS DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTORICA

1. PEDRA D'ARMAS (Contos). Monteiro Lobato & Cia. S. Paulo, 1923.
2. O TESOURO DE BELCHIOR (1.º Premio da Academia Brasileira. 1929). Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
3. ANCHIETA, O SANTO DO BRASIL. Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
4. O CRIME DE ANTONIO VIEIRA. Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
5. O REI CAVALEIRO. VIDA DE PEDRO I. Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
6. MALÊS (Nove'la). Pró Luce, Petropolis, 1933.
7. O MARQUEZ DE ABRANTES. Editora Guanabara Rio, 1933.
8. GOMES CARNEIRO, O GENERAL DA REPUBLICA. Editora Guanabara. Rio 1933.
9. O REI DO BRASIL, VIDA DE D. JOÃO VI, José Olympio editora. Rio, 1935.
10. VIDA E AMORES DE CASTRO ALVES, Impr. A Noite. Rio, 1936.

HISTORIA

11. A CONQUISTA. HISTORIA DAS BANDEIRAS BAHIANAS.
12. HISTORIA DA BAHIA. 2.ª ed. Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
13. HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL. Imprensa Nacional, 1927.
14. HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Comp. Editora Nacional, 3.ª ed. S. Paulo, 1935. Vol. XIV da Serie "Brasiliana". Traduzida para o hespanhol, por Julio E. Payro. Prologo de R. Levene. (Biblioteca de autores brasileiros, vol. 1.º, Buenos Aires, 1937).
15. SERMÕES PATRIOTICOS DE VIEIRA. Anotados.
16. HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA para a Escola Primaria. Vol. XXXII da Serie II. Livros Didaticos da B. P. B. da Cia. Editora Nacional. 2.a ed.
HISTORIA SOCIAL DO BRASIL:
17. I. Espirito da Sociedade Colonial (2.ª edição).
18. II. Espirito da Sociedade Imperial.

DIREITO

19. DIREITO DE PROPRIEDADE, Imprensa Nacional, 1933.
20. A REFORMA CONSTITUCIONAL DA BAHIA.
21. A FEDERAÇÃO E O BRASIL. RUMOS CONSTITUCIONAIS, Rio, 1933.
22. INTERVENÇÃO FEDERAL, Liv. Freitas Bastos. Rio, 1936.
23. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO, liv. Freitas Bastos, Rio 1937.

Série 5.^a

BRASILIANA

Vol. 83

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

2.^o TOMO

ESPIRITO DA SOCIEDADE IMPERIAL



1937

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

INDICE

| | |
|----------------------------|---|
| Palavras prévias | 0 |
|----------------------------|---|

PRIMEIRA PARTE

O IMPERIO

| | |
|---|----|
| I. O estado novo | 13 |
| II. Forças sentimentais do imperio | 18 |
| III. Situação e singularidade da monarquia na America — Desconfiança. A questão do sul. Sistemas. Rosas e Lopez. O equilibrio. Guerra do Paraguai | 25 |

SEGUNDA PARTE

OS TRES PERIODOS

| | |
|---|----|
| VI. D. Pedro I. As sociedades secretas. Dificil reinado | 51 |
| V. A Regencia. O principio conservador. Epilogo do "radicalismo". | 64 |
| VI. D. Pedro II. Retrato politico | 76 |

TERCEIRA PARTE

ENGENHOS, FAZENDAS E CIDADES

| | |
|--|-----|
| VII. A gente negra. Influencias da escravidão. Seleção | 91 |
| VIII. O Cativo e o trabalho. Escravo e liberto. Preconceitos de côr. Influencias da senzala. Trabalho manual. Os portugueses e o comércio. Jacobinismo | 100 |
| IX. Engenhos do norte. Paralelo. Fatores de estabilidade. Os senhores | 123 |
| X. A era do café. S. Paulo. Lavoura itinerante. A aristocracia do café | 142 |

| | | |
|-------|---|-----|
| XI. | Do servo para a maquina. Extinção do trafico. Independencia economica. O movimento anti-britanico. Politica de tarifas. Norte e sul. Colonização | 143 |
| XII. | Rotação economica. Migrações. Diamantes. Cacao. O fenomeno amazonico. O algodão | 136 |
| XIII. | A revolução da maquina. Usinas. Viação ferrea. Caminhos. O telegrafo. Transportes urbanos. Nóvos tipos. "Encilhamento". | 200 |
| XIV. | A transformação social. A velha tristeza. Festas de santos. Estilos. A paisagem. As ruas. Urbanismo. Teatro. Casas e jardins. A "vilegiatura". Libertação | 220 |
| XV. | A expressão Rio-Grandense | 253 |

QUARTA PARTE

A ORDEM MONARQUICA

| | | |
|--------|--|-----|
| XVI. | A ordem | 269 |
| XVII. | A monarquia democratica. Sintese. O parlamentarismo. O Moderador | 278 |
| XVIII. | Coroneis e barões. A guarda nacional. Os titulares | 285 |
| XIX. | O Municipio | 296 |
| XX. | Costumes eleitorais. Reformas. | 301 |
| XXI. | Instrução. Velha escola. Estudantes. O ensino secundario. Sintese intelectual | 310 |
| XXII. | A questão religiosa. O clero. A maçonaria. O caso dos bispos | 327 |
| XXIII. | O drama da abolição. A marcha do problema. Fase filantropica. Fase literaria. No parlamento. A lei aurea. A repercussão. | 340 |
| XXIV. | A queda do trono | 358 |
| XXV. | A republica | 368 |

PALAVRAS PRÉVIAS

Este livro continúa e — quanto ao seculo XIX — completa o que demos á estampa (Vol. XL da “Brasiliiana”) em 1935, com o titulo “Espírito da Sociedade Colonial”. Estendemos o mesmo metodo de apreciação sintética da evolução do Brasil — social, economica e politica — ao periodo imperial, estudando aqui, simultaneamente, as condições do trabalho nacional, a vida e a transformação das instituições, o character e as particularidades da larga fase monarchica. Não é uma história da civilização brasileira. E’ um novo ensaio destinado a tornar comprehensivel a sociologia da Pátria, através dos momentos decisivos daquela história. E’ uma série de paineis, o retrato do país, do povo, dos regimens e suas crises, esboçado com brevidade; o calculo das atividades creadoras, a avaliação dos fatores que, entre 1822 e 89, dêram nitidez, densidade, grandeza e equilibrio ao Império.

Por isso, tem a sua utilidade a nossa contribuição. Se não preenche lacunas, indica outros rumos, sugere e expõe interpretações, desdobra as fontes da verdade, ar-

ticula, com as narrativas padronizadas, os elementos complementares do fâto historico: assim o empreendemos no volume anterior (que fica sendo o 1.º desta "Historia Social do Brasil"), assim prossequimos agora, com o pensamento posto na mocidade, que nos pede sinceros documentos sobre as realidades do passado, e da Pátria, cujas tradições gloriosas procuramos entender.

Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1937.

P. C.

PRIMEIRA PARTE

O IMPERIO

I

O ESTADO NOVO

Em 1808 o Brasil deixou de ser colônia. Transformou-se — com a abertura dos portos — num país de apressada e aparente civilização européa, que devia em pouco tempo assimilar os costumes e as instituições, as idéas e os metodos de França e Inglaterra. Durante tres seculos Portugal fechára cuidadosamente a sua possessão americana ao commercio estrangeiro. Proíbira-lhe o acesso aos forasteiros, a divulgação de suas condições economicas, qualquer contacto com as outras nações. Guardára-a com um zelo implacavel. Foi com a transmigração da familia real que tudo mudou.

Dir-se-ia que se acabára Portugal. O principe regente D. João instalou no Rio de Janeiro a cõrte do seu “novo imperio”. Até 1810 pensou que não reveria a pátria, ocupada pelos francêses. Depois de expulsos os francêses, teimou em permanecer no Brasil que lhe dava um gasalhado pacifico e farto. Se

não fossem as agitações de 1820-21, D. João VI não regressaria mais a Lisbôa. Compellido a repatriar-se, deixára fundada a nacionalidade, que em 1822 completou, com a Independencia, a sua configuração politica.

A partir de 1808 a evolução brasileira se desdobrou suavemente logica. As guerras de Napoleão enviaram-nos a dinastia. A franquia dos portos resultou imediatamente desse deslocamento. Substituído provisoriamente Portugal pelo Brasil, ganhou este todos os serviços publicos necessarios á nova situação, de séde da realza. Depois, como era preciso impôr os interesses portuguezes na conferencia da paz, de 1815, elevou-o D. João á categoria de Reino-Unido. Voltando a Portugal, entregou-o á regencia do seu filho e herdeiro, D. Pedro. Sobrevindas as desavenças entre as Côrtes de Lisbôa e D. Pedro, preferiu este ser imperador na America a representar na Europa um papel secundário e duvidoso. Proclamou a Independencia, corôu-se como chefe soberano do novo Estado, e uniu a si as provincias brasileiras, como sucessor natural da metropole repudiada. A solução monarquica da Independencia consolidava, na antiga coesão, as regiões historicamente autonomas do país, dava-lhes uma ordem muito parecida com a anterior, obviava ás crises politicas que, nos outros climas do continente, tinham fracionado os vice-reinados espanhóes. Os materiais do Imperio eram alegoricamente nacionalistas. Na apparencia, não houvera uma revolução, mas uma de-

finição: “a via revolucionaria fôra quanto possível atenuada, e no decurso dela iludida ou sofismada algumas vezes”... (1). A opinião das elites acendêra o seu flamejante nativismo. Uma tempestade sentimental, de violento patriotismo, convulsionou o Brasil em 1822, numa explosão de coleras populares que assinalava a definitiva separação da Europa, fixava a consciencia nacional. Porém a mutação aproveitára o maximo de pessôas da administração do Brasil-Reino, mantivêra a continuidade governativa com o principe D. Pedro, creára o contraste, entre a transação lusofila do alto, e a trepidante lusofobia das ruas. Estabelecera-se um equilibrio precario e útil. A sua principal vantagem estava na integridade territorial do Imperio. Passado o primeiro periodo, de adaptação ao regimen imperial, que faria estremecer o Brasil sacudido pelas paixões locais despertadas, ao calôr das ideologias contrariadas, o habito da ordem concluiria a passagem, da atmosfera colonial para a mentalidade democratica que empolgára as populações urbanas.

Devéras, a sociedade não se modificára ainda. A reforma não se transmitiu, dos espiritos ás zonas de trabalho. Os campos não receberam as sobras da inquietação e idealismo das cidades. Os movimentos da periferia não se comunicaram aos centros da atividade

(1) Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Historia Americana*, p. 130, S. Paulo.

rural. O Brasil de 1824, imperialmente constituído, continuava a ser — com um liberalismo teórico e a emancipação política — o Brasil de 1808.

Era isso, em face dos povos vizinhos, uma superioridade. O nosso desenvolvimento fazia-se sem saltos, sem dramas cruéis, sem surpresas espantosas, porém poupando os melhores recursos do passado, numa cautelosa combinação, do “arbitrário”, de fóra, com a “realidade”, nossa. Não se imaginára extinguir a escravidão, base da economia agrícola. Não se alterára a legislação civil. Não se transtornára a velha hierarquia. Não se creára a instrução democratica. Não se confirmára a autonomia local. Não se tivéra do liberalismo livresco senão uma impressão exterior, quanto á forma de governo. D. Pedro I, á frente do Brasil, em 1824, não se distinguiu bem de D. João VI, em 1816 ou em 1818. Principalmente as forças motrizes da nacionalidade permaneciam intactas. Eram o engenho de açúcar, logo a fazenda de café, o pastoreio, o ruralismo, e o individualismo coloniais, mal corrigidos pela excitação intelectual dos núcleos populosos, exclusivos refletôres do pensamento importado com as manufaturas, o dinheiro inglês dos empréstimos publicos, e os adornos do trono.

A mais grave consequencia das lutas de 1822 foi de ordem moral. Os brasileiros venceram a guerra da Independencia com um nacionalismo delirante, cujos impulsos não se moderaram por todo o primeiro reinado, derramando-se, em torrentes de motins popula-

res, pelo decênio da Regencia, e pelo segundo reinado, até 1848.

Ergueu-se o Imperio sobre esse alicerce emocional. Amôr exaltado do país, repulsa ao forasteiro, valorização dos antecedentes indianistas, a contemplação dos belos ideais francêses, de 1789 (“os imortais principios”), entretanto intransigente defesa da estrutura social que nos legára a colonia.

II

FORÇAS SENTIMENTAIS DO IMPERIO

Vitoriosa a guerra da Independencia, a nota nacionalista resôou insolitamente em todo o país.

Agravára-lhe o timbre a circumstancia de ser português o proprio imperador, quasi portuguesa a côrte, a marinha, parte do exercito e do funcionalismo. Eram, para os brasileiros provincianos, que tinham tomado armas contra Portugal, o adversario mais ou menos rebuçado. Complicavam-se aí razões sentimentais e politicas. A longa e dura opressão dos antigos governos habituára a aversão ao poder de fóra, ao fisco e á força da metropole; e o idealismo francês, da moda, era exultantemente republicano.

O nacionalismo de 1822 pugnava a um tempo pela autarquia e pela reintegração do Brasil nas suas origens americanas. Combatia o estrangeiro, porque significava a odiosa situação removida, tres seculos de menoridade espiritual, de cativo economico. Mas o

repelia tambem, por um instinctivo egoismo que bolia com as tradições de isolamento, o ciume mosarabe, a desconfiança usual, dos velhos povoadores portuguezes.

As fases culminantes dessa revolução emotiva — o nacionalismo — foram 1822 e 1831; entretanto se prolongaria, literaria, numa ressonancia estetica de maravilhosos efeitos patrioticos, por todo o periodo de desenvolvimento da arte romantica. Na primeira epoca pedia-se ao genio nacional, ás inspirações profundamente brasileiras, um sistema compativel com o nosso descontentamento; em 1831, em nome desse programa, se pos fóra do Brasil a D. Pedro I.

O *indianismo* foi uma exterioridade pitoresca da paixão brasileira. Comum á America, no Brasil devia ser sobremodo artificial. Nem o indio fóra o maior fator da nossa formação, nem nos herdára um nitido patrimonio de influencias que opusessemos á civilização européa. Não tinhamos domesticado espêssas massas indigenas que suprissem a ausencia do povo, nessa sociedade de proprietarios e escravos. Entrára o homem branco dizimando os tapuios. E destruiu tambem os tupis, pela mestiçagem que refundiu, numa sub-raça, os primitivos elementos demogenicos do Brasil. A perda da "lingua geral", melhor do que outro fato, comprova o desaparecimento do indio na tradição brasileira. A sua conservação teria recortado, no mapa linguistico do país, uma larga região tupica, analogá á que se mantem no Paraguai. No principio do seculo XVIII, falava-se o idioma aborigene entre o baixo po-

vo de S. Paulo. No começo do século XIX não restava mais vestígio dessa linguagem popular, da mãe selvagem, do mamaluco bandeirante, do pioneiro do planalto. Fazendo-se passar por descendente do caboclo das matas, o patriota de 1822 jurava o seu voto de brasileirismo, ingênuo e romântico. Traduzia, num símbolo, a exaltada afeição pelo Brasil, encarnado no tuxaua de ondeante cocar, ha muito exterminado. Como D. Pedro I substituiu o arminho do manto imperial pela murça de papos de tucano, o patriota trocou o avô lusitano por um fictício antepassado tupinambá. Iniciou o repúdio às origens coloniais pelos sobrenomes. Suprimiram-se os apelidos, secularmente portugueses: em seu lugar, resplandeceram curiosos nomes indígenas. Cangussús, Gés, Baitingas, Patativas, Mussurungas... Na Baía, onde a campanha da libertação foi mais aparatosa e extensa, creou-se o cortêjo do “caboclo”, representando o Imperio a esmagar, com o pé triunfante, a serpe da tirania. Os jornais políticos adotaram invocações analogas. O dos Andradas, que abriu opposição a D. Pedro I, chamou-se “Tamoio”. Depois, o jornal restaurador, “Caramurú”. O imperador, na maçonaria, ficou com o pseudônimo de Guatimozin. Quando dela se separou, para contrariá-la com uma maçonaria conservadora, ou classica, mudou o apelido, para Romulo...

O alvará de 1785, sómente revogado em 1808, proíbira a industria nacional. Para mostrarem que agora ella existia, os patriotas vestiram — em vez das lãs

inglesas — roupas de algodão, e cobriram-se com chapéus de fibras do Brasil... “Dais o exemplo de patriotismo vestindo os panos patricios”, disséra, ao inaugurar o Conselho Geral da Provincia, o presidente de Minas Gerais, Inacio de Melo e Sousa, em 1831.

Algumas gazetas, como “O Republico”, em 1830, usaram uma grafia fonetica, que lhes gritasse o protesto contra a influencia portugüesa. Na organização legislativa dos cursos, os deputados tinham péjo de chamar “lingua portuguesa”, e diziam (o proprio José Clemente Pereira, depois muito atacado pelo seu lusitanismo), “lingua brasileira”. Em 1825, em Paris, o nosso ministro Pedra Branca colecionava os “brasileirismos” que definiam o dialéto portugüês do Brasil: preocupação de diferenças ou madurezas que seria depois alterada, sem sacrificio do proposito, noutro sentido. Demonstrar-se-ia que guardamos melhor do que a antiga mãe-patria as tradições da lingua! (2) “Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani!*” — proclamára o poeta Salomé Queiroga (3). Não se ia mais estudar a Coimbra: agora as universidades alemãs, as academias francêsas atraíam os nossos estudantes ricos. A literatura de França avassalava as inteligencias: porque punha de lado, varria a literatura

(2) Vd. João Ribeiro, *A Lingua Portuguesa*, p. 287, Rio 1933. E noutro sentido, Felipe Franco de Sá, *A Lingua Portuguesa*, 287, Maranhão, 1915.

(3) Silvio Romero, *Historia da Literatura Brasileira*, I, 568, Rio 1902.

do reino. Desenvolveu-se, paralelamente á guerra ao passado, a imitação irrestrita de Paris.

No periodo de 1808 a 22 importamos de lá as utilidades; no seguinte, encorporamos as doutrinas. As industrias estrangeiras inundaram de seus produtos o Brasil, comprando-lhe, em compensação, o café, o açúcar, o algodão. As escolas estrangeiras fizeram o resto.

Com o enriquecimento da classe agricola, o costume da viagem e dos estudos na Europa do Norte se generalizou, entre 1824 e 1860. A viagem realizava o prodigio de converter prontamente o homem tropical em tributario passivo da civilização exótica. Emerson queixou-se da mesma “superstição da Viagem”, que os americanos do seu tempo cultivaram. “Nesta terra, em que quasi tudo dá, importamos tudo...” (4).

Os viajantes estrangeiros, desde Mary Grant até o diplomata Itier, impressionaram-se com o vigor dos contrastes, de uma sociedade excessivamente adornada de cósas francêsas numa humilde moldura colonial. Teatro, modas, leitura, salões, conversação, para serem elegantes, deviam ser franceses. Alcide Itier, em 1844, foi recebido numa fazenda da Tijuca com a declamação do hino de Béranger, “Reine du monde” (5). Era a irradiação espiritual... “A rua do Ouvidor parecia

(4) Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, p. 206, S. Paulo 1929.

(5) Afonso d’E. Taunay, *Aspectos fluminenses de 1844*, art. do *Jornal do Comercio*, 22 de Novembro de 1931.

transplantada de França, tal o numero de belas lojas pertencentes aos franceses" (6), reparou o diplomata, confirmando, em 1844, a impressão de Vitor Jacquemont, em 1828. "Rue française d'un bout à l'autre", "toute la ville est dans cette rue", acrescentaria, vinte anos depois, o pintor Biard (7). Era a expansão civilizadora... Le Vayer, outro observador em transito, comparou a nossa rua do Ouvidor ás arterias francesas de S. Petersburgo (8). Parecia-lhe um vasto imperio rude e amorfo, que recebia das modistas e dos cabeleiros parisienses as precipitadas leis do bom gosto. Apenas aqui Pedro o Grande tardára de um seculo.

"O Brasil, maior assinante estrangeiro da "Revue des deux Mondes" no Imperio, leitura unica de certos estadistas" (9), associou essa predileção, pela idéa estrangeira, que ainda bem perto de nós surpreendia a ilustres viajantes (10), á atavicá repugnancia pelo trabalho estrangeiro. A difficil implantação de um sistema imigrantista, que substituísse o regimen servil, resultou, em boa parte, dos preconceitos ancestrais, de xenofobia

(6) Taunay, art. *Jornal do Comercio*, 15 de Novembro de 1931.

(7) F. Biard, *Deux années au Brésil*, p. 44, Paris 1862.

(8) Taunay, art. *Jornal do Comercio*, 27 de Dezembro de 1931.

(9) Afranio Peixoto, *Noções de Historia da Literatura Brasileira*, p. 246, Rio 1931.

(10) Guglielmo Ferrero, *Le Génie Latin et le Monde Moderne*, p. 140, Paris 1917.

colonial, cuja informe agressividade espicaçava, nas ruas, o delírio nacionalista.

Póde-se dizer, era uma atitude mística (prevenção contra o homem de outro crêdo), politica (lembrança do conquistador) e economica (ódio ao especulador), que tem a idade do nosso povo. A reacção mais forte contra francêses e holandêses na colonia, contra os portuguezes e os inglêses no Imperio, proviêra daquela incompatibilidade primitiva, do egoismo luso-brasileiro (á moda paulista ou pernambucana), defendendo-se do alienigena (“emboabas” e “marinheiros”). A continuidade dessa paixão projêta o “jacobinismo” (intolerancia xenofoba), sobre todo o seculo XIX, até bem perto de nós. Consumada a Independencia, resta o ato popular de desforra, o *mata-maroto*, que na Baía se repete, pitoresca e tragicamente, todo ano, e em Recife tem o aspecto de uma ameaça permanente, social, da patuléa contra o commercio retalhista. A revolta dos dous batalhões de mercenarios no Rio, em 1827 (11), provoca um movimento de turbulento nativismo, estimulado pela campanha parlamentar contra D. Pedro I e a sua politica lusofila.

Em consequencia disso, arrefeceu o interesse pela imigração, impopularizou-se a idéa da substituição do braço escravo pelo europeu (12), e a população se ar-

(11) Vd. Handelmamm, *Historia do Brasil*, edição do Instituto Historico, p. 884.

(12) Vd. Rev. R. Walsh, *Notices of Brazil — 1828 and 1829*, I, 157, Boston 1831.

mou de severas coleras contra os residentes estrangeiros. A “noite das garrafadas” (1831), o tumulto de Rio Pardo, a “Rusga”, em Mato Grosso (1834), a “Cabanagem”, no Pará (1836), são episodios sangrentos da mesma nevrose (13), peculiar aos motins da decada regencial, e que tanto se evidenciou na revolta da “Praia” (1848). Esta impressionou particularmente o governo portuguez, que mandou então repatriar numerosos subditos e fundar, com eles, a colonia africana de Mossamedes.

Naturalmente qualquer politica de colonização deveria aguardar o abrandamento das manifestações “jacobinas”, a convicção publica de que a abolição da escravatura não poderia dispensa-la (14).

(13) Vd. Comte de Suzaunet, *Nouvelles Annales de Voyages*, année 1847, III, 341.

(14) Miguel Calmon (Abrantes), *Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização*, p. 7, Baía 1835.

III

SITUAÇÃO E SINGULARIDADE DA MONARQUIA NA AMERICA

A diferença de regimens coincidiu inicialmente com a divergencia de principios.

O Imperio era ainda a Europa — contra as cousas americanas, ou a indole dos seus problemas. O trôno era a tradição, o direito divino, a presunção juridica em favor das antigas metropoles, enquanto as vizinhas republicas já se governavam ao sabôr dos proprios destinos. Não se entendia lá — e alhures — o sentido americanista que D. Pedro I procurára imprimir á sua politica. Considerava-se o imperador do Brasil uma exceção no sistema continental. O velho Montesquieu — que pontificava, na voz das primeiras gerações liberais — deixára dito: “L’esprit de la monarchie est la guerre et l’agrandissement”... (15). O presidente Monroe afirmára ao general Carlos Alvear, em 1824:

(15) Montesquieu, *De l’esprit des lois*, livr. IX, ch. II, p. 121.

“O governo do Brasil tem mui estreitas relações com os soberanos da Europa, e as que mantem com os novos Estados são de méra cortezia e solapadas”... (16) E deu a entender que os reinos europeus alimentavam a esperança de que as jóvens republicas aderissem afinal á forma monarquica. D. Pedro I confirmou, em 1830, a desconfiança de Monroe, que, cinco anos antes, se jactava de ter obstado a uma grande tentativa de recolonização da America do Sul, com a mensagem de 2 de Dezembro de 23, origem de sua doutrina — da não intervenção do velho mundo nos países desta banda do Atlantico...

Desconfianças

As republicas temiam ao Imperio, e este a elas. Tudo fizeram por destrui-lo, e o Imperio ás republicas.

Bolívar chegou a pensar em meter-se na luta entre as Provincias Unidas do Rio da Prata e o Brasil, visando a “la destruccion del império”: apenas a administração de Buenos Aires, cautelosa, se absteve de chama-lo (17), limitando-se a propôr-lhe aliança... (18).

(16) Carlos Ibarguren, *En la penumbra de la Historia Argentina*, p. 91, Buenos Aires 1932.

(17) Carta de Dorrego a Lavalleja, 15 de Julho de 1826, *Archivo del General Juan A. Lavalleja*, publ. por Angel H. Vidal, p. 164. Montevideo 1935.

(18) José Pacifico Otero, *Historia del libertador Don José de San Martín*, IV, 153 not., Buenos Aires 1932.

A “missão de Santo Amaro”, de 1830, foi a réplica de D. Pedro I, “o mais liberal dos príncipes” (19), frustra porém ousada, á coligação republicana contra a sua corôa, mais acêsa depois da insurreição uruguaia. A base das “aberturas” era o sentimento conservador de uma importante classe sul-americana, que se não conformava com o caudilhismo e a anarquia que, mascarados de experiencia democratica, ensanguentavam os países de recente independencia. As intrigas de Carlota Joaquina, em 1808, de D. João VI, em 1812, e do congresso de Tucuman, quatro anos depois, tinham vulgarizado, no rio da Prata, a idéa de uma solução monarchica para o seu problema politico (20). Belgrano declarou em crise a doutrina republicana e lembrou — maliciosamente — uma dinastia incásica, dos antigos senhores dos Andes. Em 1827, confessava San Martin as mesmas duvidas, ácerca do florescimento, na sua pátria, de um sincero regimen republicano... (21). D. Pedro I imaginou, mais praticamente, agradar a Europa e apaziguar a America, atraíndo a esta príncipes de sangue, que substituissem os chefes ocasionais e pactuassem com o Imperio uma aliança duradoura.

Bastaria essa negociação, confiada pelo ministro de estrangeiros Miguel Calmon (depois marquês de Abrantes), ao marquês de Santo Amaro, velho estadista do

(19) Prince de Metternich, *Mémoires*, IV, 291, Paris 1881.

(20) Iburguren, *op. cit.*, p. 44.

(21) Otero, *op. cit.*, IV, 158.

reinado de D. João VI (22), para que ficasse de manifesto a incompatibilidade ideologica entre as nações convizinhas. A questão do Uruguai alimentou-a durante as tres fases do franco intervencionismo imperial: a ocupação da Cisplatina, o auxilio dado a Montevideo contra Rosas, em 1850, e a demonstração militar de 1864.

A questão do sul

Expulso Artigas da Banda Oriental pelo exercito portugûes, a anexação dela ao Imperio, como Provincia Cisplatina, resultou do pronunciamento solene do cabildo de Montevideo, e dos metodos "pacificadores" do general Lecór. Isso repercutiu em Buenos Aires como um desmembramento do territorio nacional (23). Em 1815 o governo portenho (24) quisera a intervenção portuguesa, para livrar-se de Artigas, e a promovêra, chamando-lhe "sublime intriga": era, o gaúcho da planicie uruguaia, o inimigo natural da ordem politica e economica de Buenos Aires, o representante das populações rurais, o homem do campo, que levava, no tropel de

(22) Pedro Calmon, *O Marquez de Abrantes*, p. 133.

(23) Mensagem de Martin Rodriguez á junta de Buenos Aires, 26 de Junho de 1821, *Documentos para la Historia Argentina*, t. XIV, 25, Buenos Aires 1921, Facultad de Filosofia y Letras.

(24) Telmo Manacorda, *Fructuoso Rivera*, p. 42, Madrid 1933.

sua cavalaria, as ultimas consequencias da vitória do pampa sobre as idéas e a civilização do litoral... Mas, em 1825, ajudou decisivamente a Cisplatina a sacudir o jugo que lá se implantára com o beneplacito dele. Como a guerra não fosse de ordem a permitir a recomposição da unidade do antigo vice-reinado do Prata, o proprio governo de Buenos Aires alvitrou a paz, na base da independencia, mutuamente garantida, da Banda Oriental. Foi a paz que, sob a égide do ministro inglês Ponsonby, se fez em 1828.

Evidentemente, não havia ainda, nessa sequencia de fatos, a definição de uma politica exterior do Brasil. Liquidava-se uma herança colonial. Recebera de Portugal o império aquela provincia, unida á fronteira do Rio Grande do Sul, após o sucesso de suas armas, e considerára seu dever conserva-la. A prova de que os platinos acreditavam combater, em 1826 oñ 27, indistintamente a lusitanos e brasileiros, exatamente como Artigas aos soldados de Lecór, está na vasta documentação histórica argentina desse tempo: as forças imperiais são chamadas sempre de “portuguesas” (25). Para eles, a luta era um complemento do seculo anterior, de profundas e atavicas divergencias — castelhanos de um lado (para os de cá), portugueses do outro (para

(25) Carta de Alvear a Lavalleja, 8 de Fevereiro de 1827, *Archivo del General Lavalleja*, p. 238, *passim*.

os de lá). ...Los portugueses enemigos nuestros...”, era o tratamento que lhes dava em 1827! (26).

É interessante observar que, em 1844, Florencio Varela, emissario dos unitarios argentinos, encontrou em Londres uma frieza singular, dizendo-lhe lord Aberdeen que não convinha interferisse o Brasil, pelas vantagens que haveria de querer, em prejuizo da Inglaterra... (27). Em outras palavras, é o pensamento desconfiado e logico de Monroe, transmitido a Alvear: um Império absorvente... A história desmentiu o prognostico. Não auferiu o Brasil proveitos materiais da sua dupla intervenção nas contendas dalem-fronteira. Pacificou, e encolheu-se. Não impôs interesses economicos, que para lá não se dirigiam então, nem ane-xou territorios; não se pagou sequer das despesas das duas campanhas, senão pela tranquilidade que ajudou a estabelecer, ao longo dos seus limites. Exerceu realmente uma ação policiadora, acompanhando-se, no impulso violento, de um idealismo que a Europa de Robert Peel e Napoleão III não poderia compreender...

Sistemas

O não-intervencionismo foi um “sistema” da Regencia, que substituiu a D. Pedro I.

(26) *Archivo* cit., ps. 234 e 256; Otero, *Historia del Libertador*, IV, 156.

(27) Carlos Ibarguren, *Juan Manuel Rosas*, p. 336, Buenos Aires 1833, e Saldias, *La Evolución Argentina*.

No seu programa, o ministerio de 16 de Julho de 1831 prometia: "A nossa politica externa consistirá no mais religioso respeito aos Direitos das outras Nações: Diplomatas dignos do Brasil, representarão onde convier: a *não interferencia* com os negocios internos das outras Nações, e a paz com ambos os mundos é voto do actual Ministerio..." (28). No mesmo ano, apresentou na Assembléa o deputado Antonio Ferreira França um utopico projéto da federação de todos os paises da America...

A ordem interna, sempre ameaçada de uma geral convulsão, não permitia ao governo cuidar dos assuntos internacionais senão para entabolar relações economicas.

A questão mais grave da diplomacia do periodo regencial foi a do Vaticano, provocada pelo começo de cisma do regente padre Feijó, que, partidario do casamento dos sacerdotes, irritado com a recusa da Santa Sé em nomear os bispos de sua indicação, achou de tratar o pontifice como a Inglaterra tratára o sultão da Turquia... Esse dissidio era ainda um reflexo da desordem interna, a crise politica do Brasil, as forças conservadoras de um lado, apoiando-se á Igreja, á organização tradicional do Estado, e as revolucionarias orientando-se para a republica, o laicismo absoluto, a federação.

(28) *Revista do Instituto Historico*, vol. 139, p. 285 (1921),

Em face dos vizinhos do rio da Prata, a Regencia só mostrou cordura e tolerancia, mesmo depois da rebelião *farroupilha*, que abrira praticamente, em 1835, a fronteira meridional, á infiltração e á intervenção de todos os elementos estrangeiros que, com os insurrectos, quisessem colaborar contra a unidade do Império. Seria necessario o advento de D. Pedro II, para que a reacção voltasse a articular, no Rio de Janeiro, o mecanismo de uma politica exterior de espirito e feição imperiais: de “bloqueio” virtual pela aliança com as potencias europeas, de interferencia em assuntos de outros povos para tirar proveito de suas dissidencias, de observação de seus problemas locais, de amadurecimento dos planos de expurgo da zona fronteiriça, mediante cordões de segurança, segundo a velha experiencia portuguesa.

Não foi sistematica a politica exterior do Brasil no Rio da Prata: nem intervencionista, nem violenta. Acentuou-a, por vezes, a força; e, pela autoridade politica dos plenipotenciarios, os Honorio, os S. Vicente, os Paranhos, os Saraiva e Cotegipe, se caracterizou sempre pelo extraordinario interesse que lhe dedicava o nosso governo. Isso mesmo haveria de reparar, em 1872, Sarmiento, ao estabelecer um paralelo entre as personalidades diplomaticas que serviram ao Brasil no Prata, e as que representaram áquele tempo o Prata na

côrte imperial (29). Mas se parecia ser de "prestígio" a politica brasileira na America do Sul, longe estava de qualificar-se imperialista, sequer ameaçadora, nas relações com os países vizinhós. O conflito com o general Rosas, chefe da Confederação argentina, e a subsequente guerra que lhe fez o Imperio em aliança com os "colorados" uruguaiois e as provincias dissidentes de Entre-rios e Corrientes, corresponderam a um recurso extremo de que lançou ele mão, esgotados todos os paliativos de uma mediação prolixa e pacifica. O Brasil suspeitava dos projétois de Rosas, relativamente á consolidação do antigo vice-reinado de Buenos Aires, com a incorporação do Paraguai e da Banda Oriental, e uma possivel invasão do Rio Grande do Sul (30), cujos revolucionarios "farrapos" durante o decenio de sua campanha se abasteceram, alternativamente, com o commercio ou os auxilios de *riveristas* e *oribistas*, em luta nas cochilhas uruguaiois. D. Pedro II, entretanto, preferiu negociar a agredir: aceitou, por isso, pactuar com o ministro argentino no Rio de Janeiro, o general Tomaz Guido, companheiro de San Martin no exercito dos Andes e autorizado, pela sua larga influencia pessoal e brilhante carreira publica, para conciliar definitiva-

(29) *Instruções* de Sarmiento, confidentiaes, a D. Carlos Tejedor, ms. do arquivo deste, em mãos do historiador argentino Juan Beltran.

(30) Vd. Aquiles B. Oribe, *Brigadier general Don Manuel Oribe*, I, 183 not., Montevideo, 1913.

mente o governador de Buenos Aires e o Imperio, — um tratado de aliança, que respeitaria a independência do Uruguai e desarmaria as reciprocas desconfianças. Guido, embora sem ordem expressa de Rosas, a cujo “referendum” remeteria o tratado, o assinou em 24 de Março de 1843, e o Imperador o referendou em 27 do mesmo mês. Seria a oportunidade desejada, para uma paz efetiva entre as duas nações, com o devido respeito á integridade do Estado Oriental, entregue aos proprios destinos. Rosas, porem, assim não pensava. Deu como pretexto para recusar o tratado o não reconhecer ele a presidencia do general Don Manuel Oribe, sobre a Republica Oriental, apoiada ao exercito e á marinha da Confederação, que então assediavam e bloqueavam a praça de Montevideo, onde resistiam os riveristas e “colorados”. Alegou que, interessando tal “modus vivendi” ao Uruguai, tinha ele de ser ouvido, pelo seu órgão legitimo, Oribe... Era essa exigencia, alem de exorbitante e imprevista, de ordem a inverter a questão. Varios autores, que não compulsaram os arquivos diplomaticos, falam numa “imposição” do Imperio, repelida pelo general Rosas. Podemos responder-lhes com a verdade extraída dos papeis confidentiais do proprio general Tomaz Guido: não somente o tratado fôra por este reputado uma vitória de sua diplomacia, como a sua rejeição o magoou tão profundamente, que escreveu, ato continuo, a Don Felipe Aranda, ministro de Relações Exteriores de Buenos Aires: “A los 33 años de carrera, de experiencia y de

estudios he tenido el disgusto de ver desaprobado por mi Gobierno un acto de mi vida publica, en el que crei hacer un servicio no comun. Mi error llegaba al punto de quedar persuadido que echaba un punte al abismo abierto en la Banda Oriental por la traicion interior y la inquietud estrangera” (31). De fato, antes de tomar conhecimento do tratado, em 30 de Março, escrevera Aranda ao general Guido, mandando que suspendesse os entendimentos com o governo brasileiro... (32). As fracas razões dadas para a recusa do acôrdo motivaram energica nota do ministro Honorio Hermeto, em 2 de Maio, e, logo depois, a missão do visconde de Abrantes á Europa.

Rosas e Lopez

A viagem de Abrantes fundava-se no proposito de atrair para o caso platino a atenção conjunta da França e da Inglaterra, afim de que se não envolvesse só o Brasil numa luta que poderia despertar as prevenções atemorizadas das demais republicas do continente. Por

(31) *Carta* de Guido a Aranda, de 18 de Abril de 1843, arq. do general Guido, ano de 1843, ms. no Archivo General de la Nacion Argentina, Buenos Aires, onde o consultamos. (Inédito).

(32) *Carta* de Aranda a Guido, ms. no arquivo citado. (Inéd.). Reforma esta documentação a narrativa conhecida, v. g., Vicente G. Quesada, *Historia Diplomática Latino-Americana*, II, 162, Buenos Aires 1919.

esse tempo, o barão de Caxias concluía a pacificação do Rio Grande do Sul, apelando para o “perigo externo”, que exigia a união dos brasileiros sobre uma fronteira ameaçada. D. Pedro II empenhou-se pessoalmente no assunto (33). Pimenta Bueno (depois marquês de S. Vicente) foi ao Paraguai, como primeiro ministro acreditado junto a essa Republica, cuja independencia o Imperio acabava de solenemente reconhecer, apesar dos protestos de Rosas, e ali promoveu um entendimento entre o governo de Don Carlos Antonio Lopez e o da provincia de Corrientes, para que resistissem ambos ao de Buenos Aires. Fugia a politica imperial de provocar directamente o general Rosas. Mantinha uma perseverante abstenção no terreno militar. Antes, o governador portenho lhe invectivára a neutralidade: “aunque el gobierno del Brasil sea amigo de la Confederación Argentina, sostiene con severidad escrupulosa una neutralidad perfecta en la lucha contra Rivera, y que á esto es debido que nosotros seamos tan circunspectos en esta linea...” (34). Quisera que, a troco do reconhecimento de Oribe (ou da predominancia de Rosas em Montevideo), a cooperação de Buenos Aires para o esmagamento da revolução “farroupilha” indicasse o inicio de uma nova era da Ame-

(33) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 115, Paris 1898.

(34) *Carta de Aranda ao general Guido*, 13 de Janeiro de 1842, arq. cit. (Inéd.).

rica: "...Si oportunamente el Imperio hubiera identificado (como debio hacerlo) la pacificacion del Rio Grande con la de la Republica Oriental, hubieran sido simultaneos los esfuerzos de uno y otro Gobierno, calculados los movimientos de uno y otro ejercito, y preparados los elementos necessarios para que uno y otro triunfassem..." (35). Depois disto, são os riveristas que se queixam da indecisão do Imperio e o accusam de não ajudar a praça de Montevideo, cuja rendição se tornava, á falta de socorros externos, cada vez mais provavel. Até 1850 hesitou o Brasil em meter-se francamente no litigio platino, saindo á defesa de Montevideo contra Oribe, e ao encontro de Urquiza, governador de Entre-rios, contra Rosas. Indice dessa irresolução, que dá uma idéa exata dos escrupulos do imperador e dos seus ministros, temendo arrastar o país para o campo de uma conflagração de vastas proporções, foi a excelente situação que gozou no Rio, até aquella data, o general Tomaz Guido, amigo de muitos estadistas brasileiros e tendo até de alguns a certeza de que o Imperio jamais passaria da linguagem viva das notas diplomaticas para a demonstração imperiosa de suas armas. A inquietação dos fazendeiros do Rio Grande, desgostosos com os prejuizos que lhes infligiam, na Banda Oriental, onde tinham tambem as suas estancias, as tropas de Oribe, precipitou os acontecimentos. O barão de Jacuí invadiu o Uruguai com

(35) *Carta* de Aranda, 13 de Jan. de 1842, cit.

um trço de patricios. Exigiu Rosas uma cabal satisfção por esse incidente. O general Guido teve ordem para, em caso contrario, romper relaões com o governo imperial. Representava então a praça de Montevidéo no Rio de Janeiro Don Andres Lamas, que ativamente trabalhava para aliciar os auxilios do Brasil, em prol de sua causa. O ministro de Estrangeiros, o visconde de Olinda, inclinava-se para o lado de Guido, tanto por que se insurgia contra o intervencionismo brasileiro no Prata, como pelo especial apreço que lhe merecia o representante de Buenos Aires. Em 21 de Setembro de 1849, em carta ao general Guido, Olinda insistia por um tratado que apaziguasse de vez o Rio da Prata. (36). Dias depois, inesperadamente, o imperador concedeu a demissão ao visconde e nomeou, para substitui-lo, a Paulino José Soares de Sousa (37). Ao novo ministro não faltavam energia, habilidade, clarividencia, para encaminhar os fatos segundo os designios de D. Pedro II, e que se cifravam, no socorro e libertação de Montevidéo, e na aliança com as provincias argentinas que se insurgissem contra Rosas, afim de ser realizada a marcha, irresistivel, talvez sem derramamento de sangue, sobre Buenos Aires. Até Junho de 1850, perdurou a primitiva, aparente indecisão do governo im-

(36) *Carta* de Olinda a Guido, arq. deste, ano de 1849, inéd.

(37) *Carta* de Guido a Olinda, 9 de Outubro de 1849: «Apenas libre de una penosa sorpresa por la inesperada demision solicitada por V. E...» (Arq. de Guido, ms., inéd.).

perial. Em 20 de Junho recebeu Paulino, numa entrevista secreta, Don Andres Lamas, que expos as necessidades prementes dos defensores de Montevidéo, em armas, vestuario e dinheiro. Ao mesmo tempo, o negociante Irenêo Evangelista de Souza, confidente do ministro de Estrangeiros, oferecia a Lamas os seus serviços, como intermediario, ou principal fornecedor, de um emprestimo, em prestações mensais, destinado a reanimar a resistencia daquela praça. Em 6 de Setembro foram assinados na Secretaria de Estrangeiros os dous pactos: um deles arbitrava os subsidios mensais, que secretamente seriam pagos em Montevidéo por Irenêo Evangelista de Souza, substituindo o auxilio financeiro de França, que acabava de ser suspenso (38). Considerava Lamas, em carta escrita a Paulino, em 24 de Junho de 50: "Confio tanto en la conservación de Montevideo desde que realizen los contractos en que nos ocupamos, que nó trepido en poner en esa ciudad mi mujer y mis hijos, que és lo que más me liga á la tierra..." (39). A 2 de Outubro, retirou-se Guido do Rio de Janeiro (40). Logo em 29 de Maio de 51 se concluiu a aliança entre os governos do Brasil, de Montevidéo e de Entre-rios. Debalde invocou Rosas a interfe-

(38) Alberto de Faria, *Mauá*, p. 296, Rio 1926.

(39) *Carta* de Lamas a Paulino, minuta no arquivo de Lamas. Arquivo Nacional del Uruguay, Montevidéo, caixa 110, onde o consultamos. (Inéd.).

(40) Calogeras, *Politica Exterior do Imperio*, III, 576, S. Paulo 1933.

rencia inglesa, para obstar á coligação, que o cerrava num circulo de ferro (41). As tropas aliadas se jun-taram após a rendição do exercito de Oribe; na batalha dos Santos Lugares, em 3 de Fevereiro de 52, as forças de Rosas foram batidas, representando o Imperio, nas fileiras triunfantes, o conde de Porto Alegre e a sua divisão de 4 mil homens, e na mesma noite o governador de Buenos Aires se refugiava a bordo de uma fragata inglesa, que o transportou para a Inglaterra.

A pacificação da Banda Oriental não seria completa. O retraimento do Imperio, entretanto, após a vitória, obedeceu a uma norma de conduta que inspirava a Irenêo Evangelista de Souza, barão de Mauá, esta queixa: lamentava que “a attitude do Brasil não seja tão firme como é para desejar” (42). E motiva esta confidencia, de Paulino a Andres Lamas: “Poderia o Governo Imperial ligar exclusivamente a sua politica a um partido no Estado Oriental (o “colorado”) ainda que com ele muito simpatizasse?” (43). Os “blancos”, no poder, hostilizavam, conjuntamente com o partido adversario, o Imperio; os “colorados”, na opposição, por todos os meios buscavam o apoio do Imperio, á sua

(41) *Carta* de Manuel Herrera y Obes ao general Garzon, 28 de Agosto de 1851, in artigo de Don Eugenio Garzón, *La Mañana*, Montevideo, 4 Noviembre 1836.

(42) *Carta* de Mauá a Andres Lamas, 5 de Abril de 1852, arq. Lamas, caixa 111, Arch. Nac. del Uruguay (inédit.).

(43) *Carta* de Paulino a Lamas, 1853, arq. cit.

causa... Fermentavam as intrigas, os atentados fronteiriços mantinham, latente, os odios tradicionais, e os fazendeiros brasileiros pediam de continuo a proteção do seu governo, para as propriedades invadidas, ou ameaçadas... Um trecho de carta, de Paulino a Lamas, de 29 de Janeiro de 1851, traduzia a persistencia, o equivoco das desconfianças, que enredavam a ação do Brasil no Prata: "Rosas diz que o governo do Brasil mandou o barão de Jacuí invadir o Estado Oriental; V. Ex. desconfia que o mesmo Governo obre de intelligencia com Rivera. Se assim fosse, obraria elle, em ambos os casos, desleal e estupidamente" (44). Mas os acontecimentos tinham a sua logica inevitavel. Se, de um lado, a amizade com os homens publicos da Republica Argentina cimentára, na fidelidade aos mesmos principios de civilização e de ordem, uma aliança natural entre ambas as pátrias, depois da quéda de Rosas, do outro lado as ligações que o Imperio conservou com a politica uruguaia o comprometeram, até á demonstração de força de 1864, estopim que fez explodir o extenso conflito do Paraguai.

A guerra poderia ser evitada, e o Imperio, que galhardamente a enfrentou, de fato não se preparara para ela, nem a previra, nas suas terriveis realidades. O mal-estar reinante, em consequencia da intranquillidade dos fazendeiros gaúchos, da adesão dada por numerosos brasileiros á invasão do chefe "colorado",

(44) Arq. Lamas, caixa 110, Arch. Nac. del Uruguay (idéd.).

general Venancio Flores, em 1863, e sobretudo da atitude do presidente Berro, enviando instruções ao general Medina para, em represalia, perseguir os auxiliares de Flores no territorio do Rio Grande do Sul (45) — determinou a viagem mediadôra do conselheiro José Antonio Saraiva, incumbido de obter em Montevideo amplas satisfações e a solução das questões pendentes, e, ao mesmo passo, a convergencia, em aguas orientais, de uma esquadra imperial, enquanto um corpo de exercito tomava posição na fronteira. O “ultimatum” de Saraiva, para que em tres dias satisfizesse o governo uruguaio as reclamações do Imperio, foi repellido. O fracasso da “missão” Saraiva assinalou o começo das hostilidades punitivas. Mas o governo uruguaio estava em entendimentos com o do Paraguai, e dele alcançara a promessa de que uma invasão da Banda Oriental seria, para a Republica mediterranea, “casus belli”. Amargava a politica paraguaia o duplo litigio, de limites com o Imperio e ácerca da liberdade da navegação fluvial, no Paraná e no Paraguai, restringida pelos regulamentos policiaes, extremamente severos, do governo de Assunção, o que constituia um permanente vexame para os barcos brasileiros que demandavam Mato Grosso. O marechal Francisco Solano Lopez cumpriu a palavra dada aos plenipotenciarios uruguaioes Sagastune e Carreras; apenas se retardou no golpe, que, tardio e

(45) Eduardo Acevedo, *Anales Históricos del Uruguay*, III, 107, Montevideo 1933.

desproporcionado, o colocou, em posição isolada, em face do Brasil.

A retenção, em aguas paraguaias, do vapor “Marquês de Olinda”, e, logo depois, a invasão de Mato Grosso, com a conquista do forte de Coimbra, supriram a declaração de guerra. Esta tornou-se preliminarmente defensiva, para o Imperio; em seguida, pactuada a triplice aliança, com a Argentina e o Uruguai (presidido pelo general Venancio Flores), guerra ofensiva, levada, durante cinco anos, ao interior do Paraguai, até o completo aniquilamento dos heroicos exercitos de Lopez.

O Paraguai fôra no principio o “terceiro” fator do equilibrio continental.

Reconhecera-lhe o Brasil a independencia, assegurara-a vivamente, auxiliara-lhe a organização do exercito com seus instrutores, déra-lhe demonstrações repetidas de uma cordialidade que participava de um *sistema*. Equilibrio, aqui, pôde ser sinonimo de independencia, como do outro diria Thiers: “L’equilibre européen c’est l’indépendance de l’Europe...” (46). O Uruguai, o Paraguai, conservando a sua soberania, impediriam desdobramentos de fronteiras, alterações do mapa politico... Pelo seu original regimen, de isolamento, alem de despotico, efetivamente hereditario, o Paraguai escapára á influencia dos “libertadores” da America

(46) *Discours parlementaires de M. Thiers*, publiés par M. Calmon, X, 621, Paris 1881.

do Sul, na éra da Independencia. O Doutor Francia instalara em Assunção um governo duramente patriarcal, implacavelmente cerrado, teoricamente liberal, coberto por uma bandeira tricolôr em homenagem á França revolucionaria, mas de isolamento chinês. Vencera Belgrano, obstando á comunicação com a Argentina. Bolivar imaginou uma vez — em ligação com o governo de Buenos Aires — expulsar dali o sombrio ditador e dar liberdade ao sabio Aimé Bonpland, que ele mantinha em custodia...

O equilibrio

Vertebrada por esta coerencia — o “equilibrio” sul-americano — por certo o Imperio delineára o seu sistema, na diplomacia continental. Podia ser resumido numa formula: obstar á reunião das provincias que outrora constituíam o vice-reinado do Rio da Prata, e manter relações economicas e politicas amistosas com o Uruguai e o Paraguai, aproximando-se da Argentina, e consolidando de vez o seu entendimento com a grande Republica vizinha, depois que a quéda de Rosas destruiu o principal obstaculo á conciliação. Como a Inglaterra, fiadora do tratado de 1828 e a ele sempre fiel, o Brasil jamais transigiu — durante as copiosas intrigas diplomaticas entre 1830 e 1850 — com a sua firme attitude defensiva da soberania do Uruguai. Recusou em 1843 os oferecimentos de Rosas, para que

a abandonasse, em troca da aliança portenha contra os revolucionarios “farroupilhas”. Acumulou contra Rosas sucessivas ameaças — a “missão” do visconde de Abrantes, o reconhecimento da independencia do Paraguai, o tratado negociado em Assunção por Pimenta Bueno, o seu interesse pela aliança do Paraguai com a provincia de Corrientes, contra Buenos Aires, por fim a liga com os “colorados” da Banda Oriental e o general Urquiza, em 1851 — para livrar Montevideo do assedio de Oribe e afastar definitivamente o máximo adversario da independencia de pequenina Republica (47). O grande erro de Rosas — disse Calogeras — foi não ter compreendido a orientação do Brasil (48). O maior acerto de D. Bartolomé Mitre — do qual inestimaveis beneficios resultaram para a prosperidade da America — foi ter entendido o espirito brasileiro (49).

Somente em 1844, e graças aos esforços do Brasil, a independencia paraguaia fôra reconhecida. Formava, essa republica, construida com o material politico das missões jesuiticas, educada no desconfiado retraimento e na aspereza das suas selvas, um valor novo e estranho, nos destinos da America. A guerra de cinco anos,

(47) Pelhan Horton Box, *Las Origenes de la Guerra del Paraguay*, p. 23, trad. de Pablo Ynsfran, Assunção 1936.

(48) J. P. Calogeras, *A Política Exterior do Imperio*, III, 575, S. Paulo 1933.

(49) Vd. Joaquim V. Gonzalez, *Mitre*, p. 91, Buenos Aires 1931.

que sustentou com o Imperio, aniquilou todas as suas forças, já poderosas, e os belos frutos de uma civilização nascente e ostentosa. Custou ao Brasil cerca de 50 mil vidas e 600 mil contos em ouro!

Guerra do Paraguay

Essa longa e terrível campanha, entretanto, não acresceu o nosso territorio, nem se traduziu em qualquer veleidade expansionista: ganha a guerra, o exercito aliado voltou aos quartéis. A reorganização paraguaia foi ainda, durante algum tempo, cuidadosamente auxiliada pelos agentes do Imperio: depois, naturalmente, retomou o país, talado em todos os sentidos pelos rigôres da luta, a sua integral soberania. O mais importante é que nenhuma das guerras exteriores em que se envolveu o Imperio logrou crear a casta militar, a influencia militar, o espirito militar, que de ordinario vicejam com a vitória das armas e frutificam em outras empresas de fôrça. Longe de dar ao militarismo um impulso, que significasse a aliança intima da corôa (preconizada pelos seus adversarios) com as classes armadas, o imperador só pensou em aliviar o tesouro diminuindo-lhes os quadros, desengajando os voluntarios, dificultando as promoções, condenando a uma enervante inercia os ativos officiaes que tinham, por atos de bravura, aprendido no Paraguai a escalar postos e abrir carreira. "... Insuficientemente entretidos pela

sua profissão, os oficiais se lançaram á arena politica, cujo acesso nenhum regulamento lhes interdizia” (50). Encerrada a marcha, no rumo da fronteira, se iniciou o deslocamento, para a Republica. As campanhas não pudéram cristalizar uma classe de espada, que dêsse ás instituições uma orientação estranha á sua indole civil; a filosofia positivista, o descontentamento da tropa num ambiente que lhe era gradualmente desfavoravel, as incursões da politica partidaria pela caserna onde aliciava as patentes de maior prestigio, e a ação dos núcleos abolicionistas e republicanos com a sua propagandã tenaz e persuasiva -- abriram afinal as portas dos quartéis ao “revolucionismo”, que pos abaixo a monarquia.

A primeira palavra, talvez, que advertiu ácerca da nova época, que assim se anunciava, proferiu-a, após o banquete que lhe foi oferecido na côrte, ao regressar da guerra, o brigadeiro Dr. Francisco Pinheiro Guimarães. Agradeceu-o, “como representante da geração nova que, em cinco anos de luta e sacrificios de sangue, adquiriu o direito de falar em patriotismo, saudando o dia proximo em que, trazida pela mão da prudencia, a liberdade surja eterna para todas as raças na Terra do Cruzeiro” (51).

(50) Prince Louis d'Orléans-Bragança, *Sous la croix du sud*, p. 14, Paris 1912.

(51) Pinheiro Guimarães, *Um Voluntario da Patria*, p. 350, Rio 1936.

SEGUNDA PARTE

OS TRES
PERÍODOS

IV

D. PEDRO I

Quando se coroou imperador, em 1 de Dezembro de 1822, tinha D. Pedro I vinte e quatro anos de idade.

Não fôra educado para reinar. Déra-se-lhe, ao contrario, a par de uma instrução sumaria e imperfeita, o ambiente propicio ao desenvolvimento do seu espirito caprichoso, inconsequente, apaixonado, em cujos desatinos se misturavam as influencias ancestrais, de um lado a herança da mãe epileptica, do outro as taras dos príncipes misticos e nevroticos de sua linha paterna (52). Daí a incoerencia que lhe quebrou de continuo a norma de governo, os tumultos de sua ação publica, as

(52) Pedro Calmon, *O Rei do Brasil*, Rio 1935, e *O Rei Cavaleiro*, S. Paulo 1933: aí a bibliografia concernente a este capitulo.

intermitencias, de estoico heroísmo e violências inúteis, que assinalaram de crises constantes os nove anos do seu reinado.

Subiu ao trono porque se desligou de Portugal, aceitando fundar, com o apoio da maçonaria e da elite brasileira, representada pelas Camaras municipais da côrte, de S. Paulo, de Minas Gerais e do norte, o Imperio independente. Singularizou-se então, entre todos os principes, pelo entusiasmo com que aderiu á causa da Constituição — contra os governos absolutos — e pelo desafio que assim atirou á politica tradicionalista da Santa Aliança. Cindiu o proprio patrimonio, renunciando á sucessão luso-brasileira, para ser apenas imperador do novo Estado. Foi pelos monarcas europeus acusado de jacobino, de carbonario, de traidor da santa causa das monarquias. Imitou Napoleão, fazendo-se imperador plebiscitario (“pela graça de Deus e unanime aclamação dos póvos”), cercando a coroação da pompa e dos simbolos que lembravam a investidura do grande capitão...

Mas não durou muito, essa tolerancia em relação ás idéas do seculo.

Homem forte, orgulhoso de sua vocação militar, desabrido e altivo, não suportava tutelas, embora imbuido da literatura liberal francesa, que o sugestionára nos dias febricitantes da Independencia. Hostilizado

surdamente pela maçonaria, que, não podendo proclamar a republica, procurára cercear-lhe o governo pessoal, dissolveu-a, fechando as “lojas”, prendendo e expatriando os aliados da vespera. Combatido em altas vozes pela Constituinte, que se ocupara antes em decretar leis opostas ao imperador do que em concluir a elaboração da carta do Imperio, perdeu a paciencia, e mandou a tropa cercar e fechar a assembléa. Foi além: deportou alguns deputados. Na mesma ocasião nomeou um conselho de Estado, composto de proectos personagens, e incumbiu-o de fazer a Constituição, segundo os modernos principios. Outorgou generosamente essa Constituição em 25 de Março de 1824, cumprindo a promessa de dá-la “duplicadamente liberal”. Nada mais precisava cometer, entretanto, para passar aos olhos de todos os liberais, dos “afrancesados”, dos republicanos do Brasil, como um portugûês reaccionario, disfarçado em soberano representativo, que viera cimentar a tirania do passado, embrulhando-a em roupagem nova. Em Pernambuco estourou a revolta: promoveu-a, com a maçonaria, a ala partidaria que, em 1817, proclamara a malograda republica, destruida por exercito e marinha de D. João VI. Na repressão, D. Pedro I foi terrivel: dominou pela força, puniu ferozmente, com a justiça marcial, os revoltosos, e graças a essa vitória sangrenta pacificou o norte do país. Não podia evitar, porem, que a opposição á corôa, promovida no recesso das

sociedades secretas pelos idealistas de 1822 dispersos, castigados, afrontados ou ocultos, ganhou gradualmente os centros de opinião (53).

• As sociedades secretas

O processo das transformações políticas, até 1840, não pôde ser entendido como uma resultante de ativas forças de opinião.

A transição, da colonia para o Imperio, coincidia com a profunda, universal modificação das influencias que dirigiam a sociedade.

Agonizava o sistema historico das monarquias. O governo absoluto, dominado arbitrariamente pela vontade de um ministro poderoso atrás do qual se dissimulava a figura mistica e vaga do rei indulgente, por toda parte desabára: o *constitucionalismo* varrera aquilo, embora não se definisse exatamente, ou antes, harmonicamente, o que fosse a nova ordem de cousas.

Apropriaram-se desse “segredo”, desse “espírito”, dessa “religião politica”, os iniciados nos exemplos norte-americano, inglês, francês. Formavam no Bra-

(53) Vd. officio do representante do Imperio no Prata, a José Bonifacio, 13 de Setembro de 1822: «Para V. Ex. só. O grande Oriente Carbonario da Bahia trabalha com os clubs do Rio e de Montevideo e a grande loja de Buenos Aires para levantar o Brasil contra o sistema actual». (*Archivo Historico da Independencia*, V, 266, Rio 1922).

sil minoria tão reduzida, que não passavam de duzia e meia em cada provincia, ao abrir-se a crise do regresso de D. João VI, da regencia do principe D. Pedro. Somente eles sabiam o que significava uma eleição de deputados á Constituinte, a organização de um ministerio dependente do poder legislativo, o imperio representativo, com a justiça inviolavel, o povo respeitado, como origem da soberania, fonte de todo direito... Como puderam, assim dispersos e em pequeno numero, semear tão vasta terra inculta? A associação secreta presidiu á grande metamorfose. A maçonaria teve a maior parte das responsabilidades naqueles acontecimentos. Foi o sigilio maçonico a alma da revolução, desde 1789 (54); nos misterios de sua catequese está a razão da coerencia, da harmonia, da logica, da facilidade com que se deslocou o Brasil, sem comoções anarquicas, sem experiencias temerarias, pela persuasão de uma elite illustre, do *obscurantismo*, até a civilização liberal, através das vicissitudes do reinado de D. João VI, das lutas da emancipação, do reinado de D. Pedro I e da regencia.

De começo, a sociedade secreta defendera os “espiritos fortes” (e assim foi em França, na Alemanha,

(54) Sobre o «espirito maçonico», mais historico do que propriamente a ação maçonica, Gaston Martin, *La Franc-Maçonnerie et la préparation de la Révolution*, préface de Ph. Sagnac, p. XIV, Paris 1926. Sobre a situação do problema, Daniel Mornet, *Les Origines intellectuelles de la Révolution Française*, p. 364, Paris 1934.

na Italia) da intolerancia colonial. Tinha uma dupla ligação exterior: com a Inglaterra, que filtrava as correntes gerais de pensamento renovador, interessada sobretudo na insurreição das colonias latino-americanas; e com Portugal, onde, paralelamente, se desenvolvia a mesma propaganda *regeneradora*. A fórmula primitiva e grosseira, entretanto a mais popular, que assumiu inicialmente a sociedade secreta, foi a atitude nativista, anunciando a independencia próxima, de todo o Brasil, ou de uma parte dele, Minas Gerais dos inconfidentes, Pernambuco dos republicanos de Recife, Baía dos conspiradores de 1798... Revestiu-se depois da característica social, libertaria, de opposição ás restrições do commercio, de implantação de um governo eletivo, popular... Os conjurados da Baía, por exemplo, em 1798, tinham por divisa a da cidade de Paris, "Fluctuat nec mergitur"... (55). Mrs. Graham teve a impressão de que a junta de Goiana, em 1821, era como de carbonarios, italianos. A isso chamára, em 1809, o conde de Linhares, "partido francês", na Baía ameaçador e disseminado, nucleo das "lojas maçonicas" (56), que, em 1817, conseguiu Felisberto Caldeira ali se desinteressassem do levante de Pernambuco, dando-lhes,

(55) *Revista do Arquivo Publico da Baía*, III, 70, not.

(56) Vd., v. g., Lindley, cf. Afonso Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 52, Baía 1928.

em troca, a segurança de que não seriam perseguidas (57)...

Por toda a parte, em Portugal, nas ilhas, no Brasil, entre 1800 e 1820 as "lojas" maçônicas fomentaram o disturbio latente, o mutuo auxilio dos conspiradores liberais, a coligação dos que faziam um dia a revolução contra a realza historica. Em 1793, na Madeira, um marinheiro francês safara-se graças á ajuda maçônica (58), em condições analogas, certamente, ás da fuga de Hipolito da Costa, em 1801... A conspiração de Gomes Freire, em 1817, e a triunfante revolução do Porto, em 1820, originaram-se dos conluios maçonicos, transportados tambem para o Brasil pelos estudantes de Coimbra, ao regressarem formados, constituindo o

(57) Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, p. 19, Rio 1896. Os «clubs» maçonicos tiveram antes um feitiço academico, de instituições de cultura, assim em Pernambuco (Rev. do Inst. Hist., vol. 75, parte I, p. 455, «Fastos Pernambucanos»), em Coimbra (Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Hist. Contemporanea*, p. 47, Coimbra 1868)... A sua grande influencia estava em serem a unica fórmula de organização leiga, Daniel Mornet, *Les Origines*, cit., p. 386.

(58) G. Huard, *Essai sur l'histoire de la franc-maçonnerie*, p. 14, Paris 1930. Sobre a maçonaria na Madeira, já em 1792, *Archivo de Mar. e Ultr.*, vol. I, parte II, p. 87 (*An. da Bibl. Nac.*); em Portugal, Antonio Sardinha, *Ao ritmo da ampulheta*, p. 51, Lisboa 1925.

grupo dos futuros estadistas (59). Desenvolveu-se o movimento da Independencia, desde a adesão do Brasil ao sistema constitucional até a aclamação do Imperador, desde as manifestações politicas até a guerra aos portugueses (60), orientado ou favorecido pelas “lojas”, que tudo dirigiam. Só não puderam dirigir o trérego D. Pedro I. Emancipou-se do jugo que lhe destinavam rompendo com o Grande Oriente do Rio de Janeiro, ao qual José Bonifacio — o ministro da Independencia — acusára de jacobino, de “carbonario”, de intrigante internacional. Pessoalmente, o imperador, grão mestre da maçonaria em luta com ela, fechou a séde da associação: e prendeu, e expatriou os chefes. Opos á habilitade e á subtiliza dos secretos politicos a violencia rude. E teria de perder a partida.

Difícil reinado

O imperador não era homem para desarmar as iras com uma politica placida, nem tinha idade e experiencia para substituir o temor, com o qual se governa precariamente, pela confiança, que lhe consolidaria o trono.

(59) Manoel Querino, *A Baía de outr’ora*, p. 270, Baía 1916. Tipo do Académico idealista, metido com ritos maçonicos, creando sociedades secretas, foi Garrett, vd. José Osorio de Oliveira, *O Romance de Garrett*, p. 35, Porto 1935.

(60) Manuel Joaquim de Macedo, *Exposição Historica da Maçonaria no Brasil*, p. 46, Rio 1857.

As lutas da Independencia fizeram-no popular, idolo das forças patrioticas. Grande papel representára então. Na Baía, no Maranhão, na Cisplatina, representára o Brasil unido, a segurança de que a transformação politica não o fragmentaria em varios países, como sucedera á America espanhola, a esperança de uma continuidade, social, economica, que conciliaria com as novas instituições o trabalho, a familia colonial... A guerra, porém, despertára, aguçára o jacobinismo intolérante, anti-lusitano, raivoso, que principiava por agredir os negociantes portuguezes, e terminaria alvejando o imperador, por que não nascera no Brasil... D. Pedro indispusera-se com a austera sociedade do Rio de Janeiro, em virtude de sua escandalosa ligação com a marquesa de Santos. A morte da virtuosa imperatriz D. Leopoldina, em 1826, fôra em parte attribuida aos desgostos provocados pelo esposo. Em viagem á Baía, em 1824, lográra ele apaziguar os animos. Logo, todavia, rebentou na Cisplatina a insurreição nativista, dos Trinta e Tres, ajudada pelo governo de Buenos Aires, do que resultou a guerra com as Provincias Unidas. Seguiu-se-lhe a separação da Cisplatina, como Estado Oriental do Uruguai. Agravára a impopularidade do imperador, aumentára o mal-estar reinante, provocára, contra ele, a coligação das mesmas forças secretas, internacionalmente combinadas, que em 1817 e em 1824 tentaram derruir a monarquia no Brasil. A abertura das Camaras, em 1826, coincidira com a articulação desses factores de rebeldia,

que encontraram na tribuna parlamentar um cenário propício, alta resonância. O imperador capitulou então: fez em 20 de Novembro de 1827, o seu primeiro ministério parlamentar. Teve de empregar toda a sua influencia para evitar o processo criminal de dous ministros, acusados pelas violencias militares perpetradas no norte. Passou a transigir, moderando a sua vida domestica, corrigida afinal com o segundo casamento, com a bela princesa D. Amelia de Leuchtenberg, e cedendo diante das manifestações da assembléa. Em 1830, a maçonaria mobilizára os antigos quadros. Minas Gerais e S. Paulo tornaram-se poderosos redutos eleitorais, contra o governo. A imprensa liberal exaltava-se, em diatribes tremendas. Hesitava o imperador, sem definir a sua posição, entre um caso de consciencia e a tempestade politica. O caso de consciencia era o conflito de Portugal.

Com a morte de D. João VI, em 1826, herdára ele a corôa, para prontamente a abdicar em favor da filha mais velha, D. Maria da Gloria. Mas os absolutistas portuguezes, chefiados pela rainha-viuva Carlota Joaquina, os partidarios da monarchia á antiga, com o grosso do clero, da nobreza, do exercito, preferiram que o trono coubesse ao infante D. Miguel, segundo filho do rei defunto, desterrado em 1824 porque dirigira um motim anti-liberal, considerado pelos seus adeptos legitimo restaurador do antigo Estado. D. Miguel, de regresso ao reino, aceitou a imposição, e fez-se rei. Batidos na metropole, os liberaes refugiaram-se na ilha

Terceira. A guerra civil desdobrava-se, desigual, aparentemente perdida para D. Maria II. Nessa contenda, D. Pedro, que tomara decididamente a defesa da filha, devia primeiro livrar-se da desconfiança dos brasileiros, que não queriam o Imperio envolvido numa questão européa, e em seguida atender aos desesperados apelos que lhe dirigiam os correligionarios dalem-mar. Capacitou-se de que melhor os atenderia abandonando o Brasil. Deixou que os acontecimentos se precipitassem aqui, como a lhe exigirem a renuncia (61). Em Março de 1831 empreendeu importuna viagem a Minas, por toda parte recebido com frieza, sentindo a animadversão, os desagravos, a latente hostilidade. De volta, no Rio ocorreu — na noite das “garrafadas” — um conflito extenso, a dividir a população, entre portuguezes, que aplaudiam, e brasileiros, que injuriavam o imperador. A guarnição militar tambem se contagiara desses sentimentos e dessa divisão. Em 5 de Abril, exonerou ele o ministerio, dado como fraco e irresoluto, e acintosamente nomeou os “marqueses”, cortezãos de sua amizade, antipaticos, por isso, ao povo envenenado pelos boatos, ácerca do “gabinete secreto”, da politica pessoal do rei... Formou-se, numa atmosfera de indignação, o amotinamento. A’s demonstrações populares se seguiu o *pronunciamento* da tropa. Ela saiu, com disposições pacificas, mas ameaçadoramente, para

(61) E’ a aceitavel versão de Menezes de Drummond, memorias, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIII.

o campo de Sant'Ana, comandada pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Intimou o imperador a voltar atrás, e reconduzir o ministerio demitido. Longe de aceitar qualquer solução componedora, D. Pedro tomou a attitude militar como a sua propria despedida, e abdicou a corôa, em proveito de seu filho de cinco anos de idade, D. Pedro II.

Amanhecia 7 de Abril de 1831. Embarcou, com a imperatriz e alguns serviçais, numa fragata inglesa, que o levou para a Europa. Deixou os filhos, o imperador-menino, as princessas D. Januaria, D. Francisca e D. Paula, confiados a um tutor, José Bonifacio, e á nação brasileira. Foi assumir mais tarde, na ilha Terceira, o comando do exercito liberal, e conduzi-lo ao triumpho, resgatando, com a epopéa da conquista de Portugal, os erros de uma juventude inquiéta e contraditória. Acabou como um dos maiores homens do seculo, aos 36 anos, fundador de duas monarquias, doador de duas Constituições, transformador herculeo de duas sociedades — aqui e lá engrandecido pelos principios que impos, na America, a unidade do Imperio, o liberalismo na Europa...

O seu reinado foi uma transição providencial.

Se, em 1822, tivessemos um governo de fundo eléctivo e democratico, como o da Regencia, que se seguiu á abdicção, facilmente o Brasil se desmembraria, prêsa das mesmas explosões de anarquia social,

de caudilhismo enraizado nas forças coloniais (62), do “coronelismo” e do “municipalismo”, que, muito mais atenuadas, já impotentes nas manifestações dispersivas, abalaram o decenio de 30 a 40.

O reinado de D. Pedro I foi a indispensavel escola de disciplina e organização, que armou o país para as grandes provações do periodo subsequente.

O maior serviço por ele prestado á unidade pátria, que assegurou, com a suave transformação do Brasil *reino* em Brasil *imperio*, com a evolução da forma *colonial* para a forma *imperial*, foi a organização de um exercito poderoso e de uma forte armada. Mais do que a aparelhagem material de marinha e exercito, D. Pedro I lhes deu a contextura definitiva, pelo aproveitamento dos officiaes portugueses, suprimindo a carencia de officiaes brasileiros, que no regimen anterior raramente eram recrutados numa sociedade infensa á servidão das armas; e pela adaptação dessa antiga militança, provada nas campanhas do sul, ás condições defensivas da vasta monarchia. Graças á estruturação dessas forças, dominou a Regencia todos os movimentos provinciais que visavam á desunião do Brasil, e capitulou, em tempo oportuno, com o advento do segundo Reinado.

(62) Bastou a chegada do general Labatut para impor a disciplina aos chefes insurgentes, que a ninguem obedeciam, na Baía, em 1822, Miguel Calmon (Abrantes), *Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo*, 1823. p. 23 (2.^a edição, Rio 1923).

A REGENCIA

O periodo da Regencia — 1831-40 — compreende um largo conflito, entre o principio de ordem, o velho *bom senso*, e as ideologias e tendencias desintegrativas, que por toda parte se manifestaram com violencia e tumulto.

O principio conservador

Porque prevaleceu o espirito conservador? Simplesmente porque o perigo comum uniu as classes ameaçadas: os proprietarios e fazendeiros que constituíam a aristocracia, os portuguezes, a elite militar, os “que tinham a perder”, contra os agitadores, que tudo pretendiam renovar. Chamaram estes de “journée de dupes”, “parada dos equivoccos”, á revolução de 7 de Abril: de fáto, não conseguiram nenhum dos seus

grandes objétivos, fóra a destituição do imperador. Ficára-lhe o filho, de cinco anos, D. Pedro II; mais o Senado vitalicio, representavam as duas colunas do Templo monarquico. Não pudéram os revolucionarios abatê-las. Depois de 7 de Abril, perdem eles terreno dia a dia. Recuperam as posições os contrários, embora de sentimentos dissimulados, agora liberais, aceitando as doutrinas da moda, propensos a lisonjear as massas, mas, realmente, reacionarios, pela firme opposição que apresentam aos desordeiros. A' medida que estes ganham audacia, recorrem ao crime, afogueiam as cidades com os motins, ensanguentam-nas com as sedições da tropa indisciplinada, se juntam aqueles, e os apertam e destróem. A ronda dos riscos afugenta o fácil idealismo: cada qual teme pelo lar, pela fazenda, pela nação que se rompe nas fronteiras provinciais. O programa dos exaltados é amedrontador: federação absoluta, isto é, união de provincias soberanas, dependendo delas a existencia ou o desaparecimento de um governo central; expulsão dos estrangeiros; perseguição dos negociantes portuguezes e nacionalização do commercio retalhista; regionalização do exercito, cada provincia com direito de reter a guarnição dos seus naturais; possivelmente a republica, de modelo que os "carbonarios" italianos áquela epoca preconizavam... Ferviam, porém, nesses ideais "extremistas" (como podiam ser chamados), detestaveis prevenções historicas: do mestiço contra o branco, do homem da cidade contra o "coronel" da roça; do nacional contra o foras-

teiro; do pobre contra o opulento; mesmo — porque a propaganda dos odios varava todás as camadas — dos escravos contra os senhores.

Assim, o problema *politico*, que a regencia encontrára em Abril de 31, se complicára com a questão *social*; mas uma dissenção de castas, uma rivalidade de classes, uma briga de categorias sociais, que generalizaram, estenderam ás mais diversas esferas a confusão reinante. Desarmava-se com isso a aparelhagem economica, pelo colapso do trabalho organizado; lançava-se o terror ás “colonias” estrangeiras; tornava-se a vida instavel, difficil, inquietá, nos multiplos sustos de uma fase de insegurança; e, pelo transtorno operado, se invertiam os valores civicos.

Passavam a campear os panfletários desatinados, os chefes de malta, os cabos eleitorais do sertão capitaneando tropa, os cabeças da populaça que andava sôlta, no Rio de Janeiro, na Baía, em Recife, no Pará.

Para contê-la, a regencia provisoria, que se instalou na côrte, no dia immediato á abdicação, agiu com exemplar energia.

Contou com o exercito, graças á presença do seu general, Lima e Silva, “o Lafayette dos tres dias revolucionarios”, como diria Alencar, no governo interino. Vibravam as forças armadas de um nacionalismo romantico, proprio para unifica-las, em torno da alta patente que as comandára em 7 de Abril. Lima e Silva teve a habilidade de utiliza-las para a “conservação”, depois de as ter dirigido no “pronunciamento”.

A “conservação” traduzia-se em reconhecer a D. Pedro II como imperador-menor, em cujo nome governava a regencia, e aos demais poderes da Constituição imperial. Não convinha esta aos *abrilistas*: mas foram obrigados a limitar o seu desgosto a uma tentativa de revisão constitucional, empreendida pela Camara, no mesmo ano de 31, porém encalhada no Senado, que lhe resistiu intransigentemente. A criação da Guarda Nacional, em 18 de Agosto de 31, teve a finalidade de fortalecer e temperar a ação da tropa de linha. Habilitou o governo a manejar uma força de confiança, recrutada nas classes mais interessadas em manter a paz, condição moral — esse “interesse” diréto pela fórma de Estado — que não podia encontrar-se sempre numa milicia normal, constituída, na grande maioria, de povo rude, e enquadrada por officiaes perturbados pelo convulsivo ambiente urbano.

Sem a Guarda Nacional, fracassaria cêdo a regencia, dissipada por alguma sedição imprevista. Assume o major Luiz Alves de Lima e Silva (depois duque de Caxias) o comando de um “batalhão sagrado”, de 400 officiaes, para assegurar a ordem no Rio, contra qualquer das anunciadas insurreições: e em 3 de Abril de 31 dispersa a do major Miguel de Frias, que pretendia implantar a federação, com a monarquia (63).

A alma das instituições, em 1831-32, foi o ministro da justiça, padre Diogo Antonio Feijó. Também adver-

(63) Vd. Souza Docca, Caxias, *Revista Militar Brasileira*, n. 3, p. 100, Rio 1936.

sario do primeiro reinado, liberal em 1829, austéro sacerdote, porém insumisso e autoritario, encarnava a energia, o estoicismo, a resolução de um ditador civil, em tais ocasiões. Aceitára com esta condição o cargo: carta branca para castigar e reprimir, plena autoridade para impôr a ordem, independencia de movimentos. Assim desempenhou a grande missão de restabelecer a tranquillidade na côrte.

Caú Feijó vitima de um errado golpe politico: quando, em 30 de Julho de 32, irritado com a resistencia do Senado á reforma da Constituição, quis vence-la, forçando a Camara a declarar-se em convenção nacional. Bastaria adotar a Camara essa attitude, dissolvendo o Senado, anulando a Constituição, substituindo-a por outra, naturalmente radical, talvez republicana, para estar concluida a revolução de 7 de Abril. A' ultima 'hora, entretanto, falhou a tentativa, porque prevaleceu a tradicional prudencia dos politicos de carreira. Temeram que o golpe de Estado fosse o começo da anarquia. A regencia, obediente ás injunções de Feijó, oferecera a demissão á Camara. Esta, após impressionantes debates, que apuraram a sua orientação conservadora, mandou uma delegação pedir á regencia que se mantivesse no posto, poupando á nação maiores sobressaltos. Atenderam os demissionarios, retirando a renuncia; e o ministro da justiça, derrotado, deixou a pasta, a voltou para S. Paulo. De lá regressaria eleito regente do Imperio, em 1835, pela mesma ala *abrilista*

que o inspirára, em 1832, e cujo principal corifeu era Evaristo da Veiga.

O gesto dos deputados, salvaguardando o Senado, se, de um lado, amparava a Constituição, vencia, d'outro lado, a indisposição indignada e tenaz dos senadores. Entraram em acôrdo, para reformar a Constituição, mediante o aproveitamento de certas idéas essenciais á revolução de Abril: descentralização, com assembléas politicas que organizariam a administração provincial, e regencia *una*, durante a menoridade de D. Pedro II. O Ato Adicional, promulgado em 12 de Agosto de 34, com essas inovações constitucionais, reconciliou os dous ramos do poder legislativo. Logo, a eleição para a regencia *una* avaliou as forças em que se dividia o país, e os principios, que lhe ameaçavam a unidade.

Epilogo do “radicalismo”

A vitória de Feijó, ou dos *abrilistas*, deveu-se á ameaça de um movimento armado, que seria talvez dirigido pelo regente Francisco de Lima e Silva, na hipotese de ser eleito o candidato conservador, Araujo Lima (depois marquês de Olinda). Mas as revoltas, a constante intranquilidade e os dissabôres dos quatro primeiros anos desse periodo de “experiencia republicana” (como lhe chamou Joaquim Nabuco), tinham enfraquecido os “exaltados”. Deles se destacou Bet-

nardo de Vasconcelos, para fundar, em 1835, o “partido do centro”. Unir-se-ia ele aos antigos restauradores (com a morte de D. Pedro I, em 1834, sem programa politico immediato) para formar a “reação monarchica”, que, em 36, apresentou, no parlamento, intenso combate ao governo. Coligaram-se todos os adversarios do grupo que dominava o Imperio desde o 7 de Abril, valendo-se, para a campanha tribunicia, dos graves revezes sofridos por Feijó: a revolução rio-grandense, que explodira em 20 de Setembro de 35, as agitações do Pará e de Pernambuco, o dissidio entre o regente e a Santa Sé, a proposito do casamento dos padres, que ele preconizara, o mal-estar economico, a crise do tesouro... Reanimou-se o governo, com o desastre dos “farrapos” na batalha do Fanfa. Mas, conduzido para o forte do Mar, na Baía, daí, com o auxilio da maçonaria baiana, pode fugir o general Bento Gonçalves. A certeza de que a luta recommençaria mais cruel e extensa impressionou profundamente os meios conservadores. A opposição parlamentar recusou os creditos pedidos pelo regente. Este, em minoria na Camara, desamparado com o prematuro falecimento de Evaristo da Veiga, o unico homem capaz de orienta-lo vantajosamente naquella extremidade, e desanimado quanto ás questões publicas que o assoberbavam, resolveu capitular, entregando aos adversarios o governo. A Constituição determinava que fosse seu successor o ministro do Imperio. Convidou Feijó para estas funções a Pedro de Araujo Lima, seu contendor na eleição, e em 17 de

Outubro de 37 renunciou á chefia do Estado. Araujo Lima escolheu, para o governo, um “ministerio de capacidades”, constituido dos diretores parlamentares da “reação monarchica”, e restabeleceu na corte, depois no resto do país, a confiança nas instituições tradicionais.

O imperador-menor, até então esquecido dos seus subditos, como uma entidade vaga e simbolica, cercada de amôr, mas incapaz ainda de concentrar as esperanças de uma sociedade atônita e descrente — passou de subito a ser um personagem politico. Voltam os costumes do reinado anterior. Causa emoção o restabelecimento do “beija mão”, em 1838, quando, á saída da igreja, o regente, numa curvatura, osculou a dextra do imperial menino. Os demais membros do governo imitaram a cortesia, e, a 10 de Maio, subiu Teofilo Ottoni (“abrilista” retinto) á tribuna da Camara, para invectivar o “costume asiatico”... Succede algo de estranho (64). As galerias, cheias de povo, não o aplaudem, porém cobrem de injurias, e o fogoso orador acusa a policia, que estaria a açular a patuléa... E’ singular que, a 2 de Dezembro daquele ano, no Serro, em Minas, onde a idéa republicana melhor se instalára, com a revolução de 1831, fosse Honorio Benedito Ottoni quem, em belos versos, saudasse o imperador :

(64) Teofilo Ottoni, *Circular aos eleitores*, 1860.

*Que seja o filho, oh! queira a Providencia!
O defensor, o heróe da liberdade,
Bem como o Pae o foi da independencia.*

A *Sabinada*, na Baía, foi a ultima grande resistencia liberal e localista, contra os rumos da politica imperial, desenganadamente centralizadôra, restauradora, monarquista. A insurreição estoirou na cidade, a 7 de Novembro, chefiada pelo medico Sabino Vieira, que, desde a Independencia, primára pelas atitudes combativas, pelas idéas liberais, republicanas, jacobinas. A guarnição urbana acompanhou o agitador, que proclamou a Republica Baiana, enquanto fôsse menor D. Pedro II, na Camara Municipal. Mas uma fração da tropa se retirou para os arrabaldes, onde a resistencia se articulou. Definiu-se a luta com aspectos sociais proprios: de um lado, o idealismo dos *cidadãos*, influenciados pelo jornalismo revolucionario, imbuidos de reformas totais, inimigos da autoridade conservadora, do grosso comercio, da nobreza territorial; do outro, os senhores de engenho, os espiritos cautelosos, os adeptos da unidade nacional, o arcebispo D. Romualdo de Seixas, que se evadira para Santo Amaro, os comandantes da Guarda Nacional, os grandes proprietarios, coligados contra a "anarquia". Levedavam na revolta as antigas indisposições locais, que datavam de 1798, da conspiração dos "alfaiates": o nativismo aggressivo, o odio do povo aos negociantes europeus, o orgulho

militar, pelos feitos de 1823, a maçonaria politica, que favorecera a fuga de Bento Gonçalves, uma secreta aliança com os “farrapos”, o republicanismo á moda franceza, tantas vezes indisfarçavel, nas inquietações por que atravessára a provincia... O governo imperial foi rapido nas providencias, fulminante nas medidas repressivas. Mandou que os regimentos preparados para o Rio Grande acorressem á Baía. Uma esquadra bloqueou o porto. E as forças unidas, do reconcavo e do Rio de Janeiro, sitiaram a capital, e a assaltaram — apòs quatro meses de situação revolucionaria — levando de vencida os “saõinos”. Restaurada a ordem, ficava praticamente extinta a rebelião liberal, que embaraçára a re-monarquizaçào do Brasil. Esta, como um ideal de congraçamento, retardado pela série de calamidades que depauperara a economia e desiludira a sociedade brasileira, se impòs como um programa, aceito em principio por gregos e troianos.

Realmente, os oposicionistas a Araujo Lima (eleito regente efetivo) não acham melhor metodo de combate aos conservadores do que promovendo a maioria imediata do imperador. Chefia essa corrente, de precipitação do advento de D. Pedro II, que ele mesmo não toleraria um ano antes, o senador José Martiniano de Alencar, famigerado “abrilista” do Ceará, em cuja presidencia fôra executado, no Crato, o caudilho restaurador Pinto Madeira.

O plano da maioria antecipada não pertence inicialmente aos liberais. Era dos conservadores em 1837,

antes da quédá de Feijó (65). Mas se inscreve nas bandeiras dos antigos extremados, depois da eleição de Araujo Lima. Forma-se para isso um “club maçónico” em casa do senador cearense. Aderem-lhe um republicano de 1824, Manoel de Carvalho, um “leader” do constitucionalismo de 1832, Honorio Hermeto (depois marquês do Paraná), um grande homem do passado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, e pessôas relacionadas com o tutor de D. Pedro II, o marquês de Itanhaen. Estas conseguem que o imperador aceite o projetado “golpe de Estado”, ou revolução branca, que acontece em 22 de Julho de 1840.

O exito desse motim parlamentar consistia na popularidade que obtivera a pronta restauração da corôa, nos jubilos das classes conservadoras, sempre que se tratava de fortalecer o trôno, na fadiga da elite social, após as infindaveis divergencias partidarias que, lentamente, tinham arruinado o Imperio. Proposta na Camara a maioria imediata do imperador, lembra-se o regente — numa tentativa de evita-la — de chamar para ministro do Imperio a Bernardo de Vasconcelos, e este decreta a dissolução da Camara. Apenas lido esse decreto, os deputados, em tumulto, protestam; é quando chega o senador José Bento, e os convida para, incorporados, se acolherem ao Senado, onde se reuniam em assembléa geral. Nomeia-se lá uma comissão

(65) *Revista do Instituto do Ceará*, XXII, 98. (Carta de Castro e Silva a Alencar).

para, em nome da representação nacional, pedir a D. Pedro II que aceite a declaração de sua maioridade. Dirige-se para o paço de S. Cristovão a comissão. Em face do regente e dos ministros, declara o imperador que acedia á vontade dos representantes do povo. Araujo Lima apresenta respeitosamente a sua demissão. O governo de Bernardo de Vasconcelos durára nove horas. No dia seguinte foi D. Pedro II prestar o juramento constitucional no Senado, entre o povo entusiastico, cujas vibrações de alegria logo se espalharam por todo o país. Iniciou então o reinado que se prolongaria por meio seculo. Começou-o por uma decisão energica, em contraste com a inexperiencia dos seus 14 anos, e a orientação timida e modesta de sua educação dirigida pelo carmelita frei Pedro de Santa Mariana. Legitimou a precipitação do “quero já” com os beneficios que isto causou ao Brasil, a estabilidade e o equilibrio que lhe caracterizariam o governo prudente.

VI

D. PEDRO II

Retrato politico

D. Pedro II projetou a sombra de sua pessoa sobre meio seculo da vida brasileira.

Entre 1840 e 1889 foi um modelo obrigatorio: era o primeiro cidadão do país, e realmente o seu chefe. Todos o viam: acessível, encontradiço, ativissimo, podia ser contemplado na lhaneza dos habitos, na burguesia atraente de suas maneiras de homem que não interpretára nunca á austriaca ou á prussiana a majestade do seu poder. Déra-lhe esse cunho de “magistratura popular” (66), de monarquia constitucional de Luiz Felipe, sem pompa e sem grandeza, que se ajustava, como uma instituição perfeitamente aclimada, ao modesto meio nacional. Nenhum rei do seculo

(66) Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, p. 177.

XIX compreendeu tão burocraticamente as suas funções como D. Pedro II. Foi um administrador; os outros preferiam ser estadistas e militares. O super-dirigente — que de tudo cuidava, minucioso, vigilante, incansavel, ministro sem pasta durante cincoenta anos de governo, a encarnar a continuidade de ação, acima da instabilidade dos gabinetes e do ritmo dos partidos.

Individualmente, o imperador era simples, austero, retraído, precocemente velho (67), e estudioso a ponto de limitar á atividade mental os ocios que lhe deixava o governo. Nada tinha do cavalheirismo paterno, do epicurismo avoengo, do seu tronco português. Tirára á mãe Habsburgo, no seu intelectualismo, capaz dos mais mortificantes e sérios estudos, cujo desinteresse contrastaria com a fremente inquietação dos afazeres de soberano que reinava e governava: linguas orientais, matematicas, astronomia, ciencias naturais, o tupi, literatura clássica, as religiões... Nisso D. Pedro II e o pae foram antipodas: aquele, brilhante, marcial, aparatoso, aventureiro; este sóbrio, erudito, patriarcal, tão orgulhoso dos 60 mil volumes de sua biblioteca (68) como o fundador do Imperio de seus soldados de elite... Tais qualidades coincidiam com a compostura, a exterioridade triste, o interiorismo da sociedade do seu tempo: e admiravelmente se combi-

(67) Vd. impressões do diario do conde d'Eu, Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, p. 97, S. Paulo 1935.

(68) Visconde de Taunay, *Revista do Instituto Historico*, tomo 77, p. 109.

navam com os costumes da aristocracia, que se sentia no dever de imitar o monarca. Nem palacios luxuosos, nem festas frequentes, nem esplendôr condigno, rodeavam o imperador do prestígio que, em geral, isola os reis: os viajantes estrangeiros que estiveram em S. Cristovão se espantaram da mediania despretenciosa estampada em tudo aquilo — etiqueta, serviço, indumentaria, ambiente.

Descreveu o conde d'Eu, em 1864: "A vida em S. Cristovão é muito tranquila. Janta-se em familia ás 5 horas com uma prodigiosa rapidez. Depois, se ha bom tempo, vae-se passear na "chacara", especie de jardim quasi inculto composto principalmente de mangueiras e bambús gigantes. Depois se entra para o chá; as princezas tocam a sua musica, vêm-se fotografias, ou então se brinca de jogo de palavras e levanta-se a sessão ás 9 1/2"... (69). Comunicando á irmã os arranjos do seu casamento, o mesmo principe dizia ser grande a alegria de D. Isabel, em virtude do baile nupcial: "Figure-toi que ces infortunées princesses n'ont jamais de leur vie été à aucun bal ni à aucun théâtre"... (70). Como elas, todas as de sua idade!

D. Pedro II aumentava aos poucos o solar de sua residencia, sem se preocupar de enriquece-lo com a arquitetura de um verdadeiro palacio imperial, e jamais

(69) A. Rangel, *op. cit.*, p. 98.

(70) A. Rangel, *op. cit.*, p. 99.

consentiu que se transformasse o velho paço da Cidade, construído no século anterior, para os vice-reis da colônia. Herdára de D. João VI o instinto da economia; só era liberal nas esmolas que distribuía. O rei seu avô não melhorára os palácios do Rio, porque temia julgassem os portugueses que ele quisesse permanecer no Brasil. A côrte de D. Pedro II aceitou essa tradição — de alterar-se o menos possível o que havia feito — e preferiu viver mediocrementemente a distanciar-se, pelas decorações e cerimoniaes, dos calmos hábitos burgueses que a cercavam e seduziam.

Um exemplo da moderação, da modestia, da prudente severidade que o imperador exigia que o envolvesse, no-lo revela esta carta, do marquês de Abrantes ao conselheiro Inocencio de Araujo Góes, em 7 de Setembro de 1859, a proposito da proxima visita de Suas Majestades á provincia da Baía. Recomendára, “conhecendo Ele as circumstancias dificeis da Provincia que ia percorrer, não desejava de modo algum que os proprietarios e habitantes fizessem despesas e contraíssem dividas afim de recebê-los com festas etc. SS. MM. II. não aceitam bailes nem outro algum festejo dispendioso. Desejam que o produto de subscrições, que hajam de fazer-se para tais festas, seja antes applicado a estabelecimentos pios ou de utilidade publica. Nada de patacoadas. Declare portanto isto a todos os nossos amigos e conhecidos” (71).

(71) *Carta*, do arquivo do marquês de Abrantes, ms., inéd.

Vestia-se o imperador com a monotonia de quem usasse, obrigatoriamente, um só uniforme: a casaca preta, colete e calças da mesma côr, e, á botoeira, o minuscuro Tosão de ouro. Deixava que a roupa envelhecesse, de tanto a envergar: e no fim, era no Imperio a unica pessôa trajada á sua moda, de manhã á noite com a fatiota invariavel. Raramente punha os seu trajos majestaticos. Sómente no dia da abertura do parlamento, atirava sobre os ombros o manto e a murça de papos de tucano. Nas cerimonias militares levava preferentemente a farda de almirante. O trôno em que se sentava era só o do Senado, de onde, na inauguração das sessões legislativas, lia a oração da côrôa. Recebia, na varanda da Quinta da Bôa Vista, toda gente — sem distinguir prosápias, democraticamente disponivel, para todas as queixas. Iam falar-lhe o fidalgo, o negociante, o funcionario publico, o sertanejo em trânsito pela côrte. Beijavam-lhe a mão por uma praxe, que não era imperiosa. Não impunha aos seus subditos um respeito que os afastasse, senão uma confiança, que os atraía. Gabava-se de sua memória de Bourbon, gostava de recordar os nomes das pessoas a quem revia, e queria saber de tudo. Lia, para isso, os jornais. Nestes, diariamente, varias reclamações saíam com o titulo: “Para S. Majestade conhecer”. O leão de Veneza era a imprensa. Todas as denuncias, as re- criminações, as representações contra os abusos de autoridade, tinham o mesmo endereço: “Para S. M. o Imperador”. Isto porque as providencias não tarda-

vam. Chegou a ser a absorvente occupação de D. Pedro II, mandar examinar os casos que, por intermedio da gazeta, lhe chegavam ao conhecimento. Não perdoava o peculato, a conduta desairosa, a deshonestidade, em qualquer dos seus aspectos escandalosos. Não promovia os juizes de equivocada reputação, os empregados de suspeita moralidade, os officiaes censurados. Não nomeava os candidatos a cargos do Estado, precedidos de fama duvidosa. E a nenhum preteria em consideração pelas suas idéas politicas. Exagerava o seu papel moralizador, pela intransigencia autoritaria com que o exercia, resistindo aos ministros, sobrepondo-se a eles, fazendo valer a sua vontade, que era calma e inabalavel, serena e coerente, sobretudo vigilante. Ajudava-o a milagrosa memoria — que acompanhava os bons, não perdia de vista os máos...

Em 1859, na sua visita á Baía, leu no livro da tesouraria o nome de um arrematante de construção de estradas, e logo estranhou que se dêsse tal serviço ao assassino do juiz municipal de Tucano. Explicaram-lhe que não era o criminoso, porém um homonimo... (72). Certo juiz ficaria muitos anos o primeiro na lista, e só seria desembargador na Republica, porque contra ele se arguia uma antiga irregularidade. O motivo da saída de José de Alencar do ministerio da justiça foi adiar repetidamente o imperador a assinatura que devia dar

(72) *Memorias da Viagem de S. S. M. M. I. I. ás Provincias da Baía, etc.*, I, 108, Baía 1861.

a umas nomeações de guarda-nacionais. Retinha indefinidamente os decretos, para estudá-los... Essa faculdade, de prender os papeis, enfeixava nas suas mãos todos os problemas do Estado. Apressava-os e retardava-os, como lhe parecia conveniente. Não raro usava, como D. João VI, o “tempo”, como fator das soluções (73).

O opusculo do visconde de Taunay, “Algumas verdades”, foi anotado no exílio, em 1890, pelo imperador. Escreveu Taunay: “Não ha no Brasil quem não conheça os esforços que ele sempre empregou para que os ministros respeitassem as promessas de lei em relação a certos cargos de justiça”. D. Pedro II acrescentou, de seu punho: “Por fim, já não achava opposição da parte dos ministros”.

O “regalismo” do imperador, a sua idéa obsoleta do poder imperial, correspondiam a esse modo de ser, virtuosamente inteiriço, de soberano que não pudéra reduzir-se á condição constitucional, de espectador da cêna politica, mas lhe tomára a direção. Não tinha roda de aulicos, nem amigos que o aconselhassem secretamente, nem influencias ilegítimas em torno de sua autoridade: a pureza do homem se harmonizava com a independencia do rei. Bem balanceados os fatores do Estado, poderia dizer-se, como de outra monarquia: “Num sentido, a Inglaterra é republica. Mas uma re-

(73) Vicente G. Quesada, *Mis Memorias Diplomáticas*, p. 22, Buenos Aires 1908.

publica tendo o carater real que pedia Cicero" (74). Mitre chamou-lhe "democracia coroada". O racionalismo, com a sua tinta voltaireana, do imperador, educado na superstição liberal do seculo XVIII, acentuava essa inclinação para o sacrificio do poder, em proveito da igualdade entre os homens. Todavia a submissão á formula, o respeito da Constituição (sempre foi um tenaz anti-revisionista), desvaneciam toda sombra de governo arbitrario. Um exemplo disto ocorreu no cerco de Uruguaiana, quando em começo a guerra do Paraguai. Levára o imperador o ministro da guerra Silva Ferraz, e, como ajudante de campo, o marquês de Caxias, adversario daquele. O ministro civil impunha a sua vontade, e o imperador a respeitava, porque os seus atos necessitavam de quem os referendasse; por outro lado, só podia ter a seu lado o indispensavel Caxias usando o estratagema de considera-lo auxiliar de sua pessôa... Essa situação de "legalismo" surpreendia a quem viéra dos exercitos europeus, como o conde d'Eu (75). E contrastava com os plenos poderes que ali tinham os dous chefes de Estado republicanos, Mitre e Flores, aliados do império. O mais forte senhor — sua majestade — era o menos livre, para querer...

Constitucionalmente, era o imperador o titular de um unico poder privativo, o Moderador. Tinha antes a

(74) Comte de Franqueville, *Le Gouvernement et le parlement britannique*, III, 545.

(75) Rangel, *op. cit.*, p. 119.

qualidade de magistratura que de autoridade. Equivalia á condição arbitral da Suprema Côrte norte-americana (76) situada entre os conflitos da jurisdição, os atritos de União e Estados, as divergencias entre o individuo e o governo, e os órgãos deste... A índole do quarto poder fôra esta: judiciario de exceção, para apaziguar os choques... D. Pedro II usou discretamente essa delicada faculdade. Era-lhe mais proprio o feitio de juiz que o de rei.

Nisso, por certo, as qualidades inatas acusavam a cuidadosa educação que se lhe déra, para ser um soberano liberal. Nas "Instruções aos Mestres" do imperador-menor, recomendára o tutor, marquês de Itanhaen, que lhe ensinassem o exemplo de Augusto, que "acabava de uma vez todas as conspirações com um passo muito simples, indo ele mesmo á casa dos seus adversarios"... (77).

Numa frase, atira Joaquim Nabuco luminosa verdade, sobre toda aquela vida virtuosa: "Se chefes de partido asseguraram que não se podia ser ministro duas vezes com o Imperador, foi porque ele os impediu de esmagarem o adversario prostrado" (78).

(76) Desembargador Joaquim Rodrigues de Sousa, *Análise e Comentario da Constituição Política do Imperio do Brasil*, p. 60, S. Luiz 1867.

(77) *Anais do Arquivo Nacional*, XVII, 157.

(78) Visconde de Taunay, *Imperio e Republica*, p. 21, S Paulo 1933.

Seria acusado de manter a divisão dos partidos, para ser o arbitro, e reinar, como necessario mediador... (79). O "poder pessoal" manifestava-se em tudo... O "imperialismo" tudo movia — na censura de Tito Franco de Almeida. D. Pedro II anotaria, numa confissão: "Depois da criação da presidencia do Conselho, que eu aprovei muito... tenho me esmerado em exercitar a atribuição do poder moderador de modo a evitar a acusaçào de que não atendo á opinião das Camaras" (80). "Como é feliz o soberano na Inglaterra, exclamou, não uma, mas muitas vezes D. Pedro II; conhece exactamente a opinião publica e tem sempre por si esse guia seguro, essa bussola fiel e salvaguarda" (81).

Arrostou, entretanto, com a hostilidade irreverente dos politicos que saíam do poder, e a facilidade com que se atacava ocasionalmente, além dos homens de primeira plana, o que regulava o ritmo do governo parlamentar — excessivo, porque interferia; displicente, porque se abstinha; despota e negligente, á medida que aparecia, ou se ausentava...

Em 1868, a maioria da Camara liberal, entrega ele o poder aos conservadores. Indignado, Silveira Mar-

(79) Cristiano B. Ottoni, *O Advento da Republica*, p. 114, Rio 1890.

(80) Vd. Alfredo Valladão, in *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, p. 250.

(81) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 120, S. Paulo 1923.

tins exclama: “Que conclusão tirar disto? Isto prova que a mudança radical a fazer no país não é de partidos; os homens são os mesmos, a mudança é de imperador”. Será mais tarde o esteio do reinado, o ultimo nome que acóde, para a sua sustentação... Ferreira Viana chamou-lhe “jugo de uma onipotencia usurpadora e ilegal”. Na “Conferencia dos divinos”, comparou-o... a Nero e Caligula. Vai ser ministro e, entre os mais firmes, monarquista até morrer. O conselheiro Saraiva chegou a compara-lo a Napoleão III; e foi, duas vezes, seu presidente do conselho. O manifesto republicano, de 1870, arrolou varios conspicios desabafos, contra o Poder Moderador: era o “consenso”, na opposição a critica amarga, ao que a decretara... O jornal paulista de Antonio Prado e Rodrigo Silva, mais tarde ministros da corôa, inqueria em 1867: “Haverá ainda quem espere alguma cousa do sr. D. Pedro II”? “Como um polipo monstruoso, o governo pessoal invade tudo, desde as transcendentales questões da alta politica até as nugas da pequena administração” — escreveu José de Alencar. Afonso Celso, visconde de Ouro Preto, disse um dia: “A monarquia no Brasil ainda não produziu o minimo bem”... Ataques provocados pela irritação partidaria, breves e precipitados, logo esquecidos, porém catalogados pelos verdadeiros adversarios do regimen, em definitivo descredito dele: assim começou a oscilar o trôno...

Julio de Castilhos diria: o primeiro reinado foi *violencia*, o segundo *corrupção*. Era o nome que a pro-

paganda republicana atribuía ao conjunto das circunstâncias que davam á monarquia a enfibratura, a estabilidade, a “naturalidade”: num liberalismo económico receoso de iniciativas que alterassem a tranquila evolução dos negócios; numa acomodação utilitária com os legados do passado, a grande propriedade, a escravidão, o anti-protencionismo industrial; num cuidado mais de moderar as impaciências prejudiciais do que de provocar as iniciativas audazes; regimen de ordem, finalmente. Contra ele, desfechariam os arautos da republica um golpe certo: o “leit motiv” do descontentamento era a rotina. “Física e moralmente estagnado”, acusara Rui Barbosa, n’*O Papa e o Concilio*, em 1877. “E’ impossivel deter a marcha do progresso”... — bradava Bernardino de Campos, em 1888, na assembléa provincial de S. Paulo (82). O “progresso” seria tambem a autoridade vigorosa, o governo forte dos positivistas e dos presidencialistas, o governo descentralizado dos federalistas, o governo temporario dos republicanos...

(82) Candido Mota Filho, *Uma Grande Vida*, p. 49, S. Paulo, 1931.

TERCEIRA PARTE

ENGENHOS, FAZENDAS
E CIDADES

VII

A GENTE NEGRA

O escravo dá á sociedade brasileira, no seculo XIX, esse cunho original, inconfundivel, que lhe divisaram os viajantes estrangeiros, entre encantados — pela elegancia mole e farta dos costumes — e pessimistas. Refinaram-se os habitos coloniais, porem não se alteraram profundamente. As transformações que se processam na economia, na politica, na vida social, decorrem antes da lenta destruição do cativo do que de uma revolução espiritual. A' proporção que se combate, e restringe, até á supressão final, a escravidão, as suas consequencias — decadencia do latifundio agricola, correção dos costumes domesticos, trabalho livre, imigração européa, a classe proprietaria obrigada a exercer profissões liberaes — impelem o país para os caminhos civilizados (83). Sobretudo o cativo conservou a

(83) Tambem o negro foi um civilizador: vd., para os Estados Unidos, o comentario de N. S. Shaler, *Nature and man*

familia brasileira indolente, penetrada das influencias da senzala, confinada nas suas tradições e preconcei-

in America, p. 204, London 1892. Doutra fôrma não seria resolvido o problema da grande produção nos países nóvos, (Vd., v. g., George Thomas Surface, *The Story of Sugar*, p. 27, New York 1910) onde se verifica a lei da terra barata e do salario alto, pela independencia e escassez do trabalhador, vd. Wakefield, Bishop, etc., Giuseppe Ricca-Salerno, *Politica Commerciale*, p. 405, Torino 1897, confirmando aliás o que tantos anos antes escrevera Miguel Calmon (marquês de Abrantes), *Ensaio sobre o fabrico do açucar*, p. 58, Baía 1834. Bem observára o governador do Rio de Janeiro colonial, Luiz Vahia Monteiro, em 1726: «As minas é certo, se não podem cultivar senão com negros, assim porque fazem serviço mais vigoroso, como porque os brancos e Reinões, ainda que sejam creados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brasil nenhum quer trabalhar...» (Carta, in *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 76). — A gente do norte da America desconheceu que os do sul, que queriam conservar a escravidão, erãm tambem escravos do sistema que os obrigava. Hendrik Van Loon, *De Colon a Hoover*, p. 316, Barcelona 1931. A guerra de secessão, resumiu Jean Brunhes, foi sobretudo a luta pela mão de obra necessaria ao cultivo do algodão e do fumo, *La Géographie Humaine*, p. 304, Paris 1912. Mesmo Tavares Bastos tivera de render-se á alternativa: se o açucar exigia a escravatura, que se abandonasse aquela cultura em troca de algodão e cereais... (*Cartas de um Solitario*, p. 123, Rio 1863). Semelhante problema de mão de obra em Africa engendrou igual solução. (Vd. J. L. de Lanessau, *Principes de Colonisation*, p. 23, Paris 1897). Por tudo isso é que H. Croly considerava tão bons democratas, no episodio «yankees» da secessão, nortistas e sulistas... (*Les Promesses de la Vie Américaine*, p. 107, trad. de Roz et Fienard, Paris 1913).

tos (84): porisso “permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (85).

Jefferson, em “Notes on Virginia”, acentuou a infeliz sedução das maneiras dos escravos, sobre o povo do sul dos Estados Unidos, a sua organização e a sua mentalidade (86). Em nenhum outro país colonial, entretanto, a escravidão foi amena e integrativa como no Brasil (87), onde a assimilação das raças indígenas e africanas se realizou em proporções surpreendentes (88). A doçura da vida patriarcal, a propensão dos portugueses para a miscegenação tropical, a falta de mulheres brancas no início da colonização, quando esta se fazia principalmente com degredados, homens d’armas, e negociantes, haviam propiciado a vasta mestiçagem, atenuado as prevenções de côr

(84) Vd. Tavares Bastos, op. cit., p. 123; Varnhagen, *Historia Geral*, 3.^a ed. integral, I, 283.

(85) Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, p. 216, Rio 1900.

(86) Vd. Arthur N. Calhoun, *A Social History of the American Family*, II, 285, Cleveland 1918. — Sobre influencias da escravidão, Jean Baptiste Say, *Cours complet d’Économie Politique*, p. 117, Bruxelles 1844.

(87) Koster, *Travels in Brazil*; vd. comentario do marquês de Abrantes, *Ensaio* cit., p. 65. «O código negro, executado nas Antilhas, não foi conhecido no Brasil», lembrou o economista baiano, que propos medidas racionais capazes de melhorarem a condição moral do negro, em 1834.

(88) No sul dos Estados Unidos é corrente dizer-se que, defendendo violentamente, barbaramente a raça branca, foi que não se transformou «em um segundo Brasil», André Siegfried, *Les États Unis d’aujourd’hui*, p. 94, Paris 1928.

e apagado certas divisórias entre os elementos etnogênicos. No século XIX a família branca e a sua pequena corte escrava pareciam unificadas por um parentesco moral que, de começo, repugnava á sensibilidade e á intolerância do europeu, porem depois o fazia bemdizer a humanidade dos senhores e a brandura dos cativos.

Influencia da escravidão

Reparava-se antes de tudo na corrupção que herdára á sociedade do Imperio.

A instituição do casamento entre pessoas de côr diferente sempre parecêra absurda; mas o concubinato de brancos e negras de tal sorte se generalizára, que poudo um viajante dizer: "O senhor que se gaba de não ter senão sangue azul nas veias, paga a sua divida á sociedade, desposando uma branca; mas, logo que um herdeiro lhe nasce, ele abandona a mulher da sua raça por uma rapariga de côr" (89). Exagerava Charles Expilly: mas, de fato, a escravidão entregava a mulher cativa aos caprichos do homem branco: e, tão natural isto se afigurava, como uma consequencia da vida das senzalas e de suas brutais tradições que, a circumstancia de rodearem o agricultor-barão dezenas de mulatinhos,

(89) Ch. Expilly, *Mulheres e costumes do Brasil*, tradução e notas de Gastão Penalva, p. 148, S. Paulo 1935.

filhos ilegítimos dele, não escandalizava, nem comprometia a gente austérra.

Havia, na moral privada, compartimentos estanques. O matriarcado “afer” da lavoura do litoral, a poliandria da africana, a “Venus omnivaga” (90) produziam a crescente mestiçagem; mas o rebento seguia o destino materno, como estava na lei romana: “Partus ventrem sequitur”. O nasciturno escravo continuava — até ser alforriado, o que em regra acontecia nesses casos — escravo como a *mãe preta*. Feitôres creoulos de fazenda, mestres de açúcar, *capangas* ou pagens, tropeiros e criados — e mucamas de estimação, tinham geralmente aquela procedencia: corria neles, de mistura com a selvagem seiva mina ou cabinda, o sangue nobre do fidalgo.

A sociedade era severa na sua ética: conservava a superstição latino-portuguesa pelo gineceu, o ciúme, quasi arabe, da mulher, o despotismo domestico, exteriorizando a compostura álgida que fôra, na colonia, a sua agressiva fisionomia social. Mas fingia não ver a imoralidade dos porões da *casa-grande*, a promiscuidade primitiva das senzalas, cuja lei cruel permitia, fechando-lhe os olhos. Ignorando, era como se não existisse... A materialidade daquilo — reconhecia o observador francês — “não compromete em nada a honra (já não

(90) Miguel Calmon (Abrantes), *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, p. 60.

digo a felicidade) das famílias” (91). E tanto assim, que faziam como os da terra, tão interessados nos dotes físicos das cativas (92), os negociantes estrangeiros, fieis aos prejuizos de casta e raça, todos os que, ficando nos tropicos, lhes recebiam as influencias emolientes, a sedução do pitoresco e da barbárie...

A esposa de um fazendeiro norte-americano, da Virginia, dizia tristemente a um viajante: “sou escrava em chefe de um harem...” (93).

Agassiz, comparando com a do americano do norte a vida do escravo brasileiro, reparou, estarrecido, que as negrinhas aqui aprendiam — por gosto das proprias “sinhás” — musica e canto, com professores... Indignou-se Burmeister, com a petulante influencia das mucamas sobre a honesta familia urbana, e registou: “Essa conduta é especialmente nas cidades grandes muito comum, e de todo não exageramos”. “Jamais houve aqui um contraste vivo de raças” (94): esmaeciam-lhes os tons a familiaridade inherente á formação histórica da sociedade.

Visitando a imensa fazenda do comendador Breves, povoada por 2 mil escravos, notou Agassiz que as mu-

(91) *Op. cit.*, p. 142.

(92) Vd. Mario Sette, *Maxambombas e Maracatús*, p. 228, S. Paulo 1935.

(93) Georges Weill, *Histoire des États Unis, de 1785 à 1917*, p. 121, Paris 1919.

(94) Handelmann, *Historia do Brasil*, edição do Instituto Historico, p. 381. (Tradução de Lucia Lenhmyer).

camas, de todas as idades, trabalhavam á roda da senhora, com diligencia e disciplina que não vira no sul dos Estados Unidos (95). Nas ruas da cidade, a impressão de amizade entre escravos e amos não era diversa. O pintor Biard ainda observou, na rua do Ouvidor, o grave cortejo domestico fixado pelo lapis ironico de Debret, trinta anos antes: “Mulheres, seguidas de uma ou duas mulatas, duas ou tres negras, alguns negrinhos e molecotes, todos marchando respeitavelmente, com o marido á frente” (96).

A escravatura continuára a exteriorizar a riqueza da casa.

Devia ser apresentada, com o luxo compativel com a dignidade da tribu, a posição social do proprietario. Completava-lhe o decôro. A fidalga atravancava a estreita rua com o seu séquito; assim a fazendeira, só se abalava, ao incômodo da mais curta viagem, com uma extensa companhia de criados, proporcionada á sua fortuna. Diz-nos Agassiz do espanto do major Ellison (o construtor ferroviario) vendo certa marquesa que, para breve estada na cidade, saía dos seus dominios com trinta e uma mulas de carga e 25 serviçais (97).

(95) *Voyage au Brésil*, p. 127.

(96) *Deux années au Brésil*, p. 83, Paris 1862.

(97) *Voyage au Brésil*, p. 61.

Seleção

Fazia-se, para isso, habil seleção de escravos. Recrutavam-se os mais esbeltos, ladinos e honestos, aristocracia da raça, que se metiam em librés e acumulavam encargos, de lacaios, guarda-costas, carregadores de cadeirinhas, artifices, barbeiros e medicos ambulantes (98), moços de recados, ganhadores por conta propria.

Correspondiam-lhes as “negras de partes”, elite feminina da população das senzalas, a quem a escrava colonial, a mina “estimada, honrosa e fausta”, como a cantou o poeta (99), legara o destino de recuperar, pelas graças pessoais, a liberdade, e de preponderar, nos meios populares, pela vivacidade do seu espirito de ganho e economia (100).

Estes eram em geral os negros sudaneses, ou nagôs (101), “cujo furôr e valentia” (102) desde os primeiros tempos os notabilizaram na America. Possuam qualidades que o cativo respeitára, como a firmeza de carater, o destemôr, um orgulho proprio da

(98) Joaquim Manoel de Macedo, *Um passeio no Rio de Janeiro*, II, 293, Rio 1862.

(99) José Ferrari, *Engenheira*, canto II, p. 59, Baía 1853.

(100) Vd. Boesche, *Quadros Alternados*, cit. por Afonso Taunay, *Revista do Instituto Historico*, vol. 144, p. 536.

(101) Otimos trabalhadores, vd. G. K. Anton, *Le Régime foncier aux colonies*, p. 287, Paris 1904.

(102) Carta-regia, de 18 de Junho de 1725, *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 76.

estirpe ancestralmente guerreira, e a confiança em si mesmos (103). Eram associativos, religiosos, audazes, em contraste com a inata timidez e o instinto servil dos povos bantus (do sul da Africa).

No Rio de Janeiro, os carregadores do porto, em 1857, eram atléticos minas, da costa de Benin, cuja esplendida enfibratura os distinguia do resto da multidão. Tratavam-se como pretos finos e alguns alegavam descendência real — dizendo-se parentes de príncipes africanos caídos do poder (104). Não se confundiam com o rebutalho das senzalas, congos ou moçambiques. Só os *minas* foram capazes de uma sagaz organização económica (105), para a sua libertação metódica, que teve na Baía o nome de “juntas”. Já nas Minas Gerais, “tidos por feiticeiros”, souberam convencer que só eles descobriam o ouro... (106). O de mais autoridade, nas “juntas”, constituía-se tesoureiro do grupo, e recebia, qual “caixa económica”, os vintens poupados pelos associados, dando, como recibo, um bastonete, com incisões que marcavam as quantias entra-

(103) O negro guiné era o aristocrata da escravatura, o cativo das cidades; o bantu, o plebeu, o pária dos campos, o trabalhador das fazendas, das minas, das roças. Veremos as consequências antropológicas e sociais dessa distinção.

(104) James C. Fletcher and D. P. Kidder, *Brazil and the Brazilians*, ps. 135-6, Boston 1866.

(105) Handelmann, *op. cit.*, p. 372.

(106) Carta de Vahia Monteiro, 1726; *An. do Arquivo Nac.*, XV, 76.

das. Aos domingos reuniam-se os quotizantes para inventariar a situação de suas reservas. Atingida a importancia precisa para a alforria de cada um, a "junta" concluia o negocio; porem o denheiro, até então, ficava á disposição do dono, para as retiradas e reenvios que quisesse (107). Era um empirico sistema bancario sem escrita e sem usura, que envolvia numa trama de interesses solidarios os negros da mesma raça, e supria-lhes a impossibilidade individual de resistencia ao homem branco.

O transporte, nas cidades, muito tempo continuou a ser em ombro de escravo: o reverendo R. Walsh estranhou no Rio, em 1828, não ver alimaria de tiro (108). Carregavam, aos grupos, cantando as suas toadas nativas, os grandes pesos: "seu canto africano, de musica leve e simples", disse John Luccock (109), lhes ritmava os movimentos, pelas ruas acidentadas, debaixo dos enormes fardos. Na Baía, "a marcha dos carregadores se regulava ao impulso de cantos africanos..." (110), e, até bem perto de nós, lembrava as cenas de

(107) Manoel Quirino, *O Colono Preto como fator da civilização brasileira*, ps. 30-1, Baía 1918.

(108) *Notices of Brazil*, I, 157.

(109) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, p. 209, Rio 1907.

(110) Westphalen, Bach & Krohn, *livro do seu centenario*, p. 40, Baía 1928. (Trata-se de um excelente estudo historico, de tradicional estabelecimento da Baía, digno de ser imitado, em beneficio das recordações do antigo comercio, pelas casas que abrangem largos periodos da nossa evolução economica).

trabalho e sacrificio humano, da época em que os indios mansos conduziam ás costas as mercadorias, pela serra do Cubatão, e pelas ladeiras ingremes da capital brasileira não rodava carro, substituído pelos musculos e pela resignação do negro forte.

A aglutinação entre os sudaneses tinha tambem uma razão mística transcendente. Os “malês”, povo islamizado, inimigo, na Africa, dos nagôs fetichistas, deviam pertencer áquelas tribus (ioulas, bambaras, malikés) que restringiam a sociedades secretas os ritos religiosos (111). Recorriam por certo os minas a analogas precauções, na defesa e desenvolvimento de suas agremiações cooperativas, orgiacas, misticas.

Os negros meridionais, principalmente cabindas e congos, em geral os de lingua bantu (112), menos inteligentes e mais doces, serviam ás maravilhas para a lavoura. Somaram a grande massa escrava, que, durante tres seculos, cultivou os canaviais, furou as minas, moveu os engenhos do Brasil. Angola, porisso, foi antes, muito tempo, dependencia economica do Brasil, que de Portugal (113). Eram trabalhadores rurais insubstituiveis. Aconselhando a europeus que preten-

(111) Vd. L. Tauxier, *Le Noir de Bondoukou*, p. 295 not., Paris 1921. A familia serdanesa era acentuadamente comunitaria, *op. cit.*, p. 164.

(112) Agassiz, *op. cit.*, p. 100.

(113) Ch. de Launoy et Herman Vander Linden, *Histoire de l'Expansion coloniale des peuples européens — Portugal et Espagne*, p. 244, Bruxelles 1907.

dessem fazer agricultura no Rio de Janeiro, Luiz de Freycinet recomendára, em 1817, preferissem escravos do Congo e Cabinda, vindos em lótes sadios, gordos e vacinados. Estes como que se incorporavam ao imovel, e de ordinario lhe seguiam a sorte, á semelhança dos “servos da gleba”, afirmou, exatamente informado, John Armitage (114). Pertenciam á propriedade como o gado e as benfeitorias. De nada valeria, sem eles, a terra agreste. Nulo era o valor do solo; todo o capital consistia em escravos, que o faziam render. O chão era de quem o ocupava, sempre em direção do interior, na selva primitiva: o braço negro valorizava-o. Só depois das florescentes fazendas o proprietario se gabava de possuir tantos mil pés. Antes, citava orgulhosamente a quantidade de escravos. Legoas de floresta nada lhe custavam, porem um preto congo de enxada lhe saía, a credito, no Rio, por duzentos mil réis, ou fossem duzentas arrôbas de café. Era o preço de uma safra pequena, um só trabalhador! A plantação, entretanto, reclamava cincoenta e cem. E escravos para todos os mistéres. Os da lavoura, da cai-xaria, do transporte, de casa-a-dentro. Ficavam longe os centros urbanos. As estradas mais afastavam do que uniam as povoações. A importação de utilidades absorvia todas as reservas em dinheiro dos moradores rurais. As fazendas deviam viver independentes, bas-

(114) *Historia do Brasil*, trad. de Eugenio Egas, 2.^a ed., nota 34, S. Paulo 1924.

tando-se, circunscritas á sua produção, que costumava atender ás necessidades do *clam* excéto quanto ao sal, á polvora, ao tecido. Ainda assim, a industria das escravas, fiscalizada pela senhora branca, fazia uma silenciosa concorrência á manufatura estrangeira. Isso já, reconhecera o marquês de Lavradio, no relatório com que passára o governo ao vice-rei D. Luiz de Vasconcelos: “porem as (fabricas) particulares que ha em cada uma das fazendas, ainda a maior parte delas se conserva...”, burlando a antiga proíbição (115).

A coletividade africana das fazendas de café, em 1840 ou 60, oferecia ao forasteiro um belo quadro de trabalho harmonico, associadas todas as profissões manuais, numa cuidadosa distribuição de tarefas. Compravam-se em lotes os escravos, para a agricultura, e por especialização, para as oficinas; o preço variava com o officio. Um pedreiro, um serralheiro, um marceneiro, alcançavam o dobro da avaliação de um carregador. O problema da produção reduzia-se ao da aparelhagem do pessoal que a grangeava. Adquirida a escravatura, o seu suor fecundava a terra queimada re-

(115) Armitage, 2.^a ed., cit., p. 286.

centemente (116). A' mata selvagem sucedia — na provincia do Rio de Janeiro — o tenro cafezal. Passado o magro periodo da espera, em que o cabedal representado pelos negros não rendia, as colheitas abundantes compensavam os adiantamentos, pagavam as dividas e elaboravam a abastança e a nobreza do desbravador. Em cinco anos ele enriquecia. E como não havia bancos de deposito nem o habito de empregar em especulações industriais o dinheiro, invertia-o sistematicamente em nóvas, progressivas aquisições de escravos (117). Comprava-os á vista ou a prazo, como podiam e como não podiam, dissipando as sobras, hipotecando as propriedades, empenhando as safras. “Assim a nossa propriedade territorial ia passando da mão dos agricultores para os especuladores e traficantes”, dizia o conselheiro Eusebio, em 1852 (118), mostrando como uma orientação economica tradicional se

(116) O ciclo da prosperidade e da imprevidencia estava determinado: «Logo que se elevava o preço do açúcar ou do café, os plantadores, tendo facilidade de obter capitais, dos seus correspondentes e de recrutar mais braços pela escravatura, aumentavam consideravelmente a produção. Quando qualquer causa produzia a baixa dos preços... resultava uma crise aguda e perigosa». Lourenço Cayolla, *Sciencia de Colonização*, II, 11, Lisboa 1912.

(117) Mesmo a lavoura do fumo, de todas a mais individual, ou a unica individual, ou do pobre, se fazia «a braços de negros...» (Joaquim d'Amorim Castro, *Memoria*, 1788, *Anais do Arquivo Nacional*, IV, 110).

(118) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 225.

transformava em força de desagregação social. Aumentava o fazendeiro, como lhe era possível, a sua população africana. Era-lhe a potencialidade económica. A sua expansão territorial dependia dessas reservas vivas. Multiplicaram-se, em consonância com a elevação gradativa do preço do produto, de que resultava, com o acrescimento da escravaria, a intensificação das culturas. Provou-se que o Brasil, com a facilidade que tinha o plantador de angariar as centenas de braços de que necessitava, podia desenvolver em harmonia com o interesse da sua lavoura a riqueza agrícola. As colónias inglesas, privadas de escravatura, não lograram acompanhar esse progresso. Na Austrália adotou-se um recurso substitutivo, que, iludindo a escassez do elemento salariado, supria a desvantagem do trabalho individualista: foi a consignação, aos colonos, dos sentenciados ingleses, que em troca do serviço forçado recebiam apenas casa e comida (119)... Demais disso, o escravo era o capital de desdobramento seguro, pela sua prole, que lhe seguia o destino. Prosperava entre a senzala e a roça, sob as vistas interesseiras do agricultor.

Ele defendia esse patrimonio por todos os modos. Tratava da saúde do negro, provia-lhe á morada, á alimentação, ao vestuário; batizava-o, protegia-o. As maiores propriedades mantinham medico, boticario, ca-

(119) Leroy-Beaulieu, *Les Nouvelles Sociétés Anglo-Saxonniennes*, p. 27, Paris 1907.

pelão, para o pessoal escravo. Conservara-se por toda parte o costume brasileiro de dar ao cativo um dia da semana para o seu proprio trabalho de roça, sempre os sabados, que lhe facultava a economia individual e a preparação para a vida livre. A propriedade particular do escravo (outra condição de sua personalidade assim reconhecida) “embora não seja garantida pela lei, é protegida pelos costumes contra qualquer usurpação do seu senhor...” (120). Produzia, vendia, guardava. E deixava-se-lhe a alegria dos seus “bailes barbaros” (como lhes chamou D. Francisco Manoel de Melo), das “congadas”, das festas nativas, ou “candomblês”, dansadas ao som monotono dos atabaques nas noites serenas da fazenda (121). Porisso, ao estrangeiro, educado no horror á escravidão, o Brasil surgia paradoxal, diferente de tudo (122). A mulher de um consul norte-americano observára — confirmando certa frase seiscentista — “the very paradise of the negroes was Brazil” (123). Isso disséra o viajante Caldcleugh: “Não pretendo afirmar que levem uma vida muito agradável; mas ninguem sustentará, vendo-os cantar e dansar pelas

(120) Handermann, *Historia do Brasil*, p. 377.

(121) Vd. tambem Luiz Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 136, ed. de Braz do Amaral.

(122) Vd., entre muitos, Alcide d’Orbigny, *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, p. 157, Paris 1836.

(123) Fletcher and Kidder, *op. cit.*, p. 133 not.

ruas, que são miseráveis, e deploram sua sorte” (124). Reconhecera Martius, em 1818: “Quem tiver ocasião de observar as modinhas e dansas alegres (125), que são executadas, ao pôr do sol, nas ruas da Baía, por grandes grupos de negros, elevando-se muitas vezes a um entusiasmo selvagem, pode difficilmente convencer-se de que sejam estes os mesmos que se julgava, segundo as descrições exageradas dos filantropos, rebaixados á animalidade, instrumentos estupidos do mais vil egoismo e de todas as paixões vergonhosas” (126). “...E’ aqui tão dominante a paixão de ter mulatos e negros em casa que logo que seja cria que nasceu nela só por morte é que dela sai; havendo muitas familias que tem 60, 70 e mais pessoas desnecessarias: falo dentro na cidade, porque no campo não admira” — escrevera o professor Luiz de Vilhena (127). Enterneceu-se Charles Mansfield, vendo, em Pernambuco, o cuidado do senhor pela saude de uma criança escrava, e pasmou do espetaculo de vinte e quatro negrinhos juntos numa casa-grande, a comerem em duas gamelas: parecia uma escola de pequeninos cativos, mais humana e razoavel do que tantas da Europa... (128).

(124) Cit. de Rodolfo Garcia, *Revista do Instituto Historico*, v. 144, p. 559.

(125) Entre as dansas guerreiras do negro urbano, quiseram ver Fletcher e Kidder a capoeira, *op. cit.*, p. 137.

(126) *Através da Baía*, trad. de Pirajá da Silva, 2.^a ed., p. 99, Baía 1928.

(127) *Cartas Soteropolitanas*, I, 139.

(128) A. D. de Pascual, *op. cit.*, II, 76.

VIII

O CATIVEIRO E O TRABALHO

A escravidão era a referencia comum, para a hierarquia (129). Ser livre, era ter capacidade de possuir escravos. Possui-los, era saltar de uma classe a outra — do sub-povo ao super-povo. Em país de cativeiro, a liberdade é a primeira das honras. Traduzia-se mais exteriormente pela inação: o trabalho manual caracterizava o servo, a indolencia distinguia o liberto.

O africano fôrro começava a gozar a sua redenção não trabalhando.

Mostrava, na sua miseria de preguiçoso, o orgulho da condição. Ganhára o direito de sofrer fome — livremente, na terra onde os escravos com mais facilidade se alforriavam, como disse Caldcleugh (130). Tornava-

(129) Nabuco, *Minha Formação*, p. 216.

(130) Rodolfo Garcia, in *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 559.

se naturalmente motivo de vaidade a desocupação. O negro mina economico e sobrio juntava o dinheiro da alforria para alcançar, depois de um persistente esforço, que lhe abrangia não raro toda a idade vigorosa, o consolo de acabar os seus dias ao abandono, porem sem ter de dar conta disto a ninguem. O mulato era o brasileiro mais insolente (131) — testemunharam os viajantes-cronistas, ajuntando a explicação: pompeavam a liberdade, vivendo-a provocantemente. O negro não queria ser escravo; o mestiço não queria ser negro; julgava-se o branco fidalgo, só porque não lhe ficavam parentes em Africa. Realizava-se insensivelmente um desgaste da camada negroide, em proveito da elaboração do povo orgulhoso de sua raiz europeia e de sua inatividade, de gente liberrima.

Segundo Walsh, em 1828 havia no imperio 160 mil pretos e 400 mil mulatos livres (132).

No Rio de Janeiro, em 1850, para 266.466 habitantes, o numero de escravos era 110.599!

Escravo e liberto

Na rua, entretanto, não circulava homem mais parecido com um negro cativo do que um negro liberto.

(131) Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, *Poranduba Maranhense, Rev. do Inst. Hist.*, tomo LIV, p. 138.

(132) *Voyage en Amerique*, in *Hist. Universelle des Voyages*, t. XLIII, p. 345, Paris, ed. de Armand-Aubrée.

Deram estes de diferenciar-se pelo calçado — como outrora, paulistas e *emboabas*, pela bota. O sapato foi privativo do liberto. O escravo, mesmo trajado de gala, com a jaqueta agaloada e o calção de seda da casa rica, andava descalço — “distinção ignominiosa entre o individuo livre e o escravo” (133). Assim servia a mesa, recebia á porta as visitas, carregava a cadeira de arruar, acompanhava o senhor á cidade, era moço de recados, portador da lanterna que alumiaava os caminhos, laçoi da nobreza. O viajante Kidder espantou-se em Maceió, ao ver um negrinho nú, e metido nuns grandes sapatos, garboso destas insignias de sua emancipação (134). Isso reparára meio seculo antes Frei Francisco de N. S. dos Prazeres: “O escravo que se liberta calça logo chinela e quer ser tratado como branco, e que ninguem lhe chame negro” (135). “Nêgo do eito vira copeiro, Não oia mais pra seu parceiro...”.

Dous terços dos algozes de escravos no Brasil — “feitores, capitães de mato, corretores” — seriam negros ou mulatos, escreveu Luiz Anselmo da Fonseca. Arrogantes e mãos senhores, segundo Ferdinand Dénis (136). Odiavam aparentemente a propria raça... (137),

(133) Eugenio Rodriguez, *A Viagem da Imperatriz*, trad. de Gastão Penalva, p. 53, Rio 1936.

(134) Vd. Handermann, *Historia do Brasil*, ed. do Inst. Hist., p. 378.

(135) *Poranduba Maranhense*, R. do I. H., t. XLIV, p. 139 not.

(136) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 173, Baía 1928.

(137) Nina Rodrigues, *As Raças Humanas*, p. 158, Rio 1933.

“metidos a valentes e aparelhados para qualquer desafôro”, já disséra Antonil.

Repetia-se com os descendentes dos africanos o que sucedera aos filhos de india e portuguez: voltavam-se, intolerantes, contra os parentes do ramo oprimido, dando com isso jubiloso desafogo á vaidade do seu sangue nobre. Equiparavam-se aos senhores, castigando a escravatura; mas, sem os delicados e atavicos sentimentos cristãos daqueles, exageravam cruelmente o seu rigor. Eram porisso insubstituiveis guardiães do rebanho humano, preadores dos pretos fujões, carascos das fazendas, sentinelas da propriedade, e gerentes da lavoura dos seus amos.

Preconceitos de côr

O homem de côr não era igualado, como na America do Norte, ao negro: nivelava com o branco. José do Patrocinio diria, numa conferencia publica: “Nós latinos temos outra mentalidade...” (138). A poesia satirica de Luiz Gama, “A Bodarrada”, é uma critica á geral mestiçagem, porém envergonhada, dissimulada, escamoteada pela presunção universal de arianismo. O genial creoulo, filho de africana e branco illustre, via, por toda parte, irmãos de cruza. De fato — observam Fletcher e Kidder — não prevaleciam sensiveis prejuizos raciais. Kotzebue, em 1823, notára que o tea-

(138) Batista Pereira, *O Brasil e a Raça*, p. 89, S. Paulo 1928.

tro, no Rio, se dividia em duas esferas sociais: nos camarotes, a nobreza, tão elegantemente trajada como a das côrtes européas, e, na platéa, mais negros do que brancos... (139).

O mulato que lograra instruir-se subia, ombro a ombro com o seu loiro patricio, todos os postos da carreira social: não se cerravam, pelo fato da pigmentação, as portas da fortuna, fosse ele o padre José Mauricio, o engenheiro André Rebouças ou o poeta Paula Brito. Mesmo em relação aos que se evidenciaram pelos talentos invulgares, concorriam muitos benefícios: o interesse do governo em provar a sua imparcialidade quanto aos preconceitos de côr, o empenho em confirmar-se a tolerancia democratica, que estava no ambiente, e descia, da intimidade da familia patriarcal para as camadas populares. Qualquer homem publico do Imperio se julgaria prejudicado irreparavelmente, se recusasse ao conterraneo de tez escura o cumprimento, a justiça, a bôa vontade.

Não se fechara o Senado a Montezuma, a Salles Torres Homem, apesar da côr, viscondes de Jequitinhonha Inhomirim. A melhor aristocracia frequentava as festas do engenheiro Rebouças (140)... Em 1843, na Camara, ouvido benevolmente, o deputado Antonio Rebouças pedia a representação, no conselho

(139) *Revista do Inst. Hist.*, tomo 80, p. 524.

(140) Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Imperio*, p. 145, S. Paulo 1924.

da corôa, da “população mulata” (141). Não lhe interessavam os africanos, ou a sua progenie pura. Sabia que a fixidez etnica do guiné e do congo seria impossível, provisoria, no meio predestinado á miscegenação tumultuária, inevitavel. E tratava de exaltar a grande massa mestiça. Não foi feliz. Porque a separação dela, a sua caracterização, violentavam os costumes de velha indiferença, pelos matizes. Representante de mulatos, eleitores mulatos, uma categoria deles, constituiriam outro’s embaraços odiosos para a confusão final, dos elementos raciais, que a evolução do povo engendrava por si mesmo... A primeira impressão do conde d’Eu, ao chegar ao Brasil, foi “cette facilité accordée aux membres de races inférieures de s’élever au niveau de la blanche, qui rend la civilisation brésilienne si supérieure sous ce point de vue...” (142). Isso porque ouviu em Recife missa rezada por um encanecido pároco negro. Natividade Saldanha fôra ali um dos mentores da revolução de 1824: era mulato (143). Filho de escravos, Cruz e Sousa era mentor de escola literaria, antes da abolição (144). Nenhum músico fôra mais distinguido na côrte do que o mulato José Mauricio. Escravo ele proprio,

(141) Rebouças, *Recordações da Vida Parlamentar*, I, 524.

(142) Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, p. 92, S. Paulo 1935.

(143) Alberto Rangel, *Textos e Pretextos*, p. 50, Tours 1926.

(144) Nestor Victor, *Obras Completas de Cruz e Sousa* — Poesia, I, 14, Rio 1923.

Luiz Gama teve em S. Paulo um ambiente de advogado e jornalista, lisonjeado pela mais veemente popularidade. José do Patrocínio, negro como eles, foi no Rio de Janeiro irresistível condutor de multidões.

A família imperial dava o exemplo, fazia a moda ou consagrava os hábitos, impondo-os aos reacionários, aos intransigentes. D. João VI, nas audiências em S. Cristovão, recebia paternalmente homens de todas as castas: Os dous Pedros conservaram essa tradição. Num baile da côrte, vendo a princesa Isabel que uma dama se recusára a dansar com André Rebouças, convidou-o para a seguinte valsa, desagravando assim o ilustre professor.

Influencias da senzala

A moralidade popular sofria essas rudes influencias coloniais. O cativo envilecia até a ignominia; a liberdade envaidecia até o ridiculo. Com isso ficavam imprestaveis, para qualquer útil colaboração civica, tres quartas partes da população. As cousas do governo seriam apanagio de estreita minoria e o espirito politico continuaria circunscrito a uma elite reduzida.

Reparou Eschwege, que os delitos impunes no Brasil do seu tempo (1818), levariam á morte o condenado, em qualquer país da Europa; e disse, não seria possivel abater-se mais o nivel da moralidade publica (145).

(145) *Pluto Brasiliensis*, p. 177, cit. de Handelman, op. cit., p. 885.

Essa impressão, exagerada por Charles Mansfield, foi compartilhada pela maioria dos viajantes do seculo passado.

Dir-se-ia só não haver perdão para crime de negro.

Bem afirmara Antonil: “No Brasil costumam dizer que, para o escravo, são necessarios tres P.P.P., a saber, pão, páo e pano. E posto que comecem mal, principalmente pelo castigo, que é o páo, contudo prouvéra a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir, como muitas vezes é o castigo dado por qualquer cousa pouco provada”...

A punição do negro era rigorosa e infalivel, não por defesa do Estado, mas por interesse do particular e escarmento da escravatura. Fóra da mesquinha sociedade, balisada pelas senzalas e pelos troncos de amar-rar escravos, uma mole tolerancia admitia os mais extravagantes excessos...

A indolencia e a exaltação — características do povo (146) — confinavam-no, nas consequencias do contraste entre a servidão, que apagava o individuo, e a liberdade, que tudo lhe submetia. Quando dizem Mme. e Mr. Agassiz, “o que impressiona no Rio é a negligencia e a incuria” (147), traduzem um aspecto comum de desapêgo pelo que era coletivo, social, civico. Resto de individualismo antigo, da epoca pre-

(146) Capistrano de Abreu, *Ensaíos e Estudos*, p. 68, Rio 1932.

(147) *Voyage au Brésil*, p. 50.

urbana da família solitaria, do desinteresse do patriarca pelo que fosse estranho ao seu clam — misturava-se ás forças dissociativas, da escravidão que aviltava o trabalho e da liberdade que o repelia, para desenhar a fisionomia inconfundível da cidade rotineira, caturra e desanimada.

Trabalho manual

Deveras a prevenção contra o trabalho manual imprestabilizava quasi toda a população livre dos centros urbanos. José Bonifacio, recomendando a catequese dos indios, alvittrara que se lhes ensinasse o uso do arado, “para que deste modo lhes fiquem mais suaves os trabalhos da agricultura, e se não julguem aviltados e igualados aos negros, puxando pela enxada”, o que permitiria que os brancos “os imitem e percam falsos pundonores” (148). Predominou essa mentalidade até a extinção do trafico negreiro. Confirmava a lei sociologica: que o trabalho servil exclúe o trabalho voluntario (149). Reparára Ferdinand Dénis: se o aristocrata brasileiro equivalia ao europeu, nada se parecia menos com um operario de lá do que um ope-

(148) José Bonifacio, *Apontamentos para a civilização dos indios bravos do Imperio do Brasil*, Rio 1823.

(149) Vd. Georges Weill, *Histoire des États Unis*, p. 4, Paris 1919.

rario de cá. Começava o artifice português por não conduzir as ferramentas, que um escravo lhe carregava... (150). Sem o imigrante, dado a qualquer ocupação, para viver no meio novo, o nativo difficilmente venceria o preconceito, de que o trabalho era estigma de senzala (151). Educou-o na luta contra essa lamentavel formação do seu carater o alienigena desprendido das idéas-feitas na sua aventura de aclimação e na sua avidez de construção economica. Mas depois de 1850!

Os portugueses e o commercio

O commercio continuára quasi todo monopolizado pelos portugueses. Porque negociar ainda era, como antigamente, attributo de forasteiro, ou pessoa de nascimento inferior: "negotiar ex se est turpe", disséra S. Tomaz. Só a terra honrava, impunha dignidade, justificava poder, dava nobreza. Enquanto os brasileiros prosseguiam a exploração agricola, com os seus escravos, dilatavam os estrangeiros a sua influencia mercantil, renovando a situação tipica do Brasil setecentista, da "guerra dos mascates". Paralelamente ao

(150) Dénis, *Le Brésil*, p. 123. Vd. interessante carta do consul suiço na Baía, in nota do visconde de Abrantes, *Memoria sobre meios de promover a colonização*, p. 49.

(151) Marechal Cunha Matos, *Rev. do Inst. Hist.* VII, 296.

“português”, figura preponderante do comercio no Brasil (152), crea-se em Portugal a figura irradiante do “brasileiro”, ou seja o rude emigrado que voltou rico da America. Sofriam ambos, na patria adotiva e na propria, pela grossa fortuna amealhada na loja e no armazem... Uma das primeiras, ironicas reminiscencias de Camilo Castelo Branco, foi a do “brasileiro” que, trinta anos ausente; ia surpreender a boa familia da aldeia... (153). Lastimaria Eça de Queiroz: “De fato, o pobre “brasileiro”, o rico “torna-viagem”, é hoje para nós o grande fornecedor do nosso riso” (154). Aquilo vulgarizava uma fórmula de dominação social, realizada pelo açambarcador dos negocios nas cidades onde as classes vegetavam, prisioneiras do seu espirito colonial.

Regressar, entretanto, era a exceção: o comerciante do “reino”, sem se aperceber da transformação politica do Brasil senão pelas periodicas explosões do nativismo desde 1822, sobretudo entre 1831 e 48, que os trouxeram sobressaltados e coagidos — sempre se radi-

(152) Em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram, 1.545 de brasileiros, e 4.403 de portugueses. Em 1863 o numero daqueles caiu, para 1.083, e o destes subiu, para 4.813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3.941 e os portugueses 8.211 casas de negocio.

(153) Camilo, *Autobiografia* (coordenada por Tavares Proença), p. 10, Coimbra 1905.

(154) *As Farças* (Uma Campanha Alegre), II, 97, Lisbôa 1891.

cava na terra, para não mais a largar (155). A mesma lingua, o meio historico da colonização dos seus maiores, o clima e o povo que o atraíam, assimilavam-no, como outrora, na comunidade brasileira, cuja intolerancia jacobina, superexcitação de castas descontentes, fenomeno de contrariedade social mais do que de resistencia nacional, ao alienigena, coincidia apenas com as crises agudas do sentimento popular.

Jacobinismo

As lutas da Regencia, por ultimo a revolta da Praia, em Pernambuco, alastraram pelo Imperio a animadversão das massas contra os comerciantes estrangeiros.

O "mata-maroto" da Baía, em seguida á Independencia, o odio ao alienigena, em 1831, as "rusgas" em Mato Grosso (156), em 1832, a "cabanagem" no Pará, com o morticínio de portuguezes, a "balaiada" no Maranhão, o "mata marinho" (157) com a sedição pernambucana de 1848, xenofobas, misturando ao instintivo nacionalismo as coleras baixas e ferozes do

(155) E' de Alexandre Herculano a frase: «A nossa melhor colonia é o Brasil, depois que deixou de ser colonia nossa».

(156) Visconde de Taunay, *A Cidade de Mato Grosso*, Rev. do Inst. Hist., t. LIV, p. 94.

(157) Moreira Teles, *Brasil e Portugal*, p. 23, Lisboa 1914.

povo das ruas, visavam ao homem de fóra, porém especialmente ao monopolista dos negocios (158), ao fornecedor dos generos, ao responsavel pela vida cara, enriquecido no balcão, odiado das populações pobres, ainda mais indigentes em consequencia das desordens politicas e da paralizia economica em que se afogavam.

Eram conflitos atiçados pelo nativismo, mas de transparente sentido social: o consumidor irritado contra o marchante, a populaça indignada com a alta dos preços, com as prevenções coloniais, contra o metropolitano, eletrizadas pelas novás idéas de liberdade, achando o brasileiro insuportavel a prosperidade do forasteiro, em contraste com a sua miseria urbana, e num regimen constitucional de proteção dos nacionais... Sabendo-se na Baía da abdicção de D. Pedro I, o que se cuidou logo foi de expulsar os antigos reinões, principalmente caixeiros, não se concedendo mais licença para desembarcar senão aos que viéssem para os campos... (159).

Nacionalizaçõ de comercio é programa comum, no litoral e no interior — contra a passada ordem de cousas.

De resto, a despeito disso, os costumes não se alteraram sensivelmente. O seculo findaria sem que se

(158) Vd. Afonso d'Albuquerque, *A Liberdade no Brasil*, p. 68, Recife 1864.

(159) Inacio Accioli, *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Baía*, IV, 277 (edição Braz do Amaral), Baía 1933.

“nacionalizasse”, como quiseram os “abrilistas”, o commercio no Brasil. Feria-se o conflito, não contra a persistencia do intruso, porém contra a estrutura das classes e as influencias da escravidão, que só desapareceriam com ela. A ruralização da vida, polarizada pelas grandes plantações, os aristocratas detidos no interior pelas suas fazendas novas ou pelos velhos engenhos; a direção das multidões de escravos, nas propriedades rendosas; a fraca urbanização, e os preconceitos que ligavam a profissão mercantil á burguesia sem titulos nem honras — deixavam aberto o caminho áqueles estrangeiros, fixados na cidade. O sobrado dos bairros comerciais desempenha as funções de uma colonia caixeiral, retém e centraliza o trabalho, que se não distrai na dispersão das outras atividades economicas. Na Baía, as casas altas, de cinco e seis andares, que enchem a parte baixa da capital, têm a loja no rez-do-chão, a familia do lojista no primeiro pavimento, e os empregados distribuidos pelas demais instalações, servindo as escadas do predio de separação hierarquica, entre as categorias deles. Mercadores havia ali, que meio seculo fizeram o seu negocio, vendendo no armazem e dormindo no sotão, sem jamais terem saído do seu bairro, para conhecer sequer a “cidade alta”. Esse prodigio de estabilidade robustecia a casta dos negociantes, solidarizava-os, com a união lhes multiplicava a influencia, neutralizando as prevenções,

gradualmente dissipadas (160). O segundo Reinado pacificou definitivamente o país.

Em 1847, dali escrevia o diplomata Forth-Rouen: “O que me admirou e o que depõe pouco, em favor dos brasileiros, foi o fato de todo o comercio estar nas mãos dos portugueses. Ha pouco mais ou menos dez mil individuos da nação portuguesa que formam toda a população comercial e industrial do país” (161). Em 1845, calculou Sarmiento em 50 mil, o numero de portugêses domiciliados no Rio de Janeiro (162).

E haveria de opôr-se Alexandre Herculano á campanha que em Portugal se fazia, contra a emigração, calculando em 6 mil contos anuais a remessa, dos portugêses do Brasil para a mãe-pátria, fruto do trabalho recompensado, fecundo resultado de uma aventura interminavel...

(160) A emigração orienta-se fatalmente, das antigas metropoles para os países que outrora colonizaram, v. g., da Inglaterra para os Estados Unidos, da Espanha para a Argentina, de Portugal para o Brasil (Bento Carqueja, *O Povo Português*, p. 406, Porto 1916). Isto mesmo dissêra, em 1835, Miguel Calmon (Abrantes), *Memoria sobre o estabelecimento d'uma Companhia de Colonização nesta Provincia, oferecida aos baianos*, p. 5 Bahia 1835.

(161) *Revista do Instituto Historico da Baía*, n. 57, p. 541 (Baía 1931).

(162) *Viajes*, I, 117.

IX

ENGENHOS DO NORTE

A “civilização do açúcar” dava, no norte, á sociedade imperial, uma estabilidade propria, como não sucedera em nenhuma outra região economica do Brasil.

Paralelo

O café, contemporaneo da transformação politica da Independencia, produzira um novo tipo social: o moderno fazendeiro que construía o solar rural á moda do plantador americano do Mississippi ou da Virginia. Mas o açúcar deixára imóvel, no reconcavo da Baía e no vale do Capibaribe, o aristocrata colonial: ele faz a Independencia, porém não a aceita nas suas consequências sociais; sustenta o Imperio liberal, e lhe resiste, na conservação intransigente das tradições do tra-

balho português. Pelas fazendas de café da provincia do Rio perpassa a influencia da côrte; só os engenhos de açúcar não se modificam sensivelmente, com a evolução geral da vida. A decadencia da riqueza, ao norte, agrava esse isolamento orgulhoso. O produto perde constantemente terreno e as familias poderosas, proprietarias das mesmas fabricas que tentaram os holandeses no seculo XVII, circunscrevem com dignidade a sua projeção, retráem-se altivamente. Caracteriza-se a cultura cafeeira pela expansão: a fome de territorios impele a marcha dos cafezais. A lavoura da cana limitou-se á area explorada, condensou em nucleos sedentarios a população tolhida pela intensa atividade dos engenhos, e assim permitiu que a rotina corrompesse lentamente a força mais nacionalizante do velho Brasil — que fôra a classe dos *senhores* do litoral.

Em 1835, a supressão dos morgadios vibrára nessa elite o golpe mortal. Alcide d'Orbigny ainda a encontrára com os mesmos privilegios de ha duzentos anos: "La propriété d'un moulin à sucre est dans la province (Baía) une espèce de titre de noblesse. On appelle celui qui possède de tels droits à la considération publique "senhor d'engenho" (163). Reproduzia quasi o depoimento de um autor de 1618: os "mais ricos têm engenho com titulo de senhores deles, nome que

(163) *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, p. 132.

lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões"... (164).

Dupla razão de fixidez, de caracterização nobiliarquica: á inalienabilidade do engenho, cuja "senhoria-gem" possuíam, se juntava o privilegio do "vinculo". Com a sua obrigação de ordem religiosa (caso em que o "vinculo" se chamava "capela") ou apenas o aspecto de propriedade gravada em favor do primogenito, ou, por doação, do parente, que devia substitui-lo — o "morgado" fôra uma instituição de sabôr latino e castelhano, que floresceu coincidentemente com a colonização do Brasil, a partir de 1557 (165).

Arreceiára-se o marquês de Pombal de revoga-la inteiramente, porque importava — disse ele — em "sustentação da nobreza, indispensavel nas monarquias". Não poderia a America forma-la, sem a imobilização juridica do solo, a correção da imprevidencia do colono pela velha lei da herança patrimonial, a presunção de fidalguia que se ligava á terra. No continente novo, onde houve dominio inalienavel, plantação que, por dividas, não podiam tomar a seu dono, e engenho que a sucessão do proprietario não destruía — ali uma aristocracia semelhante á do reconcavo açucareiro do Brasil se estabeleceu, explorando o trabalho

(164) *Dialogos das Grandezas do Brasil*, edição de Rodolfo Garcia, p. 33, Rio 1930.

(165) Coelho da Rocha, *Instituições de Direito Civil Português*, II, ps. 701-2, Coimbra 1852.

servil, cultivando o luxo e a vida aparatosa, educando na Europa os filhos, rodeando-se da pomposa dignidade de um feudalismo rude e primitivo.

Alhures, como aqui, antes do interesse político, da organização da classe, se manifestára o economico, do fomento da industria. O carater "capitalista" da fabricação do açúcar exigira uma proteção especial do patrimonio, constituído graças aos maiores sacrificios, e de sua natureza solidario, na combinação, inseparavel, de todos os elementos de que se compunha: o canavial, a mata que fornecia a lenha das fornalhas, a escravatura, a cavallhada, oficinas e casario, as barcas de transporte...

Essa unidade definida, era o *engenho* de açúcar.

Sem o solo adjacente, sem a copiosa mão de obra, sem as dependencias, que lhe completavam os aparelhos de produção, passaria a funcionar incertamente, segundo o arbitrio dos associados. Sómente conservaria a sua capacidade produtiva se não se desmembrasse, pela descendencia, porém coubesse inteiro ao chefe da casa, em linha da primogenitura que assegurava, além disto, a permanencia de sua nobreza.

Não teve outro fundamento o sistema de propriedade adotado para a colonização francesa das Antilhas, depois do fracasso da conquista holandesa do Brasil. As "concessions seigneuriales" do Canadá engendraram um patriarcalismo tendente a estabilizar a classe proprietaria. Nas Antilhas, a inviolabilidade do dominio agricola formou uma categoria de ricos fazendei-

ros, cuja vida, faustosa e perdularia, se apoiava á conservação do seu patrimonio (166).

Fatores de estabilidade

De resto, a quéda dos preços do açúcar, com a diminuição progressiva do giro comercial, empobreceu sensivelmente a aristocracia que, no seculo anterior, construíra, entre canaviaes, os seus palacios.

A invenção do sucedaneo — açúcar de beterraba, em 1805, a concorrência das colonias da America Central, logo a invenção dos grandes maquinismos, accentuaram aquella depressão, irremediavel, no primeiro quartel do seculo XIX.

A politica anti-escravagista de Inglaterra e a insurreição de S. Domingos tinham propiciado o desenvolvimento economico de Cuba e Porto Rico, que, em 1828, produziam 65 mil toneladas, enquanto o Brasil apenas 28 mil, ou fossem mais de 8 mil do que a Luiziania (167).

Mas o mal era antigo, e a debilidade da economia brasileira quasi tão tradicional quanto ella mesma.

Muito pouco variaram, em dous seculos, as cotações do produto.

(166) Vd. Louis Philippe May, *Les E'tudes Sociales*, Avril 1936, p. 137 (Paris).

(167) George Thomas Surface, *The Story of Sugar*, p. 28, New York 1910.

O preço da arroba do açúcar fino, em 1688, fôra fixado em 950 réis na Baía; em 1751, em 1\$400; e caíra em 1798 a 1\$000. Excesso de exportação, compensando a humildade do valor? Não; porque também a produção — até a liberdade de commercio, de 1808 — se firmára em algarismos estaveis, influenciada pelas mesmas condições de inercia economica. No periodo holandês, 1637 a 1644, exportára Pernambuco 2.070.135 arrobas (168). Em 1703, a exportação total da colonia ainda estava em 1.295.700! Quando os flamengos assaltaram Recife, em 1631, havia embarcadas 8 mil caixas. Em 1703, a exportação era de 12.100, em 1746 baixou a 3.814, e em 1807 não subira de 4.271 caixas... Nem o numero de engenhos crescerá, á proporção do povoamento: em Pernambuco, em 1630, moíam 150; eram 254 em 1707; somente 276 em 1750. Assim mesmo, em 1802 foi proibida a construção de novos engenhos, sem licença do governador. “Os lucros do nosso agricultor — queixára-se a Camara de Recife — nunca chega para as despesas da fabrica”... Um senhor de engenho que fabrica mil pães (3 mil arrobas) apurava afinal o escasso lucro de 200\$000 por safra — calculou Ferreira da Camara (169).

(168) Pereira da Costa, *Historico*, in *Trabalhos da Conferencia Açucareira do Recife*, p. XVI, Recife 1905.

(169) Manoel Ferreira da Camara, *Ensaio de descrição fisica e economica da Comarca dos Ilhéos*, p. 14, Lisboa 1789.

A abertura dos portos reanimou os senhores de engenho, sacudiu o torpôr ao seu negocio rotineiro e depauperado.

O commercio dirêto com a Inglaterra dobrou e triplicou movimento, valor, credito. A nova especie de cana, trazida da Guiana — Cayenna (ou *caiana*) — melhorou as plantações (170).

A exportação pernambucana, em 1810, elevou-se a 9.840 caixas, e em 1816 parava em 9 mil; porém o preço da arroba andava em 1\$600. Em 1820 chegou a 1\$954; em 1850, a 2\$216... Florescia a côrte imperial. As provincias do sul ganhavam importancia e riqueza, com a "civilização do café". Os mercados internos substituiriam com vantagem o consumo exterior, em declinio incessante mesmo a despeito da quebra do valor da moeda, que favorecia as remessas...

Beneficiava-se, entretanto, dessa situação prospera a lavoura de Campos dos Goitacazes. Adquire ela rapidamente — estacionaria outrora, depois extraordinariamente prospera — proporções formidaveis. Em 1801, 200 engenhos se estendiam pelo vale do Paraíba: em 1816, eram 360; em 1820, 400 engenhos e doze destilarias, que podiam exportar mais de 8 mil caixas

(170) Em 1822, era geral no Brasil a plantação da «caiana». Antonio Bernardino Pereira do Lago, *Estatística geographica da Provincia do Maranhão*, p. 48 not., Lisboa 1822.

de açúcar (o dôbro, das exportações de 1792) e 6 mil pipas de cachaça (171)!

O proprietario do reconcavo do norte empobreceu, e trancou-se na sua nobre resignação.

“Os engenhos do Norte — diria Joaquim Nabuco, pertencente áquella linhagem — eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado do senhor, cuja importancia e posição avaliava-se pelo numero de seus escravos. Assim tambem encontrava-se ali com uma aristocracia de maneiras, que o tempo apagou, um pudôr, um resguardo em questões de lucro, proprio das classes que não traficam” (172).

Disse De Bonald, que a nobreza em França era para a familia o hereditario devotamento ao serviço publico, e, para o individuo, a exclusão de toda profissão mercantil. — Por esta ultima qualidade se distinguiram os aristocratas brasileiros; nas suas fileiras, porem, recrutou a monarquia a pleiade de homens politicos que a governaram, comunicando á administração e ao parlamento o espirito e distinção da classe dos velhos proprietarios rurais.

Realmente, a estabilidade social, na região açucareira, provinha mais da organização engendrada pelas leis da colonia (engenhos inalienaveis, a escrava-

(171) Saint-Hilaire, Pizarro e Teixeira de Melo, *Revista do Inst. Hist.*, tomo XLIX, 2.^a parte, p. 80.

(172) *Minha Formação*, p. 218, Paris 1900.

tura, a nobreza que a terra dava, e os seus privilegios) do que dos resultados economicos da lavoura. Por ultimo, as verdadeiras fortunas, que ali se mantêm, são as de senhores de muitos engenhos, reunidos sob o seu dominio por alianças matrimoniais ou sucessão dos antigos troncos: isoladas, aquelas propriedades tinham um valor decrescente, na fadiga dos chãos esgotados, na distancia, cada vez maior, da floresta que produzia a madeira das caixas e a lenha das fornalhas, no peso-morto dos escravos invalidos, que oneravam a coletividade (173).

“A mão de obra da escravidão é carissima...”; no custeio, iam dous terços da produção — observára o diplomata Forth-Rouen, de passagem pela Baía em 1847 (174). Em Pernambuco, por esse tempo, a despesa, para uma arroba de açúcar, que se vendia a 1\$199, era de \$731. A reforma das fabricas, depois de 1815, quando se instalou o primeiro engenho de vapor, exigia capitais grossos, (82 contos de réis, valia um engenho regular) (175) adiantados com usura pelos comissarios da cidade, que déram de acumular, em forma esmagadora, os seus creditos sobre os clientes. Sómente em 1835, pretendendo os proprietarios dos trapiches aumentar o preço das taxas sobre o açúcar, obtiveram os senhores de engenho fossem alfan-

(173) Vd. «Espirito da Sociedade Colonial».

(174) *Revista do Inst. Hist. da Baía*, n. 57, p. 543.

(175) Gileno de Carli, art. *Anuario Açucareiro*, 1936, p. 14,

degados aqueles armazens (176). Em 1835, acabando o sistema dos vinculos, a situação financeira dos senhores de engenho se patenteou grave, diante de um futuro incerto, entre a perspectiva das maquinas custosas, que devia importar, para aumentar o rendimento da industria, e as ameaças da extinção da escravatura. Em estatística de 1833, na Baía, apurava-se para toda a produção, em confronto com o capital infundido, o lucro apenas de 6,6%... Um escravo correspondia ali a uma caixa de açúcar, enquanto que nas colonias inglesas um escravo produzia tres caixas... (177). Nos entrementes complicavam-se as solicitações do esplendor e do prestigio das elites rurais, seduzidas pela politica, atraídas á cidade, interessadas em dar aos filhos uma educação européa, nas universidades alemãs e francêsas. Daí o desgaste gradual dos patrimonios, o declínio acentuado da economia açucareira, o drama do seu conflito com as sucessivas imposições da falencia, quando se inaugura, em 1877, a epoca dos “engenhos centrais”, das grandes usinas, da campanha abolicionista, do deslocamento do eixo politico do país, do norte para o sul.

O maior sacrificio a que se sujeitou essa aristocracia de prosperidade estagnada, no meado do seculo

(176) Braz do Amaral, *Historia da Baía do Imperio á Republica*, p. 123, Baía 1923.

(177) Fairbanks, cit. por José Ferrari, *Engenheira*, I, 196, Baía 1853.

XIX, foi a venda de parte de sua escravatura para as fazendas de café, quando as fontes do trafico secaram. Até então, tivera como costume conservar, prêsa á terra, toda a população negra, assim em desproporção com os rendimentos dela, e as pôsses do senhor. Não se alienava um cativo senão como castigo, para exclui-lo da sociedade bem ordenada. Disse Antonil que havia creoulos afeiçoados á propriedade onde nasceram, que morriam do pezar de deixa-la. Quanto mais numerosa era a escravaria, mais branda lhe corria a vida, vigiada pela natural complacencia do dono, dispensado de comprar novos negros, por se multiplicarem sufficientemente os seus, num acrescimo incessante da pequena colonia herdada. O regimen servil adoçára-se razoavelmente, com o crescimento vegetativo, evitada a aquisição de pretos boçais, cada vez de peor origem (desde 1815 se comprometera Portugal a suprimir o trafico ao norte do equador), encaminhados todos para os centros agricolas fluminenses, mineiros e paulistas. Demasiadamente tentadores os preços de escravos em 1848, os senhores de engenho decidiram-se a québrar o nobre preconceito, e começaram a vendê-los; mas, ainda assim, depuravam as suas senzalas, cedendo de preferencia os menos estimados, ou de raças fracas, para que ficassem os elementos úteis, os prestadios, os bons.

O trafico inter-provincial poude, algum tempo, equilibrar a economia dos engenhos do norte, entre 1850 e 1880. Em 1864, no engenho Pimentel, o Dr.

João Garcez dos Santos inaugurára o trabalho livre (178). Era a propaganda da abolição, o anúncio da crise que se acercava, um fim de regimen que a filantropia dissimulava, advertindo aos imprevidentes e aos incrédulos...

Os senhores

Na literatura brasileira dous poemas assinalam, o esplendor inicial e o apogeu da vida feliz, que a nobreza da terra soubera acontonar e florir na região do açúcar: a "Ilha de Maré", de Botelho de Oliveira, em 1709, e a "Engenheida", de José Ferrari, em 1853.

Ô primeiro poeta brasileiro que publicou versos, comemorára "nesta ilha", "mui ledo e mui vistoso um engenho famoso"... (179). Cercava-o a admiravel natureza, que lhe inspirára o primeiro clamor de nativismo petulante, a encher de ciumes Portugal... Ali se acumulava "quasi tudo quando o Brasil todo" tem, e que "em si perfeitos quatro A.A. encerra":

*"São pois os quatro A.A. por si singulares
Arvoredos, Açucar, Aguas e Ares".*

(178) André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos Economicos*, p. 182, Rio 1883.

(179) *Musica do Parnasso — A Ilha de Maré*, edição da Academia Brasileira, p. 188.

Nas suas prolixas estrofes descritivas cantou Ferrari a gentileza simples, a urbanidade acolhedora, a magnificencia familiar, a convivencia amavel, a tranquillidade e a candura dos costumes aristocraticos dos engenhos, na sua fase aurea.

Era quando cada um dos proprietarios, mercê da imperial munificencia, passára a comendador, coronel da Guarda Nacional, visconde ou barão, e, sem que lhes aumentasse a fazenda, porém duplicadas as despesas com o tratamento adequado á posição, doiravam a simplicidade rural do Brasil velho com a imitação das belas maneiras européas.

A maior diferença que ha então, entre a *casa-grande* de 1850 e a de 1750, é o interior rico.

Outrora reinara a mesma sociabilidade farta; entretanto a tristeza da mulher colonial, o seu retraimento, a rudeza dos habitos primitivos e duros, não permitiam ainda que os salões se abrissem, para o luxo e a delicadeza dos saráos. As festas eram de ordinario campestres ou religiosas, ao ar livre, em contacto com a natureza, cavalhadas, caçadas (180), refeições medievais, nos pátios do engenho, adoçadas pela musica dos negros, pelos descantes dos trovadores que batiam estradas pagando o agazalho com as canções, pelos discursos burlêscos e pelos jógos florais. A varias dessas cênas de sabôr quinhentista se referiu, na

(180) «Ande sempre na caça e montaria...» Gregorio de Matos, «conselhos a qualquer tolo para parecer fidalgo», *Obras*, IV, 52.

sua poética, Gregorio de Matos, parceiro delas, e obrigatória figura das folganças e aventuras da fidalguia, nos engenhos baianos do fim do século XVII. Século e meio depois, as portas da *casa-grande* se tinham aberto, iluminando-se com os candelabros de prata as salas mobiladas á moda francesa. O cravo e o piano substituem a viola boêmia dos cantadores do passado e os instrumentos barbaros dos músicos africanos. As senhoras recebem de Paris o vestido, as joias; e os homens trazem das universidades alemãs a educação moderna, o cavalheirismo romantico, o gosto intelectual, a finura das raças requintadas. As mansões do reconcavo adornam-se primorosamente, afidalgam-se de arte e cerimoniais, reproduzem, em habil transação com a rotina e a barbarie das senzalas, uma vida de pequena côrte, com os lacaios fardados, as carruagens e os barcos de passeio, os festins, a hospedagem nobre, a ostentação que devia indicar o gráo de cultura, a hierarquia do senhor. Organizam eles as suas bibliotecas, nas quais têm logar de honra a “Revue de deux mondes” e as obras dos enciclopedistas do século XVIII. No engenho “Morenos”, em Pernambuco, leu o imperador um manuscrito do “Castrioto”... (181). Formam assim o espirito critico, estrangeiro naquele meio acanhado, enchendo-o — porque as ressonancias da Pátria eram mais vagas, mais distantes — de impressões

(181) *Memorias da viagem de S. S. M. M. I. I. ás Provincias da Baía, Pernambuco, etc., II, 142.*

e curiosidades européas. Contrariam a tradição da casta, antigamente sedentária, imobilizada nas suas terras de cana, viajando muito. A primeira necessidade disto estava no ensino dos filhos. Rôtos os laços portugueses, ainda desacreditadas as Faculdades do país, o que lhes parecera mais proprio e digno fôra mandar os rapazes a Heidelberg e Berlin. Na decada de 30-40, as universidades da Alemanha educam numerosos brasileiros, sobretudo baianos, pernambucanos, maranhenses. Regressando ao engenho, transportam consigo o "ambiente" moral da mocidade; exilam-se, no torrão natal; não se adaptam mais á brutalidade do trabalho servil e á melancolia da vida campesina; são, espiritualmente, outros tantos desenraizados. Mas fomentam a civilização, transplantando-lhe as comodidades: estudante que volta, transporta na bagagem a alfaia, o utensilio, a indumentaria, o livro, o "sport", os vicios sociais, as aspirações politicas, o movel doirado, os quadros celebres, os figurinos modernos, que compõem, na Europa, o decôro aristocratico, ou da pretenciosa burguesia. Generaliza-se a mania do retrato a oleo. As paredes da *casa-grande*, tão despidas nos tempos lamentaveis da reclusão feminina, resplandecem agora, com a galeria de quadros de familia. Os melhores artistas ganham a vida no Brasil, retratando os morgados; alguns, em excursões pelo interior, enriquecem, pintando baronesas e fazendeiros. Vêm depois a tapeçaria, os "serviços" de Saxe e Limoges, as mobílias de Boulle, a prataria do Porto, os cristais de Boê-

mia, a preceptôra alemã, o professor particular, o administrador para o engenho, substituindo o bronco feitor de calabrote em punho, e o restante aparato, que arruina devagar, mas brilhantemente, o proprietário agrícola. O barão de Paramirim, senhor de engenho na Vila de S. Francisco, homenageou o imperador e sua comitiva — em 1859 — com duas admiráveis, imperiais baixelas de prata e porcelanas finas (182). Semelhante opulencia achou D. Pedro II pelos engenhos que visitou, na Baía e em Pernambuco, nesta provincia principalmente na propriedade de Antonio de Souza Leão... (183).

Apesar de tudo, o senhor não abandona o engenho. Tem na cidade a casa de inverno; mas a verdadeira morada, onde lhe corre o tempo nobremente, é o solar histórico, seu castelo, seu berço, seu orgulho, que recebera dos pais feio e silencioso, e transformára, ao sabor da nova estética. Porisso, o *sobrado* adquire, na Baía e em Pernambuco, em 1850 e 60, esplendidos melhoramentos. Sobre arcos classicos, alveja a varanda de marmore, enlaçada de trepadeiras. Uma escadaria curva, de perfil palaciano, dá á fachada distinção, realce, altura conveniente. Dir-se-ia que na linha ousada de um lançaõ de escadas fulgia a prosápia do castelão. Janelas amplas, arejavam os salões de tectos lavrados, banhavam de luz um interior austéro, desta-

(182) *Memorias da Viagem de S. S. M. M. I. I. ás Provincias da Baía, Pernambuco, etc.*, I, 164.

(183) *Memorias, cit.*, II, 142.

cavam os ornatos murais. Nestes, tinham trabalhado pintores de nome. As famílias realmente fidalgas suspendiam em alguma parede, muito á vista, o seu brasão d'armas. Não era costume apresenta-lo nas portas externas, como nos paços de Portugal. Poucos se lembrariam ali de fazer como o barão de Mauá, na sua casa de Mercedes, no Uruguai — palacio de sotéa espanhola, com um largo escudo em relevo entre duas sacadas, as armas imperiais abertas num gradil e as do senhor, em côres, no tópo do prédio. Havia uma discreção elegante, quanto a esses sinais nobiliarquicos. Um dos velhos engenhos da Baía, Mataripe, em vez do brasão, tinha, sobre a porta solarenga, uma figura mitologica de pedra. O escudo dos Monizes — com as quatro tintas dos Lusignan, como está nos tectos de Cintra — flameja em largo vitral na igreja ao pé da senzala, e refléte os seus esmaltes num chão retalhado de campas... Essa modestia é nada menos do que uma altiva despreocupação pelo passado português: basta á classe dos senhores de engenho o titulo de nobreza, que o dominio transmite. A emulação consistia na grandeza dos edificios, nas equipagens, no trato, na cortesia, no sistema de agazalho. “Se chega um hospede nos engenhos do Reconcavo — testemunhou Martius — encontra em toda parte, nas grandes moradas, comodidade e revelação de riqueza, no modo de viver e na criadagem numerosa” (184).

(184) *Através da Baía*, trad. de Pirajá da Silva, p. 114, Baía 1928.

Alem disso, a area restrita condensára um parentesco intenso, peculiar á endogamia das castas que fugiam á mestiçagem, depuravam-se nos casamentos de conveniencia e procuravam corrigir a decadencia economica com as alianças vantajosas. Nesse particular, uma politica entrançava as familias tradicionais: conjugavam-se visando á conservação das propriedades, ao amparo mutuo, á manutenção dos troncos raciais, ameaçados pelos elementos adventicios. Daí tambem os casamentos precipitados, em idades inverosimeis, meninas de onze, doze anos com rapazes de 18 e 20; a solidariedade tribal, na zona dos engenhos; a espontanea liga dos proprietarios, contra motins de escravos, calamidade que atingisse a algum deles, eleições e obras publicas, injurias ou infortunios; a cooperação para trabalhos em comum, canalizações, estradas, polciamento rural; a delicada correspondencia em alegrias e pezares.

A decadencia e a transformação do trabalho não conseguem empalidecer a animação social na zona açucareira, até 1888. Dir-se-ia mesmo que as difficuldades materiais lhe aguçam, numa resistencia fulgurante, o "character" de clam, o patriarcalismo arcaico. A' medida que a autoridade politica abandona a região dos engenhos para localizar-se na cidade, e a burguesia perturba, com os seus capitais, a rotina agricola, e os titulos nówos se confundem com os velhos, e se arruinam as antigas fábricas, aquela gente persevera na magnificencia dos seus costumes, e os apura, como

para acentuar as linhas tradicionais do seu espirito. E' um quadro á parte da vida brasileira, que se conservará enquanto resfolegarem, junto á levada, as caldeiras do engenho, e o negro tanger, para a moenda, as carroças de cana. E' uma categoria de aglutinação social que tem prazo fatal para sobexistir: começará a dissipar-se com a abolição, perderá, com a quéda da monarquia, o seu sentido ético, e desaparecerá com a usina, que matou o engenho de vapôr, como este acabara com o engenho moente e corrente de Gabriel Soares e Antonil.

A revolução não extinguiu a industria do açúcar; mas eliminou a aristocracia que a creára, e, simultaneamente, ao arcaico Brasil do litoral, da Independencia e do Imperio.

A ERA DO CAFÉ

O grande acontecimento da vida economica do Imperio foi o café.

Começára essa lavoura em experiencias de quintal, em redor do Rio de Janeiro. No fim do seculo XVIII interessava os municípios vizinhos. Desenvolvia-se logo a seguir pelas terras altas da provincia do Rio. Seria pouco depois a agricultura caracteristica do novo periodo histórico, que se inaugurou com a Independencia.

A descida dos povoadores mineiros das suas montanhas, onde se sumira o ouro nos aluviões esgotados, para o vale do Paraíba, que prometia um espantoso rendimento agricola, corrigiu uma precipitação curiosa. O “rusch” para as minas, através da estrada de Braz Leme, desprezára os territorios ferteis aquem da Mantiqueira, na obstinação — que durou um seculo — de lá peneirar o ouro nos correços onde fôra este tão

abundante e visível, entre Vila Rica e Caeté. Com a extinção dos filões e a consequente decadência das povoações tributárias do trabalho mineiro, os jovens colonos foram preferindo a região de lavoura que, ao longo do Paraíba, tinha a vantagem de um fácil transporte para o porto do Rio de Janeiro. Dispunham dos numerosos escravos, desocupados em virtude do colapso da exploração aurífera, e de instrumental e experiência, apropriáveis á nova lavoura. Estavam portanto em condições excepcionais para abrir, nas florestas fluminenses, as vastas fazendas de café. Sem esse considerável contingente de braços disponíveis não poderiam crear em pouco tempo uma cultura tentacular, que impeliu para longe o maciço florestal, estendendo-se desde as cercanias da côrte até os pendores da serra da Mantiqueira. As principais famílias que colonizaram a provincia fluminense (Teixeira Leite, Furquim Werneck, Nogueira da Gama, Piedade, Monteiro de Barros, Toledo Pisa) eram das Minas Gerais.

O lucro animador das primeiras colheitas confirmou, fixou, promoveu o largo esforço desbravador.

Em 1809, na ilha Grande, a arroba de café alcançára o preço maximo de dez tostões.

Quando Saint-Hilaire atravessou o rio Paraíba, vendia-se a mesma arroba, á porta da fazenda, por oito e nove patacas (185): valia ouro.

(185) Saint-Hilaire, *Second Voyage*, p. 328, Paris 1837.

Daí a corrida ás *terras rôxas* da zona serrana (nucleo de Rezende) e da baixada (S. Gonçalo) (186), o impiedoso incendio das matas, a intensa, crescente produção, a subita inundaçãõ dos mercados estrangeiros, sobretudo da America do Norte, pelo café fluminense. Em 1822, ainda não aparecia ele na bolsa de Nova York, e, em 1833, era do Brasil um terço do produto ali negociado (187). Em 1818, segundo Luiz de Freycinet, não havia fazendeiro com mais de 20 mil cafeeiros. Pois em 1835 já em Vassouras floresciam plantações de 500 e 800 mil pés — na informaçãõ do padre Ferreira de Aguiar (188); e, em 1850, só no sector oriental do Paraíba, o numero de fazendas passava de 600.

Fôra a espantosa novidade economica dos tropicos naquela decada, a derrota dos holandeses no campo da concorrência comercial, perdendo Java a dianteira no fornecimento do café, apesar do seu racional regimen de exploraçãõ pelo Estado e dos seus sistemas perfeitos de credito e circulaçãõ (189). Em 1859, finalmente, para as nossas 2.422.000 sacas, exportava a ilha batava 945 mil. Passou a exportaçãõ brasileira, de 4 e meio milhões, no quinquenio de 1836-40, para 12 e meio

(186) Oliveira Viana, *O Café no 2.º Centenario*, II, 518.

(187) Comte de la Hure, *L'Empire du Brésil*, p. 188, Paris 1862.

(188) Vd. Afonso Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 5 de Abril de 1936.

(189) Vd. Pierre Gonnaud, *La Colonisation Hollandaise à Java*, p. 431, Paris 1905.

milhões, no de 1856-60! (190). O Imperio produziu, justamente, a metade da colheita mundial.

S. Paulo

A provincia de S. Paulo resume, melhor que as demais, o surto economico produzido pela rapida transição, da pecuaria dispersiva para a grande agricultura, e, nesta, do cultivo da cana d'açucar em Campinas para as plantações de café — a triunfante monocultura — entre 1820 e 1850.

No fim do seculo XVIII, era a cidade de S. Paulo "hoje a mais decadente da America" (191). Depauperara-se a provincia graças ao genio aventureiro, ao nomadismo sertanista dos bandeirantes, desde o inicio de sua história mais homens dos campos largos que das vilas acanhadas. Com a abertura dos caminhos do Rio Grande do Sul e das Minas Gerais, a riqueza concentrára-se nas feiras de gado de Sorocaba, encruzilhada daqueles sertões, onde a burrama, as cavalhadas e os rebanhos, transportados do pampa, eram vendidos aos compradores mineiros, fluminenses e baianos.

Ali, ao tempo de Saint-Hilaire, se negociavam 20 mil burros de uma vez. Quarenta anos depois, subira

(190) Miguel Calmon, *Factos Economicos*, p. 187, Rio 1913.

(191) Marcelino Ferreira Cleto, Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo, 25 de Outubro de 1782, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 21, p. 195.

o numero deles para 40 e 50 mil, correspondentes a um giro de dous e tres mil contos de réis (192).

Mas a prosperidade estavel da provincia coincidiu com as culturas de cana de Itú, Jundiaí, Campinas, que em 1818, segundo Saint-Hilaire, já exportavam 300 mil arrobas de açúcar (193), "podendo o rio Parapanema ser considerado como o limite de canas no planalto" (194). Em 1825, admirava Hercules Florence a animação mercantil e social de Jundiaí e Campinas, devido á industria do açúcar. Oéste e sul paulistas, em 1835, produziam 568.949 arrobas de açúcar, para 76.049 de café. Já naquele ano, entretanto, o norte da provincia rendia 423.773 arrobas de café (195).

O desenvolvimento economico do Brasil não podia ser simultaneo, dados os rumos coloniais do povoamento.

Sómente o litoral condensara o trabalho intensivo. A extensão da costa aproveitara os mais diversos climas, desde o equatorial torrido, até o sub-tropical, europeu, para fixar as levas de imigrantes brancos que para aí teriam de acorrer. Essa extraordinaria extensão litoranea justificava o pensamento de Napoleão ácerca da Italia, mais comprida do que larga, o que lhe

(192) F. L. d'Abreu Medeiros, *Curiosidades Brasileiras*, 1.^a parte, p. 20, Rio 1864.

(193) Leopoldo Pereira, *S. Paulo nos tempos Coloniais* (tradução do livro de Saint-Hilaire), p. 188, S. Paulo 1922.

(194) *Op. cit.*, p. 212.

(195) Daniel Pedro Muller, *Ensaio dum Quadro estatistico da Provincia de S. Paulo*.

prejudicava a unidade ideal, de interesse e costumes... (196). A dificuldade maior era do transporte.

As fazendas tinham de beirar a costa, afim de aproveitar a proximidade d'algum porto. As grandes culturas rodeavam as cidades, centros de consumo, ou de distribuição. O café fôra plantado inicialmente nos quintais do Rio de Janeiro, na Tijuca, nas faldas do Corcovado. Estendeu-se a lavoura pelo rumo das estradas, e somente quando se tornou tão vantajosa que pagava o alto preço do transporte em lombo de burro, através das serras, se internou pelas terras altas da provincia do Rio e pelo norte de S. Paulo, precedendo o caminho á plantação. Entrou, á medida que o interesse economico neutralizou as condições adversas da distancia e da topografia; sem as cotações progressivamente elevadas do café, não poderia ele vencer os obices geograficos da circulação (197).

Pela vila de Arêas, penetrou o café no planalto paulista (198).

Na primeira fase desse ciclo agricola, o norte da provincia todo floresce de prosperas fazendas, e o seu porto principal é Ubatuba. Santos, em 1835, exportára açúcar no valor de 1.180 contos, e apenas 266, de café

(196) Pietro Orsi, *Histoire de l'Italie Moderne*, p. 361, Paris 1911.

(197) A arroba de café estava em S. Paulo, por 3\$200, em 1835.

(198) Afonso Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 20 de Dezembro de 1936.

(199), para o Rio de Janeiro. Sómente em 1845 saiu de Santos a primeira partida para a Europa.

O preço do café sóbe sempre; o do açúcar é continuo, desencorajador.

Entre 1821 e 1860, as duas exportações se equilibraram (3.400 mil toneladas); mas, enquanto a do café rendia 838.596 contos, a do açúcar dava sómente 83.217 (200).

“La azúcar y los diamantes han cedido su lugar al café!” — repára, perspicaz, Domingo Sarmiento, em 1845 (201).

Entre 1861 e 89, a exportação de café, de 6.804 mil toneladas, valera 3.101.139 contos, e a do açúcar, de 4.685 mil, 640.849 contos (202).

Nem apenas o sul sobrepujou o norte.

S. Paulo passou á frente da provincia do Rio.

A progressão das exportações paulistas tornou-se espantosa depois de 1848. De 15.850 arrobas de café em 1839, de 245.199 em 1848, subiram a 2.837.571 em 1868. A provincia do Rio, entretanto, vendendo em 1838 2.487.638, dobrára esses algarismos em 1858 e os quadruplicara em 1877. Entre 1860 a 72, a produção de S. Paulo aumentou de 221 %.

(199) Afonso Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 14 de Julho de 1936.

(200) Vd. T. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 211, S. Paulo 1924.

(201) *Viajes*, I, 115, Buenos Aires 1922.

(202) Pedro Calmon, *Hist. da Civ. Bras.*, 2.^a ed., p. 224.

Esse florescimento acentuou-se, orientou-se para as novas terras de invejável fertilidade, ampliou-se com a construção dos caminhos de ferro: a S. Paulo Railway, entre a capital e Santos, em 1868, a Paulista, que em 72 ligava Jundiaí a Campinas, em 75 a Mogiana e a Sorocabana...

Lavoura itinerante

É que a onda verde dos cafezais caminha, do Rio de Janeiro para o oeste, com a rapidez das largas fogueiras em que se convertem — para dar espaço á nova cultura — as florestas densas. Em 1800 é uma lavoura domestica e suburbana; em 1810 atinge o vale do Paraíba e em 1820 se espalha pela serra fluminense; ganha Minas Gerais em 1830; S. Paulo em 1835.

O incendio das matas penetra o sertão. É uma invasão systematica, que segue rumos inflexiveis, abraçando, com as tenazes flamejantes, a “terra rôxa”. A queimada anuncia a chegada do pioneiro que, em companhia dos escravos, vem limitar a sua conquista a um campo de cafeeiros. O fogo firma-lhe a posse, segundo o velho rito agrario dos indios: e tanto que se fatigue o chão, ainda o fogo, devastando outras matas, lhe internará, progressivamente, a lavoura voraz. Vinte anos bastam, para que a floresta, mudada em plantação,

acabe “capoeira” — sêco, desnutrido solo, cuja fertilidade o arbusto precioso esgotou inteiramente (203).

Daí, mais vèloz, a marcha dessa agricultura, que enriquece numa safra o fazendeiro e em quatro lustros depauperava a terra, limpa de “humus”, quasi esterilizada...

Para trás ficará o amplo vestigio da occupação destrutiva (204): mas a iniciativa do homem é constante e formidavel, como a do antepassado aborigene que fazia, cada ano num pouso, as suas culturas itinerantes (205).

O deserto povôa-se, como por milagre. A valorização do solo é vertiginosa, como a sua apropriação. Em quinze anos, poudè fazer-se uma fazenda-modelo, como a dos Prados, de S. Martinho, com dous milhões de cafeeiros, em cuja vizinhança um terreno, dado em pagamento a um carpinteiro, vinte anos depois foi vendido por 500 contos... (206). A monocultura retem, no plantio do café, todos os braços adquiridos, a preços altos, pelos fazendeiros, nos engenhos do norte, ou sedu-

(203) Emmanuel Liais, *Climat, geologie, faune et géographie du Brésil*, p. 632, Paris 1872.

(204) Vd. Victor Deville, *Manual de Geographie Commerciale*, II, 459, Paris 1904.

(205) Assim aconselhara Virgilio: antes de arrotear a «incognita campanha» cumpria consultar «os graves avós»... *As Georgicas*, trad. de A. F. de Castilho, anot. de Otoniel Mota, p. 12, S. Paulo 1930.

(206) Afonso Arinos, *Historias e Paisagens*, p. 166, Rio 1921.

zidos pelos agentes de imigração, quando a corrente negra se estancou. As estradas do sertão, entre o nordeste, sobretudo a Baía, e S. Paulo, abertas no meado do seculo XIX, não se fecharam mais. O exodo, num deslocamento incessante, de "sampauleiros" (207), seria o complemento da aquisição, pelos cafeicultores, de quantos escravos pudéram tirar das provincias septentrionais. O café, como o ouro das Minas Gerais no seculo anterior, tudo pagava, absorvia tudo. Sem um e outro, os negros continuariam condensados no litoral, por um instintivo apêgo ao clima, essa fidelidade á terra, que, nos Estados Unidos depois da abolição, impediu que os escravos do sul se dispersassem... (208). Esgotadas as reservas de escravos dos engenhos decadentes, os sertanejos pobres passaram a emigrar.

Entre 1850 e 70, do norte iam para S. Paulo, em média, 30 mil negros por ano. Sendo essa a quota africana para a população do Brasil no seculo XVIII, temos que a Baía e o Maranhão (209) substituíram, depois do trafico, o Congo e Angola, relativamente ás plantações paulistas. O intermediario dessa trans-

(207) Neologismo local, e titulo que João Gumes, venerando jornalista de Caetité, deu a um comovente romance sobre o sertanejo seduzido pelo trabalho em S. Paulo (Caetité, 1928).

(208) Emerson, carta a Carlyle, 1864, *Correspondance*, p. 290, trad. de Lepointe, Paris 1912.

(209) O Maranhão, em 1817, recebeu 8 mil africanos. *Rev. do Inst. Hist.*, tomo LIV, p. 140. Em 1847, a Baía mais de 18 mil, Forth-Rouen, *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n. 57, p. 539.

migração interna tem a alma do velho negreiro. O commercio é equivalente, se bem que em proporções reduzidas e sem os riscos da travessia, ao precedente, que parecia morto afinal. Um mercado abundante de pretos nortistas localizou-se em Casa Branca, entre 1870 e 80. Dali, toda a atual região da Mogiana se fornecia de trabalhadores, transportados em lótes de cem e duzentos por tropeiros baianos, do Rio de Contas sobretudo, que utilizavam no seu negocio processos analogos aos dos mercados de burros da feira de Sorocaba. Muitas vezes se entabolava a troca, de escravos, demasiados na Baía, pelos muares, que faltavam lá. Assim os tropeiros faziam a viagem redonda, tócando para o sul os tristes pelotões de cativos e tangendo, para o norte, as burramas nédias do pampa e dos "campos gerais".

O preço do açúcar continuára baixo; mas o do escravo subia sem cessar.

As atoardas da campanha abolicionista, longe de obstar, estimularam tal commercio. Os proprietarios, desanimados quanto á industria tradicional, e alarmados com a annunciada extinção do cativeiro, déram de ampliar as suas vendas de negros superfluos. Os compradores insinuavam-se por todas as zonas, onde outrora a prosperidade dos engenhos reunira compactas multidões africanas. Compensava apenas essa perda de elementos vitais para a lavoura do norte a seleção deles, que naturalmente se operava. Eram cedidos, aos "atravessadores", os menos estimados, menos radicados e úteis: apurou-se a qualidade, dos que ficaram. Dupla

escolha: porque antes os portos negreiros por excelência, Baía, Recife, Maranhão, retinham os guinés corpulentos e os inteligentes “dahomeyanos”, reenviando, para as minas de ouro, os bantus débeis... Mas era a terra exigente, e o trabalho atroz. Não pedia bons, senão numerosos lavradores. Acolá, o serviço era estafante, a vida cruelmente metódica, o escravo duramente explorado pela agricultura de proporções tamanhas, que excluía a proteção e a humanidade do proprietário, peculiar ao patriarcado dos engenhos...

Levantado o cadastro da escravatura, depois da lei do “ventre livre”, verificou-se que, em S. Paulo, dos 168 mil cativos que tinha a provincia, 75.878 provinham de novas entradas.

A aristocracia do café

A prospera lavoura do café crea tambem a sua aristocracia, uma casta rural, uma civilização que reflete a proximidade da côrte, o esplendôr de que esta cercava a nobreza adventicia, as exigencias sociais de uma epoca de amavel e fidalga convivencia.

Os engenhos de açúcar, no norte, continuavam a concentrar uma elite orgulhosa dos pergaminhos, afeita ao governo, conservadora e requintada. Honravam-se dos seus solares historicos, de suas capelas remotas, de suas linhagens coêvas de Tomé de Souza. Mas os fazendeiros de café tinham surgido com o Imperio,

sugestionados pelo cerimonial monarquico,[†] deslumbrados pelos exemplos estrangeiros, da aristocracia dos campos confortavelmente estabelecida nos dominios hereditarios. De acôrdo com esse sentimento, as baronias fluminenses se enfeitaram, entre 1820 e 1860, de palacios rusticos, edificados pomposamente, nos sítios ha pouco palmilhados pelos aimorés antropofagos, onde John Mawe encontrára patrulhas de soldados, como em face de inimigo... (210).

“A casa, muito simples e parecendo uma granja, convem admiravelmente ao clima. No salão, as cadeiras doiradas e os sofás contrastam singularmente com as paredes caiadas, o teto sem fôrro e as janelas sem vidraças. A casa de morada, os paióis, as estrebarias e as senzalas, desigualmente conservadas, formam uma especie de praça quadrangular no meio da qual seca uma imensa pilha de café. Essas diferentes construções se encontram no alto de uma pequena colina, dominando os campos cultivados, cercados de todos os lados por uma floresta cerrada”.

Assim descreveu a fazenda de Manoel Figueiredo o jovem naturalista inglês do brigue “Beagle”, em 1832. Chamava-se Charles Darwin (211).

(210) Mawe, *Travels in the interior of Brazil*, p. 215, London 1812.

(211) Ch. Darwin, *Voyage d'un naturaliste autor du monde*, p. 24, Paris 1883.

Reparou John Luccock na casa-grande do padre Corrêa, além do Corrego-Sêco, onde o proprietario esperava hospedar o rei. Qualificou Mawe de “cousa rarissima” uma casa assoalhada no interior da provincia do Rio: o fazendeiro, em quatro anos apenas de trabalho, elevára o seu capital, de oito a 400 libras esterlinas... (212). Nas serras, os plantadores de café combatiam indios e feras, em 1813, e já naqueles montes um lavrador aformoseara um lar imperial (213). O padre Abreu Bacellar fundou a fazenda de Santa Fé, em 1840, com quarenta escravos: trinta anos depois ali se produzia 20 mil arrobas de café (214). Mansfield, em 1852, visitou a fazenda magnifica de um rico fluminense, instalada onde, onze anos antes, havia só a mata bravia e gigantesca (215). O mesmo tipo — amplo e comodo — de fazenda de café, encontraria Agassiz: “construções baixas, de fachadas brancas, que formam o perimetro do patio. E’ nesse paralelogramo que, em muitos lotes, se séca o café” (216).

(212) Afonso Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 15 de Setembro de 1935.

(213) *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil*, London 1820.

(214) P. Correa Junior, *Da côrte à fazenda de Santa Fé*, Rio 1870.

(215) A. D. de Pascual, *Ensaio critico sobre a viagem ao Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield*, p. 22, Rio 1862.

(216) Mme. e M. Louis Agassiz, *Voyage au Brésil*, trad. par Felix Vagele, p. 127, Paris 1869.

Exterior despretencioso, instalações enormes, tendência para encerrar, num quadrilátero, a casa-grande e as senzalas, repetindo a forma tradicional da aldeia jesuítica, dos primeiros arraiais da colônia — a fazenda dava ao viajante uma impressão de desordem, imponência, fartura e hospitalidade. Nem primôres arquitetônicos, nem alinhamento de edificações, nem cuidados aparentes de engenharia topográfica: o acampamento, do patriarcal derrubador de florestas, convertera-se simplesmente num conjunto populoso de hospedarias, armazens, oficinas e cubiculos de negros. A isso se chamava a, boa fazenda, ao jeito português.

Desde 1837, o major Taunay, no “Manual do Agricultor”, aconselhára a que se edificasse a casa-grande, com a fachada olhando o caminho e a parte posterior concentrando as construções acessórias: raros eram os fazendeiros que obedeciam a essa norma estética.

Na província do Rio, surgem os palácios rurais depois de 1850, por efeitos políticos e econômicos especiais: a consolidação do Império, com a sua nobreza agrária, e a sustentação do alto preço do café, coincidente com a transformação dos costumes, o luxo das instalações, a nova sociabilidade, os apetites de fausto, a grande importação das utilidades estrangeiras...

Em 1852, num total de nove milhões e meio de sacas, aquela província exportava 7.535.845! Ainda em 1871, tinha 30% da escravatura do Brasil, e S. Paulo apenas 7%. Virtualmente conservava o monopólio da

produção de café. E retalhava-se em propriedades florescentes, em cada colina da região, assim valorizada, o sobrado aristocrático, dando á paisagem rude um aspecto surpreendente, com a pompa das casas nobres isolada em quadros barbaros de terra ainda vestida de florestas seculares, apenas, a espaços, investida pelas plantações recamadas de bagas vermelhas...

“Palacio elegante, e seria mesmo um suntuoso edificio em qualquer grande cidade”, era — por exemplo — o do comendador José de Souza Breves, na sua fazenda do Pinheiro' (217). Tinham um ar de castelo (218). Gabava-se o fazendeiro Breves de receber de ordinario á mesa cem pessôas (219), que, numa hospedagem de príncipe, lhe observavam a organização modelar do trabalho rural, distribuido entre dois mil escravos.

As ricas fazendas, de rendimento superior a oito mil arrôbas, ornamentavam-se de todas as galas da vida familiar e fidalga da cidade, tanto no exterior — casaria de dous, mesmo de tres andares, escadarias e varandas de marmore, jardim á volta, adornado de estatuêtas, bancos e repuxos — como no interior — mobiliario francês, baixelas de prata, cristaleiras e por-

(217), Augusto Emilio Zaluar, *Peregrinação pela provincia de S. Paulo*, 1860-1861, p. 9, Rio 1862.

(218) G. A. Cruwell and A. Scott Blacklaw, *Brazil as a coffee-growing country*, p. 15, Colombo 1878.

(219) Mme e M. Louis Agassiz, *Voyage*, cit., p. 127.

celanas da Alemanha, livraria, piano, “magnifico piano harmonico dos mais modernos de Debain”, como viu Emilio Zaluar, na fazenda do Ribeirão Frio...

A proprietaria da fazenda de S. Mateus, em 1845, hospedou alguns dias o imperador, a imperatriz e a comitiva, (220) na sua magnifica residencia enobrecida por uma varanda extensa, do bom gosto rural do seculo XVIII. Em retribuição ao agasalho, foi feita baronesa de S. Mateus.

Em Vassouras, “na fazenda em torno ha solares e castelos... Nm deles, feudo dos Corrêa e Castro, o “Secretario”, ao aproximar-se, Ribeyrolles fala nas “Tulherias”... Bela habitação, salas decoradas por quadros a oleo, frescos, nas paredes, algumas adamacadas, azulejos nos roda-pés, rica cascata, tableiros da relva e morros penteados de renques de caféeiros. É obra de Campo Alegre, em vinte anos. Fartura, acolhimento generoso, hospedagem fidalga, pelos dias que forem, nesse encanto de clima e de paisagem. O escritor peregrino lembra Chateaubriand, como ele exilado, mas em Londres, e aí com fome, e pergunta, comparando: “de que lado estão os verdadeiros civilizados?” Começa lembrando as Tulherias e acaba preferindo a civilidade dos nossos fazendeiros á dos ingleses...” (221).

(220) Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 192.

(221) Afranio Peixoto, in «O Café no 2.º Centenario», I, 54, Rio 1934.

Um fazendeiro rustico e riquíssimo, Joaquim José de Souza Breves, que chegou a exportar 150 mil arrobas de café, construiu em Marambaia a casa-grande de 58 metros de frente, alpendrada em toda largura: não impressionava pelo fausto, porém pela grandeza. Possuía esse lavrador dominios imensos, recortados em vinte fazendas... Recebia no seu porto de mar os africanos, aclimava-os nas roças ribeirinhas, distribuía-os depois pelos cafezais de serra acima: ninguém agigantára assim o ciclo da produção e do commercio! A residencia do barão de Araruama, honrada com a visita imperial, em 1861, tinha moveis, alfaias, ornatos, dignos de S. Cristovão, e, nas portas, maçonetas de vidro, com os retratos dos soberanos da epoca. Gaba-vam-se esses potentados de importar de Saxe ou Limoges a louça timbrada com brasão d'armas, de ter na familia um professor estrangeiro, de educar as filhas como duquesas e fazer os filhos seguir na Europa os cursos academicos de Gottingen e Montpellier. Mantinham assim contacto diréto e frequente com a Europa, venciam a seu modo as resistencias da rotina burguesa e emoliente da côrte proxima, e desperdiçavam esplendidamente a fortuna, em pouco tempo construida, com o preço alto do café e as largas proporções de sua cultura.

Ali — observou Agassiz — “a hospitalidade dos brasileiros não conhece limites” (222).

(222) *Voyage au Brésil*, p. 61.

Charles Mansfield, em 1852, assistiu a outra demonstração da ordem, existente nesses domínios agrícolas: a revista á escravatura, ás 8 da noite, quando o sino convocava os negros para que lavassem os pés, antes de recolher (223). Saíam todos das senzalas, e, num desfile militar, passavam diante do feitor ou do proprietário. Em virtude dessa necessidade, de direcção e revista da massa trabalhadora, mesmo as pequenas casas de fazenda tinham, invariavelmente, a sua alpendrada.

O café, na zona da linha ferrea da Mogiana, depois de Campinas, corresponde á fase da transformação economica da provincia de S. Paulo, quando a recente derrubada das matas, a improvização da grande lavoura, não permitiam ainda a construção de palacios campestres como os das cercanias da côrte. Todas as habitações de fazendeiros, entretanto, naquela região ativamente agricultada depois de 1860, harmonizam as linhas simples, das nossas bôas e baixas mansões portuguezas de telhado de quatro aguas, com o gracioso copiar, especie de pulpito, ou ponte de comando, donde o velho lavrador governava os movimentos no terreiro da secagem, no eito cheio de serviçais, e balisado pelos muros caiados do pomar... Era esse varandim, alem disso, uma como insignia hierarquica, a distinguir das outras a *casa-grande*. Ao *sobrado* de feitorio urbano e colonial, das terras velhas do café, sucedia a larga e simples casa

(223) A. D. de Pascual, *op. cit.*, II, 223.

de um pavimento, com o alpendre sobre dous arcos, das terras novas, menos exigentes de aparato, ainda desataviadas de ornamento nobiliarquico.

O espirito da antiga sociedade, dos senhores territoriais dos ciclos do açúcar e das minas, preside ao casarão em Itaguaí, em Saquarema, em Cantagalo.

Mas nas paragens desbravadas de pouco tempo respira a geração nova, educada nas idéas democraticas do seculo, ligadas ao passado e ás suas exteriorizações sociais apenas pelo sistema do trabalho servil. Ali se vivia á *lei de nobreza*, segundo os costumes historicos; acolá, á maneira cômoda do interior, de acôrdo com as necessidades da agricultura escravagista. O barão gradualmente se modifica, transforma-se em fazendeiro adiantado, em racional explorador dos seus campos, e com estoicismo se prepara para suportar, na estrutura de sua riqueza, o golpe inevitavel da abolição. Ele é dinámico, inquieto, progressista: acompanha, no deslocamento incessante, a cultura do caféiro, que marcha sempre, á conquista impetuosa dos sertões virgens, ávido de chão fértil e de horizontes desconhecidos. Contrasta, ainda nisso, com o grande proprietario da provincia do Rio, estavel, conservador, opulento, fixado ao seu "feudo" pelo sobrado, (224) que é miniatura e replica do paço imperial, para bem receber, nas suas visitas, o sr. D. Pedro II. . .

(224) A casa efêmera era um dos elementos do nomadismo mineiro, cf. Alcide d'Orbiguy, *Voyage pitoresque dans les deux Amériques*, p. 183.

XI

DO SERVO PARA A MAQUINA

Extinção do trafico

Dous motivos de prosperidade se entrelaçam, nas transformações sociais do Brasil: a ordem publica, com a “reação monarchica” e a “maioridade”, e a cessação do trafico negroiro.

As agitações da Regencia amainaram em 1837. Em 1832, as apolices da divida nacional tinham caído a 35, e em 1838 subiam a 72 (225). Era a consequencia da tranquillidade. Mas em 1843, a vespersas da extinção do trafico, a tarifa de Alves Branco, agravando os direitos sobre produtos estrangeiros que poderiam ter similares fabricados no país, provoca o interesse industrial, que

(225) Pereira da Silva, *Historia do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II*, 2.^a ed., Rio.

logo se prevalece dos capitais disponiveis, antes distraídos para o commercio africano. Abre-se a fase das iniciativas economicas; mas, sem o dinheiro, divertido na mesquinha applicação anterior, não lograriam o surto e a importancia que logo tiveram.

O trafico fôra sempre, no litoral, o mais proveitoso negocio entablado pelos armadores brasileiros e portuguezes (226). Nenhuma outra especie de trato mercantil prometia, descontados os riscos, tão pingues lucros. Havia naquilo — outra razão para prosperar a importação dos negros — um desafio á aventura mais estranha: temporais, calmarias, pestes em Africa, insurreições a bordo, a cruel policia dos cruzeiros ingleses, a incerteza, que envolvia cada viagem em enigma e surpresa; mas a travessia feliz rendia, para o capitalista, o capitão, a equipagem, tão grandes resultados, que as maiores fortunas se originaram dessas navegações nefandas. Concorreram para acoroçoa-las a liberdade em armação de negreiros e o preço crescente dos cativos no Brasil. As condições favoráveis da viagem transatlantica e a natureza da carga permitiam que se utilisasse, na linha da Africa, todos os navios imprestaveis para a da Europa, pequenos e velhos.

Segundo contas de 1759, um negreiro fazia, no porto de Ajudá, despesas na importancia de 2:700\$000

(226) Hipolyte Taunay et Ferdinand Denis, *Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro*, p. 60, Paris 1824.

(227). Podia transportar 700 negros. Vendia-os em porto americano por 60\$000 e 100\$000, uns pelos outros. Era ganhar em tresdôbro!

Conseguia um marinheiro veterano ou astuto armar a sua escuna; metia nela uma porção de fumo em corda, algumas pipas de aguardente e muitas varas de pano; e saía a comprar escravos ao longo da costa. Adquiria-os sem olhar procedencia nem qualidade, lançando a rede, indistintamente, á pescaria que, para ele, preparavam os sóbas avaros. Comprava tudo · condenados á morte, resgatados, os sentenciados por multas, que as pagavam com a liberdade, os prisioneiros de guerra, os parentes vendidos uns pelos outros.

O chefe de Cabinda mandou uma feita dous filhos estudarem no Rio de Janeiro: o negreiro, que os transportou, vendou-os aqui como escravos (228). Vinham príncipes destronados, mulheres de régulos, que as cediam por qualquer irrisorio mimo, personagens importantes das nações africanas, tomados á força ou arditosamente, pelos arrematantes do rebanho humano. “Chico Rei”, de Ouro Preto, fôra no Congo chefe respeitado. Luiz Gama dizia ser filho de uma princesa guinéense, “da Libia, rainha”, conhecida na Baía pelo

(227) José Antonio Caldas, *Noticia geral de toda esta capitania*, Revista do Instituto Historico da Baía, n. 57, p. 305, (Baía 1931).

(228) João de Matos e Silva, *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*, p. 8, Lisboa 1904.

espirito rebelde e a formosura surpreendente. Formavam os negros, no Brasil, em roda desses potentados decaídos, pequenas côrtes, que geravam movimentos sérios de resistencia aos senhores, conspirações sutís, cultos resplandecentes. Os adeptos de Chico Rei levantaram a igreja de Santa Efigenia, de Ouro Preto. A mãe de Luiz Gama foi uma das promotoras do levante dos “malês”, em 1835. Soube Walsh da fidelidade de muitos africanos a seus antigos principes, recebendo-lhes ordens, como se estivessem na terra natal, — no Rio de Janeiro, em 1828... (229). O trafico não tinha limites, escrupulos ou indecisões. Não respeitava aguas territoriais estrangeiras, policiamento marítimo, costumes internacionais. Fóra da lei, tudo se lhe consentia; era o crime, exacerbado pela ganancia, e cada vez mais barbaro, á medida de sua repressão.

Era um corsario, um aventureiro, o temerario e ladino mascate dos mares. Arriscava-se a cair em poder dos ingleses, que o enforcariam sem piedade, a sofrer em terra a agressão dos nativos, e perder o barco nos remotos portos.

A clandestinidade do trafico exagerou-lhe a crueldade, deshumanizou-o de vez (230). Por isso mesmo

(229) *Voyage en Amerique*, in *Historie Universelle des Voyages*, t. XLII, p. 340.

(230) Henrique Jorge Rabelo, *Memoria*, Baía 1936, na *Rev. do Inst. Hist.*, t. XXX, 33 (1867). E' interessante notar que os cruzeiros ingleses não impediram de vez as relações entre

— o Brasil sózinho nesse commercio (231) — lhe multiplicou os lucros.

Garcia de Rezende disséra dele, no seu inicio:

*“E trasdobra o capital
Em Castela e nas Antilhas”.*

Agora, decuplicava, com o risco, o dinheiro metido nisso. Foi adiantar dez, compromete-los no jogo, e ganhar cem...

Mais inclemente a policia inglesa no Atlantico — entraram no Brasil então 60 mil africanos! (232).

Evidentemente, os empresarios ficavam com a melhor parte. Eram os negociantes que avançavam o apresto dos brigues, a sua matalotagem, a carregação, e depois se cobravam nos proveitos, como agentes dos fornecedores de escravos. O mecanismo simples e rude do financiamento dos engenhos de açúcar reproduzia-se no custeio do commercio africano, entrosado com ele. Assim comumente o armador era tambem comissario, aqui mandando navios á Angola, acolá abastecendo de braços a lavoura, cujas safras se encarregava de distribuir, descontados os adiantamentos feitos sobre ela.

a costa de Guiné e o Brasil. Em 1824 o regulo de Beni reconheceu, por intermedio de um «embaixador», a independencia brasileira! (Doc. na *Rev. do Inst. Hist.*, t. LIV, parte II, p. 161).

(231) Elisée Reclus, *E. U. do Brasil*, p. 232.

(232) Americus, *Cartas Politicas*, II, 168, Londres 1825.

Esse sistema economico explica a dificuldade que no Imperio se opôs — tenaz e permanente — ao acôrdo com a Inglaterra para a abolição do trafico, mormente quando, como acontecia em 1840, a politica conservadora tinha o importante apoio dos ricos traficantes (233).

Mas, extinto o trafico, havia, disponiveis, capitais enormes (234).

Convergiram naturalmente para as iniciativas que prometiam grandes recompensas, favoneadas pela politica de fomento industrial que estava nas idéas do tempo e na mentalidade dos novos administradores. Era a ocasião de reagir-se contra o monopolio comercial inglês, a incomoda interferencia dos seus interesses nos negocios do Brasil; e o cenário, para a aventura do progresso, dos melhoramentos sonhados, se ampliava, vasto e fecundo, diante dos pioneiros da éra da maquina. Caracteristica das nossas revoluções economicas — ocorreu esta de golpe, na subita mudança de orientação, que se transformou em deslocamento inesperado de valores.

(233) Teofilo Ottoni, *Circular aos srs. eleitores*, p. 84, 2.^a ed., Rio 1860.

(234) Exemplo de imensas fortunas de negreiros, temos a do comendador Manoel Pinto da Fonseca, expulso do Brasil, e, em Portugal, «a quem o mundo apelidava o «Monte Cristo»... Josefina Nerville, *Memoria da minha Vida*, p. 60, Lisboa 1864.

Independencia economica

As questões com a Inglaterra fazem a outra face da nossa politica exterior, sobretudo no seu campo economico.

Desde o seculo XVII, incluíra a Inglaterra o Brasil no seu sistema comercial.

A morte — diz-se — interrompeu, no começo de execução, o plano de Cromwell, de conquistar, a portugueses e holandeses, o norte do Brasil, ou ele todo (235).

No seculo XVIII, as intrigas coloniais dividiram-se entre Portugal, Espanha e Inglaterra. Chegou a correr que um bastardo de D. João V se coroaría rei do Brasil, com ajuda britânica (236) — indicio de que a possessão valia a metropole, e os negociantes de Londres não escondiam a impaciencia, ante o regimen de monopólio com que a isolava e defendia Portugal, apesar de todos os seus tratados de alianças (237). O de Methuen, de 1703, ampliando o de 1654, que Cromwell obtivera de D. João IV, assegurára devéras aos ingleses o melhor proveito da America portuguesa,

(235) H. Steward Chamberlain, *La Genèse Lu XIXme Siècle*, p. 1171, Paris 1913.

(236) Camilo, *Memórias do Bispo do Porto*, p. 68.

(237) Vd. Fidelino de Figueiredo, *Pyrene*, p. 65, Lisboa 1935. O tratado de 1703 matou a manufatura portuguesa, mas lhe salvou os vinhos; vd. estatística, J. Lucio d'Azevedo, *Epoca de Portugal Economico*, p. 486, Lisboa 1929.

e durante um seculo lhe forneceram eles, através da mãe patria, as materias primas necessarias.

A politica de Canning com D. João VI atendera, preferentemente, ao caso do Brasil. Achou o governo inglês jeito e arte de franquear-lhe o commercio, induzindo á transmigração a côrte portuguesa, e cobrando, por preço do serviço, o tratado de 1810, complementar da carta-regia da abertura dos portos. Na vigencia desse acordo, as mercadorias inglesas chegaram a gozar um favor aduaneiro maior do que o concedido ás portugesas (foram equiparadas em 1818), principalmente superior ao das mercadorias dos demais países (até 1828), cujos negocios tinham de limitar-se aos efeitos comerciais excluidos da concorrência britânica.

Tal situação, se de um lado estimulava a lavoura (sobretudo do algodão), pela freguesia privilegiada de Manchester, do outro lado vexava e oprimia o commerciante nacional, obrigado a comprar a um fornecedor unico e a sofrer-lhe as eventuais imposições. A principal imposição era a politica anti-escravagista da Inglaterra.

Não se contentára em monopolizar o commercio do Brasil portugês; resolvera, por filantropia e interesse, acabar com o trafico negreiro.

Forçada a extingui-lo nas suas colonias, decidira nivelar-lhes as condições de trabalho ás dos outros países tropicais, interceptando de vez, no Atlantico, a infame navegação. Facilmente obtivera a aquiescen-

cia de Portugal, depois do Brasil, para esses designios; mas, na realidade, sómente por meios violentos e insolitos os realizaria, contra a resistencia passiva ou a malicia dos capitalistas brasileiros e portugueses, envolvidos na especulação da escravatura.

As convenções anglo-portuguesas condenando o trafico foram ratificadas pelo Imperio, em 13 de Março de 1827, e decretada a proibição dele em 13 de Março de 1830, ajuntando-se a agravação de castigos, e a libertação dos negros contrabandeados, por decretos de 1831 e 32.

Movimento anti-britanico

Decerto, a policia do oceano, que a Inglaterra lançou, á caça dos brigues traficantes, depois de 1830, ofendia duplamente os melindres do povo, sob cuja bandeira se fazia ainda aquele commercio, e os grandes interesses, nisto comprometidos. Representava uma incessante injuria á liberdade de movimentos de parte da nossa população maritima e se transformava, na indignação da imprensa jacobina, em outros tantos atentados cometidos contra a soberania do Imperio. Mais grave era essa repercussão estando no poder os conservadores, apoiados ao capitalismo negroiro, e decididos protetores do "statu quo". Não fôra a persistencia do combate, sem quartel, ás atividades escravagistas, e o tratado mercantil de 1810 não seria definitivamente denuncia-

do em 1843. Permaneceria o Brasil, muito tempo ainda, subordinado áquela minoridade internacional.

As tensas, difíceis relações mantidas entre o Império e a Inglaterra, de 1843 até 1863, desde a terminação do tratado até a questão de Christie, proviêram da reacção brasileira contra os abusos dos cruzeiros repressivos, que não respeitavam sequer as aguas territoriais, na perseguição dos barcos carregados de africanos. Chegando ao Rio, em 1843, espantou-se Francis de Castelnau, vendo aí um pontão britânico, que recolhia os escravos tomados aos brigues brasileiros! (238).

Entre 1837 e 47, aprezaram 634 navios negreiros do Brasil e de Cuba! (239).

A despeito disso, a importação de escravos no Império foi de 50.324 “peças” em 1846, 56.172 em 1847 e 60 mil em 1848! Em 1849, a entrada de africanos limita-se á cifra enorme de 54 mil, e, por esse tempo, em Angola, trinta e sete “tumbeiros” de uma vez esperavam a carga, complacientemente fiscalizada pelas autoridades portuguezas de S. Paulo de Loanda... (240).

E’ imaginar, pois, a soma formidável de interesses feridos pela coíbição do trafico, e que a final extinção dele, em 1850, deixou suspensos, na disponibilidade dos commissarios repentinamente inativos, dos armadores que

(238) Afonso Taunay, *No Brasil de 1840*, -p. 48.

(239) Augustin Cochin, *L’Abolition de l’esclavage*, II, 311. Paris 1861.

(240) A. Cochin, *op. cit.*, II, 228.

se retiravam, dos importadores e exportadores até então entretidos com o intercambio d'Africa, que "não deshonrava ninguém"... (241).

A Inglaterra, pela expansão universal e pelo prestigio da marinha militar, pela sua politica economica e pelo seu genio comercial, foi a nação européa mais obstinadamente relacionada com os novos países americanos. Protegeu-lhes coerentemente a libertação, contra os dous reinos ibericos e a sua tradição de isolamento; depois, por longo tempo, lhes fiscalizou a evolução interna, estendendo a "zona de influencia", combatendo os adversarios da infiltração inglesa, obstando á criação de Estados perturbadores dessa irradiação, assegurando, no plano internacional, a independencia de uns, a paz de outros, tudo isso em beneficio dos mercados de compra e venda, da vazão de suas industrias, do abastecimento dos seus centros fabris.

A historia diplomatica da America, até 1860, póde dizer-se que está arquivada com os papeis do "Foreign Office". Fazia-se em Londres a politica exterior do novo mundo. Foram quarenta anos de inabalavel ascendencia do espirito britanico, que auxiliaram decisivamente a organização das inquietas republicas sul-americanas. Graças a esse patronato ou predominio, malograram-se as tentativas de recolonização de Espanha, logo a pacificação se concluiu entre Portugal

(241) Vd. Camilo Castelo Branco, *A Neta do Arcebispo*, p. 139, Parte 1874.

e o Brasil, reataram-se as boas relações entre o Imperio e Buenos Aires, o Uruguai mais depressa se emancipou, e o acesso dos grandes rios se franqueou á navegação estrangeira.

Rosas e D. Pedro II souberam, entretanto, resistir á Inglaterra: a constancia do conflito, do Rio da Prata primeiro, do Brasil em seguida, alterou substancialmente a situação, que de tão longe vinha, eximindo afinal as chancelarias da America do Sul da primitiva tutela. Ultimou-se esse movimento, accessorio da nossa independencia economica, com o desfêcho da questão de Christie, derradeira ressonancia dos ressentimentos produzidos pela denuncia do tratado de 1810 e pela represão do commercio de escravos.

Dizia um diplomata europeu, que morára no Brasil, a um representante do Imperio: “Considera os ingleses como inimigos nossos, e acha que eles têm concorrido occultamente para as revoluções politicas que nos dividem” (242).

Explica-se a antinomia, pelos processos empenhados na policia do oceano. A denuncia do tratado destruia o minucioso trabalho de Canning e Strangford, extingua no Brasil os efeitos de uma diplomacia duas vezes secular. O anti-anglicismo das populações — fórmula violenta de reacção contra os perseguidores dos nossos navios, os responsaveis pelos panos caros, os

(242) *Anais do Arquivo Nacional*, XIX, 121. (Conde de Colobiano).

“tutores” da nação — favorecêra a resistencia do governo imperial. Sobreviria, inevitavel, a guerra, em condições semelhantes ás operações inglesas no rio da Prata, contra Rosas, se a energia de Eusebio de Queiroz, em 1850, não tivesse realizado a definitiva proibição do trafico, e, em 1861-62, a crise mundial do algodão não exigisse uma politica de mais tolerancia e aproximação com o Brasil.

A tarifa de Alves Branco, em 1844, ofendia gravemente os interesses ingleses, taxando de 60% os tecidos, que poderiam ter similar no Imperio. A construção das fabricas brasileiras de fiação reduziu as importações britannicas. Já não precisava a Inglaterra do nosso algodão, porque a produção norte-americana lhe bastava. A face das cousas mudou-se inteiramente em 1862, quando a guerra civil nos Estados Unidos paralizou o mercado algodoeiro e o imenso parque industrial do Reino Unido sofreu a ameaça de uma completa suspensão de atividades, cujas consequencias sociais seriam terríveis. Tinha de apelar para os demais paises produtores de materia prima. Foi nesse ambiente de crise aguda que o incidente de Christie se amorteceu, numa rutura de relações diplomaticas, em 1863, que terminou em inteira, honrosa satisfação dada ao imperador pelo governo da rainha Vitória, em detrimento de sua anterior orientação diplomatica, e do ministro, causador do mal-entendido.

Serviu essa questão para acabar o costume das “estações navais” inglesas nos portos do Brasil, e li-

berta-lo, para sempre, da intervenção diréta da Inglaterra nos assuntos de sua politica economica e de sua ação exterior.

Politica de tarifas

A tarifa protecionista de 1844 fez o milagre.

O governo crea a industria pezada com uma simples promessa de compra de tubos para o encanamento das aguas do rio Maracanã (243). Em 1846, para fornece-los, instalou Irenêo Evangelista de Souza a sua vasta officina da Ponta de Areia, que foi também o estaleiro onde numerosos e solidos navios se construíram, para a armada imperial. Declinou precisamente quando, em 1860, a reforma das pautas aduaneiras, do ministerio Ferraz, novamente favoreceu a concorrência estrangeira (244).

A legislação do Imperio é tímida e vagarosa, quanto á proteção industrial.

Sem a sociedade anonima, não se póde incentivar uma ampla organização fabril. O regimen de 1842, modificado pela lei de 22 de Agosto de 1860, fazendo depender aquella fórma de associação do consentimento official, restringiria as iniciativas até 1882, quando lei

(243) Alberto de Faria, *Mauá*, p. 134.

(244) Faria, *op. cit.*, p. 136.

mais sábia as tornou de simples responsabilidade dos socios fundadores (245).

A politica tarifaria tambem é inconstante, contrariada pelos interesses antagonicos da exportação agricola, que recomendavam, exigiam o livre-cambismo, tão grato aos ingleses, que nunca pouparam esforços para que o mantivessemos.

A reforma de Souza Franco, de 1857, atenuou consideravelmente os direitos — e o proteccionismo — da pauta de 1844.

Evidentemente, o predominio politico dos lavradores obstava a que o governo realizasse francamente uma politica de fomento industrial. Tanto dependesse a administração dos senhores de engenho, o que se prolongou até 1888, a proteção alfandegaria das nascentes manufacturas teria de harmonizar-se com a conveniencia dos mercados europeus, que nos adquiriam o açúcar.

A' medida que decaía a prosperidade desse ramo do commercio brasileiro, crescia o empenho da aristocracia governante, nele interessada, pela atração dos compradores exquivos, que aceitavam o nosso produto compensado pelos artefactos, que nos vendiam. Ao contrario disto, a colocação do café no consumo norte-americano obedecia, normalmente, á evolução de procura e oferta, indicando, a constante melhoria do preço, a capacidade aquisitiva, que continuára a desafiar

(245) Salvador Moniz, *Sociedades Anonimas*, p. 71, Rio 1914.

a intensa produção das fazendas fluminenses e paulistas, por essa época. O café dispensava qualquer intervenção do Estado; enquanto, sem ela, já o açúcar não poderia valer, no giro internacional. A crise acentuava-se, com as influencias politicas nisso comprometidas: o choque entre norte e sul, o conflito entre uma lavoura depauperada e tradicionalista e as novas terras de imigração, cuja agricultura zombava das represalias fiscais do estrangeiro. Reproduzia-se, geograficamente inverso, o drama dos Estados Unidos, antes da guerra da secessão: as industrias do norte, amparadas ao obstaculo alfandegario, para resistir ao competidor europeu, e o algodão do sul, reclamando livre curso, para fixar os fregueses da Europa. Evidentemente, a solução do problema economico embarçava-se á questão politica fundamental: prevaleceria a orientação que se impusesse, pela massa dos interesses, ou fosse imposta, pela soma das influencias territoriais. Tinham a palavra os lavradores de cana de açúcar: e deferia-se a montagem do parque industrial, que esperou a proclamação da Republica — e a transformação radical do regimen politico — para surgir, nos seus complexos aspectos. Representantes daqueles, Rio Branco e Saraiiva, em 1874 e 1884, não vão alem, nas tarifas baixas, de razões de 30% e 40%, desprezando a orientação de Ferraz e Itaboraí, que as agravaram. “De 1844 a 1879 o proteccionismo não existiu”, disse um ensaista, para acentuar a québra dessa tradição com as razões de 50% e, pela primeira vez, de 60%, já a barreira al-

fandegaria, decretadas em 1888, no governo que antecede á Republica.

E porque o abandono da velha politica mercantil?

Simplemente para favorecer as iniciativas industriais, de um lado estimuladas pelas crescentes facilidades de credito, do outro impedidas, cerceadas e condenadas, pela irreprimivel concorrência estrangeira.

Evidentemente as ideologias acompanhavam o desenvolvimento do fato economico: anti-protecionistas eram os conservadores, gente da lavoura, escravocratas, os que trocavam a fibra em bruto pelo tecido de Lancashire (246), e, em 1869, para 44 mil contos de algodão vendidos, compravam 47 mil de panos ingleses; e advogados da muralha aduaneira os liberais, os "cidadãos", os financeiros, que ansiavam pelas fabricas, pelos bancos, pela éra da maquina, pela urbanização do Brasil, civilizado na autonomia industrial... Republicanos, federalistas, no campo politico; inflacionistas, partidarios de uma legislação avançada, no terreno das finanças — estes; e aqueles, monarquicos, senhores rurais, livres-cambistas, querendo portos abertos, liberdade economica, ausencia fiscal... A propaganda da Republica aliou-se á da construção industrial. A idéa do federalismo brasileiro abraçou a da substituição, nas provincias, de uma agricultura dispersiva por uma industria concentrada (as fabricas centrais, de An-

(246) *Estatistica do Comercio Maritimo do Brasil, 1849-701* por Sebastião Ferreira Soares.

dré Rebouças), favorecida, gigantesca, até então proibida, pelo predomínio conservador do norte, no regimen asfixiante do imperio unitario... Toma a dianteira do federalismo assim entendido S. Paulo, onde a imigração estrangeira, sobretudo italiana, desde 1877 lançara as bases de uma industria tentacular, apenas debilitada e travada pelo sistema politico-legal. Os frêmitos da campanha republicana harmonizam-se em S. Paulo com esses ideais economicos: o trabalho, em luta com o ambiente rotineiro, as experiencias retardadas ou esfriadas pela legislação inabalavel, o sul sentindo o excessivo peso do norte, e desentendido o norte da nova mentalidade que no sul despontára, com duzentos mil europeus entrados pelo porto de Santos...

Norte e sul

O desequilibrio, entre o norte e o sul, passára quasi despercebido aos homens de 1870-80. Em 1865-70, eles se equivaliam, em riqueza cifculante, população escrava, indice dela, produção exportada; mas a influencia politica pertencia principalmente ás provincias septentrionais, onde a aristocracia enraizada e tradicional creara uma elite dirigente, de estadistas e parlamentares, a mais numerosa e ativa do Imperio. Governou até 1889.

A evolução foi lenta e natural.

Nos Estados Unidos, o equilibrio democratico, entre o Norte e o Sul — formação burguesa e estrutura aristocratica da sociedade — resultou do povoamento do oeste. Incluídos na federação os vastos territorios onde todos os homens eram iguais, com uma vida agricola diferente (247), sem os preconceitos da economia colonial nem a mentalidade das cidades industriais (248), influenciaram a nação para que aceitasse as soluções modernas dos seus grandes problemas politicos-sociais.

No Brasil, o sul imigrantista, revelado, na pujança dos seus recursos, depois da Independencia, exerceu aquèla função compensadora.

O individualismo, o industrialismo, o liberalismo da camada recente de população sem propriedades latifundiarias, contrabalançaram o prestigio da lavoura hierarquizante e escravocrata. A agricultura do café, fundando a nova aristocracia, que devastou as florestas do centro-oeste de S. Paulo, por um momento intermediaria entre o antigo trabalho e a era da colonização europèa, pareceu destinada a estabilizar o Imperio, sobre uma solida base conservadora.

Em 1846, propunha ainda o visconde de Abrantes que os imigrantes estrangeiros fossem localizados no sul do Brasil para a conveniente aclimatação, e, depois

(247) James Bryce, *La Démocratie Américaine*, II, 59, Paris 1902.

(248) Georges Weiss, *Hist. des E'tats Unis de 1787 à 1917*, p. 125.

de abolida a escravidão no norte, para lá transportados (249).

A prosperidade dos núcleos coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a par do surto económico de S. Paulo, mostrou quão ilusório seria recomendar para os climas mais quentes as lévas de imigrantes europeus, repelidas do norte pela repugnância da servidão negra.

Colonização

A iniciativa particular supriu as hesitações da política oficial: o senador Vergueiro inaugurára a época do trabalhador europeu, atraindo, em 1840, para a sua fazenda Ibiacaba, noventa famílias portuguesas, com a garantia de um ano de subsistência e meação nas colheitas. No decénio de 47 a 57 “só a iniciativa particular creou em S. Paulo mais de 60 colónias, localizando mais de 60 mil imigrantes” (250): entre elas, a que o visconde de Indaiatuba estabeleceu em Campinas. O êxito que isso representava, compensou na Europa o descrédito em que caíra o Brasil, com os disturbios nacionalistas (251), a xenofobia, o recrutamento de es-

(249) Abrantes, *Memórias sobre meios de promover a colonização*, p. 41 not., 2.^a ed.

(250) F. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 118.

(251) Abrantes, *Memória sobre os meios de promover a colonização*, p. 12, Baía 1846 (2.^a ed., 1926).

trangeiros, principalmente o aumento da escravatura, mais florescente e numerosa quando a policia maritima da Inglaterra a proclamava em vespéras de extinção... A missão do visconde de Abrantes á Alemanha (1844) desmanchára alguns preconceitos, propiciára a vinda, para Santa Catarina, de um importante grupo de agricultores germanicos, cuja felicidade seria outro anuncio das vantagens da terra, da sua hospitaleira e rendosa imensidade.

Onde não havia escravos, que aviltassem o trabalho, ou populações concentradas, que hostilizassem as colonias novas, progrediram estas num clima propicio e numa liberdade exemplar (252). No contrato para a exploração do vale do Itajaí estipulara o Dr. Blumenau a proibição de entrarem escravos nas terras dos imigrantes (253). O desenvolvimento rapido da colonização entre o Paranapanema e o Rio Grande do Sul como que baniu a escravatura, ou a desvalorizou, até não se lhe perceber mais vestígios, anos antes da abolição (255). Uma economia diferente supriu acolá o

(252) No Chile, na Argentina e no Brasil — disse José Gil Fortoul — a evolução revela que a paz e o progresso se aceleraram com a imigração e o capital estrangeiro. (*El Hombre y la Historia*, p. 195, Madrid).

(253) J. Ferreira da Silva, *O Dr. Blumenau*, p. 39, Rio 1933.

(255) Vd. Lucas Boiteux, *Peq. Hist. Catarinense*, p. 119, Florianopolis 1920.

antigo abandono das latitudes mais frias pelas correntes historicas de povoamento do Brasil. A pequena cultura, a industria agricola, a divisão da propriedade, a produção cerealifera, crearam outra riqueza, apropriada a uma raça tambem nova, que opulentaria o contingente ariano da nossa formação étnica, abrandando as tintas escuras do "melting pot" do litoral, do luso-indianismo do sertão.

O idealismo do governo imperial — no contraste da civilização espiritual e da barbárie economica, da elite liberal e do cativo do negro — não poupara forças para engrossar as correntes imigrantistas. Extinto o trafico negreiro, atirara-se francamente á tarefa de chamar e localizar a colonização européa. Gastara 49.400 contos, entre 1850 e 81, e apesar disto as entradas não correspondiam sequer á quantidade dos escravos transportados do norte para o sul. Em 1882, recebiamos 28.493 imigrantes, e, em 1884, apenas 19.608 (256), enquanto, no quatrienio, mais de 200 mil tinham chegado á Argentina. De 1847 a 75 celebrára o governo brasileiro trinta e cinco contratos de imigração, para introduzir 500 mil trabalhadores, dispendendo 140 milhões de francos (257): não obstará, tão largo programa, a que até 1870 dous terços da colo-

(256) Campos Sales, *Discursos*, I, 99, Rio 1902.

(257) Elisée Reclus, *Estados Unidos do Brasil*, trad. de Ramiz Galvão, p. 419, Rio 1900.

nização fosse portuguesa (258). Os agentes, a propaganda, a diplomacia, não podiam remover facilmente as velhas e grandes prevenções, que, entretanto, de repente tombaram em 1888, com a abolição da escravatura.

A “lei aurea” abriu os portos a cem mil colonos, num ano.

Desaparecendo o trabalho forçado, o Brasil patenteou-se, aos países de emigração, como a California do café: o porto de Santos tornou-se, como Buenos Aires, como S. Francisco ou Nova York, como Johannesburgo ou Melburne, um dos caminhos universais, por onde as sobras de população da Europa entraram em contacto com um mundo maravilhoso.

A prosperidade incessante das provincias do sul, notadamente S. Paulo, em 1875, revelava o retardamento, já os obices inevitaveis, que travavam a economia do norte. E’ o ano em que, numa carta intima, exprime Rui Barbosa o seu pesar pela decadencia economica que se revelava na Baía (259). Vinha de 1860, quando a exportação caíra de 14.400 para 8.400 contos, tendo os bancos de restringir a retirada dos depositos (260). Atenuara-se em 1863; mas, com a sêca de 1868-69, de tal sorte se agravara, que a crise commercial atingiu o nordeste inteiro.

(258) Reclus, *op. cit.*, p. 414.

(259) *Mocidade e Exilio*, pref. e notas de Americo Lacombe, p. 85.

(260) *Westphalen*, Bach & Krohn, livr. do centenario, p. 30.

Passada a anormal situação de 1862-70, quando tanto floresceu a lavoura algodoeira, em virtude da guerra civil norte-americana, em 1872, a exportação de café rendia 115.285 contos, e a do açúcar apenas 27.725 (261).

(261) André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos Economicos*, p. 17.

ROTAÇÃO ECONOMICA

O binomio agrícola — cana d'açúcar e café — sintetizava a energia fixadora, também hierarquizante, das grandes culturas, capazes de caracterizar uma expressão social, e a sua época.

Mas a formação ganglionar do Brasil, os seus múltiplos climas económicos, as diferenças raciais que lhes correspondiam, juntos aos estímulos súbitos e imperiosos, da “correria” a novas regiões de fácil, abundante riqueza — continuaram a desencadear, no interior do Império, as migrações que o povôam em todos os sentidos.

A estabilidade é peculiar apenas aos distritos açucareiros, onde o sedentarismo agro-industrial chumba á velha terra o clam proprietário, e a clientela que, á sua sombra, ali moireja. A agricultura cafeeira move-se com um impulso em que se somam o entusiasmo

pela rendosa planta, a fertilidade das “capoeiras” novas, e o rapido esgotamento do solo cultivado. Geralmente o fazendeiro vive todo o ciclo agricola do café: é bandeirante, desmatando o sertão; é lavrador, creando a prospera plantação que lhe dá fortuna, honra e autoridade; e, com ele, envelhece o chão... Outras mocidades, mais “terra roxa”, cafeeiros novos, e aquela evolução se repetirá, incessante... Ha sempre nos sertões, entretanto, a massa dos inquietos, que têm nas veias o sangue do indio, nómade e caçador, e a herança portuguesa, do imigrante pronto para aventurar, mudar-se, tentar vida nova. Esses inadaptados são os lavradores pobres, os fazendeiros descontentes, os trabalhadores caboclos, ingenuos e frios, dispostos a seguir através de mil leguas, o primeiro comboeiro que lhes anunciar, pintando num rochêdo, uma mina de ouro, e quantos sonham com um lucro maravilhoso. Palpitam-lhes na fantasia reminiscencias coloniais, dos antepassados que desbravaram o continente atrás do *El-dorado*, dos impenitentes descobridores do roteiro do Moribeca, das “cidades abandonadas”, das “serras de esmeraldas”, e outros mitos da éra sertanista — simbolos ou lendas que ajudaram a desvendar os mistérios da America... E atiram-se — como os avós se atiraram, com igual impeto de cobiça e coragem — á Canaã, que se apregôa: dos diamantes, da herva-mate, do café, da borracha, do cacáo, do algodão...

Migrações

As migrações internas não obedecem a outra orientação. São movimentos espontaneos, irreprimiveis, providenciais. Vêm de longo passado. Constituem uma tradição na sobressaltada vida sertaneja, quando os núcleos sociais não se estabilizam por uma prosperidade continua, uma ordem permanente, uma aglutinação especial. O sertanejo não conhece fronteiras inter-provinciais. E' descendente do selvagem, que espantava os castelhanos com a resistencia de andarilhos, e do bandeirante, que saía rapaz da casa paterna e voltava, dez, vinte anos depois, irreconhecivel dos parentes. Transfere-se de Minas Gerais para o sul da Baía, quando os inqueritos sobre a inconfidencia mineira lá o ameaçam. Funda então Caetité, as vilas próximas. De Paracatú, passa-se a Goiaz e Mato Grosso. De S. Paulo, ansiando por espaços livres, se muda para o planalto do Paraná, e, atravessando a zona da mata, alcança o Rio Grande do Sul. Chega ao "reino" do gado, ao "paraíso" do pastoreio. Sorocaba é um centro de irradiação, para os campos meridionais; assim Curitiba, para a Vacaria; assim Laguna, Rio Pardo. Porto Alegre, para a fronteira uruguaia.

Florescem as colonias estrangeiras, instaladas no primeiro reinado no Rio Negro, em S. Leopoldo, naqueles belos campos sub-tropicais, que sugerem a economia pastoril e a agricultura européa, associadas pelas circunstancias da topografia e do clima. O comercio

da herva-mate com os países platinos se desdobra, valendo-se da dificuldade das comunicações com o Paraguai, cerrado ao resto do mundo enquanto o governou o doutor Francia. Só se vende em Buenos Aires o “mate de Paranaguá”. E', com a carne, a base da alimentação, no pampa. Necessita a exploração dos hervaes brasileiros do meio de transporte, que o faça descer da bacia do Paraná, para os portos. E' metade da solução a autonomia que se confere á quinta comarca de S. Paulo, erigida em provincia, em 1853, com o nome de Paraná. Curitiba, em 1855, tinha os seus 5 mil habitantes. Abertas as estradas essenciaes, para a marinha e o oeste, em trinta anos quintuplicava a população, oferecia as perspectivas de um ativo centro polarizador de colonização. Cada uma daquelas fazendas estabelecidas no planalto muito depois de por lá ter andado o padre Belchior de Pontes, descritas por Saint-Hilaire em 1820, se transformou numa vila de commercio intenso.

A guerra do Paraguai favoreceu o Mato Grosso, invadido e recuperado, depois trilhado cuidadosamente pelos engenheiros do Imperio, aqui e acolá penetrado pelos extratores da herva-mate, e com as imensas fazendas de gado, paraguaio e rio-grandense, organizadas pelos modelos “gaúchos”.

Os negociantes de muares atravessam, em todas as direções, o interior, vindos do Rio Grande para S. Paulo, de Sorocaba para as Minas Geraes, de Goiaz para a Baía

e Pernambuco (262): conduzem as noticias das melhores terras, avisam quanto ao preço das mercadorias, orientam os moradores que os vão agazalhando. Depois da descida dos mineiros para o vale do Paraíba, no afã de estenderem as suas fazendas de café, ocorre a abalada para as Lavras Diamantinas, na Baía, comparavel apenas á corrida para o ouro do Ribeirão do Carmo ou para os diamantes do Tijuco, no seculo XVIII. Em 1844 (263) começa a affluencia de garimpeiros naquelas abruptas montanhas. Sáem de toda parte; porém a maioria é de Minas, da raça dos pesquisadores de ouro do rio das Velhas, dos faiscadores do Distrito Diamantino, mistura de "emboabas", negros, mamalucos, peritos na arte de peneirar o cascalho dos ribeiros ricos.

Diamantes

Encheram-se as serras das Lavras de mineradores que apanharam, nas furnas de Andaraí, de Mucugê, de Lençóis, prodigiosa quantidade de diamantes. Os compradores de pedras preciosas realizaram grandes fortunas. Aquela áspera região se enriqueceu de um commercio farto, de uma civilização adventicia, de vilas florescentes. Mas não lhe durou a prosperidade: a des-

(262) Vd. Capistrano de Abreu, *Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, p. 72, Rio 1930.

(263) Vd. Braz do Amaral, *Historia da Baía do Imp. á Rep.*, p. 160.

coberta das minas da Colonia do Cabo e a guerra franco-prussiana desvalorizaram o diamante. Tambem se tornou ele escasso, nas cascalheiras revolvidas vinte anos a fio. Daí o exodo dos "lavristas", que, dispersados pela crise de 1871, procuram o sul da Baía, onde a lavoura do cacáo promete lucros equivalentes.

Vinha de longe, a fama daquele plantio, que o conselheiro Manoel Ferreira da Camara considerára — em 1787 — mais vantajoso que o da cana de açucar. A terra era fertil, semi-deserta, beirôa, aqui e ali varejada por antigas familias, isoladas e decadentes, que descendiam dos primitivos colonos de S. Jorge de Ilhéos, de Santa Cruz, do rio Burinhaen... A mata, outrora inçada de aimorés, densa e temida, não fôra ainda desbravada: roçava as margens do rio Pardo, desdobrava-se junto da costa, fechando o horizonte razo e húmido... Chegam em tropel os retirantes; fazem as suas fazendas, cream a lavoura do cacao, impõem a sua "lei", numa zona despolicuada, quasi tomada de surpresa, e por força, dominada assim pelos mais empreendedores, os audazes, os bravos. Retem aquela emigração, nas Lavras, o *carbonato*, em 1880. O carbonato, ou diamante negro, fôra até então desprezado, como um seixo qualquer. Só se aperceberam do que valia em 1879 ou 80. Neste ano, já se comprava a 500 réis o grão; em 1884, a 8\$000. Subiria a 65\$000! Era riqueza peculiar aos mesmos terrenos (264).

(264) Vd. Pedro Calmon, *A Conquista (Hist. das Bandeiras Baianas)*, p. 188, Rio 1929.

Cacáo

Os cacaoais reúnem uma população forasteira (265) trepidante de nervosismo creador, em 1886. E' quando em Ilhéos atinge a expressões lancinantes a contenda entre os antigos donos do lugar e os que vêm disputa-lo. Repete-se aí o que passou nas Lavras, a luta em torno dos dominios contestados, uma fase de crimes, num ano 228, dos quais 172 impunes... (266). Seria a Baía, trinta ou quarenta anos mais tarde, o terceiro produtor mundial de cacáo!

O fenomeno amazonico

O caso da borracha movimentou massas humanas mais numerosas. Em 1877, a sêca no Ceará, ciclica, a renovar-se todos os nove anos, desolara o nordeste, lançara, aos milhares, os cearenses flagelados em outras terras, onde um clima benigno os deixasse viver. Cerca de cinco mil se passaram para a provincia do Amazonas. Ali se extraía, das seringueiras, a *hevea*, a borracha nativa, utilizada pelos indios para o fabrico de muitas utilidades. As applicações industriais do "cautchouc", sobretudo o processo de "vulcanização", des-

(265) Vd. Afrânio Peixoto, *Maria Bonita*, 4.^a ed., p. 34.

(266) Braz do Amaral, *Hist. da Baía do Imp. á Rep.*, p. 309.

coberto por Goodyear, aumentaram extremamente a procura (267), e, á proporção, lhe subiu o preço, a ponto de saír um ingles de Santarem — em 1876 — com 70 mil sementes, que levou a Londres, donde foram cuidadosamente remetidas para a ilha de Ceilão: geraram a cultura asiatica da “hevea”, mais tarde sufficiente para atender ao mercado da Europa, arruinando as plantações brasileiras... Pois aqueles trabalhadores disponiveis alcançaram a zona dos seringais, quasi deserta, em oportuno momento; logo se déram á tarefa de extrair-lhes a goma, e, em breve, se distribuiam pelo alto Amazonas e seus afluentes, exportando 8.679 toneladas em 1880, ao preço de 2\$400, e em 1890, 16.334, a 3\$000 (em 1900 seriam 26.750 toneladas, a 7\$000, em 1910 38.150, a 11\$000)... (268). Transformou-se o extremo norte em Méca dos imigrantes nacionais. O surto do comercio da borracha prometia ultrapassar o do café. Em pouco tempo, um proprietario de seringal pavoñeava, em Belém do Pará, a fortuna facilmente ganha, esplendidamente dissipada. O resultado de uma só colheita o enriquecia. Lutando com a falta de braços (havia, em 1874, apenas 15.680 mateiros no Amazonas), apesar do afluxo tumultuario, inumeravel, de retirantes do nordeste, organizou á sua maneira o serviço. Impos-se como senhor feudal. Não

(267) Miguel Calmon, *Factos Economicos*, p. 197.

(268) Já em 1871 a exportação brasileira de borracha foi maior do que a produção universal em 1861. Vd. André Rebouças, *Agricultura Nacional*, p. 48.

dispondo de escravos, (em toda a provincia eram 906, em 1864), adotou regimen assemelhado para os “caboclos” que lhe pediam a proteçãõ. Prendia-os por um contrato. Fornecia-lhes, em adiantamento, por preços absurdos, armas, utensilios, alimento; e enquanto não lhe pagassem esse avanço, por anos seguidos, não podiam largar o seringal. “Sobre essa divida repousa todo o sistema da exploraçãõ... da borracha” (269). Mudava-se o assalariado em servo da gleba: era o cativo da mata das arvores da borracha. Graças a essa sujeiçãõ, que soube o explorador do Amazonas exercer sobre os pobres sertanejos, a penetraçãõ, o desbravamento, a valorizaçãõ daquelas terras equinõciais, até limites peruanos e bolivianos, ocorreram sistematicamente, em infiltrações obstinadas, em direções continuas, a despeito do impaludismo, do banditismo, das distancias, de todos os obstaculos que, nos confins do “inferno verde”, embaraçavam a invasãõ do trabalho... Os plantadores de algodãõ do sul dos Estados Unidos inventaram o Texas; os “caucheros” do Amazonas conquistaram o Acre. O “emporium” da borracha foi a capital da provincia, Manáõs, relativamente a cidade do mundo mais progressista, na sua latitude equatorial e na situaçãõ geografica, a mil milhas do mar. Muitos dos seus melhoramentos precederiam aos das bõas cidades do sul; teria teatro que custou 400 mil libras; antes do Rio de Janeiro, um porto moderno (1902); e

(269) E. Roquette Pinto, *Rondonia*, 3.^a ediçãõ, p. 153.

linhas de navegação diréta para a Europa. O café revelou o vale do Paraíba e o oeste de S. Paulo; a borracha tornou efetiva a colonização do vale do rio Amazonas e conduziu o povoamento, através de todos os "igarapés", que lhe desdobram a bacia imensa, até uma linha de fronteiras d'outra fórma abandonada, ou esquecida, no mistério dos sertões mortíferos, do país cuja monstruosa flora inspirou ao naturalista Bates, e, por ele, a Darwin, a nova concepção sobre a "origem das especies"...

O algodão

Não é menos expressivo o caso do algodão.

O fim do seculo XVIII, fôra o periodo aureo da cultura algodoeira, no norte do Brasil. O consumo crescente das fabricas inglesas, e o tratado anglo-português, que fazia Portugal freguês obrigatorio dos tecidos de Lancashire, coincidiram com a independencia dos Estados Unidos, a guerra, depois a interrupção, ainda por muito tempo, dos negocios, entre a America do Norté e a Grã Bretanha, de modo a ter esta de ir pedir a materia prima de sua industria á India, ao Egypto, ao Brasil.

Em 1767 o primeiro algodão brasileiro foi recebido em Londres: valia 6 libras a remessa.

Em 1786 a exportação subira a 150 mil libras (270).

O elevado preço motivou, depois de 1777, uma intensificação de cultivo, que logo abrangeu a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Maranhão, substituindo, no interior, canaviais e “banguês”, que até então entretinham a escassa economia agrícola dos fazendeiros.

O preço alto subsistiu, enquanto a America do Norte se manteve hostil á Inglaterra. O liberalismo economico, que pacificou as relações mercantis do mundo depois da quéda de Napoleão, refletiu-se sobretudo no prodigioso aumento das plantações do sul dos Estados Unidos, suficientes em breve para suprir o mercado universal.

Em 1791, podemos dizer que aquela região norte-americana e o Brasil extraíam a mesma quantidade de algodão: dous milhões de libras de fibra (271). Em 1829, produziam os americanos 365 milhões (272) e os brasileiros apenas o dôbro da safra colonial.

No Pará, por exemplo, em 1780 a produção andava por 73.680 quilos, vendidos á razão de 4\$ a arroba. Em 1787 custava a arroba 7\$2. Em 1796, 188.900 quilos obtinham 5\$610 por arroba, em 1800, 238.950 quilos

(270) J. Lucio d’Azevedo, *Epoças de Portugal Economico*, p. 456.

(271) Gina Lombroso, *La Raçon du Machinisme*, p. 197, Paris 1931.

(272) Anton Zischka, *A Guerra secreta pelo algodão*, trad. de O. Krausne e E. Verissimo, p. 58, Porto Alegre 1936.

7\$2 (293). No Maranhão, a média de produção, 275 mil arrobas, a 3\$4, em 1808 subira a 402 mil, a 4\$5 (274). Em 1807 exportara Pernambuco 26.877 volumes; em 1813 — 65.327 — (275); e a Baía, em 1817, 40 mil “em virtude da exagerada procura pelos ingleses” (276). Cinco anos depois, e só então, instalava-se o primeiro descaroçador de algodão (277).

O café fixára todos os braços disponiveis, nas provincias meridionais; e a bôa cotação do açucar, consequencia do mesmo interesse inglês pelo nosso commercio, não permitira ainda que abandonassem os velhos engenhos as populações servis, que poderiam dedicar-se, com melhor proveito, ás outras plantações. A crise do algodão estala em 1828-30. A Inglaterra abastece-se nos Estados Unidos e pôde dispensar o produto brasileiro. A exportação do algodão de Minas Gerais cai, em 1830, de 99 mil arrobas a 7 mil (278). Os fazendeiros deixam-se aqui fascinar pela cultura do café e não se acabrunham com o golpe, mais sensivel para os pequenos lavradores, que devem atravessar um periodo

(273) *Anais da 1.ª Conferencia Algodoeira*, II, 56.

(274) *An. da 1.ª conf. alg.*, II, 74 (Estudo de William Coelho de Souza).

(275) Pereira da Costa, *Historico*, in *Trabalho da Conferencia Açucareira*, p. XXII.

(276) Martius, *Através da Baía*, 2.ª ed., p. 87.

(277) *Anais da 1.ª Conferencia Algodoeira*, I, 412. S. Paulo.

(278) Daniel de Carvalho, *O Café no 2.º centenario*, II, 581.

de penuria e desânimo. Seria necessário, para uma nova, intensiva cultura algodoeira, que sobreviesse um acontecimento lancinante, como foi, em 1861-62, a guerra civil americana. Caíram as exportações dos Estados do sul, convulsionados e bloqueados. As fabricas inglesas e francesas, surpreendidas pela catastrophe longinqua, que lhes estancava a circulação da materia prima, reduziram o seu trabalho. Houve a ameaça de um geral "chômage", nos centros industriais de fiação. O preço da fibra subiu. Tornou-se preferivel, a qualquer outro plantio, o do algodão. Em S. Paulo, o superintendente da estrada de ferro J. J. Aubertin, conhecedor das desastrosas condições do trabalho inglês, promoveu em 1862 uma brilhante propaganda daquela lavoura. Foi ouvido. Reproduziu-se, jubilosa, a "corrida", ás terras agricolas, que ficára, nos costumes economicos do país, como uma das expressões predilétas de sua evolução. Foi subita, frenetica, espantosa, a diversão das iniciativas rurais para a plantação da malvacea, a ponto de subir o Brasil em cinco anos, de fraco produtor ao quarto lugar, no mundo, entre os países exportadores.

Realmente, em 1860 (antes da crise) a Inglaterra nos comprara 100.157 balas (de 200 quilos). Em 1862 (no começo da fase de perturbação universal do mercado), 113.903. Em 1864 (graças ás novas plantações) 167.141. Em 1865 e 66, respectivamente 274.170 e... 334.989. O "optimum" da reação localizára-se em S. Paulo, que nada vendera em 1861, e sete anos após ex-

portava 68 milhões e meio de arrobas de algodão (279). Em 1871-72, normalizadas já as relações anglo-“yankees”, o valor do algodão exportado (46.615 contos) andava ainda no dobro do que nos rendia o açúcar (27.923).

O impeto não assegurava a permanência dos fatores prósperos; ao contrário, arrastava infelizes circunstâncias de desânimo fácil, tão imediato quanto o entusiasmo inicial. O sul dos Estados Unidos recompos, em proporções formidáveis, a sua economia agrícola. Com o aumento da produção, caiu o valor da mercadoria. Em breve não fascinaria mais os lavradores, a quem os braços escravos faltavam para o grangeio dos cafezais. Afinal o algodão do Brasil iria todo para os teares das fábricas nacionais (280). Passou a febre e desvaneceu-se o delírio. Mas as vantagens adquiridas num decênio de fartura alentaram, robusteceram as atividades rurais, logo em seguida estimuladas e mantidas pelo bom preço do café.

(279) André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos Economicos*, p. 212.

(280) Cunha Vasco, *A indústria do algodão no Brasil*, p. 11, Rio 1905. Repetir-se-ia animação semelhante á de 1862, sómente em 1933-36, alcançando neste ano a exportação algodoeira 700 mil contos, apenas ultrapassada, em valor, pela do café.

A REVOLUÇÃO DA MAQUINA

A maquina entrou no Brasil tardia e lentamente.

O custo era excessivo, exigia ela pessoal técnico estrangeiro, brigava com a barateza do braço escravo, repugnava á rotina do proprietario ignorante, tradicionalista, desconfiado.

O primeiro maquinismo a vapor para a moagem da cana d'açucar foi introduzido na Baía em 1815, por um senhor de engenho inteligente e ousado: déram-lhe por isso o nome ironico de "engenho da Filosofia". Os vendedores ingleses de máquinas deviam convencer os commissarios portuguezes de açúcar, que eram os capitalistas dos proprietarios rurais, e aqueles a estes. As maravilhas do vapor tinham antes de ser vistas, medidas, admiradas, do que calculadas pelos espiritos lúcidos. O barco de vapor que um brasileiro anglofilo, Felisberto Caldeira (marquês de Barbacena), mandou adquirir na Inglaterra, para a navegação do reconcavo

baiano, em 1817, interessa frouxamente áquela aristocracia tranquila. Em 1824, entretanto, foi a seu bordo que D. Pedro I viajou para Cachoeira. Ministro do Imperio em Londres, o mesmo Felisberto encommendára outro navio de vapôr (281). Mas ainda não é aconselhavel, para tão larga travessia; depende, esse tipo de navio, da experiencia inglesa e americana; apenas em 1848 dotou o Imperio a sua marinha com as corvetas de vapôr: D. Afonso, Pedro II, Amazonas.

Até 1841, confessaria Cristiano Ottoni, não conhecia, em funcionamento, uma máquina de vapôr. Em 1873, na Baía ha 893 engenhos, dos quais, movidos a vapôr, 282 (282).

O mundo transforma-se. As invenções do seculo XIX alteraram-lhe o destino. Transtornaram a economia, a sociedade, a politica, a vida material e a do espirito. A America recebeu atenuadas e superficiais as influencias dessa revolução: mas nem por isso lhe sentiu menos o choque. O progresso tinha as seduções de uma pronta melhoria geral, o imperativo da civilização, mais desejada porque tardava... Era condição existencial. A grande fase, dessa adaptação do Brasil ás circunstancias do seculo, enche de febril animação a nossa historia

(281) Vd. *Arquivo Diplomatico da Independencia*, I, 99 e 165. Em 1825, o futuro marquês de Abrantes redigira, em Londres, o primeiro regulamento para a navegação de vapor entre os portos do Brasil (*Arq. Dip.*, I, 142).

(282) André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos Economicos*, p. 160, Rio 1883.

social, entre aquelas duas datas. Em 1841, raia a Idade do vapôr. Em 1873, está em meio a éra industrial: as primeiras usinas substituem os engenhos obsoletos, o trem de ferro vence as distancias e os obices geograficos, o telegrafo contribue para a unificação nacional, as fabricas brasileiras tecem a roupa do povo, as estradas aproximam os centros de produção...

Vejam os aspectos successivos dessa evolução do trabalho.

Usinas

O regimen de garantia de juros, decisivo para a construção das estradas de ferro, transformara tambem a industria açucareira. Mudára ela a fisionomia economica dos demais países produtores, sobretudo a ilha de Cuba, dotada de "usinas" gigantescas, que centralizavam o trabalho da moagem e refinação, substituindo a primitiva dispersão dos engenhos dagua, dos "trapiches", dos "banguês". Exigia-se grossos capitais para a fundação de usinas. O maquinario era custoso e complexo, e a capacidade de produção de ordem a absorver a safra de canas de muitas propriedades, em prejuizo das pequenas fabricas, duplamente feridas, pelo preço baixo do açúcar produzido em grande escala, e pelo desvio da materia prima. No Brasil, alguns senhores de engenho animosos e ricos tentam, com os proprios recursos, amparados sómente á isenção dos

impostos sobre o material importado, transformar em usinas os velhos estabelecimentos. É a ruína comum, pela exorbitância dos gastos, a dificuldade das instalações, a inadaptação a elas do pessoal escravo, também pelo declínio das cotações do açúcar, cada vez mais abundante no comércio internacional, dada a superprodução das regiões onde triunfara a máquina. As iniciativas isoladas constituem protestos individuais contra a rotina agrícola, que parecia o principal fator da crise, e a crescente competição estrangeira: vêm tardas, desencontradas, deveis.

A partir de 1842, o aperfeiçoamento da maquinaria assegurara um resultado de mais de 50% de vantagem no fabrico do açúcar (283). Em 1860, a presidência de Pernambuco reclamava da Assembléa Provincial providencias afim de serem construidas "fabricas centrais". Em 1874, promove o governo da provincia a fundação de "engenhos centrais" (284).

A assembléa geral afina com esses entusiasmos: a lei de 6 de Novembro de 1875 concede garantia de juros para tais empresas: 7%, para os primeiros. Logo na provincia do Rio o engenho de Quissaman se eleva á categoria de "central". Em breve, subia a 55.300 contos o total do capital garantido.

(283) Pereira da Costa, *Historico, Trabalhos da Conferencia Açucareira de Recife*, p. XXIX.

(284) P. da Costa, *op. cit.*, p. XXX.

De começo, incentiva-se com isso a lavoura canavieira; declinavam, extinguíam-se, devorados pela usina, os engenhos históricos.

A renovação dos métodos de trabalho abrange a fisionomia social: quebra-se o ritmo da vida rural nas antigas terras açucareiras, onde ele melhor se conservara, e no turbilhão dos negócios — incorporação de capitais garantidos, venda ás usinas das plantações adjacentes, interrupção da moagem nos engenhos tributarios dos “centrais”, guerra movida por estes aos outros, deslocamento de influencias, o aristocrata decadente suplantado pelo homem de iniciativa, o senhor da terra desalojado pelo grande industrial — desaparecem as fórmias coloniais da economia. E’ uma revolução que passa: a maquina transtorna os aspectos classicos do Brasil agrario e feudal, destroça a organização arcaica da nobreza, assim desprovida do seu “ambiente”, transfere para os reconcados, tres seculos imutaveis nas características essenciais, a inquietação das reformas, a destruição das velhas ferramentas, a mudança de mentalidade, de valôres, de sentimento, precedendo de pouco — o desgaste da força moral e politica das familias de outrora — a abolição da escravatura, golpe final desfechado no seu prestígio...

Entram nisso os cabedais estrangeiros. E’ a “The Central Sugar Factories of Brazil Limited”, de Londres, que põe em funcionamento, em 1884, as vastas usinas de Santo Inacio, em Pernambuco, com a moagem diaria de 250 toneladas de canas, a produção, em

cem dias, de 2 milhões de quilos de açúcar. Segue-se-lhe “The North Brazilian Sugar Factories Ltd.”, em 1887, com a imensa fabrica de S. Lourenço... (285).

Viação ferrea

A viação ferrea dependia, necessariamente, da iniciativa do governo.

A primeira lei referente a estradas de ferro datava de 1835 (286) e previa — com facil ingenuidade — a ligação entre a côrte, S. Paulo, Ouro Preto e Baía.

Até 1852, entretanto, nada de pratico se pudéra fazer, porque a exquivança do capital, de um lado, do outro a indecisão das administrações, impediam a organização de uma empresa capaz de estender os primeiros trilhos em zona produtiva, desafiando a rotina dos meios de transporte, a desconfiança da população rural, o velho ritmo economico.

O governo russo, entretanto, utilizára eficazmente o sistema de garantia de juros, em seguida generalizado para os grandes trabalhos que demandassem quotização de capitais perante duvidosa remuneração, e

(285) Pereira da Costa, *op. cit.*, p. XXXII.

(286) Uma das primeiras vozes a propagar a maravilha da maquina loco-motora, foi o marquês de Abrantes: Miguel Calmon, *Ensaio sobre o fabrico do assucar*, p. 48, Baía 1934.

atendiam aos reclamos da produção nacional (287). Equivalia isto a tomar o Estado de empréstimo ao particular o dinheiro exigido pelos melhoramentos públicos, e premia-lo com um juro garantido, que o punha a coberto dos eventuais prejuizos.

O Imperiò resolveu o problema dos caminhos de ferro adotando aquella providencia. Uma lei, de 26 de Julho de 1852, preconizada pelos irmãos Teixeira Leite, de Vassouras, — arbitrou em 5% a garantia. Logo companhias se constituiram, para construir os primeiros troncos ferroviarios na Baía, em Pernambuco e em S. Paulo.

Mas o exemplo devia ser dado, independentemente mesmo da intervenção official. Sem esperar pela garantia de juros, com os cabedais proprios, e os que levantou entre amigos, inaugurou Irenêo Evangelista de Souza (depois visconde de Mauá) a estrada de ferro do porto da Estrela até a raiz da serra de Petropolis, a primeira que se fez na America do Sul.

O governo imperial, e o imperador, nisto pessoalmente empenhado (288), decidiu iniciar, por empreitada, contratada com um tecnico inglês, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II: seria linha central, de penetração, em procura dos centros populosos das provincias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e S. Paulo.

(287) Vd. Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, 2.^a ed., p. 215.

(288) Cristiano Ottoni, *Autobiografia*, fls. 98.

Correram depois as despesas por conta da companhia nacional que se fundou, com o capital vencendo os juros, garantidos, de 5%.

A "D. Pedro II" (hoje Central do Brasil) foi aberta ao trafego em 8 de Novembro de 1858, no trecho de Queimados a Belem: em 1864 chegavam os trilhos á Barra do Piraí. Um ano depois, encampou-a o governo, para a levar, através das serras, e pelos tuneis da Mantiqueira, até o interior de Minas Gerais, e S. Paulo.

A provincia da Baía teve os primeiros trilhos graças ao auxilio provincial, de 2% de juros garantidos, que, juntos aos 5% da garantia imperial, representou excelente estímulo de iniciativas e capitais. Em 10 de Fevereiro de 1858 inauguraram-se os 13 quilometros iniciais da linha da Baía a Alagoinhas, ano em que se construia a estrada de ferro de Recife a Una. Em 1860 iniciaram-se os estudos da ferrovia de Santos a Jundiá, e já nenhum obstaculo topografico embarçava o audaz empreendimento da engenharia, a febre de realizações e de obras gigantescas, o interesse obcecivo pelos imensos trabalhos, á maneira dos que, por toda parte, renovavam a fisionomia das nações modernas. Vêm, em turmas, os profissionais estrangeiros, que serão mestres de uma geração de engenheiros nacionais que ia depender da fundação do Instituto Politecnico, em 1875, da Escola de Minas, de Ouro Preto, em 1876. Os Teixeira Leite, encomendam aos engenheiros Waring o estudo do vale do Paraíba. Em

1855, chega uma comissão de engenheiros ingleses, chefiada por Chappmann. Outra turma, de norte-americanos, sob a direção do coronel Charles Garnett e do major Elison, concluiu essa série de trabalhos, abrindo, em sete anos, os grandes tuneis da Mantiqueira. Em 1868, a S. Paulo Railway ligou S. Paulo a Santos! Rasgadas as montanhas, trespassada a cordilheira pelos trilhos, a década de 70 concluia-se com o maximo problema da viação nacional resolvido: podia dizer-se, anulado o velho obstaculo, derrubada praticamente a muralha natural, que desde o limiar da nossa historia dividira em dous o Brasil — o daquem, o dalem da serra do Mar. O trem de ferro destróe essa antinomia geografica. Crea, com o desaguadouro do planalto, a harmonia economica, atrás desta, a unidade social, consubstanciada na civilização absorvente; mudava a face das populações. Datas decisivas, na evolução da nossa rede ferroviaria, isto é, na penetração do maciço brasileiro, na consolidação da “densidade” do país, na sua unificação pelo transporte, foram, em 1877, a comunicação do Rio com S. Paulo, em 1882, o começo da construção da maravilhosa estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, por engenheiros patricios (289), inaugurada em 1885, e em 1883 a ligação entre a côrte e Ouro Preto. Construíam-se, em 1884, 2.402 quilometros de estradas de ferro no Imperio! (290).

(289) Vd. *Livro do Cincoentenario da E. F. do Paraná*, ps. 38 e 66, Curitiba 1935.

(290) Campos Sales, *Discursos*, I, 103.

Caminhos

Mas o trem de ferro não basta.

Mariano Procopio idealiza e constrói a primeira estrada de rodagem do Imperio, que liga á Raiz da Serra Petropolis e Juiz de Fóra. Essa primorosa rodovia, uma das melhores do mundo, permite que se faça em carruagem, a 16 quilometros por hora, o trajéto, que até então se realizava a cavalo, pelos asperos caminhos da serra. Onde chega a rodovia, a prosperidade compensa todas as despesas. Em 1858-59 a pequena parada de Pedro do Rio exportou 400 mil sacas de café! (291). Pela mesma estrada em 1858 transitaram 126.276 sacas, e em 1867 — 496.144.

A moda do *mac-adam* contagia as provincias. Em 1858 tiveram inicio, na Baía, as estradas macadamizadas de Santo Amaro a Feira de Sant'Ana e Alagoinhas (292). O imperador fez de carro esse trajéto, no ano seguinte. Vinte anos depois, seria franqueada ao trafego a estrada da Graciosa, estudada em 1854, concluida em 1873, que comunicava com o porto de Antonina o planalto do Paraná, resolvendo o problema supremo do acesso a Curitiba através da serra do Mar. Em 1880, subiu D. Pedro II, de Antonina a Curitiba, em

(291) Em 1867, Pedro do Rio via sair apenas 5.187 sacas. (H. Klumb, *Doze horas em diligencia* — Guia do Viajante — p. 32, Rio 1872.

(292) Braz do Amaral, *Historia da Baía do Imperio á Republica*, p. 226, Baía 1923.

carro, como se excursionasse pela sua bôa estrada de Petropolis... (293). A abertura desse caminho de traçado audaz renovou, quasi a subitas, a expressão daquela terra propicia, entre todas, á imigração estrangeira: consumou-lhe a independencia de S. Paulo, da qual havia sido apartada em 1853. A estrada calçada, de S. João Marcos a Mangaratiba, custou mil contos-ouro (294): a Companhia, fundada em 1865, faliu em 76. A Estrada de Ferro, drenando para o Rio de Janeiro a produção cafeeira, condenou á ruina os pequenos portos do litoral fluminense.

O telegrafo

Inaugura-se o telegrafo electrico em 11 de Maio de 1854, após as experiencias dos professores de física Paula Candido e Guilherme Schüch de Capanema, este diretor do novo serviço, e que teve a gloria de estendê-lo á maior parte do territorio nacional até 1889, quando daquele cargo o removeu a Republica.

Visava primeiro o telegrafo á comunicação entre o paço de S. Cristovão, o ministerio da guerra e as povoações maritimas vizinhas, afim de melhor policia-

(293) Francisco Negrão e Altamirano Pereira, *A Viagem de D. Pedro II pelo Paraná*, p. 79, Curitiba 1925.

(294) Joaquim de Melo, in *O café no 2.º centenario*, I, 415, Rio 1934.

se o litoral, contra as ultimas tentativas de desembarque de africanos, pelos traficantes negreiros. O exito das linhas iniciais marcou o começo de uma éra de comunicações intensivas, destinada a decisivo incremento no periodo da guerra do Paraguai, quando foi forçoso prolonga-las, sempre na direção do sul, até o teatro das operações militares. Em 1889 havia 10.775 quilometros de linhas e 173 estações no Imperio. De Belem do Pará se falava com Jaguarão, na linha meridional...

Transportes urbanos

A viação urbana renova-se, em 1868, com o "tramway", de tração animal, mas sobre trilhos de ferro, melhoramento de iniciativa norte-americana, a companhia "Botanical Garden", inaugurado em 9 de Outubro daquele ano, no trecho entre a rua Gonçalves Dias e o largo do Machado (295). Outros americanos construíram a linha para S. Cristovão e Rio Comprido, em 1870, e Viana Drummond, depois barão de Drummond, concessionario de um ramal de ferro-carris, em 1873 por esse meio ligou a praça da Constituição (Rocio) á antiga Fazenda do Macaco (Vila Isabel). "Ain-

(295) Correram então os primeiros «bonds», nome do titulo que se dava aos subscriptores do emprestimo, na mesma epoca lançado pelo ministerio presidido pelo visconde de Itaboraí, por extensão aplicado pelo povo aos nóvos veículos.

da sob o segundo reinado foram estabelecidas as linhas de bonds para Santa Tereza, o Plano Inclinado para o mesmo morro, o elevador para Paula Matos e a Estrada de Ferro do Corcovado” (296).

Dez anos mais tarde, de tal sorte entrára o “bond” nos habitos e na economia popular, que o imposto de um vintem sobre as passagens, decretado pelo ministério Sinimbú, pretextou sangrento e terrível tumulto no Rio de Janeiro, ao começar o ano de 1880 (297). A consequencia das “barricadas” de 1 de Janeiro foi a suspensão da taxa e, com o recúo do governo, o cuidado das empresas em jamais irritar a multidão, tão expedita em queimar-lhe os carros... (298).

Pelo mesmo tempo — tão igualmente a civilização se distribuía, por vezes as provincias antecipando os progressos da côrte — a Companhia de Transportes Urbanos iniciava (11 de Dezembro de 1869) o serviço de “bonds” na Baía. Mais do que isto: o exito do melhoramento levára capitalistas brasileiros a tenta-lo em Bruxelas, Lisbôa, Montevidéo, até em Paris, onde,

(296) M. Fleiuss, *Hist. da cidade*, p. 192.

(297) José Carlos de Carvalho, *O Livro da minha Vida*, p. 49, Rio 1912.

(298) A revolta do «imposto do vintem» deixou profundo sulço no sentimento popular, e as violencias daquele dia muitas vezes se repetiram, com as mesmas fórmãs, de destruição dos veículos, ou «quebra-bonds», sobretudo na Baía...

em 1873, obteve um sr. Reys concessão para organizar uma linha de ferro-carris... (299).

Novos tipos

A nova cidade elaborou — em 1850-70 — tipos sociais observados com surpresa e escandalo, curiosa e ironicamente, pelos cronistas de costumes.

A urbanização da vida, o desenvolvimento do Estado, a democratização da lavoura, a prosperidade das classes liberais, a vasta burocracia entretida pela politica, que faz do emprego publico um dos seus esteios partidarios, subvertem a antiga estrutura pacata, hierarquica, definida, da sociedade brasileira. Houve uma alteração profunda no sentido das vocações, no destino das juventudes. Cada vez mais se fecha o caminho do campo, e a metropole cresce. E' o tempo do estudante Seixas, personagem do romance de Alencar, que vai ser funcionario num ministério... (300). Reparou o mesmo Alencar no homem de vaga atividade, que, não sendo conhecido por nenhum officio, se diz commerciante (301): isto já não é, como no seculo anterior, attributo de portugûes; é rótulo de burguesia. Corres-

(299) Cit. do Jornal «O Novo Mundo», de 23-7-1873, cf. A. de Faria, *Mauá*, p. 157.

(300) *Senhora*, 5.^a ed., p. 46.

(301) *Viuvinha*,

ponde-lhe o bacharel. Em breve, o numero deles fará clamar aos pessimistas, que a bacharellice é a praga que devóra o Brasil. Ha evidente exagero. Duas Faculdades apenas, S. Paulo e Recife, não pódem fartar de bachareis o Império: mas formam eles a aristocracia mental, de "idéas feitas", que monopoliza os cargos, desfruta a preeminencia, o orgulho do diploma, porque a tradição se conserva, da nobreza ligada ao pergaminho de formatura... Segue-se o capitalista, o homem de negocios reais, o especulador dos titulos de bolsa, o que entende de bancos, movimenta valores. Era o que se falava no Rio, em 1869, queixou-se uma vez o ministro de França, Gobineau. De resto, o commercio, desde 1848, mudára sensivelmente. As casas bancarias, as industriais, a extinção do trafico de escravos, tinham alterado o ritmo do mercado, separado da casta dos velhos mercadores, fieis á rotina, a elite dos homens empreendedores, dos audazes: Mauá, Souto, Bahia, Mayrink, os condes de Figueiredo, de Leopoldina...

Ainda assim, o vezo colonial, do dinheiro guardado, (302) se harmonizára com a facil e segura applicação dele, em apolices do Estado. Segundo Martius, havia na Baía "ricas e grandes casas comerciais, e sabe-se que destas, algumas das mais antigas, segundo os costumes da terra, guardam um tesouro de 400 mil a 500

(302) Veja-se a descrição de Lindley, cf. Afonso Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 43, Baía 1928.

mil cruzados em especie, retirados da circulação” (303). Não admira que tão cautelosos habitos gérassem o gosto dos titulos da divida publica, generalizado, no Rio de Janeiro, em 1843, quando já havia 43.196 contos assim emprestados ao Estado, ganhando juro de 6%. Em 1847, tinham esses papeis preferencia sobre as melhores letras comerciais (304). Soube o visconde de Itaboraí aproveitar-se desta tendencia dos “capitalistas” do seu tempo, para lançar, em 1868 (305), um emprestimo interno de 30 mil contos, cujo exito provaria duplamente, a vantagem de evitar-se o credito estrangeiro, caro e humilhante, e a vasta capacidade financeira do mercado, até então dissimulada pelos costumes parcimoniosos e a timidez hereditaria.

O dinheiro nacional deixa-se atrair pelas apolices; o capital estrangeiro vem, para as applicações rendosas, na industria nascente, nos serviços publicos, nas grandes empresas. Em 1882, emigrava anualmente do Brasil, como remuneração desse capital, 59 mil contos! (306).

Os bancos não pareciam ajustaveis á vida economica do Brasil. Vêm tardiamente, experimentados a mêdo, carregando a soma de desconfianças que legára

(303) *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 88.

(304) Liberato de Castro Carreira, *Historia Financeira do Brasil*, p. 264, Rio 1889.

(305) André Rebouças, *Agricultura Nacional*, p. 280.

(306) André Rebouças, *op. cit.*, p. 288.

o primeiro Banco do Brasil, falido e liquidado em 1829. Na reabilitação do aparelho bancario teve ainda papel saliente o barão de Mauá. Não apenas creou um estabelecimento de renome continental. (o banco Mauá, do Rio de Janeiro, com filiais no Prata, que figuraria na carta de credito do herói da "Volta do Mundo em oitenta dias", de Jules Verne) — como inspirou a fundação do definitivo Banco do Brasil.

Em 1843, com o capital de 5 mil contos, instalara-se na côrte o Banco Comercial. Dous anos depois, foram aprovados os estatutos do Banco da Baía (capital de 2 mil); em 49 os do Banco Comercial do Maranhão (800 contos), em 50 a Caixa Comercial da Baía, em 51 o Banco de Pernambuco... Adquiriria o sistema um esboço de coesão com o Banco do Brasil (2 de Julho de 1852), inaugurado no ano seguinte com 30 mil contos de capital, e transformado, em 57, em caixa de depositos do governo. Ganhou a sua carteira hipotecaria (com 25 mil contos) em 1866, em 1888 teria 12 mil contos para dispender em credito agricola e o capital elevado a 100 mil contos, em condições de permanecer como regulador do regimen bancario no país. As crises financeiras (1864, 1874) abalaram, sem destruir, a nova, debil rêde de credito, que a legislação, as praxes comerciais não deixaram que se desenvolvesse convenientemente, até 1889, e o "encilhamento".

Ficaria, a influencia creadora do organismo bancario, para quando a instituição dos commissarios, de

café e de açúcar, fosse arredada da circulação dos valores, e os produtores lograssem relacionar-se diretamente com os seus banqueiros. A era fecunda, da intervenção deles na vida economica do país, raiou em 1888, com o metodo dos emprestimos agricolas de prazo longo e juro baixo — o socorro financeiro a lavradores e industriais, os adiantamentos de entre-safra.

“Encilhamento”

Rui Barbosa, que desde 1881 se batia pelo grande credito agricola, pela reforma do aparelho financeiro, em 1890 dará a formula: necessitava-se legitimar a democracia, pelo trabalho das fabricas (307). O “encilhamento” formou-se nessa corrente de idéas: foi o lamentavel exagero de uma orientação economica, comum, no fim do seculo XIX, ao mundo inteiro.

Depois da extinção da escravatura, concorreu o governo imperial para ela, com o barateamento do dinheiro, antes tão escasso e exquivo. Sucedeu isto porque a abolição puséra fóra de campo a velha força agraria e conservadora, sempre hostile ás aventuras economicas.

(307) Rui Barbosa, *Mocidade e Exilio* (notas de Americo Lacombe), p. 124, S. Paulo 1935.

O novo sistema social, do trabalho livre, reclamara outra legislação, liberal e ousada.

O visconde de Ouro Preto promoveu-a com um entusiasmo creador, capaz de mudar a fisionomia do nosso progresso material. Verdadeira revolução comercial fôra, em, 1885, a substituição das vendas á vista do café pelo negocio a termo, com a conseguinte circulação de papeis, em vez de mercadoria. Ouro Preto fundou um grande banco emissor, com o triplo do capital em ouro, e concedeu a companhias com capital de 10 a 5 mil contos de réis a faculdade de emitir, podendo assim alargar imensamente o meio circulante. Em resultado da prudente determinação de apoiar a emissão official a um encaixe metalico, o cambio subiu, e de tal arte que a moeda-papel se tornou momentaneamente mais valiosa do que a moeda-metal... O credito liberalizado (172 mil contos, em 1889) dirigiu-se em bôa parte para os estabelecimentos agricolas, necessitados dele; mas, nas cidades, a especulação comercial entrou a desmandar-se, em forma de empresas ficticias, que para o efeito de mandar os titulos á bolsa, se organizavam, explorando as medidas financeiras do governo... O "encilhamento" tornou-se em breve delirio, jogatina, fraude, um desatino geral. Perturbou os espiritos, confundiu os valôres, na subversão dos costumes mercantis, no nervosismo da compra e venda de ações de companhias, formadas facilmente, graças á nova lei de sociedades anonimas... Essa conturbação do comercio deu ambiente, de indife-

rença e estranheza, ao golpe militar que proclamou a Republica, e seria por esta francamente favorecida: entre Novembro de 89 e Outubro de 90, fundaram-se sociedades anonimas com 1.600.000 contos de capital, enquanto em todo o periodo anterior esse capital não passara de 813.489 contos! (308). Mais num ano do que em cem...

(308) Amaro Cavalcante, *Resenha financeira*, p. 76.

A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A vida social da cõrte sofrêra tres grandes transformações.

Até a maioridade, prepondera o “saráo”, litero-musical, aristocratico, á galante maneira do seculo anterior, onde, em róda, a bõa gente goza uma espiritualidade fechada ao publico, sem comunicação com o mundo exterior.

Entre 1840 e 1860, o Rio de Janeiro arrisca as duas primeiras experiencias de mundanismo.

Descobre o teatro lirico, como fina sensação coletiva, que empolga todas as classes, as regatas, o Carnaval com alegorias e bailes de mascarar, as diligencias ou *gondolas* para o transporte urbano, os hoteis, onde é moda fazer as refeições, os amenos sitios de varaneio, a carruagem, em vez da cadeirinha, Petropolis, o Casino Fluminense...

De 1860 a 1880, tinge-se a côrte de requintado colorido europeu, perdendo, um por um, os vestígios de sua tristeza colonial, da modestia do tempo de D. João VI, do velho retraimento patriarcal. A Exposição Nacional de 1861, a primeira que no país se realizou, foi um começo de época: a navegação transatlântica de vapor, encetada em 1850, o casamento das princesas em 1864, a animação social despertada pela reunião, em Petropolis, de uma sociedade inspirada na elegancia discreta e nobre das cidades do sul dos Estados Unidos e da côrte de Napoleão III, o enriquecimento rapido da aristocracia rural, mudaram quasi completamente a fisionomia dos costumes, o sentido da vida, nas elevadas esferas da população.

Em casa, como no S. Paulo visto por John Mawe, as matronas faziam renda (309).

Em 1840, ainda se ia ao Paço de calção e casa-ca (310). Os divertimentos populares eram — como dous seculos antes — cavalhadas e batuques, descritos por Alcide d'Orbigny (311), as festas de adro de igreja, as comemorações religiosas. “No Rio de 1843, um unico lugar de recreio se notava: o Passeio Publico...” “Mas debalde ali procuraria o forasteiro a presença dos cariocas, sobretudo das mulheres...” (312). Preponde-

(309) *Voyage dans l'intérieur du Brésil*, I, 116, Paris 1816.

(310) Joaquim Manoel de Macedo, *Um Passeio no Rio de Janeiro*, I, 26, Rio 1862.

(311) *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, p. 183.

(312) A. Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 52.

ram as severas tradições portuguesas, que um diplomata austriaco resumiu assim: “fazem de uma cidade uma prisão penitenciaria, e de cada casa uma celula, onde prendem as pessoas femininas da familia” (313).

Um viajante inglês referiu-se ás “rotulas das janelas”, muito abertas depois do jantar, com “caras de mulher, olhando com malicia”. Anotou o redator da Revista do Instituto Historico, em 1841: “O Autor nos faz presumir que limitou seus passeios ao fim da rua dos Ferradores, e ás ruas do Senhor dos Passos, Sabão e outras, onde talvez ele poderia encontrar os semblantes malignos que atraíram sua atenção” (314). Nesses logares, onde assim as rotulas descobriam, mais do que escondiam as damas, moravam as de má reputação... O *sobrado* ocultava a familia: cada casa uma celula...

A velha tristeza

Outro aspecto da vida triste e mística do Rio de Janeiro, antes de 1860, era o esplendor excessivo, cenografico, algo espantoso, das cerimoniaes funebres. Agravava-se o gosto das festas religiosas na alegoria gritante dos enterros. Se o batizado era o grande jubilo social, o sepultamento constituia a melhor afirmação

(313) *Noticia dos diplomatas da corte da Russia*, 1843-45, por José Maria do Amaral, *Anais do Arquivo Nacional*, XIX, 81.

(314) *Revista do Instituto Historico*, III, 79 (Rio, 1841).

das pösses, da grandeza, da hierarquia da familia fluminense. Os viajantes estrangeiros, que se referem a esse periodo da nossa civilização, não poupam exclamações de surpresa e ironia, em face dos espetaculos funerarios, como poderiamos chamar aos enterros fulgurantes. Para maior solenidade e impressão, realizavam-se durante a noite. Em alas atrás da carruagem mortuaria, ornamental e magnifica, os acompanhantes levavam tochas, escravos que lhas forneciam, e mesmo as carpideiras, mulheres pagas para chorar, em altos lamentos, o morto. Com longos sequitos de brandões que alumiam a cidade foi que se efetuaram os enterros reais no Rio: do principe D. Pedro Carlos, em 1812, da rainha D. Maria em 1816 e da imperatriz Leopoldina em 1826; e o de José Bonifacio, o Patriarca, não teve menor seguimento de pössas e grandes do Imperio, com os inumeros tocheiros... (315). Thomaz Ewbank surpreendeu-se com a soberba pompa dos ritos funebres, a majestade dessas procissões no Rio, em 1846 (316).

A decada de 1840 — do agudo romantismo — foi tambem um periodo de melancolias epidêmicas. Em 1844 houve no Rio de Janeiro — por exemplo — a moda dos suicidios, geralmente localizados na praia de Santa Luzia, onde se construia o vasto hospital da Misericórdia... (317).

(315) *Rev. do Inst. Hist.*, tómo 51, p. 94.

(316) *Life in Brazil*, p. 66.

(317) José de Alencar, *Viuvinha*.

Festas de santos

Rompia o povo a sua tradição de nostalgia, para realizar famosas celebrações de santos. Tipo de festa publica no Rio, era a de S. Sebastião, ou a do Espirito Santo, no campo de Sant'Ana, que começava nove dias antes e acabava com fogos de artifício, enchendo-se o imenso logradouro de gente de toda parte e tendas de gulodices, substituídas mais tarde — quando Manuel de Almeida escreveu o seu livro — por um acampamento de barracas de sortes, teatrinhos, leilões alegres... (318). As procissões fechavam ruidosamente esse ciclo de comemorações publicas, que abrangia as raras atividades coletivas, na cidade semi-colonial. O numero de santificados, notou Francis de Castelnau, sobrepujava o dos dias de trabalho (319). O reverendo Walsh avaliou em mil contos de réis o valor da cera queimada, num só daqueles dias santos. O mesmo Castelnau admirou-se da paixão dos fluminenses pelos fogos de planta, que em enormes quantidades importavam da China, para esses festejos. Apostavam viajantes, que tais solenidades lembravam as de Roma (320) e Lisbôa, compensando a timidez da familia brasileira os excessos e o

(318) Manuel do Amaral, *Memorias de um sargento de milicias*, p. 117.

(319) A. Taunay, *op. cit.* p. 50.

(320) Ferdinand Denis, *Brésil*, p. 129, Paris 1837.

aparato de suas folganças com o pretexto dos padroeiros, que invocavam. Notava-se apenas que decaíam gradualmente em animação nas ruas, em concurso do povo, porque a vida, de ano para ano, se arejava com outras manifestações de sensibilidade. Entre estas, o Carnaval resumia, de preferencia, o espirito folgazão, mas recalçado em habitual isolamento, da gente do Rio.

Em 1837 por exemplo, o entrudo pasmava aos estrangeiros (321), pela originalidade e exuberancia dos divertimentos populares. Não se usavam ainda mascaradas ou cortejos alegoricos. Tudo consistia em molhar-se o transeunte com limões de cera, baldes d'agua, borrifos e banhos inesperados. O velho arquiteto Grandjean de Montigny morreu da peneumonia que apañhou assim, em 1850.

Só se encontrava a delicadeza de maneiras e a espiritualidade cortesã nos "salões", que se tinham multiplicado, depois da Independencia. Os fidalgos que viêram com a familia real e os diplomatas junto de D. João VI, ensinaram á sociedade do Rio a arte de aliar a riqueza ao convívio aprazível, abrindo as casas aos espetaculos de bom gosto, á amena conversa, aos bailes. Vinte anos depois, nesses salões, á modã inglesa (322), se falava francês (323), serviam-se gelados, os

(321) Denis, *op. cit.*, p. 132; Th. Ewbank, *Life in Brazil*, p. 96, London 1856.

(322) Sobre o interior, dessa epoca: José de Alencar, *Senhora*, p. 34.

(323) Denis, *op. cit.*, p. 123.

confeiteiros europeus da rua do Ouvidor, como o Deroche, apresentavam os seus prodígios de pastelaria; e se tecia uma rede de convivência distinta, digna da côrte imperial.

Os fazendeiros, enriquecidos com o café, constroem casas esplendidas, que não repetem mais as linhas monotonas dos velhos quartêirões portuguezes, porém se enfeitam com o estilo Imperio, popularizado pela “missão” dos artistas franceses, de 1816. Os sobrados transformam-se em solares.

Estilos

Desaparece a mansão colonial, do vasto saguão em cujo tecto se pendurava a cadeirinha, e para o qual dava a escada de dous lanços, abrindo para um escuro corredor, que dividia a residencia, de um lado as salas nobres, do outro as peças intimas. . . O novo sobrado tem o seu “grande saguão, corredores enormes e vastos salões para bailes” (assim o do conselheiro Albino, na rua dos Invalidos) (324). A escada é ampla, e quanto mais larga — como no paço da marquesa de Jundiá, ao Rocio, ou na casa dos Nogueiras da Gama, no campo de Sant’Ana, mais nobreza aparenta. A sala de visitas é arejada, majestosa, opulenta: no solar antigo predo-

(324) Americo Lacombe, *Rui Barbosa, Mocidade e Exilio*, p. 34.

minava o refeitório, neste, o salão de baile. Aqui um piano e a sinházinha gorjeavam, nas noites de sarão: havia as cadeiras de mogno para as visitas de cerimonia; o velho casal surgia, retratado por Krumholtz, Moreaux ou Tirone, em grande tēja de moldura redonda; e sobre os "consolos" de marmore — arquivo das fisionomias amigas — havia á mão o album de fotografias, depois que elas, em 1860, substituíram os daguerreotypos... "Vivam os sofás estufados!" — exclama, em éxtase, um personagem de comedia de Quintino Bocayuva, em 1862 (325). Os tapetes do palacio do marquês de Abrantes, em Botafogo, valiam fortunas. Não se enchera ainda de melhor arte um interior fidalgo, no Rio de Janeiro. Em 62, concebeu Clemente Pinto (visconde de Nova Friburgo) o palacio do Cattete, vasado em marmore, num puro estilo de Napoleão, com as aguias, estatuas, linhas classicas, que o fariam unico na cidade. A copia dos modelos franceses encerra o ciclo evolutivo da casa portuguesa. O tipo anacronico, da extensa morada acaçapada, sobre arcos, humilde e familiar sob o imenso telhado de quatro aguas, se refugia, entre arvóres, nas chacaras; ruraliza-se; interna-se. Vira "casa de fazenda", característica, tradicional no seu traço historico, tão velha como o sistema de trabalho, que se desenvolvia á sua sombra honesta... Na capital, as fórmas se requintam, estrangeiras, pretenciosas: entre 1840 e 60 predomina o frontão triangular, que Gran-

(325) Quintino, *Os Mineiros da desgraça*, p. 50, Rio 1862.

djean de Montigny trouxéra para o Rio de Janeiro, a moda da fachada néo-classica do Ministério da fazenda, dos paços imperiais de S. Cristovão e de Petropolis, da Santa Casa da Misericordia, da Casa da Moeda, do Hospicio D. Pedro II. . . O palacio do Cattete é começo da outra série. Vêm os estilos burgueses da decada de 60-70: a casa do marquês de Itamaratí, o palacio Isabel, o do duque de Saxe; e, na seguinte, já estabelecida a mistura das escolas artisticas, num "arranjo" vistoso e fátuo, proprio da decadencia da arquitetura, os sobrados dos barões banqueiros, nos quais se perdia a noção da grandeza, ou o sentido nobiliarquico, em proveito da comodidade ou do aparato. . .

A paisagem

Os bairros de S. Cristovão e Botafogo, nos extremos, se valorizam com os edificios nobres, apropriados á importancia e á prosapia de uma sociedade ambiciosa. Referira o viajante Otto von Kotzebue, que em 1823 aqui esteve: "As pessoas ricas do Rio de Janeiro têm suas casas de campo em Botafogo, cujos ares, pretendem, são mui saudaveis" (326). Os ministros estrangeiros preferiam morar ali, junto de uma praia onde, por vezes, se armavam barracas, para os banhistas, no

(326) Trad. de Rodolfo Garcia, *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 80, p. 518.

testemunho do representante inglês William Gore Ouseley, em 1841 (327). Botafogo e Cattete, confirmaria Sarmiento, foram os bairros da diplomacia (328). Os ingleses, aliás, de uma dupla maneira revelam aos cariocas a propria paisagem, de beleza incomparavel: ensinando-os a cultivar jardins pitorescos, que melhor emoldurassem as casas campestres, e escolhendo, para a residencia, os sitios mais abruptos e altos, em contacto intimo com a natureza, tão desprezada pelos primitivos colonos... O desenvolvimento urbano faz-se com os estímulos desse encantamento, do alienígena enamorado da terra, a procurar-lhe, na topografia selvagem, os melhores angulos de visão, para o seu culto, de homem civilizado, aos contrastes do panorama...

As ruas

Até 1844, não era de uso andar a bôa gente fluminense nas ruas. Notára Kotzebue, em 1823: “É raro encontrar um branco na rua; somos tentados a crer que estamos na Africa, vendo-se por todá parte rostos negros” (329).

Os fidalgos saíam de carro ou cadeirinha. Mulheres de qualidade, só eram vistas a pé no adro da igreja

(327) Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 24.

(328) *Viajes*, I, 111, Buenos Aires 1922.

(329) *Revista do Instituto Historico*, vol. 80, p. 519.

ou, quando muito, ás tardes, no Passeio Publico, para a meia hora de refrigerio, á maneira dos inglezes que tinham então o privilegio de amar e descobrir as paisagens pitorescas e os refugios bucolicos do Rio de Janeiro. Causou porisso profunda emoção o jovem casal de Joinville, o principe francês e a nossa princesa D. Francisca, aparecendo na cidade, a pé, entre a plébe olhando os mostradores das lojas da rua do Ouvidor... (330). Aquilo scandalizou; depois, serviu de exemplo. O estouvado Orléans, com os seus arrebatados modos de marinheiro, levando pelo braço, através dos bêcos da cidade, a irmã do imperador, sua esposa, revolucionou os costumes da aristocracia timida e atada. Ensinou-lhe a direção do "ar livre", o rumo da vida sociavel e simples. Na Baía, onde, em 1859 era ainda geral o uso da cadeirinha, foi D. Pedro II quem se insurgiu contra ela, preferindo subir a cavalo as ladeiras: assim, ensinou um subito desprezo pelo transporte que dependia do braço escravo (331).

A metamorfose é simultanea: da via publica e do transporte, pois, segundo Francis de Castelnau, as pessimas ruas justificavam aqui a falta de carruagens. Com o calçamento das estradas, que levam a Botafogo, a S. Crístovão e Tijuca, o "omnibus" (chamado *gondola*) invade a cidade, abrevia-lhe as distancias, sobretudo

(330) Josefina Neuville, *Memoria da Minha Vida*, p. 60, Lisboa 1864.

(331) *Memorias da viagem de S. S. M. M. I. I. I.*, 29 not.

aburguesa a viatura, desencanta uma classe arredia, que até então temia as ruas por não possuir trem luxuoso — a intermediaria classe dos pequenos proprietários, de funcionarios publicos, de gente do comercio.

O official napolitano Eugenio Rodríguez, em 1843, reparou na presteza daquelas diligencias, de S. Cristovão (332). Thomaz Ewbank descreve a promiscuidade, algo democratica, que havia nas carruagens coletivas, em 1846. Domingo Sarmiento, aludindo aos “omnibus capacissimos” (333), por aquele tempo, reparava na facilidade das comunicações (334). Em breve José de Alencar fará nascer um romance burguês no “omnibus de Andarahy”.

Com a “gondola”, desaparece a cadeira de arruar e se crea o novo trafego urbano, metodizado pelos horarios do comercio, pelos habitos de “vir á cidade”, da gente que, quasi de golpe, abandonava o retraimento colonial, a encaramujada vida de casa-a-dentro.

A cidade transforma-se, com os costumes; civiliza-se, perdendo os velhos aspectos de ruas descalças e atoladiças, (“Mata-porcos”, “Mata-cavalos”...), proprias para a andadura dos carregadores minas. Em 1852, pavimentadas as principais ruas, assumira a dire-

(332) *Viagem da Imperatriz*, trad. de Gastão Penalva, p. 48.

(333) Sarmiento, *Viajes*, I, 116, Buenos Aires 1922.

(334) Alencar, *Cinco Minutos*, p. 55, 6.^a ed. Garnier.

ção das obras o presidente da Camara Municipal (335). Desde 1856, foram revestidas de paralelepípedos, as mais centrais, e as estradas, á *mac-adam* (336).

Em 1854, a iluminação de gás substituiu os lampiões de azeite. Surgiu a limpeza publica, em 1847, Já em 1852 se irrigavam as ruas centrais (337). Ficou, usual, o nome de "gary", dado ao coletor de lixo, porque concessionarios do serviço foram Aleixo Gary & Cia.

A iluminação das ruas como que as descobre para a sociedade, que tanto fugira sempre do ar livre.

Em 1828, na Baía se inauguram os primeiros lampiões, pelo modelo dos que se usavam em Lisbôa (338).

É a iluminação de azeite de peixe que se generalizava, combatendo timidamente as trévas da cidade colonial. Antecipava-se a provincia á côrte, onde um decreto, mandando instalar de uma vez cem lampiões de azeite, em 1833 (339), foi motivo de jubilo popular. No Passeio Publico da Baía, já, em 1820, mais belo que o do Rio (340), houve, por tres dias, brilhante exposi-

(335) Jornal do Comercio, 18 de Março de 1852.

(336) Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, III, 12, Rio 1933.

(337) Noronha Santos, *op. cit.*, II, 44.

(338) Accioli, *Memoria Hist. e Pol. da Prov. da Baía*, ed. de B. do Amaral, IV, 246.

(339) Alberto de Faria, *Mauá*, p. 149, Rio 1926.

(340) Denis, cf. Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 154.

ção de luminarias, seguida de baile em Palacio, para solenizar a chegada da imperatriz D. Amelia ao Rio de Janeiro. Assim se inicia o costume de clarear as ruas quando não ha luar, e desenvolve-se — com a consequente segurança do transeunte — o gosto das visitas á noite...

Urbanismo

Vêm as obras urbanas de conjunto, a canalização dos riachos, os aquedutos, as pontes, as ruas novas, largas, direitas. Em 1848, abre-se, na Baía, a rua da Vala, em substituição do brejal e aguadas que limitavam daquele lado a cidade (341): é um trabalho titanico, tambem simbolico, a assinalar a era nova, da remodelação, da higiene dos centros populosos. Por esse tempo consumava, em Recife, o conde da Bôa Vista, em sete anos de governo ativissimo, a transfiguração da sua capital, enriquecida de importantes obras d'arte. Outros exemplos dá o conde da Bôa Vista: contrata os serviços do engenheiro urbanista de Paris, Luiz Leger Vauthier, e atrai a Pernambuco uma colonia alemã de artifices (342).

(341) Braz do Amaral, *Historia da Baía do Imperio á Republica*, p. 184, Bahia 1923.

(342) Ataliba Nogueira, *Um inventor brasileiro*, p. 63, S. Paulo 1934.

Mas, em vinte anos, dobra, triplica a população: e os bairros surgem, em harmonia com o tráfego urbano, o aparato da vida exterior. Não chega, no Rio, a área dos vales centrais, e ruas coleando pela montanha, entre 1847-57, dão ás encostas de Santa Tereza “um ar de cidade” (343). A canalização do rio Maracanã aformoseia a “Cidade nova”, e as “gondolas” povôam depressa os arrabaldes da Tijuca, do Andaraí.

Irenêo Evangelista de Souza contratou e executou o serviço de iluminação de gás, inaugurado, no centro, em 25 de Março de 1854: “Dir-se-ia (noticiou Moreira de Azevedo) que em parte da cidade era dia, e em parte era noite”. Passou-o mais tarde o concessionario a uma companhia inglêsa, capaz de desenvolve-lo, ganhando com isso 120 mil libras (344). A “Rio de Janeiro Gas Company Limited”, com o capital de..... £.600.000, foi a primeira empresa estrangeira de melhoramentos urbanos que se instalou no Brasil: seguir-se-ia a ela a “Botanical Garden R. R. C.” (bondes), com capitais americanos, encampada, trinta anos depois, pela companhia canadense que tem hoje o monopolio da tração elétrica no Rio de Janeiro.

A rêde de esgostos foi definitivamente contratada com outra companhia inglêsa, a “City Improvments”, em 1857: “a canalização perfeita, como nos convem. do

(343) José de Alencar, *Vivvinha*, p. 99, 6.^a ed. Garnier.

(344) Alberto de Faria, *Mauá*, p. 150.

sistēma separado, contribuiu muito para o saneamento domestico do Rio de Janeiro...” (345).

Entre 1852 e 60, companhias para a distribuiçāo d'agua se instalam em todas as provincias. É a epoca dos chafarizes artisticos: vēm cem anos depois dos de Minas Gerais. Como o corēto se tornaria, nas vilas, o obrigatorio adorno municipal, o chafariz foi a preocupaçāo obsessiva das administraçōes urbanas, naquele periodo. O imperador encontrou na Baía, em 59, recentemente construido, o do Terreiro de Jesus, considerado o maior do Brasil (346): fizera-o inaugurar a companhia do Queimado, que arrematāra ali os serviços de agua. Em torno dessas fontes refervia a escravatura, a abastecer-se com os toneis; trepidava, mais intensa, a animaçāo das ruas; desfilavam, sem cessar, os pretos aguadeiros. Na categoria dos deveres do Estado, o de fazer jorrar as torneiras de um chafariz, nas praças centrais, era o mais estimado, o mais popular. Por esses monumentos de arte — as fontes sobrepujadas por figuras de bronze — começou o gosto da ornamentaçāo dos logradouros publicos, a idéa da estatua, imprimindo dignidade e sugerindo civismo, no meio do povo... Realmente, já se podia pensar nisto em 1862. Inauguraram-se então o monumento de D. Pedro I e o

(345) Afrânio Peixoto, *Um seculo de cultura sanitaria*, p. 40, S. Paulo 1922.

(346) *Memorias de Viagem de S. S. M. M. I. I. I.*, 25.

de José Bonifacio, aquele no Rocio, este no largo de S. Francisco, da autoria ambos do escultor francês Luiz Rochet.

Somente em 1873, o campo de Sant'Ana, "vastissimo e inculto logradouro publico, transformado de dia em lavandaria gratuita, aberta a um sem numero de mulheres de todas as côres e classes", se transformou, segundo os planos do Dr. Glaziou e a energia do ministro João Alfredo, num "dos mais espaçosos e formosos parques do mundo inteiro" (347).

A regularização do trafego urbano, que em trinta anos se libertára do incomodo da cadeirinha e dos horarios incertos das diligencias, para alcançar, com o "bond", metodização ideal, déra á vida do Rio de Janeiro, do decenio de 70, uma fisionomia de ordem, um frémito de atividade, uma ebulição que ritmava com o progresso geral. Desentorpece-se a sociedade. A rua do Ouvidor é pequena para o povo que a investe. A elegancia mundana assume fórmulas parisienses e londrinas, antes consideradas absurdas. Surgem o "dandy", a mulher ricamente vestida que vai a compras, os carros ingleses puxados pelos soberbos cavalos do Rio da Prata, cerimoniosos trens dos titulares, e as *vitorias* e os *cabs*.

Os bailes de Estado, as festas officiais, atingem proporções formidaveis, que atestam o aumento da elite,

(347) Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Imperio*, p. 94, Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

os seus requintes. Nos belos salões do barão de Itamarati, no palacio da rua Larga (hoje ministerio do Exterior), em 1870, a guarda nacional da côrte oferece um saráo ao conde d'Eu, que voltava do Paraguai: comparecem mais de dous mil convidados.

Nos tres meses de pleno verão, Petropolis adianta-se ao Rio de Janeiro, na esplendor das modas, na galanteria social, na graça européa do seu luxo.

Teatro

O teatro é a primeira das cogitações sociais e artisticas da jovem sociedade fluminense.

² No limiar do segundo Reinado funcionavam no Rio dous teatros, o vasto S. Pedro de Alcantara, de operas, bailados e peças portuguesas, e o Francês, segundo Francis de Castelnau “miseravelmente iluminado por velas de sebo”, e destinado a comedias parisienses (348).

Mas, em 1850, a cêna dramatica, sobretudo a lirica, monopolizava a vida elegante da côrte. As artistas estrangeiras, as cantoras que nos traziam as suas companhias italianas, gozaram de uma popularidade inaudita. O ideal da bôa gente era uma noitada no S. Pedro para ouvir algum daquelles rouxinóis que — no

(348) Vd. Afonso Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 52, S. Paulo 1936.

dizer de Expilly — vinham descoloridos das platéas da Europa e voltavam ricos e celebres. A mocidade tomava partido, por esta ou aquela prima-dona: a Donizetti e a Dalmatro, a quem Joaquim Manuel de Macedo dedicou o primeiro capitulo do “Moço Loiro” (349)... Mania desse tempo romantico: fôra assim no Porto, em 1849, a Debedeille e a Belloni, com os proselitos em luta acêsa, como nos “Serões de S. Miguel de Seide” recordou Camilo (350)... A sociedade tímida e triste não tinha melhor divertimento: abalava em massa, para a opera lirica. Já Victor Jacquemont, em 1828, se admirara aqui da grande affluencia do povo ao teatro, cerca de quatrocentos veículos derramados na praça em frente, um milheiro de cavalos e bestas, centenas de escravos, a esperar a gente bôa que ia vêr a companhia italiana (351), principalmente os bailados, nas pantominas que fechavam os espetaculos e eram, estes sim, freneticamente applaudidos. D. Pedro I tinha pelas dansas, e em especial pelas bailarinas, predileção ruidosa. Os dramas representados em 1831 pela companhia portuguesa atraira tamanha concorrência que, “para venderem-se os bilhetes era necessaria a presença do juiz do teatro e de oito soldados de policia” (352).

(349) *O Moço Loiro*, p. 11, ed. da Comp. Edit. Nac.

(350) *Autobiografia*, p. 73.

(351) Taunay, *Rio de Janeiro de antanho*, Rev. do Inst. Hist., v. 144, p. 156.

(352) Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro*, II, 152, Rio 1877.

O apogeu do teatro foi assinalado pelos exitos surpreendentes de Rosina Stoltz, de Thalberg, da Pati. Nada havia melhor no Rio. Os proprios imigrantes que passavam pelo porto, rumo da California (na travessia pelo cabo Horn), iam assistir, sugestionados pela procura, ao reluzente espetaculo lirico... (353). Com a inauguração do teatro "Provisorio", e a reedificação do S. Pedro de Alcantara, em 1852, o delirio atingiu a sublimidade. "Realizou-se o beneficio da Stoltz a 23 de Agosto de 1852. Uma revolução não preocuparia tanto a capital do Imperio" (354). A viscondessa de Abrantes, em nome das senhoras fluminenses, ofereceu á atriz uma coroa de ouro, de quatro contos de réis. Outra, com dezenove brilhantes, ganhou em cêna aberta João Caetano (355). No parlamento, o ministerio foi acusado de gastar muito dinheiro com as empresas teatrais. Pagava-se "coupé" puxado por cavalos do Cabo para a Stoltz, por 500\$ mensais! Giannini, as cantoras Augusta Candiani e Depereni, alcançaram formidavel successo, incrível popularidade. Começavam os rapazes a arruinar-se com as prendas que davam ás artistas preferidas. A politica de bastidores, as intrigas de ribalta, dividiam platéas, a elite, a cidade... A construção de um amplo Teatro Lirico, em

(353) Gerstacker's *Travels*, p. 22, London 1854.

(354) Escragnolle Dorea, *Cousas do Passado*, p. 12, Rio 1909.

(355) Lafayette Silva, *João Caetano e sua época*, p. 110, Rio 1936.

1871, ambientou mais confortavelmente esse requinte, cujos paroxismos espantavam os diplomatas europeus, empolgavam a juventude das academias.

Nem faltou uma Opera brasileira.

Teve a iniciativa de encênar o canto em português o musico D. José Amat, emigrado espanhol. O exito dessa novidade inspirou ao governo o decreto de 27 de Outubro de 1858, aprovando os estatutos da Imperial Academia de Musica e de Opera Nacional. Tanto bastou para que se encetasse, entusiastica, a tradução em vernaculo de libretos liricos da moda... (356). Foi nessa oportunidade, que, em 1861, surgiu Carlos Gomes, o maestro que levaria a todos os palcos da Europa a opera nacional. Referindo-se á proteção do imperador, que lhe permitiu aperfeiçoasse na Italia os estudos, disse: "Se não fosse Pedro II, não seria eu Carlos Gomes".

O gosto generalizado pelo teatro estimula a literatura do genero; pululam comediografos e dramaturgos. Não ha' escritor que não escreva para uma companhia teatral a sua peça. Instalou-se na Baía, em 1857, o Conservatorio Dramatico, para fazer a censura dessa produção, e em seis meses examinou cinco novos dramas (357). As empresas não dão vencimento á oferta

(356) Rodrigo Otavio, *Minhas Memorias dos Outros*, Ultima série, p. 17, Rio 1936.

(357) Constantino do Amaral Tavares, *São Gregorio* (Drama), p. II, Baía 1859.

de originaes, ao excesso de autores; estes exploram a nota patriótica, a sátira política, os escandalos sociais, o lirismo tão do agrado do publico feminino. As festas civicas são comemoradas no teatro: exigiam representações alegóricas, adequadas ás celebrações officiaes, prestigiadas pelo governo.

Casas e jardins

A transformação da arquitetura urbana provem da triplíce influencia, do dinheiro da aristocracia do café, das normas artisticas da missão franceza, que fundára a Escola de Belas Artes, e dos habitos sociais da côrte imperial.

Os inglêses fazem a engenhosa combinação da fazenda brasileira e da habitação citadina, que foi a “chacara” do Rio de Janeiro, a “roça” da Baía, ou, simplesmente, a “quinta”. É, na cidade, a casa envolta por um jardim rustico, com o seu bosque de essencias, uma paisagem agreste, no fundo, e a largueza, em torno, dos parques cortados de aléas de saibro, cuja sombra repetia a doçura dos cenários do romantismo, convidava ao amor da natureza e do repouso... De fato, a família reinante, mudando-se com D. João para o Brasil, nada de interessante achára no Rio — pobre e humilde cidade colonial — além dos seus suburbios tranquilos, dos seus môrros pitorescos e das suas “fazendas” deliciosas. A Bôa Vista, logo oferecida pelo seu proprie-

tario ao príncipe regente, era uma delas. Preferindo morar na Quinta afastada, a sofrer, á beira-mar, a canícula dos nossos verões e a sórdida vizinhança dos bairros comerciais, tirou D. João VI excelente partido das belezas naturais de sua nova capital, popularizou, entre a fidalguia, o gosto do isolamento, na paz dos “domínios” retirados, e suggestionou os ricos burgueses, para que se instalassem do mesmo modo. Mas os inglêses se anteciparam a eles. Tão indiferentes como o rei ao bulício réles da cidade mercantil, para corrigir-lhe a nostalgia inventaram as residencias fóra daquele centro de importação de escravos, de porto pestilencial, de ruas enlameadas, de sobrados tristes e altos onde feneçiam os caixeiros portuguezes.

Os *nóvos ricos*, do segundo Reinado, seguiram-lhes o útil exemplo.

Nas Laranjeiras, bairro valorizado pela chacara que ali teve a rainha Carlota Joaquina, no Catumbí, no Engenho Velho, no caminho do Jardim Botânico, e na Praia Grande, do outro lado da baía, construíram vivendas com o telhado amplo, de quatro aguas, o seu varandim, o jardim á moda inglesa, com os bancos revestidos de azulejo ou de conchas, as sinuosas alamedas, as arvores exóticas, cujas mudas fornecia o Jardim Botânico, e um portão suntuoso, a abrir para a rua, entre duas palmeiras imperiais, bem longe da digna tranquilidade do solar... Aí as recepções tinham o ar nobre e a familiaridade distinta das festas que celebrizavam os grandes fazendeiros da provincia do Rio e de Minas

Gerais; os parques se iluminavam discretamente, realçando as massas de arvoredo e os caramanchões toldados de jasmineiros; a sociabilidade adquiria os tons rurais, convenientes ao sentido de grandeza e austeridade do grupo patriarcal, e assim se patenteavam os verdadeiros prestígios, de fortuna e casta, na côrte de D. Pedro II.

O palacio do imperador era, em ponto maior, uma chacara, semelhante á do barão do Lavradio ou do marquês de São Vicente, na Gavea; á do visconde de Bom Retiro, de Militão Maximo de Souza (358) ou da marquêsa de Itamaratí na Tijuca; á de Mariano Procopio, em Juiz de Fôra. Em 1845, o naturalista alemão Köniz reformava a Quinta Imperial, “quasi abandonada — disse Sarmiento, que a visitou então — até a epoca em que o principe de Joinville residia no país e afeiou tanta incúria...” (359).

Os famosos jardins completam a decoração da casa aristocratica, ambientam o espirito de uma classe que se compraz em entrar na cidade sem se despojar das suas características de classe rural, orgulhosa da terra e a ela fiel, mesmo em contacto com a urbanização absorvente. Tambem òs jardins da Baía: admiravam aos estrangeiros, encantavam os viajantes (360). Já ali encon-

(358) Vd. revista «*Renascença*», n. 19 (Rio, 1905).

(359) Sarmiento, *Viajes*, I, 113.

(360) William S. Anchincloss, *Ninety day in the tropics* (or letters from Brazil), p. 23, Washington 1874.

trára Martius, os de Pedro Rodrigues Bandeira, na Soledade, e de Caldeira Brant, aos Barris (361).

Os palacios mergulhavam na mata...

“...vers cet ombrage austère

Dont les bras des palmiers qu’agite le zéphir...” (362)

Em Nova Friburgo, o visconde deste nome mandára construir o parque de S. Clemente, cuja arquitetura paisagista — exatamente como a do campo de Sant’Ana, — ainda hoje é de admiravel beleza. Em breve, as fazendas de café, na provincia do Rio, os engenhos da Baía e de Pernambuco, se enriqueceram com esses parques que deviam ter, de timbre e ornato, a palmeira imperial, especie de distintivo de nobreza, que, do Jardim Botanico, recolhiam todos os fidalgos-proprietarios...

Artúr de Oliveira assim pintou a da Bela-Vista: “É uma vivenda americana, rodeada de grandes e espessas matas, tendo pelos lados grandes terreiros onde se estende o café, na frente um jardim, embalsamado pelo trescalar das rosas, ensombrado de uranias em forma de leques, no centro grandes repuchos, donde correm filetes de agua com o ruido de bolas de cristal, que

(361) *Através da Baía*, trad. de Pirajá da Silva, p. 52, Baía 1928.

(362) Theodore-Felix Emile Taunay, *Idylles Brésilennes*, p. 57, Rio 1830.

rolassem em vasta escadaria de marmore... A escada de dous lanços leva á sala de entrada, guarnecida de festões de rosa branca... forma um pequeno vestibulo, donde se avista o pintoresco panorama que se desenrola diante dos olhos, esplendente de luz e poesia” (363).

A “vilegiatura”

A febre amarela, em 1850, ajuda os planos do imperador para transformar a sua fazenda, e a pequena colonia alemã de Petropolis, numa cidade de verão, onde elegantemente pudesse a cõrte espaiar-se, nos meses de duro calôr. Já em 1851, pessoas importantes anunciavam a sua “vilegiatura” para o alto da serra (364). D. Pedro II adotara o costume de ali passar a estação calmosa: seguiam-lhe o exemplo — em 1841, segundo Ouseley — numerosos aristocratas (365)... Em pouco tempo uma arquitetura bem diferente da portugueza, do velho Rio, enfeitou e distinguiu Petropolis, com as vivendas colunadas ao gosto da casa rural do sul dos Estados Unidos, cercadas de jardins franceses, respirando a comodidade e a galanteria, a frescura e a decencia das cõrtes européas. A estrada de ferro de Mauá, em 1854, consumou o prodigio. A facilidade do

(363) Vieira Souto, *Artur de Oliveira*, p. 93, Rio 1935 (Publ. da Academia).

(364) *Album Semanal*, Rio, Nov. de 1851.

(365) Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 37.

transporte desloca dos sombrios solares a bôa gente, que, no habito novo de veraneiar, adquire o gosto de todas as belas cousas, que desfiguravam então a sociedade patriarcal.

Em 1851, no hotel Italia, realiza-se o primeiro baile de Carnaval: é simbolo, porque, de vez, populariza as festas de estilo europeu, sem as austeras restrições e o retraimento grave dos serões antigos.

A “invasão do Luxo” ocorre em 1853, “com a prodigalidade das emissões bancarias” (366); vem com a grande prosperidade do commercio, quebrada pelas crises de 1857 e 1864.

Libertação

É a definitiva libertação da mulher, o seu reaparecimento, o seu resgate.

Passára a epoca em que, segundo Tollenare, a mesma senhora que saía á rua com um cortejo de escravos, como uma princesa, em casa comia com os dedos, como uma negra (367). Apenas no interior, onde persistiam os costumes arcaicos, Mansfield assistiria ainda a um jantar só de homens, surgindo depois, e timidamente, a dona da casa (368). Fôra-se o tempo em que os noi-

(366) Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 51.

(367) Denis, *Brésil*, p. 121.

(368) Pascual, *op. cit.*, p. 64; e depoimento de outro viajante, *Rev. do Inst. Hist.*, III, 90.

vos só se viam no ato do casamento, como dizia o autor da "Poranduba Maranhense" (369), e quando muito se contemplavam antes nalgum adro de igreja, em dia santo. Sumiu-se, com a cadeirinha de arruar, e com a rôtula dos sobrados, por detrás da tela moirisca espiando a encarcerada, a menina exquiva como um fantasma, a morgadinha sempre "ausente", a rapariga-misterio, cujo destino outrora, e comodamente, os pais decidiam, na mór das vezes metendo-a num convento, que era prevenção contra matrimonios inconvenientes. Ha agora, absorvente, uma vida social, que arruina as familias modestas, em pouco tempo consome largos patrimonios, com o esplendor de seu mundanismo alimentado pelos fazendeiros de café, que dispendem regiamente a fortuna recente, e pelos senhores de engenho, que acabam, com equivalente prodigalidade, os restos da herança secular.

A decada de 50 foi particularmente magnifica.

O Casino Fluminense, os teatros, algumas casas nobres resplandeciam em noitadas festivas. A familia imperial ia ao Casino (370), aos famosos bailes do comendador Pereira Baía, na Gloria, do visconde de Abrantes, em Botafogo, depois do conde da Bôa Vista, do barão de Itamaratí, da marquesa de Jundiáí...

Os periodicos registavam, a um tempo: jantar em casa do conde de Iguassú, no Jardim Botânico; baile no solar do comendador Aguiar, no Flamengo, onde

(369) *Rev. do Inst. Hist.*, t., LIV, p. 134.

(370) Vd. v. g., Machado de Assis, conto «*Pae e Mãe*».

cantavam a viscondessa de Monte Alegre e D. Maria Benedita de Paula Candido; funções do Recreio dos Militares, da Sociedade Vestal, da Filarmonica de S. Cristovão, da Fileuterpe; os espetaculos liricos de Rosina Stoltz, concertos de Gianini, da Candiani, da Deperini; baile em casa de Miguel José Tavares, em S. Cristovão... (371). Os "salões" estão em moda. Nenhum havia mais fulgurante que o de Abrantes, "o mais seleta, o mais inteligente..." (372). Cantaram nesse salão Henriqueta Arêas, futura viscondessa de Ourem, discipula de Francisco Manoel, e Carlota Milliet, da Opera Nacional, fundada pelo anfitrião.

Na mesma Associação Comercial da Baía, em cujos salões Imperio se realizara, em 1817, o estrondoso baile em honra de Arcos (373), a ele comparecendo setenta senhoras e mais de 300 cavalheiros, em 1859 foi homenageado D. Pedro II, assistindo ao festim trezentas damas (374). O baile oferecido ao imperador pela Associação Comercial de Recife reuniu seiscentas (375). Vestiam-se pelo ultimo figurino, pompeavam joias e trajos que fulgurariam em qualquer côrte da Europa, e

(371) *Album Semanal*, ns. 10-30.

(372) Elisio de Carvalho, *Esplendor e Decadencia da Sociedade brasileira*, ps. 156 e 241, Rio 1911.

(373) Vd. Rocha Martins, *O Ultimo vice-rei do Brasil*, p. 83, Lisbôa.

(374) *Memorias da Viagem de S. S. M. M. I. I. I.*, 187.

(375) *Memorias cit.*, II, 151.

dansavam a “quadrilha” cerimoniosa como se estivessem em Versalhes.

A convivência deslocara-se de ambientes.

No fim do século XVIII, a botica era o “salão” da localidade, onde se sabia tudo, e as notícias de fóra ecoavam primeiro. Os “clubs” da Independência foram fundados nos fundos da loja, onde se moiam e ferviam as mézinhas. O farmacêutico era um centralizador de energias, um agremiador de inteligências. A vida social girava em torno do seu balcão. Com a Independência, a casa de barbeiro (376), os cafés, as redações, multiplicavam os pontos de reunião, as afinidades entre a gente ilustre e inquieta. A maçonaria foi um elo a mais, entre os homens de pensamento. Mas em breve a animação das cidades dispensou o aspecto clandestino das assembléas políticas: passaram as pessoas notáveis a agrupar-se em volta das bancas de jogo elegante e dos pares de dança dos “salões” do Imperio. O primeiro “club” desse feitio foi o de Aureliano Coutinho (visconde de Sepetiba) e Paulo Barbosa, na chacara do rio Joana, donde se governou o país, entre 1840 e 1844.

O espirito aí se instala, confortavel e fino, sugestionado pelos costumes cortesãos que assim se requintam e aprimoram. O segundo Reinado é o periodo dessa distinta sociabilidade, que se humaniza com a opulência dos novos-ricos, a elite politica, conjugadas ao redor do trono. “Tudo mais recuava para o segundo plano (es-

(376) Dénis, *Brésil*, p. 123.

creveu Nabuco): a politica e o dinheiro eram as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social" (377).

O baile é a grande manifestação de cultura, arte, graça. É a alegria de uma sociedade que começa a respirar, ao ar livre, o prazer da familiaridade, o gozo de ser fútil e preciosa (378).

O numero de pianos importados ilustraria a estatística das salas da gente distinta, franqueadas ás artes, que dão realce e impõem a mulher, ao contrario de suas atividades coloniais, feitas para esconde-la na paz do seu sobrado. Em 1817, achára Martius algumas casas ricas com um piano, que era movel raro; em 1836, George Gardner observou, que já não havia no Rio quem o não tivesse... (379). Em 1856, exclama Porto Alegre: "póde presentemente chamar-se a cidade dos pianos" (380).

Abrem-se as confeitarias, vinte e quatro em 1850, a do Francioni, na rua Direita, a de Castelões, a de Carceller, destinadas a quarenta anos de celebridade; e Fournier, da Aguia, do Braço de Ouro... (381).

(377) *Um Estadista do Imperio*, I, 50.

(378) Vd., tipo de saráo da epoca, Joaquim de Macedo, *A Moreninha*, p. 162, ed. Garnier.

(379) George Gardner, *Travels in the interior of Brazil*, p. 8, London 1846; *Rev. do Inst. Hist.*, III, 79, not.

(380) *Rev. do Inst. Hist.*, XIX, 359; Visconde de Taunay, *José Mauricio*, p. 85.

(381) Max Fleiuss, *Historia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 188.

A rua do Ouvidor renova-se, engalana-se, resplandece. Havia, naquele ano, 23 casas de modistas, quatro de floristas, 77 de ourives, 33 de relojoeiros, 66 de sapateiros, 25 de tipografos, oito de retratistas, 24 de fabricantes de carruagens... a aparelhagem de uma cidade grande, de habitos complicados e nobres!

Circulam profusos jornais, o *do Comercio*, o *Correio Mercantil*, o *Diario do Rio de Janeiro*, com correspondentes na Europa, no Rio da Prata e nas provincias; dez outros, de menor formato. Na decada de 70 ganham a popularidade, o vulto, a importancia, da imprensa moderna. Sai em 1875, na Baía o primeiro vespertino: o "Diario de Noticias". Proliferam os gremios de diversões e arte, o Casino Fluminense, de todos o mais aristocratico, a Sociedade de Recreação Campestre, o Fil'Orfeonico Dramatico... O imperador no verão vai semanalmente ao clube de Petropolis... (382).

Removem para o Rio os aristocratas do norte a sua velha "lei de nobreza", a refinada educação das casas historicas, da mocidade de estudos na Europa. São, principalmente, os deputados de Pernambuco e da Baía. Coincide com o periodo dos trabalhos legislativos a estação elegante, anunciada pelos "dandys", de quem disse um deles: "Em diversas epocas, os deputados da provincia reunidos em torno de Bôa Vista, Sebastião do Rego e Maciel Monteiro, deram a

(382) Ernesto G. Quesada, *Mis Memorias Diplomaticas*, p. 81.

lei aos salões fluminenses. A chegada dos Leões do Norte, como eram chamados, era sempre um acontecimento social” (383). E do Rio vão os deputados provincianos, a renovar, escandalizar, subverter os hábitos sociais de suas humildes cidades, á maneira do padre José Bento, que transformou a sociedade de Pouso Alegre (384)...

(383) Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 51.

(384) A. de Queiroz, *O Senador José Bento*, p. 79, Belo Horizonte 1933.

A EXPRESSÃO RIO-GRANDENSE

A integração fôra operada, na colonia, pelo triplice movimento “bandeirante”, ou descobridor, missionario e militar. Graças á audacia sertanista, á persistencia da catequese religiosa e ás fortificações de “cobertura”, construidas nas fronteiras pelo governo portugês, o tratado de Madrid, em 1750, pudéra fixar o principio do “uti possidetis” como definitivo titulo do Brasil á sua propria area geografica.

Mas, se ao norte e noroeste os limites ficavam estabelecidos, correndo pelos grandes rios, cuja navegacão os vizinhos, mais apartados deles, não podiam ainda vir disputar aos canoeiros tapuias, das missões jesuíticas dos Amazonas, e aos mineradores cuiabanos (385),

(385) No Amazonas ainda se chama de *canôa de mineiro* á que liga Belem do Tapajós a Mato Grosso, Raimundo Morais, *Anfiteatro Amazonico*, p. 146, S. Paulo 1936.

a zona meridional continuava indivisa, pela natureza do terreno, pela intermédia população indigena, nem castelhana nem portuguesa, que o ocupava, pelos gados selvagens que ali havia, e pela impotencia dos dous governos, em face das dificuldades que apresentava a efetiva conquista daquelas planicie.

A emulação reciproca forçou-os tardiamente a apoderar-se da margem esquerda do rio da Prata.

A Colonia do Sacramento foi a replica lusitana — em 1679 — á prosperidade de Buenos Aires, que a defrontava, do outro lado do rio. O governador espanhol e a sua tropa tomaram-na facilmente. E assim sucederia, todas as vezes que foi reedificada, depois assaltada ou sitiada a Colonia. Não podia ser uma praça forte (386): situava-se numa raza península, sem propicia elevação de terreno, dominada e batida pelos tiros horizontais, da marinha, do litoral adjacente e do campo em volta. Sustentar-se-ia apenas enquanto não tivessem os inimigos força para investi-la, ou contassem os defensores com uma armada que os apoiasse, interceptando o ataque por agua. Evidentemente, a insistencia com que o rei de Portugal mandou reaparelhar a Colonia do Sacramento, reobteve-a sucessivamente (1683, 1715, 1763), consagrou-lhe um interesse continuo, a ponto de depender a paz, entre ambas as corôas, da-

(386) Vd. Luis Enrique Azarola Gil, *Los Origenes de Montevideo*, p. 53, Buenos Aires 1933, sobre as tentativas de localização portuguesa no territorio oriental.

quela fortaleza de tão penosa manutenção — se relacionava com a influencia e o dominio que pretendia estender por toda a costa oriental, até Santa Catarina, onde estacionára o metódico povoamento do Brasil. Sacramento era antes um posto avançado, importante e prospero em virtude do contrabando, mutuamente vantajoso, para a guarnição da praça e os comerciantes de Buenos Aires, e tão ativo que, em breve, entre 1716 a 1762, sua fase aurea, cresceu em dezoito ruas, adquiriu um casario burguês e mesmo faustoso, que se alinhou a par das muralhas, prejudicando de futuro a resistencia da cidadela, e passou a concentrar uma pequena, mas rica sociedade, de traficantes, embarcadiços, comboieiros, que compravam e vendiam mercadorias do pampa e do Perú, açúcar, fumo e escravos do norte (387). O aumento, entretanto, de Buenos Aires, e os anteriores desastres militares da Colonia do Sacramento, obrigaram a colonização portuguesa a descer, numa sistemática apropriação do país entre a Laguna e o rio Uruguai, até a Lagoa Mirim: as fortalezas de Santa Tereza e São Miguel assinalaram o limite meridional dessa invasão. Conquistou-as o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Ceballos, em 1762, depois de ter obrigado á rendição os defensores de Sacramento.

(387) Vd. Fernando Capurro, *La Colonia del Sacramento*, p. 20, Montevideo 1928. Os vestígios da ocupação portuguesa, que estudamos *in loco* (Novembro de 1936) fazem pensar numa vila capaz de rivalizar, em 1750-60, com Buenos Aires, vd. Sigfrido A. Radaelli, *Tiempos de Buenos Aires*, p. 32, Buenos Aires 1936.

Não impediram esses feitos d'armas que os portugêses se espalhassem por toda a região compreendida entre as "missões" jesuíticas (donde tinham sido expulsos os padres em 1767) e os campos da vacaria. Em 1774 teve o governador Vertiz de ir bate-los no Jacuú, fundando na serra de Santa Tecla um forte. Dous anos depois, perderam os espanhóis a vila de São Pedro. Eleva Carlos III á categoria de vice-reinado do Prata a governação de Buenos Aires. Deve abranger, alem dos atuais territorios argentino, uruguaio e paraguaio, o Rio Grande, a vasta zona "contestada": é a guerra á Colonia do Sacramento, ao centro do contrabando portugêse (388). Para recupera-la de vez, D. Pedro de Ceballos volta de Espanha com 17 navios de guerra, 116 transportes e 9 mil soldados; desembarça em Santa Catarina; arraza (quinto e ultimo sitio) a Colonia do Sacramento; e marchava sobre o Rio Grande, quando as operações foram suspensas, por ter sido assinado o tratado de São Ildefonso (1777). Este era menos favoravel ao Brasil do que o de Madrid, de 1750: os espanhóis ficavam com a Colonia do Sacramento, as missões ao longo do rio Uruguai, e as ilhas de Ano-bon e Fernando Pó no golfo da Guiné; os portugueses, com Santa Catarina e o Rio Grande, porém até o Piratinim... (389).

(388) Ricardo Levene, *Investigaciones sobre la Historia Economica del Virreynado del Plata*, II, La Plata 1928.

(389) Porto Seguro, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral, IV, 346.

Os proprios rio-grandenses encarregaram-se de adaptar ás suas necessidades o acôrdo internacional: apenas, em 1801, entraram em guerra as duas metropoles, um cabo desertor, Borges do Canto, com 40 companheiros, “gauchos” como ele, entrou pelos “siete puebos” das missões capturando as guarnições castelhanas, e levando com a sua audaz vanguarda os povoadores portuguezes, que se estabeleceram, com estancias, junto dos arruinados edificios “missioneros”. A transmigração da familia real para o Brasil, em 1808, deu a essa colonização uma subita, transcendente importancia. Destacou o principe regente D. João o Rio Grande da jurisdição de S. Paulo, e, com o nome de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o erigiu em capitania, tendo como capital Porto Alegre (antigo *Porto dos Casais*, fundada em 1737). Aproveitou-se da invasão franceza em Espanha, da destituição da dinastia de Bourbon, da confusão que isto causou nas colonias americanas, para intentar a anexação da Banda Oriental, instalando no Rio Grande os quarteis das forças expedicionarias, organizando as suas milicias de cavalaria, dando ás povoações de fronteira comandantes militares, promovendo-lhes o desenvolvimento economico pela intensificação dos transportes, que permitiram livre escoamento ás carnes salgadas, principal mercadoria da região.

O “gaucho” apossara-se da terra, o governo consolidára a sua conquista, a exportação do xarque enriqueceu e desdobrou os pequenos nucleos comerciais

fundados á sombra dos acampamentos del-rei, e a nova provincia em pouco tempo apresentava uma fisionomia social e politica diferente das demais, pelo espirito de independencia dos seus campesinos, pela vocação guerreira dos seus estancieros, pelo caracter pastoril de sua civilização, pela repugnancia do jugo estrangeiro (brasileiros, através de infindas lutas, que lhes definiram o nativismo intolerante), e tambem pela mentalidade liberal da aristocracia que entre eles se formou: nobreza das armas, dos “latifundia” e da magistratura. Sendo a mais recente provincia, povoada no fim do seculo anterior, por ilhéos (os casais açorianos) e paulistas, que não conheceram nunca uma subordinação perfeita á autoridade, nem a educação politica que isto impõe, embebera-se de individualismo altivo, penetrara-se do sentido dissociativo da colonização pastoril, prontamente se retalhara em extensas e isoladas fazendas, nas quais se acastelou, com os agregados e parentes, com os peões indigenas e os protegidos, como um barão feudal com as suas “lanças”, o grande proprietario. Cada um desses estabelecimentos devia imitar as *estancias* dos jesuitas, construidas outrora no pampa (390): era uma solida casa de pedra com pátio central, defendida por muros ou trincheiras em quadra, a cuja proteção se recolhiam os moradores quando os indios “razziavam” pelos camu-

(390) Vd. P. Guilherme Furlong, *Los Jesuitas y la cultura rio-platense*, p. 108, Montevideo 1933.

pos. O curral viria depois: o gado solto, inumeravel, de principio acessivel ao primeiro caçador, que ousasse investi-lo, depois confinado nas estancias (391), pelos limites naturais que as balizavam, constituia a riqueza indistinta e quasi intratavel do fazendeiro. Onde não havia xarqueadas, que aproveitassem a carne, abatiam as boiadas para extrair o couro. Foi a aceitação do xarque no norte, como base da alimentação da escravatura, que fez florescer os "saladeros", valorizou os rebanhos, permitiu certo ritmo economico, no interior da provincia, com o comercio regular de bovinos para o córte, enquanto os tropeiros de Sorocaba negociavam, aos milhares, vacas, cavalos e muares, para Curitiba, S. Paulo e as Minas Gerais.

Esse particularismo, (392) tinha de ser posto á prova no periodo regencial.

Então, uma exasperada tendencia centrifuga forçou todos os laços que enfeixavam o Brasil, e não houve provincia trabalhada por um espirito localista que não fugisse, quanto poude, á atração do Rio de Janeiro. Mais nova entre elas, o Rio Grande tambem era a mais impregnada de influencias estranhas: os vizinhos "castelhanos" (nome generico de orientais e argentinos), o seu republicanismo, o liberalismo maço-

(391) Sobre o vocabulo, tão antigo como a colonização hespanhola, Rufino José Cuervo, *El Castellano en America*, p. 73, Bocotá 1935.

(392) Vd. Dante de Laytano, *Historia da Republica Rio Grandense*, p. 14, Porto Alegre 1936.

nico, o tipo caudilhesco do grão-senhor do pampa, a irritação nativista do estancieiro, o seu descontentamento em razão dos impostos excessivos e a sua mágoa pelo abandono dos governos, a incompatibilidade instintiva com os homens de costumes diferentes... Mais proximo do Rio da Prata, onde, desde 1810, re-fervia o conflito entre os liberais-europeus da cidade e os democratas-americanos do campo, “civilização contra barbárie”, fôra o Rio Grande penetrado pela sedução das propagandas radicais, infestado pelas ideologias anti-monarquicas, cujo proposito accessório era separá-lo do Imperio. Um dos “gauchos” representativos, o bravo brigadeiro Bento Gonçalves da Silva, herói da revolução de 1835-45, hesitára varias vezes, no primeiro reinado, entre a aventura, de um “golpe militar”, e a fidelidade ao centro. Em 1826, Oribe comunicára a Lavalleja, a apresentação de um desertor português “con comunicaciones de Bento Gonzalez en que le dice al chefe y a Rivera que es conforme con lo que se le ofrece...” (393). Mas, no ano seguinte, comandava ele, em Passo do Rosario, uma ala da cavalaria imperial. Manteve-se *em fórma*, como um dos diretores virtuais da insurreição rio-grandense, desde 1831 latente, esperada, inevitavel. A maçonaria infiltrara-se nos quartéis, nas vilas, na sociedade. Dividira-se esta em dous campos politicos: conservadores, ou caramurús; e farrapos, ou revolucionarios.

(393) *Archivo del General Juan A. Lavalleja*, publicado por el Archivo General de la Nacion, p. 124, Montevideo 1935.

Ô regente Francisco de Lima e Silva dá força a Bento Gonçalves; e isto o contem. Exerce as funções de comandante da fronteira e é um potentado, sem o qual não se pôde mais governar a provincia. Articulam-se com ele os militares “abrilistas”, que têm a opposição dos militares “restauradores”, isto é, dos portuguezes, aliciados pelo imperador abdicante, que continuam a formar, com as suas “Sociedades Militares”, uma elite que resiste, que afronta a “anarquia”. Esta denominação atingia os liberais exaltados. Documenta essa união de anti-imperiais a carta, que o regente brigadeiro Francisco de Lima escreveu a Bento Gonçalves, avisando-o de que, em caso da eleição para regente unico de Pedro de Araujo Lima, candidato conservador, contra o padre Feijó, candidato “abrilista”, não lhe entregaria o governo (394). Esboça-se portanto um entendimento, entre o chefe do “pronunciamento” de 7 de Abril e o seu colega das cochilhas. Eleito foi — assim propiciado — o duro Feijó. O “Ato Adicional”, por outro lado, refreára a inquietação liberal, distraindo as forças politicas provinciais, empenhadas agora em constituir as assembléas legislativas, em organizar as administrações locais. A regencia de Feijó começava mal. Não soube apaziguar o Rio Grande; exacerbou-lhe os desgostos, conservando a vexatoria taxaçaõ do xarque, dos couros, suspen-

(394) Doc. cit., em nossa *Historia da Civilizaçaõ Brasileira*, p. 201.

dendo o pagamento das dividas contraídas pelo governo imperial na provincia, não lhe atendendo as successivas queixas. Por ultimo, as paixões partidarias atiraram o presidente da provincia, Fernandes Braga, contra Bento Gonçalves. Deu aquelle de favorecer os *caramurús*. A eleição para a assembléa decide os *farrapos*: não toleram a vitória dos contrarios, tanto mais quanto o governo estava por estes. Na expectativa de dualidade de Camara, Bento Gonçalves precipita-se. Em 20 de Setembro de 35 entra em Porto Alegre com a sua cavalaria; e foge, numa escuna, o presidente. E' a revolução. Em pouco tempo estende-se por toda a provincia. Custa ao Brasil dez anos de lutas. Definem-se elas, "farroupilhas" contra "imperiais", o campo contra a cidade, o gaúcho contra o poder central. Tece-se o largo episodio de tragedias e epopéas; continua insolúvel, nas alternativas de triunfos e desastres; prisioneiro na ilha do Fanfa, consegue Bento Gonçalves fugir da fortaleza da Baía, para onde o desterraram, e proclama a republica em Piratini. Canabarro invade Santa Catarina, onde se instala a Republica Juliana (por ser em Julho, de 1839). Mas exercito e marinha imperiais libertam Santa Catarina, desbaratam os insurrectos, dão á guerra vastas proporções. Sómente uma mudança de "ambiente" resolveria o problema; succede a providencial alteração com a maioria de D. Pedro II. Os *farrapos* não aceitam de prônto a autoridade do imperador. Perdem, entretanto, as melhores esperanças, com a fácil derrota dos

liberais paulistas e mineiros, revoltados em 1842. Então recebe o barão de Caxias a incumbencia de ir governar as armas e a provincia do Rio Grande, com plenos poderes para pacifica-la. Caxias desempenha-se admiravelmente, como general, vencendo em Porongos a Canabarro, ultima batalha da guerra; como diplomata, fazendo ver que em breve teria o Imperio de afrontar o governador de Buenos Aires, o general Rosas; e como cavalheiro, dando a todos a segurança de que a anistia, ou o esquecimento do decenio de campanha, se revestiria de justiça, patriotismo e dignidade. Com o penhór de sua palavra, a paz se conclúe. O general pacificador prefere, ás manifestações em sua honra, assistir ao Te Deum pelos heroicos mortos. Ha mutua lealdade nas promessas. D. Pedro II prestigia totalmente a ação de Caxias. Em seguida, com a imperatriz, visita solenemente a provincia e, por toda parte, é acolhido com vivas demonstrações de apoio. Os ressentimentos apagam-se, porque a magnanimidade do trôno não distingue vencidos e vencedores. Aproxima-se a guerra contra Rosas e voltam aos postos militares os officiais *farroupilhas*, como se não tivessem, tanto tempo, brandido as espadas contra a corôa. Apenas a politica sofre a influencia do passado: as forças liberais se retráem, e o presidente da provincia dirige as eleições. A primeira, para a assembléa geral, de-

pois da pacificação, sufragou os candidatos bafejados pelo proprio Caxias, que saíu senador (395).

O Imperio recuperára o Rio Grande; mas as circunstancias especiais da zona fronteira (guerra de Rosas, 1851-52, observação a proposito das agitações da Banda Oriental, campanha de Uruguai, 1864, e guerra do Paraguai, 65-70) retardaram a reacção espiritual que, sobre a politica brasileira, teria de exercer a provincia mais tormentada e sacrificada pela sua posição geografica, québrea-mar do Brasil, a repelir o ímpeto das invasões estrangeiras, centro de manobras e abastecimento dos nossos exercitos, vasta caserna de guardas nacionais a cavalo, onde cada homem valido era um soldado pronto para seguir... Quando realmente poudere reaparelhar-se ali, na normalidade da vida civil, uma opinião popular, se viu esta cousa espantosa: governando o país o partido conservador, todos os rio-grandenses eleitos para a Assembléa geral foram liberais. A' frente destes — em 1872 — vinha Gaspar da Silveira Martins (396). A evoluçao das instituções, a partir de então, contaria, entre os seus fatôres mais vivos, o caracteristico liberalismo do Rio Grande, que actuou em etapas progressivas: imposição das reformas democraticas, apoiadas por Silveira Martins, e que vi-

(395) Fernando Osorio, *Historia do General Osorio*, I, p. 422, Rio 1894.

(396) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 10, S. Paulo 1923.

savam tirar á monarquia todos os attributos do velho regalismo, transformando-a em outra republica franceza, á maneira de Gambetta, com D. Pedro II por chefe do Estado; educação republicana, da guarnição militar lá destacada, de modo a iniciar-se no Rio Grande o descontentamento do exercito, de que resultou a quêda do trono; transição do liberalismo para o positivismo; criação, em 1884, do Partido Republicano Riograndense, com o jornal "A Federação", orientado por Julio de Castilhos e um grupo de moços, ala anti-*gasparistu*, cuja sorte se ligou, em 1892-94, á do regimen republicano (e Floriano Peixoto), consolidando assim o dominio politico, no Rio Grande do Sul, durante quarenta anos.

QUARTA PARTE

A O R D E M
MONARQUICA

A O R D E M

A ordem publica parecia ser a melhor realização da monarquia: era, pelo menos, a mais exterior diferença entre o Imperio do Brasil e as republicas sul-americanas.

Na sua critica impiedosa á corrupção politica dos mestiços póvos da America, Houston Stewart Chamberlain teve de exceptuar o Brasil “sob certos aspectos” (397). “O belo exemplo do Brasil não deve alucinar-nos”, preveniu Alberdi, comparando a tranquila civilização daqui ás desditas de lá (398). No parlamento francês, na sessão de 26 de Janeiro de 1864, Thiers afirmava: “Sous cette monarchie constitutionnelle, le Brésil a trouvé l’ordre d’abord (pour moi, c’est une condition essentielle), puis la liberté et une

(397) *La Genèse du XIXme Siècle*, p. 387, Paris 1913.

(398) *Las Bases*, p. 67, Buenos Aires 1915.

prosperité croissante” (399). A esse fenomeno, chamou Bartolomeu Mitre o “equilibrio” brasileiro. Decorria das condições de rigorosa legalidade em que o Imperio viveu, no longo reinado de D. Pedro II.

A “experiência republicana” da regencia desmoralizára o “processo revolucionario”, ressonancia natural da guerra da Independencia; a “reação monarchica”, de 1837, devolveu o país ás forças conservadoras, que predominaram até 89. A abdicção, em 1831, como que afrouxára subitamente o feixe nacional. Por pouco não se desmanchou ele. Ajustam-se ao nosso caso estas palavras do principe de Bulow: “O que, por 1860, escreveu, a Mazzini, Crispi, o futuro primeiro ministro da Italia, que, de republicano que era, se convertera á monarchia porque esta unificaria a Italia, enquanto a republica a dividiria, se applica igualmente a nós” (400). As lutas supervenientes tiveram todas o sentido centrifugo e particularista, que podia ser resumido numa formula: o feudalismo regional, em opposição á lei do centro, procurava uma fronteira politica, que fosse tambem regional. Então se applicaria ao resto do Brasil a comparação que fez Michelet para a Russia: era uma monstruosa aranha, cujas patas — as provincias — fugiam ao corpo... (401).

(399) *Discours parlementaires de M. Thiers publiés par M. Calmon*, IX, 460, Paris 1880.

(400) Prince de Bulow, *La Politique Allemande*, p. 120, trad. de Herbette, Paris 1914.

(401) Michelet, *La Pologne Martyr*, 1863.

O restabelecimento do principio imperial, em 1837, reajustou as peças do organismo nacional. A partir de 1848, o regionalismo capitula: é a fase centralizante — e pacifica — da monarquia. O presidente de provincia, nomeado pelo imperador, o governo rotativo, dos partidos parlamentares, mediante um sistema empirico de compensações, a honestidade da justiça, completaram a tarefa dos estadistas, que re-unificaram o país.

Alheio á provincia, ou destacado para administra-la por pouco tempo, o presidente era um agente conciliador e nacionalizante. Tornou-se logo tradição o aproveitamento, nesse cargo delicado, dos homens de atitudes serenas e inteligencia administrativa, que viajavam para as mais distantes regiões, especializando-se na arte de dirigir e apaziguar. Fez-se disto condição para o exito politico, na “carreira das honras”. A elite dirigente dividiu-se, em personagens representativos, que disputavam as cadeiras do parlamento, e administradores, que estagiavam nas funções executivas provinciais. Houve politicos que presidiram — em continua mobilidade — seis e sete provincias, deixando em todas elas um traço indelevel, de proba diligencia.

Para governar as inquietas provincias, o presidente da Republica Argentina, depois de 1853, teve de lançar mão de “comissionados nacionales”, mais tarde (depois de 1872) chamados “inventores”, pessoas de sua confiança, que suspendiam os privilegios politicos locais e restabeleciam energicamente a ordem,

a conformidade com os principios federais. No Brasil, não houve mister dessas autoridades itinerantes: o presidente da provincia era um *interventor* escolhido segundo as necessidades: general, para enfeixar os poderes civis e militares em caso de revolução; jurista, para dominar as facções; homem de Estado, para vencer as difficuldades politicas. Assim, em 1843, Caxias no Rio Grande do Sul; em 1848, Honorio Hermeto em Pernambuco...

A conciliação, entre a tendencia natural da descentralização, e o dogma da soberania, una e indivisivel, do Imperio, creou um tipo inédito de sistema constitucional: o semi-federalismo, do Ato Adicional de 1834. As provincias eram reconhecidas como entidades autonomas e tinham representação politica na Assembléa legislativa local, o seu tesouro indepedente, a justiça municipal, a jurisdição propria. Só não elegiam os presidentes, o que aparentemente lhes faltava para serem Estados em federação.

Os fatores de desconcentração jamais se atenuaram, no periodo imperial. A solução monarquica da Independencia déra-lhes o pretexto, e a fórmula de protestos republicanos e federalistas: a imitação norteamericana, contrapondo-se á francesa. A quéda de D. Pedro I desencadeára a campanha partidaria pelo federalismo. Foram sinonimos, em 1831, republica, democracia, federação, contra Imperio, hierarquia, unitarismo. Não vingou a federação, porque os conservadores-liberais (que tinham desfechado, e depois contido

a revolução, por que se não dividisse o país) preferiram harmonizar as reformas com a corôa, e o liberalismo com a união nacional. Exerceu o Senado, então, o seu grande papel de arbitro do "statu quo ante". Como Metternich, resistiu, tal "um rochedo da ordem"... Pela sua triplice condição: de Camara aristocratica, de conselho de anciãos e de junta dos amigos pessoais do imperador, que o creára. Principalmente essa característica do Senado do primeiro Reinado lhe definiu o sentido tradicionalista: constituir-se de acordo com a vontade discricionaria do soberano, para compensar os excessos da Camara temporaria. Foram, em 1826, escolhidos os senadores da "lista dos votados sem referencia ás provincias, em cujo nome vinham"... "Objéto da escolha arbitraria do principe na epoca de sua organização (censurou, em 1833, em sermão civico, frei Francisco de Monte Alverne) (402), o Senado não ofereceu este augusto carater de vontade nacional, que o país fôra chamado a manifestar". "...E o imperio suspeitou, que o trono procurava no Senado um apoio, e não um contrapeso ao organismo social..."

Foi precisamente esse "bloco" de *senadores da corôa* que desviou o caudal revolucionario: sem a sua intransigencia não teria havido o segundo Reinado.

Impediu a federação, não permitiu a republica, só aceitou a reforma da Constituição em detalhes, com o

(402) Monte-Alverne, *Obras Oratorias*, II, 128, Parte 1885.

Ato Adicional, inicio de uma organização politica orientada pelas classes proprietarias, de mêdo aos delirios sediciosos da populaça em todos os centros economicos do Brasil. Sem aquele pavor da desordem, de um lado, e sem a tenacidade dessa resistencia, do outro, a separação das provincias sucederia fatalmente, com as rebeliões de *farrapos, cabanos, balaios, sabinos...*

A fase da Regencia foi terrivelmente agitada: teve, entretanto, a virtude de desacreditar as ideologias que induziam a todas as experiencias... "Périssent les colonies plutôt qu'un prince".

Se a republica era aquilo, antes a sua antiteses!

Assim se elaborou a monarquia democratica de D. Pedro II, com os materiais de uma vasta desilusão publica.

O segundo Reinado teve um sentido liberal e judiciarista, uma força de adaptação ás contingencias da evolução nacional, sobretudo um espirito de tolerancia e respeito humano, que elucidam o aparente milagre de meio seculo de ordem quasi perfeita, conjugada com um minimo de governo e de policia.

As qualidades pessoais de D. Pedro II — já o vimos — explicam a preeminencia benfazeja dos seus metodos conciliadores, justos e brandos. Mas nem tudo era a individual influencia do imperante, mal informado, no Rio de Janeiro, sobre os acontecimentos do seu imenso país, e dependendo, para corrigi-los, da maquina morosa do regimen representativo, sobretudo do lento sistema de descentralização.

A côrte ficava muito longe; o imperador muito distante...

Interpretou ingênua e severamente a mágoa dos remotos municípios pelo abandono em que se viam um boiadeiro de Feira de Sant'Ana, a quem D. Pedro II dirigiu a palavra, na sua viagem pelo interior da Baía. Perguntou-lhe pelos caminhos, pelos negocios, pela vida. Prometeu providencias, que lha facilitassem, com a melhora das estradas. O sertanejo confiou, agradeceu, mas, com a franqueza honesta que distingue aos do seu clima, se queixou:

— Vossa Majestade móra muito longe... (403).

Quando esteve D. Pedro II no Rio Grande do Sul, a organizar a resistencia aos paraguaios, em 1865, o exercito vibrava de entusiasmo, pela prontidão das medidas, pela regularidade dos suprimentos, a correção dos serviços; e, de toda parte, se levantava o clamor: Virando ele as costas, tudo desandaria... (404).

[Tinha razão o caipira: morava longe!

Vigoraram principalmente as idéas generosas do romantismo politico: a anistia para os delitos de rebelião, o perdão para os crimes politicos, a ordem publica

(403) *Memorias da Viagem*, etc., I, 151.

(404) *Diario* do ten. cor. Landulfo da Rocha Medrado, 1865-67, que publicamos no *Jornal do Comercio*, Rio, 1928. «Le passage de l'Empereur est partout une bonne chose: il trouve toujours moyen, par un mot dit a propos, de faire réformer ou activer ceci ou cela» — escreveu o conde d'Eu. (Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 117).

a cargo das forças patriarcais (senhores territoriais, guarda nacional, proprietarios-eleitores, os *grandes* do Imperio); liberdade para o pensamento, menos perigoso sôlto do que retido, pelas travas da censura ou da perseguição; discriminação dos partidos, afim de que, na sua divisão, melhor fiscalizassem os abusos reciprocos, e tivessem o trôno como base permanente de equilibrio e justiça... A par disto, rigorosa moralidade judiciaria, pela escôlha dos mais dignos; atenção desvelada ás queixas da imprensa, num continuo trabalho de apuração de responsabilidades; decôro da autoridade; prêmio á filantropia dos ricos, aos gestos generosos da aristocracia; confiança nos homens serenos e honrados; a compostura dos poderes constituídos, atenuando as tropelias eleitorais, que géravam o parlamento... Essa era a monarquia constitucional de D. Pedro II.

Desarmou as insurreições, aparentando varre-las a ferro e fogo, e indultando afinal os rebeldes. A anistia foi a sua arma predileta, para a pacificação, que importava mais do que a repressão. A revolução farrupilha acabou com a anistia que, a seguir, investiria em altos comandos militares os antigos chefes republicanos. Longe de perserverar o segundo Reinado na praxe do primeiro, de exterminar os vencidos, aproveitou-os. A *Sabinada*, na Baía, apesar do epilogo tragico, com o incendio lançado pelos insurrectos a varios trechos da cidade, não implicou em execuções: apenas o cabeça, Dr. Sabino Vieira, desterrado para

Mato Grosso, não pode voltar á terra natal. As revoltas de 1842 não sómente terminaram num perdão geral, como, em breve, foram esquecidas pelos seus promotores, elevados ao governo. A da Praia, em 1848, suscitou em Pernambuco a longa dominação dos conservadores, porém em virtude das condições locais, da pujança das familias ricas unidas contra os liberais, podendo assim assegurar-se a posse permanente das posições. Aos proprios criminosos comuns, não sendo escravos, sempre se comutava a pena capital. E tanto essa pratica se cumpriu, que, a partir de 1871, não assinou mais D. Pedro II sentença de morte. Esta permaneceu na lei criminal como um dispositivo inútil e odioso. Já no periodo republicano, ao rebentar o primeiro motim armado contra o governo, o ditador teve ganas de mandar executar os officiaes rebeldes; oppos-se Rui Barbosa. E observou: "Ainda não existia entre nós a facilidade de matar. Era-nos realmente sagrada a vida humana" (405).

(405) *Discursos e Conferencias*, p. 436.

A MONARQUIA DEMOCRATICA

A historia politica do Imperio, entre 1823 e 89, gira em torno de duas poderosas correntes de pensamento e ação, que ficariam denominadas depois de 1837, de *conservadora* e *liberal*.

Os fieis á corôa, adeptos da ordem existente, temerosos das reformas audazes, formavam o gremio conservador, cujo nome variava: absolutistas, no primeiro Reinado, restauradores ou *caramurús*, na primeira fase da Regencia, conservadores ou *saquaremas* depois. Os descontentes, infensos ao sistema politico do passado, sensiveis a todas as influencias progressistas, mais dispostos aos melhoramentos ousados do que á inercia prudente dos adversarios, eram os liberais, chamados, evolutivamente, carbonarios ou republicanos, *abrilistas* ou federalistas, liberais ou *luzias*.

Síntese

Os anos marcantes daquela evolução foram: 1829, campanha liberal e federalista contra o trono; 1832, guerra dos *abrilistas* aos restauradores; 1835, transformação destes em conservadores e, em 1837, sua subida ao poder; 1840, com o golpe de Estado da maioria, a volta ao governo dos liberais, que o vibraram; em 1842, o revide desse partido, apeado das posições, recorrendo ás armas para obstar á estreita aliança entre os adversarios e o trôno; em 1844, até 1848 (406), a mentalidade conciliatoria dos governos, ainda sem nítida côr partidaria, constituídos heterogeneamente, em ligas que sacrificavam o interesse das facções á paz publica (407).

Em 1847 instituiu-se — necessario complemento do regimen parlamentar (408) assim lentamente organizado — a figura do presidente do conselho de ministros.

Um estadista passava a chefiar o gabinete, como primeiro responsavel pela administração, de modo a cobrir o monarca das paixões dos partidos e dar ao governo uma direção pessoal.

(406) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, p. 43.

(407) Tavares de Lyra, in *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, p. 262.

(408) Afonso Celso, *Oito Anos de parlamento*, nova edição, p. 173.

Tinham o poder os conservadores, em 1848. A verdadeira conciliação política, então desejada pelo imperador, operou-se em 1853, sob a chefia do marquês de Paraná; durou até 1860. Ressurgiu naquele ano a oposição; os liberais se dividiram em historicos e progressistas (409), em 1868 substituídos subitamente, no ministerio, pelos conservadores. Essa mutação, brusca e insolita, desgostou de tal sorte aos liberais, que se destacou deles uma ala avançada, a constituir, em 1870, o partido republicano, filiado á ideologia de Gambetta, de Castellar... (410). Em 1868, adquiriram os grupos parlamentares a sua feição definitiva. Desaparecem as tonalidades intermedias. Unem-se *historicos e progressistas*, formando o grande partido liberal. O conservador consolida-se; e se emancipa das indecisas ideologias o partido republicano, para tornar-se combativo, obstinado e agitador. Vêm com isso os programas. A oposição quer a "reforma". O governo, moderadamente, executa os planos idealizados pelos contrários. Sonha a falange republicana com o sistema norte-americano, da federação e da democracia. Tendem todos, no terreno doutrinário, para as fórmulas mais novas do liberalismo europeu do século. O parlamento é cenário de magnificas exposições desse pensamento de generosa liberdade, de retraimento do Estado no campo das iniciativas economicas, de legislação cada

(409) Campos Sales, *Da Propaganda á Presidencia*, p. 10, S. Paulo 1908.

(410) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, p. 57,

vez mais democratica, que fazem do Brasil, entre 1870 e 89, o menos monarchico de todos os Imperios.

D. Pedro II não apenas favorece, como orienta a marcha das idéas, para a destruição gradual das velhas instituições de feitio portuguezs.

O sufragio universal e a abolição da escravatura são as ultimas barreiras que separam, da republica virtual, a monarchia representativa.

O parlamentarismo

Assim surgiu, gradualmente, por adaptações successivas, o parlamentarismo no Imperio.

A Constituição não o previra. Assegurava ao imperador o direito de nomear e demittir livremente os ministros. Mas se tornou o parlamentarismo necessario, como ideal acomodação entre a corôa e a assembléa, de maneira a proteger o imperador e resguarda-lo da politica partidaria, restringindo-a ao gabinete "responsavel".

Evidentemente, dependeria a harmonia desse regimen do criterio e da austeridade do soberano, que exercia, mercê do sistema, as atribuições arbitrais decisivas, de escolher o chefe do governo e de dissolver a Camara. Com o primeiro ato, creava a "situação" politica; com o segundo, consolidava-a. Graças á imparcialidade de D. Pedro II em relação ao conflito

partidario, pôde tal regimen importar em pacificação e equilibrio, não em pretexto para mais bizarras deformações do principio representativo. A faculdade que tinha ele, de dissolver a Camara, exercida onze vezes depois de 1840, constituia, no imprevisto das mutações, o golpe de misericórdia, desferido contra o partido que dispunha de maioria parlamentar. As eleições sobrevindas encarregavam-se de fazer passar aquela maioria de um para o outro lado. Até a primeira eleição feita com a lei de Saraiva (1881), o costume era formar o governo “as Camaras, filhas da méra designação” (411). Os conservadores foram acusados continuamente pelos liberais, de os excluirem da assembléa pela violencia e pela fraude; porém a Camara organizada no dominio da situação liberal, em 1879, continuou unanime...

O Moderador

Dissolvida foi a Camara em 1842, porque as eleições tinham corrido irregulares e escandalosas.

Seguiu-se á volta dos conservadores a rebelião paulista e mineira de 42. Em 44, dissolvida a Camara conservadora, ganharam a anistia os rebeldes; e a dissolução, em 1849, açulou a reação liberal, provocando, em Pernambuco, a revolta da Praia. Em 1863 a disso-

(411) José de Alencar, *Cartas*, de Erasmo.

lução visou ao fim da confusão, que se estabelecera entre as forças partidarias, consequentemente á conciliação, afinal frustra e esteril, e, em 68, repercutiu estridentemente nos meios politicos, indignados com as surpresas que aquilo representava. Foi a ultima providencia de feição individualista que tomou D. Pedro II, arriscando no golpe — cuja intenção, afinal, era a de prestigiar a direção militar da guerra do Paraguai, confiada ao marquês de Caxias, adversario do ministerio Zacarias — o prestigio do Poder Moderador. “Daí por diante, as dissoluções entraram a oferecer razões de ser harmonicas com a natureza do regimen parlamentar” (412): em 1872, pedida por Rio Branco, para evitar a coligação dos oposicionistas em maioria, depois da “lei do ventre livre”; em 1878, com o advento da situação liberal, depois do longo dominio conservador; e tres vezes ainda, em virtude da questão abolicionista, e da derradeira ascensão do partido liberal.

O imperador recuava metodicamente, no seu papel de mediador e juiz.

Quando, em 1883, Rodrigues Junior, convidado pelo presidente do conselho, Lafayette, a deixar a pasta da guerra, apelou para D. Pedro II, ouviu deste a resposta, que, “havia tempos, transmitira aos presidentes do

(412) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, p. 86.

conselho a faculdade de propor a nomeação ou demissão de seus companheiros” (413).

Limitou-se, em seguida, a impugnar um ou outro nome, da lista apresentada. Já não influenciava a escolha, que assim — cada vez mais racional e simples o regimen —, dependia do presidente do conselho, e do seu estado-maior partidario nomeado aquele, não também segundo o capricho augusto, porém entre os diretores da respectiva facção. Puderam dest’arte colaborar com o monarca antigos inimigos implacaveis do trono, convertidos á monarchia e, depois, seus leais servidores — como Sales Torres Homem (o panfleitario Timandro, depois ministro da fazenda e senador), Lafayette (signatario do manifesto republicano de 70 e presidente do conselho em 83), Ferreira Viana (opositor ao “poder pessoal” e ministro da justiça em 88)...

Por fim, o ritmo parlamentar não mais resiste á crise alternada das eleições insinceras, e póde dizer o visconde de Cruzeiro, em 1888, que, sem “a ditadura” “não é mais possível governar-se este país...” (414). Para realiza-la, fizeram a republica os discipulos de Benjamin Constant.

(413) Afonso Celso, *Oito Anos de parlamento*, nova ed., p. 172.

(414) Henrique Leão Teixeira, *O Visconde do Cruzeiro*, p. 41, Rio 1931,

XVIII

CORONEIS E BARÕES

A ordem monárquica aproveitou sagazmente os elementos estruturais da ordem antiga: o Imperio não destruiu a colonia; emancipou-a, sem a desfigurar. Apoiou-se, como ela, ao grande senhor territorial.

O trôno é prodigo em titular os proprietarios rurais. Não poderia limitar-se a reconhecer os historicos titulos portuguezes, nem aceitar o criterio, absurdo em colonia de povoamento, de uma nobreza de sangue, cujos pergaminhos atestassem seculos de cavalaria. Cuidou de honrar a casta dos latifundiarios, a sua industria, o seu "latifundium"; e não somente lhes deu brasão d'armas, como a efetividade de um comando civil.

A Guarda Nacional

A "Guarda Nacional" consagra a autoridade politica da classe proprietaria. O Imperio liberal não dis-

tribuia castelos e cartas de suzerania; porém concedia patentes de milícias e a jurisdição que continham. Era um poder: o de convocar moradores, fazer o recrutamento, manter a ordem, cobrar certas prestações de serviços coletivos, o poder de hierarquia, que, a um tempo, satisfazia a vaidade, obrigava a disciplina e confirmava a fidelidade ás instituições, do "official superior". O baronato elevava-o até á côrte; a patente impunha-o á clientela rude. Na cidade, prevalecia o fidalgo; no campo, o coronel da Guarda Nacional. Generalizar-se-ia o habito de chamar "coronel" ao fazendeiro, exatamente como na epoca anterior era "morgado" o senhor de engenho. Não podendo a corôa socorrer-se de uma engrenagem militar como outrora, quando o nobre e o guerreiro se confundiam, engendrou uma ordem de cavaleiros, ficticia, burocratica, méramente administrativa: porém cujo simbolo, a espada, e cujo espirito, a guerra, d'algum modo supriam a ausencia, na America, das condições que possibilitam os organismos sociais cerrados.

As milicias coloniais, cuja origem está nos regimentos dos primeiros donatarios de capitancias, transformou-se, em 1831, na Guarda Nacional.

D. Pedro I conservou, enquanto pôde, um exercito forte, bem petrechado, mesmo exemplar, segundo o depoimento de Boesche, no seu livro "Quadros alternados". Mas a Abdicação restituiu o país ás proprias forças, de desagregação, de reorganização. A Regencia, de tendencias liberais, em espirito republicana,

ajustou, naquela fase, o aparelho militar ás necessidades publicas. O seu interesse era obviar á dissolução da patria, mediante o energico, geral concurso dos homens de autoridade moral, que fariam a policia nas suas "zonas de influencia". Evidentemente, sem essa mobilização das elites brasileiras a unidade do Imperio e o advento de D. Pedro II não sobreviriam á crise vasta, em tempos de vibrante e dispersiva reacção ideologica contra os principios da Constituição monarchica. O segundo Reinado teve o cuidado de receber a corporação da Guarda Nacional como um legado do bom senso brasileiro. Deu-lhe extrema importancia. Uniformizou-a, regulamentou-a, assegurou-lhe privilegios consideraveis, e elevou o rendimento, que provinha das patentes, á categoria de uma das principais receitas do orçamento nacional. Em 1872 havia, segundo os relatorios do governo, 741.712 guardas nacionais, com 274 comandos superiores... (415).

A prolongada paz interna, entre 1842 e 1889, em bôa parte resultou desse sistema de conciliação, entre uma nobreza agricola e pacifica e as necessidades do policiamento rural.

Daí tambem o carater especial de que se reveste, em 1850 ou 60, a distribuição das "influencias", pela super-

(415) *O Imperio do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena*, p. 95, Rio 1873. Na Baía, em 1859, o imperador passou em revista 4 mil homens (*Memorias da viagem de S. S. M. I. I.*, etc., I, 26). Em Propriá apresentaram-se-lhe 495 praças da Guarda Nacional... (*Op. cit.*, I, 77).

fície do Imperio. O exercito de linha é exiguo, a policia provincial é urbana, sómente a Guarda Nacional por toda parte mantem a sua vigilancia, encarnando a autoridade patriarcal do fazendeiro, confirmando-a, tornando rigorosamente natural a subordinação das populações, que continuavam a viver á roda do senhor feudal (416), neto e imagem do capitão mór das ordenanças, do seculo XVIII (417), que o marquês de Pombal destacará para todas as vilas do Brasil* (418). Era isso a descentralização do governo, nas suas mais extensas consequencias. Haveria de projetar-se mais tarde, nas duas características da nossa evolução politica, segundo a escola de Le Play: espirito de grupo, instabilidade de poderes publicos... (419).

A Guerra do Paraguai provou as vantagens do sistema: aparentemente desarmado o Imperio, na modestia dos seus efetivos militares (13 mil soldados, enquanto a vizinha Republica podia ter em armas 80 mil), contava, á disposição, a enorme reserva de sua Guarda Nacional: esta, lhe valeu pontualmente. Pelo quadro

(416) Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 3.^a ed., p. 216.

(417) Urbino Viana, *Bandeiras e sertanistas baianos*, p. 96, S. Paulo 1935.

(418) Varnhagen, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., integral, IV, 305. O historiado já comparava aos capitães môres os novos comandantes da Guarda Nacional, *ibid.* p. 323.

(419) Vid. Edmond Demolins, *La Science sociale depuis F. Le Play*, p. 100 not., Paris 1904.

estatístico de João Nogueira Jaguaribe, mobilizára então o Imperio 91.218 homens. Destes, 31.193 eram *guardas nacionais designados* (420). Os “voluntarios da Pátria”, em numero ainda maior, a eles se equiparavam: eram guardas nacionais para a emergencia, da luta estrangeira.

A decadencia da instituição coincide com a profunda alteração das atividades rurais, o aumento do poder do Estado, em prejuizo da independencia do grande proprietario, o progresso material, que lhe quebrou o sortilegio do isolamento e da influencia, na transformação precipitada dos costumes. Em 1868, Saraiva resumia a regeneração politica em tres reformas: extinção do sistema de recrutamento, substituição da guarda nacional pela reserva do exercito, independencia da justiça... (421). Quando a patente da guarda nacional não significou mais do que um premio honorifico, sem se referir á autoridade, de que investia o titular; quando se tornou meramente graciosa, e por fim, na prodigalidade com a que concederam os ultimos governos da monarquia e os primeiros da Republica, decorativa e inútil; quando perdeu o sentido, ou o conteúdo, territorial e politico, que tivera inicialmente — uma verdadeira revolução social se havia consumado.

(420) Vd. Tasso Fragoso, *Hist. da Guerra entre a triplice aliança e o Paraguai*, V, 239, Rio 1934.

(421) Rui Barbosa, discurso de 27 de Junho de 1878, *Anais da Assembléa Provincial da Baía*, 1878, p. 16.

Nisso o Imperio foi coerente.

Acabou, intimamente ligado á sorte da Guarda Nacional. Um dos motivos de mais fremente irritação do exercito contra o gabinete do visconde de Ouro Preto, seria o boato perverso, de que preparava a dissolução das forças armadas regulares (422), substituidas pela Guarda Nacional, ou pela milicia, como em 6 de Abril de 1831 sugerira o major Lima e Silva a D. Pedro I. — Simples atoarda, não correspondia á verdade. Mas extremou, na propaganda revolucionaria, a attitude militar, de solidariedade entre os jovens officiaes, contra a vaga ameaça do licenciamento do exercito, em proveito da milicia civil.

Os titulares

Iniciára D. João VI o costume de titular os grandes proprietarios, as notabilidades brasileiras, fóra das velhas regras, a que no reino obedeceram os reis seus avós, para a concessão das cartas de nobreza.

Explicamos alhures a politica do principe, quando, exilado no Brasil, sem esperança de logo tornar a

(422) Vd. manifesto de Ouro Preto, Tenerife, 9 de Dezembro de 1889, in Afonso Celso, *Visconde de Ouro Preto*, p. 285, Porto Alegre, 1935. Surda, natural rivalidade, havia entre as duas milicias, e seria disso um indice o incidente de Frias Vilar, na Baía, em 1875 (Silva Campos, *Tradições Buianas*, p. 108), quando um batalhão de linha rompeu outro, de «patriotas», que festejavam o 2 de Julho.

Portugal e querendo fundar o novo império, se viu na necessidade de apoiar a corôa a uma classe, ainda inexistente, de "grandes" da monarquia, de condes e barões vinculados á sua sorte, e a ele obrigados (423).

Napoleão fizera isso mesmo, comentára Chateaubriand: "c'était toujours l'égalité masquée en baron, comte ou duc"...

D. Pedro I, e, em escala muito maior, D. Pedro II, desenvolveram esse costume, fundado na propria natureza do governo monarchico.

O primeiro proprietario rural, galardoado com um titulo pelo Império, foi o morgado da Torre: barão da Torre de Garcia d'Avila. Ato continuo, os principais colaboradores da Independencia ganharam analogas dignidades, arbitrariamente conferidas e sem atinencia com o dominio territorial: visconde de Cachoeira, marquês de Paranaguá, marquês de Maceió... Nomes de provincias, de cidades, vilas, rios, vastas regiões geograficas, adornam, ao acaso, esses titulos, puramente honorificos (*marquesa de Santos*, *duquesa de Goiaz*, *barão do Rio da Prata*, *visconde de Niterói*, *conde de Porto Alegre*, *barão do Rio de Contas*, *visconde de Jequitinhonha*, etc.), alegorias, vazias de sentido politico, reclamadas pela ornamentação social do trono. Melhor utilizados foram os toponimos das respectivas propriedades, para os ricos lavradores agraciados com a mercê nobiliarquica, os nomes de batalhas, para os generais, ou dos

(423) Pedro Calmon, *O Rei do Brasil*, p. 150, Rio 1935.

sítios do seu nascimento, ou influencia partidaria, para os homens politicos. Graças a este critério, houve visconde de Pati de Alferes, visconde de Suassuna, baronesa de S. Mateus, conde de Passé, barão da Vila da Barra..., ou então duque de Caxias, barões de Taquarí, da Passagem, de Serro Largo...; e finalmente, barão de Estancia, barão de Alagôas, visconde de Guarapuava, visconde de Nacar, visconde de Ouro Preto, visconde de Itaboraí, barão de Vassouras...

D. Pedro II estabeleceu certas normas para a concessão dos titulos. Aos estadistas do reinado anterior, e conselheiros de Estado, envelhecidos no serviço publico, fez marqueses; viscondes, aos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça; aos mais distintos comandantes da Guarda Nacional, barões. Só foram duques os principes de sangue: abriu honrosa, unica exceção, para o marquês de Caxias, ao regressar, vitorioso, do Paraguai. Os titulos acompanhavam-se ou não de "grandeza", o que distinguia os titulares homens de Estado, e os de merecimento invulgar, dos demais. Deviam manifestar a renda, essencial ao decôro de sua nobreza. Porque os titulos não importavam em vantagens materiais porém exigiam adequado tratamento: só poderiam usa-los, portanto, os que estivessem em condições de viver á "lei de nobreza". Qualificavam, nas classes sociais, os potentados: poucos comerciantes (Mauá, Meriti, Itamarati, Bonfim...); na sua maioria, os fazendeiros; e politicos, militares, professores, mesmo homens de letras (Araguaia, Taunay, Porto Seguro,

Paranapiacaba, Santo Angelo...) — os expoentes, os notáveis.

Muitos homens publicos não aceitaram semelhantes honrarias. Os irmãos Andradas, no principio, o marechal Deodoro, no fim da monarchia, preferiram continuar usando seus nomes de batismo. O agraciado, porém, não mais voltava aos antigos patronimicos. Foi impotente a Republica, com a sua reação jacobina, para extinguir os titulos, que não reconhecia, mas respeitava. O barão de Lucena serviu, como principal ministro, ao presidente Deodoro. Uma feita chamou alguém pelo nome (Afonso Celso) ao altivo visconde de Ouro Preto. Este emendou: Visconde... O outro desculpou-se: não tivéra intenção de ofender. Ao que replicou o estadista: Nem lhe permitiria! Conta-se que o barão do Rio Branco deixou de publicar os seus relatorios, de ministro das Relações Exteriores, desde que, na Imprensa Nacional, lhe substituiram uma vez o nome, por J. J. da Silva Paranhos Junior (424). Morreu barão: o maior da sua categoria, em toda a America conhecido, "el barón"...

Significavam um prêmio, conferido pelo monarcha. A outra recompensa, estimada e disputada, era a comenda: da Rosa (creada por D. Pedro I, em 1829, em homenagem á imperatriz Amelia) para toda ordem de merecimentos; de Cristo e do Cruzeiro, para a justiça,

(424) Rodrigo Otavio, *Minhas Memorias dos Outros*, 2.^a série.

os intelectuais, os homens de Estado; de Aviz, sómente para os militares, e cuja concessão se incluía nos respectivos regulamentos. Durante as suas viagens, por exemplo, o imperador costumava retribuir com um titulo nobiliarquico ou uma comenda os obsequios que lhe faziam: era uma alta prova de reconhecimento pessoal. Por isso, á noticia das imperiaes excursões se seguia, copiosa, a das graças: assim no Rio Grande do Sul, em 1845, na Baía e em Pernambuco, em 59, na provincia do Rio, em Minas Gerais, em S. Paulo. Proprietario que o hospedasse, presidente de Camara Municipal, comissões de homenagens, e mais, os senhores que libertavam familias de escravos em intenção daqueles regosijos, capitalistas que promoviam iniciativas úteis, filantropos que davam pingues esmolas para a Santa Casa, esmerando-se em imitar a munificencia de D. Pedro II, — dele recebiam, a Ordem da Rosa ou o baronato. A mesma distincção, da comenda, se destinava ao pintor que, na sua exposição de télas, grangeava notoriedade; aos musicos e atores, Carlos Gomes, João Caetano, aos literatos. Quintino Bocaiuva, republicano, recusou a venera da Rosa, que merecera como autor dramatico. Enfeitava o trôno as letras, com esses galardões. Estimulava principalmente — no campo da generosidade particular — a beneficencia: chamou-lhes por isso um ministro, de “imposto da vaidade”. Os ricos negociantes viam resplandecer no peito a cobiçada condecoração, se zelavam por certos interesses sociais: um hospital, um

asilos, uma obra pia. Testemunham, em parte, essa orientação do governo, de ligar uma presunção nobiliar-quica á benemerencia dos argentarios, as grandes construções que no periodo imperial se concluíram, das Casas de Misericórdia, em todas as capitais de provincia, e nas cidades importantes do Brasil. Para isso, não poupáva o imperador o “bolsinho” de suas economias. Não se sabe tivesse ele jamais acumulado, de um para outro ano, os saldos de dotação. Gastava-a quanto lhe sobejasse dos gastos obrigados, com os óbulos. E tão numerosos foram, que teve o governo provisório, depois da queda do Imperio, de transformar em pensionistas do tesouro os pobres, sustentados por D. Pedro II. Que os outros fizessem assim... O papel — cumprido rigorosamente — era de incentivar, indicar, ser o modelo, “mais do que um rei, um exemplo”, na frase de Alencar (425), remunerar com os premios honorificos. E prodigalizou-os: nessa liberalidade (aproveitada habilmente pela politica, em beneficio dos seus chefes eleitorais, de seus sustentaculos municipais, dos grão senhores do interior) québrava a rigidez, destruía o caracter de privilegio e de seleta minoria da nobreza, reconhecida ou creada pelo Imperio: mas adaptava-o ás condições sociais do país e lhe transformava o condão, de apartar e afidalgar os homens, num fecundo instrumento de valorização de condutas, de fixação de atitudes, de distinção e utilização de forças construtivas.

(425) *Cartas*, de Erasmo; e visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 100.

O MUNICIPIO

A instituição municipal, durante toda a evolução brasileira, sofre a investida da absorvente autoridade central, e perde com isso, gradualmente, os largos privilegios que tinham sido, na metropole e nos primeiros tempos da colonia, a sua força e grandeza. Quando o governo geral foi militar, e impotente para infiltrar-se em todo o territorio, prosperou o municipio, nas suas historicas prerogativas, na sua autonomia administrativa, na sua competencia de policia e de justiça, tão ampla que de fato — e sucedia isso no Maranhão — se arrogavam as Camaras um poder politico quasi ilimitado. A reorganização da colonia, realizada pelo marquês de Pombal, tendo em vista a necessidade de fortalecer os governadores e a justiça togada, afim de obstar ás tendencias locais de rebeldia, e melhor assegurar o dominio portuguez na America, cerceou rudemente aquellas regalias, abafadas como as demais forças de espirito

e opinião. O proprio tipo da Camara municipal corrompeu-se na deformação do sistema, ao mandar o rei que as aldeias dos jesuitas, expulsos estes, fossem elevadas á categoria de vilas, a despeito da sua humildade, e de serem os indios em maioria os habitantes. Para vestir os vereadores então creados forneceu o governador modestas roupas de algodão e o official português, encarregado de instruir a milicia, foi incumbido de assessorar as nóvas Camaras... (426). A Independencia, desmontando o aparelho da administração colonial, teria de assentar sobre as Camaras das vilas principais, interpretes exclusivos, então, do sentimento coletivo no Brasil.

O Imperio foi fundado com o voto e apoio das Camaras municipais. Depostos os governadores portugueses, quando aderiram elas ao sistema constitucional, proclamado no Porto em 1820, assumiram por toda parte o poder. Reconheceram depois a regencia de D. Pedro, pediram que ele ficasse no Brasil, definiram-se contra Portugal, e aceitaram o novo imperador, assim "pela graça de Deus e *unanime aclamação dos póvos*". Em 1822, a divisão do país em provincias se diluiu, para subsistir a divisão do povo em municipios. Estes, num provisorio desprendimento dos élos geograficos, trataram diretamente com o governo do Rio de Janeiro.

(426) P. José Caieiro, S. J., *Os Jesuitas no Brasil e na India* (publ. da Academia Brasileira, pref. do P. Cabral), p. 45, Baía 1936.

O primeiro conselho governativo da Baía, que fez a guerra á guarnição portuguesa e a expulsou, era constituído de “deputados das vilas do Reconcavo . . .” (427). A causa patriótica juntára-as em confederação (428), como naturais representantes da provincia. No resto do Imperio, dependendo os negocios publicos da decisão das Camaras, voltaram a elas, como acontecia antigamente, os grandes proprietarios e os aristocratas rurais, convocados pela excitação nacionalista e pelo interesse comum.

Á aprovação das Camaras enviou D. Pedro I, em 1824, o projeto da Constituição que devia outorgar. Esta manteve a instituição municipal, embora acentuando a personalidade das provincias, que passariam a ser dirigidas por um presidente, nomeado pelo imperador, e por um conselho geral eletivo. Rude golpe, entretanto, a atingiu, com a lei de 1 de Outubro de 1828, que, dilatando para quatro anos o exercicio dos vereadores, os subordinou á prestação anual de contas ao Conselho Geral. A limitação da autoridade e da influencia, das funções e da dignidade politica dos municipios passaria a depender — com o Ato Adicional, de 1834 — da legislação provincial. Abre-se em 1831 a epoca do idealismo federalista. Calam-se as

(427) Miguel Calmon (Abrantes), *Relatorio do Conselho de Governo*, 1823, 2.^a ed., com pref. de P. C., p. 18.

(428) Vd. Antonio Rebouças, *Recordações Patrioticas*, ps. 69-71, Rio 1869; Corrêa Garcia, *Historia da Independencia da Baía*, p. 165, Baía 1900; Braz do Amaral, *Historia da Independencia da Baía*, p. 241, Baía 1923.

vozes que defendiam a tradição das Camaras robustas, do municipalismo vigoroso e democratico; agora, contra a centralização imperial, se levanta a idéa da provincia soberana. Os exemplos dos Estados Unidos e do Rio da Prata arrastam os liberais. Poderia Bernardo de Vasconcelos perguntar: ha patriotismo sem provincialismo?... (429). Dirá o visconde do Uruguai: "E' minha opinião antiga que o Ato Adicional foi hostile ao elemento municipal que sacrificou ao provincial". Tornou-se a provincia a entidade de fronteiras nitidas (430), defendida, como se fôra toda a pátria, pelos separatistas e federalistas do periodo da Regencia, oposta ao trôno... (431). E, dotada de assembléa legislativa provincial, cuidou de penetrar todas as zonas administrativas, usurpando, atropelando as velhas atribuições locais. Decaíram assim de prestigio as Camaras, perderam a força primitiva, viram desviar-se delas as ambições (432), que agora se orientavam para as duas assembléas politicas, a provincial e a geral, abandonados os municipios ás influencias estaveis, dos seus patriarcas eleitorais. De grêmios deliberantes, transforma-

(429) *Carta aos eleitores de Minas Gerais*, p. 50, 2.^a ed.

(430) Castro Nunes, *Do Estado Federado*, p. 66, Rio 1920.

(431) Pedro Calmon, *A Federação e o Brasil*, p. 20, Rio 1933.

(432) Em contraste com a antiga aristocracia, as Camaras novas não exigiam «qualidade»: os proprios libertos podiam ser vereadores, aviso de 3 de Jan. de 1861, J. M. P. de Vasconcelos, *Consultor Juridico*, p. 273, Rio 1862; amo e caixeiro ao mesmo tempo (av. de 1848)...

ram-se em esteios de uma politica, que aí se apoiava, porém sem proveito deles. Conservaram o aparato, o aspecto decorativo, o sentido de serviço honorifico, enquanto a aristocracia se manteve fiel ao campo, eminentemente rural. O barão fazendeiro, o visconde senhor de engenho, o comandante da Guarda Nacional, participava da Camara local como por *direito de nascimento*. Ilustrava-a, associando-se, com outros vereadores, seus pares, para dar ao municipio melhoramentos materiais, instrução, policiamento. O encargo de governo, outrora atribuido á nobreza territorial, tinha para ele esse caracter honrado: era uma das funções que ficavam bem, ao fidalgo. Quando o imperador visitou o norte, em 1859, encontrou á testa das municipälidades a melhor gente da terra; e, como para mais acentuar a tradição, iludindo a decadencia do sistema, os Camaristas de Nazareth, na Baía, lhe apareceram de capa, espadim e chapéo de plumas brancas... (433). Representavam o glorioso espirito municipal, que formára o Brasil.

(433) *Memorias da viagem, etc., I, 134.*

COSTUMES ELEITORAIS

Exacerbava a separação dos partidos o odio entre eles, nas zonas rurais onde, com o “prestigio” politico, se jogava o predominio dos “clans”, a autoridade dos patriarcas, convertidos em chefes de facção, dirigentes de eleições. Extremou-se de tal sorte, por isso mesmo, que, no interior, dividia a sociedade pelo meio, liberais e conservadores, detestando-se com uma intransigencia heroica, herdada de pais a filhos, tradicional, projetando-se no tempo, como outrora as grandes lutas entre familias poderosas e adversarias.

Num conto ironico, Artur de Azevedo satirizou essa rivalidade sistematica (434), que girava — tomando a fôrma do individualismo que nos caracterizava — em torno dos chefes, ou caudilhos locais. Nestes “barões do novo mundo”, como lhes chamou Koster, reviveram os capitães-móres da colonia; agora se chamam “coroneis”, ainda lati-

(434) *Contos cariocas*, livro postumo, p. 62, Rio 1926.

fundirios, com a autoridade ligada á terra, base fisica do seu poder, realmente tão senhores feudais como os velhos donatarios. Apenas — razão suprema dos conflitos que, á roda das eleições, ensanguentaram tantas vezes o sertão — aquelle predominio estava sujeito a uma alternativa politica: o primitivo potentado acompanha, na sua evolução, um partido, recebe-lhe a protecção e segue o seu destino. Conhece o ostracismo e saboreia o mando. Não possúe mais, vitalicia, força inherente á função, o encargo de assegurar permanentemente a ordem: a democracia desencantou o seu isolamento majestoso e deu-lhe intermitencias de governo e retraimento. Daí as escaramuças periodicas, travadas entre as facções, pela incontinencia dos vencedores, pelo despeito dos vencidos; a transformação dos pais-de-familia em comandantes de eleitorado, e mesmo de tropa em socorro dele, quando as brigas degeneravam em desafios á mão armada; o tragico desenlace, por vezes, das contendidas partidarias; principalmente a intolerancia, ou a falsidade (435) nas eleições, que as determinava, com a desatinada paixão, que tudo absorvia (436). O sertão torna-se o amplo cenario dessas tropelias, que contrastam com a elegante civilização urbana, os morigerados costumes da côrte.

O Imperio não faz o milagre de substituir o grande proprietario rural pelo “cidadão”. Procura o seu apoio,

(435) Vd. *O Imperialismo e a Reforma*, p. 37, Rio 1865.

(436) Afonso Celso, *Oito Anos de Parlamento*, nova edição, p. 20.

disputa-o, utiliza-o; repete a politica de sempre, desprezando uma pluralidade inconsistente, em proveito de uma unidade respeitavel.

Ignora o que ha pelo interior do país fóra do chefe local, e apenas com ele se entende.

Nomeia-o dono da terra, assim distribuida, entre essas influencias, inextirpaveis; e tem, com isso, a ilusão de haver creado, com a estrutura aristocratica do Estado, a propria *ordem* monarchica.

Não podia ser de outro modo (437), no vasto país ralmente povoado, onde cada fazendeiro, com a escravatura, no litoral, e a clientela, nos sertões, era um rei no seu dominio, e as distancias, separando os nucleos sociais, desmanchavam a ação do governo, na disperção de todos os seus recursos, na insuficiencia de suas energias gregarias.

O consul francês em Recife, em 1844, escrevia que á familia Cavalcanti de Albuquerque “serait facile de se présenter aux portes de la ville suivie d’une cavallerie de 10 mil *matutos* (paysans)” (438).

Os agregados, os parentes, os “cabras”, “capan-gas” ou “jagunços”, formavam, em torno do potentado, uma força volante, que o garantia e acompanhava, que o tornava inviolavel e acatado, disciplina-

(437) Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 3.^a ed., p. 217.

(438) Alberto Rangel, *Textos e pretextos*, p. 10, Tours 1926.

da pela simples autoridade moral, que emanava dele: não era uma organização para a violência, porém um “estado”, proprio da insegurança sertaneja.

O fazendeiro, assim poderoso, era geralmente um pacificador. O seu interesse consistia em manter a ordem, com o “codigo de Honra” do sertão: o respeito da propriedade, do lar, do trabalho; a punição dos crimes, a expulsão dos indesejaveis, e a conservação do seu prestigio, custasse o que custasse. Porisso, naturais elementos de paz social, no seu patriarcado severamente exercido, desencadeavam os odios tribais (439), as desavenças, ou “feudos”, de familias rivais, que dest’arte, até perto de nós, e através das vicissitudes de suas brigas intermitentes, trouxéram, e resguardaram, o espirito belicoso e historico da sociedade colonial.

Os conflitos do periodo regencial revestiram, quasi todos, esses aspectos. Mas, depois do decenio convulsivo da Menoridade, regularmente eles ocorreram, a proposito das eleições disputadas nas provincias. Ganharam alguns sinistra celebridade. Ficou famosa, a revolução de Santo Amaro, em Sergipe, entre a facção chefiada por Almeida Boto (os *rapinas*) e a dos Tra-

(439) Vd., para o Ceará, memorias do professor Ximenes, *Rev. do Inst. do Ceará*, t. XXVII, p. 127.

vassos (*camondongos* ou conservadores) (440). No Ceará os nomes variavam: *graúdos* e *meúdos*, *ripardos* e *minús*, em sucessão de *carcundas* e *caranguejos*, *chimangos* e *caracarás* (441). Correspondiam-lhes *caramurús* e *farrapos*, do Rio Grande; *cabanos* e *bentevis*, no Maranhão; *saquaremas* e *luzias*, no centro... Por toda parte, as mesmas lutas, cíclicas, á roda de eleições, ou por elas, os separavam, em fúrias destruidoras. Despido o pretexto civico, ressurgia o espirito colonial, dos *clans* agueridos, a velha contenda dos patriarcas...

Reformas

As sucessivas leis eleitorais não corrigiram substancialmente os vícios politicos. As Camaras unanimes do passado voltaram a ser, depois do episodio da primeira eleição direta, na qual foram derrotados dous ministros, quasi unanimes (442).

(440) Possuimos, em. por José Calasans, o poema *A Rápinada*, que Manuel José Caldeira Copos Pontes publicou, em 1863, na Estancia. E' um documento caracteristico daquelas lutas politicas-municipais. Os partidos tomavam estranhos nomes: judeus (liberais) e cristãos, em Santa Catarina...

(441) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 148.

(442) Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, p. 376, Rio 1930.

Começára mal, quanto a esse aspecto, o segundo Reinado (443). O ministerio da maioridade, liberal, interviera ostensivamente na primeira eleição que se fe-riu, em 1841 (444). Chamados ao governo os conservadores, em virtude da influencia que exerciam junto ao imperador-menino, deste obtiveram a dissolução da Camara, e novo pleito, do qual se afastaram os adversarios, envolvidos na agitação revolucionaria de 1842 e vencidos por toda parte. Dizia o ministro Araujo Viana, em 1843: "Os escandalos têm chegado a tal ponto que passa como principio inquestionavel que, feitas as mesas paroquiais, está feita a eleição dos representantes da nação; e, estabelecido este principio, não ha abuso, não ha atentado, não ha crime, que os partidos desenfreados não cometam para instalarem nas mesas as pessoas da sua facção..." (445). Acusava, justamente, a gregos e troianos. Os liberais revoltaram-se, em 1842, contra a lei de 3 de Dezembro de 41, que regulára a interferencia da policia nos atos eleitorais, isto é, permitia que a compressão se fizesse por intermedio dela. Os descontentes, entretanto, voltaram ao poder em 1844, e não pensaram em revogar

(443) Conego José Antonio Marinho, *Historia do movimento politico que no ano de 1842 teve lugar na provincia de Minas Gerais*, p. 50, Rio 1844.

(444) *Consultas do Conselho de Estado* (coligidas por J. J. Medeiros e Albuquerque), p. 59, Rio 1888.

(445) Alfredo Valadão, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, p. 238.

a lei, que lhes aproveitava, como a todos que estivessem de cima.

Procurou impedir o abuso das camaras unanimes, a reforma eleitoral de 1855, chamada "lei dos circulos". Dividindo o país em "influencias locais", um resultado obtivera: a seleção dos homens prestigiosos nos colégios eleitorais; porém em prejuizo dos partidos, desarticulados pela perda de preciosos elementos, e do nivel intelectual da politica (446). Revogado aquele regimen em 1860, propiciou, com a estrondosa vitória na côrte dos tres candidatos liberais, Ottoni, Octaviano e Saldanha Marinho, "uma revolução pacifica que tivesse finalmente derribado a oligarquia encastelada no Senado" (447). Desmorona-se a precaria "Conciliação"; os partidos refundem-se; aparece a "Liga", com os Moderados e os Liberais; do lado oposto, ficam os "conservadores". Tomaram estes o governo em 1868 e nele se mantiveram até 1878, periodo em que a opposição — os liberais —, não contente com o sistema eleitoral de listas incompletas, que garantiam a representação da minoria (448), desenvolve a propaganda de uma renovação de costumes politicos, mediante o sufragio universal, ou eleição dirêta, indispensavel á democracia, pela qual se batiam. A idéa do sufragio indistinto, extensivo a todos os cidadãos, colidia — no

(446) Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, II. 67.

(447) Nabuco, *op. cit.*, II, 74.

(448) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, p. 52.

pensamento do imperador e dos conservadores — com a Constituição nacional; e ninguém se dispunha a promover-lhe a revisão, problema considerado transcendente e perigoso. Desde 1861 — disse Cristiano Ottoni — assim julgava D. Pedro II; cedeu afinal; e para que o partido liberal promovesse a grande reforma, confiou-lhe o poder, em 1878. Apenas o Senado, perseverando nas tradições de prudencia e timidez, recusou aceitar logo o plano da revisão constitucional; e teve o gabinete de Sinimbu de resignar, para que o seu sucessor, o conselheiro Saraiva, encartasse a lei da eleição diréta como materia de legislação ordinaria, que não afetava a integridade da Constituição. O projéto continha mais duas disposições, de profundo sentido democratico: a grande naturalização e a elegibilidade de acatolicos e libertos. Foi promulgada, em 9 de Janeiro de 1881.

A experiencia do voto universal, realizada com sincero desprendimento pelo governo, segundo as recommendações do imperador, redundou em derrota para o gabinete, que não conseguiu reeleger dous ministros, deixando Saraiva a presidencia do Conselho, em holocausto á verdade eleitoral. Os resultados dos pleitos seguintes, favorecidos pela lei de 1881, impressionados pelo conflito aberto entre a politica official, emancipacionista, e os proprietarios escravocratas, atestaram as enormes vantagens do sistema, que já não permitia a esmagadora maioria de um partido, com a metódica exclusão dos adversarios, como fôra até então regra e

praxe. Cáem os ministerios pelo voto de confiança; o parlamentarismo parece apoiar-se afinal em terreno firme, na consistente camada da opinião, livrando-se do antigo artificio dos manêjos de bastidores; o país se sente enfim dirigido ao sabôr da popularidade dos homens politicos e das questões que os separam. Em 1885 as instituições — graças á eleição diréta — imitam na variedade dos seus quadros, na mutação dos personagens, na instabilidade dos gabinetes, que surpreende e desorienta os diplomatas habituados ao regimen presidencial, de periodos fixos (449), o parlamentarismo inglêz e francês.

E' a fase culminante de uma evolução, cujas imperfeições desencadeiam outros ideais, de governo forte que corrigisse a trepidante variedade dos gabinetes parlamentares (ditadura positivista), de governo responsavel que não transigisse com as Camaras faciosas (presidencialismo), de governo descentralizado que suscitasse o progresso e a justiça nas provincias (federação)...

(449) Vicente G. Quesada, *Mis Mimorias Diplomaticas*, p. Buenos Aires 1909.

INSTRUÇÃO

A Instrução publica no Imperio constituiu o assunto predilétto dos debates e reformas politicas — nem se comprehendia regimen representativo sem educação popular — em conflito permanente com a mentalidade e as influencias coloniais.

Os jesuitas não conseguiram instalar no Brasil uma universidade. Os seus collegios ensinaram as humanidades, sobretudo letras classicas que, até o fim do seculo XIX, resumiam a real e apeteccida ornamentação da intelligencia armada pelos velhos modelos.

As “aulas regias”, espalhadas pelo interior do país, em substituição do ensino dos jesuitas, deixaram uma triste lembrança de estudos fragmentários, de professores negligentes, de cadeiras anacronicas, sobretudo de serodias latinidades que esterilizavam as jovens intelligencias...

Houve interessantes exceções. Varios foram os professores sábios, entretanto confinados na sua “au-

la” sertaneja, formando silenciosamente discipulos na humildade do seu degredo. Encontrára Martius em Rio de Contas um mestre-escola, cuja erudição o espantou. Um professor de grego, na Baía, Vilhena, é o autor das magistrais “Cartas Soteropolitanas” (1802). Na propria vila de Minas do Rio de Contas estudou, por exemplo, o futuro barão de Macaubas, latim, francês e filosofia, “bagagem intelectual suficiente para, em dous anos de estudo, terminar o curso de preparatorios...” (450). Simples professor de gramatica na Baía, José Francisco Cardoso de Moraes, amigo de Bocage, foi poeta latino (451).

No reinado de D. João VI, ganhou o Brasil certos estudos profissionais — medicina, marinha, historia natural, artes — sem, todavia, alcançar a independencia universitaria, que lhe deu D. Pedro I, em 1827, com a criação dos cursos juridicos, e consequente rompimento com a Universidade de Coimbra, berço tri-secular da cultura brasileira. Mas não logrou a monarquia instituir a universidade, que a substituísse. Na dispersão dos seus nucleos de instrução superior, preocupada com um liceu modelar (o “Pedro II”, depois de 1838), duas Faculdades de Direito (Recife e S. Paulo), duas Faculdades de Medicina (Baía e Rio de Janeiro), não pode obstar á persistencia das an-

(450) Isaias Alves, *Vida e Obra do barão de Macaubas*, p. 17, Rio 1936.

(451) Bocage, *As Plantas*, p. X, Lisboa 1801.

tigas características da instrução literalista, arcádica, adornativa, que aperfeiçoava, até á sabedoria, reduzida elite, de “eruditos”, sem consolidar os conhecimentos úteis de uma classe mediana e numerosa de homens adaptados á vida social, economica e politica do país novo, cujo progresso dependia principalmente dela.

Velha escola

Dir-se-ia que o amôr do verso antigo, o abuso da literatura antiga, o excesso de latinidades, agravaram, durante o seculo XIX, a propensão dialética, discursiva, da intelligencia brasileira. O ideal de cultura e o seu ápice tornaram-se as citações de Horacio e Propercio. As origens eclesiasticas da instrução nacional acentuam-se, no vêzo retórico e classicista do ensino secundário, cujos exemplos preferidos ficavam em França: era a época do “gradus ad Parnassum”... (452).

Os conjurados da Inconfidencia Mineira tinham adotado por lema um verso de Virgilio, da “Bucolica 9.^a”:

Libertas quae sera tamen, respexit inertem...

Até 1821, quando os padres da Missão fundaram, com quatorze alunos, o solitario collegio do Caraça

452) Maxime du Camp, *Paris, ses organes, ses fonctions et sa vie*, V, 87, Paris 1875,

(453), o verdadeiro estabelecimento de ensino em Minas Gerais fôra o seminário de Mariana, que datava de 1750. Era, a maior provincia do Brasil, quanto á instrução, uma colonia latina...

No periodo portuguez, ali não tiveram os jesuitas um collegio sequer. Em compensação, a circumstancia de ser escola unica o seminário de Mariana deu a Minas Gerais a população eclesiastica mais numerosa e latinista do país.

A Independencia não encontrára formada uma aristocracia mental, desmembrada do clero, puramente leiga: as sacristias, as celas dos frades, o pulpito, as vigararias, polarizavam a animação intellectual, que ressumbra nos documentos ideologicos daquela quadra de revolução e definição nacional.

Os papeis publicos cobrem-se de referencias á mitologia, aos autores clássicos, ao mundo morto, de romanos e gregos. Reatavam-se tradições locais.

A "escola baiana", do seculo XVII, legára ás gerações seguintes o gosto oratorio de Vieira, a metrica, da poesia satirico-popular, de Gregorio de Matos, a preferencia pelo arcadismo, cujos complicados ritmos até 1840 dominaram, ali, a trepidação e as impaciencias da literatura nacionalista.

O Maranhão guardou o culto do vernaculo, das letras portuguezas sem corrupção tropical, acento pe-

(453) *O Centenario do Caraça*, por um Padre da Congregação da Missão, p. 20, Rio 1920.

culiar á produção literaria, que lhe valeria o elogio, de "Atenas brasileira". O arcadismo, de fato, assinalava ainda a dependencia espirital, do Brasil á metropole. A' medida que os homens da Independencia se afastam de Portugal, as influencias liberais — o romantismo de 1830, a democracia, que faz o jornal e a sua nervosa verbiagem, a maior contribuição do povo para a diferenciação vocabular e a emancipação das letras — renovam a fisionomia da intelligencia, da instrução, do pensamento ativo, nesta parte da America. O latim céde gradualmente, aos estudos filosoficos. A escola, até então laboratorio de rotina, flameja com a reforma que encerra e promove.

Estudantes

O ensino superior, depois de 1830, consistiu naquelas quatro Faculdades. Foram, durante toda a historia do Imperio, os centros de elaboração cultural e agitação politica, onde mais intensamente deviam manifestar-se as forças novas da nacionalidade.

A crônica de cada uma daquelas casas abrange a trajetoria completa de ideologias que impulsionaram, no Brasil, a politica, para os quadrantes da exaltação nacionalista e liberal, do abolicionismo, da republica.

Podemos dividi-la em periodos, nitidamente demarcados: nacionalismo radical, entre 1829 e 1840; romantismo byroniano, de 1840 a 50; romantismo revolucio-

nario, de 50 a 70; naturalismo, realismo, positivismo, de 70 em diante.

A primeira epoca, dá ressonancia acadêmica ao anti-lusitanismo da Independencia, e compreende a exacerbação jacobina da Regencia. A segunda, é a desagregação sentimental, da boêmia, do choque entre o idealismo nacionalista exausto e as deleterias correntes espirituais que precederam ao liberalismo construtivo na Europa, fase de decadencia e desengano, de *satanismo* e inação. A terceira, é a da exaltação romantica, hugoanismo politico, excitação social de 1848, destruição dos "tabus" legais, lirismo patriotico, humanismo socialista, indianismo sentimental, intervenção da mocidade nos acontecimentos, em nome da liberdade, do livro, da idéa, e tem por maiores nomes a Alvares de Azevedo, Castro Alves e Tobias Barreto (454). A ultima etapa, é a da mais rapida influencia estrangeira, do ecletismo pragmatista do final do seculo, da desilusão ideologica provocada pelos tumultos economicos, da transação das forças do passado com as realidades presentes; a consolidação da burguesa republica em França, a contra-marcha de Leão XIII no rumo dos problemas sociais, o fortalecimento do Estado, em prejuizo da doutrina juridica, individualista, liberal, a industrialização em escala colossal, a crise do trabalho servil no nosso país, a evolução, da apatia economica

(454) Pedro Calmon, *Vida e amores de Castro Alves*, p. , Rio 1936.

do Estado, para o proteccionismo e a elasticidade do credito, que acompanharam a proclamação da Republica.

A mocidade paga invariavel tributo á moda mental.

Parte da defesa da terra, em 1830, para a emancipação de si mesma, em 1840, a conquista das inspições nacionais do seu espirito, em 1850, a ambição dos "imortais principios", em 1860, a aspiração humanitária, em 1870, a democracia positiva, em 1880. Segue a mesma róta, e completa o mesmo circulo percorrido pelo idealismo latino no seculo XIX.

O ensino secundario

O Ato Adicional passou para a administração das provincias o duplo encargo, da instrução primaria e secundaria.

Equivalia isto a sacrifica-las, na angustia dos pobres orçamentos locais, ao espirito acanhado e rotineiro que persistia longe da côrte. As provincias cuidaram logo de crear os seus Liceus, ou estabelecimentos centrais de ensino secundario, que absorvessem as antigas aulas maiores, espalhadas pelas comarcas, segundo a organização pombalina.

Foi o caso, por exemplo, do Liceu Provincial da Baía, creado por lei de 19 de Março de 1836, e para

o qual, em 1838, passaram todas as aulas de humanidades vagas na provincia, de modo a ficar a instrução secundaria monopolizada na capital (455). As Faculdades, porem, subordinadas ao governo geral, não aceitavam os exames finais do Liceu, cujo regimen escolar não fiscalizavam, e assim, perdido o melhor interesse que podia oferecer — o preparo para os estudos superiores — decaiu irremediavelmente, em contraste com a prosperidade dos collegios particulares. Em 1889, o numero de matriculas no Liceu da Baía descerá a 83!

Livre a concorrência, entre os collegios, para o preparo dos candidatos ás Faculdades, evidentemente prevaleceriam os mais sérios, mais illustres, mais acreditados: entre 1840 e 1890, floresceram magnificos institutos secundarios, modelares pela disciplina e pela circunspeção, sempre aperfeiçoados graças á rivalidade, que lhes era estímulo e orgulho. Em 1855, o collegio do Dr. Copke, em Petropolis, recrutava professores na Europa (456). O collegio Stall, no Rio (457), entre 34 estabelecimentos de ensino para meninos, grangeára

(455) Francisco Ferreira Viana, *Memoria sobre o Estado da Baía*, p. 240, Baía 1831.

(456) Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 74 not., Rio 1893.

(457) Joaquim Norberto, *Obras de Alvares de Azevedo*, I, 32, 6.ª edição.

larga fama (458). Ainda na Baía, progridem o Colegio Abilio, onde se revela o talento pedagógico do barão de Macaubas, e o S. João, onde ganha os títulos de primeiro professor do seu tempo João Estanisláo da Silva Lisbôa. Vêm, a seguir, afamados, resistindo ás hesitações da legislação escolar depois de 1860, formando gerações brilhantes, os collegios do professor França, do professor Florencio, de Ernesto Carneiro Ribeiro, o grande filólogo. Colhidas as rédeas da iniciativa official, com vantagem a substitue a intelligencia particular: abre-se um aureo periodo dos estudos propedeuticos, que preconiza a renovação mental das elites, o exito das academias. Sem aquella base, as Faculdades juridicas de Pernambuco e S. Paulo, as de Medicina, da Baía e do Rio de Janeiro, as de Engenharia, não seriam os seminarios de vocações literarias, de trepidações espirituais, de filosofia politica, de ação cultural, em que se constituíram.

O estudante iniciava, na escola onde aprendia os "preparatorios", no "Pedro II", na côrte, ou nos institutos particulares a carreira do espirito. Entrava os umbrais da Faculdade apto já para os estudos especializados. As generalidades, a "atmosfera" como diriam os franceses, o ar do seculo, dominavam no curso se-

(458) Em 1850, havia no Rio 32 colégios para meninas e 34 para meninos, Max Fleiuss, *Historia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 188, S. Paulo. No modelar colégio Progreso hauriu Ruy Barbosa inspirações para a sua reforma do ensino (Ruy, *Mocidade e Exilio*, edição de Americo Lacombe, p. 129).

cundario, ou da iniciação cultural, decisiva, modeladôra. O professor que mais funda impressão deixou na alma estudantina de S. Paulo foi um mestre livre de ciências do curso prévio, o alemão, de misteriosa origem, Carlos Frank: teve a honra impar de ser sepultado no pátio da velha Faculdade, como seu patriarca e doutrinador... Castro Alves vale pelo exemplo mais sugestivo. Antes de ingressar na academia, em Recife, ainda aluno do Dr. Abilio, faz a poesia condoreira, que lhe antecipa, augura a celebridade. Em S. Paulo, estudante de preparatórios, já Quintino Bocaiuva redigia o jornalzinho republicano, começo da campanha de imprensa, que só terminaria com a queda do Imperio. Misturavam-se mesmo, para as idéas intellectuais, os postulantes, candidatos á matricula, e os estudantes veteranos: as "idéas gerais" os irmanavam.

Síntese intelectual

A evolução das idéas tem o seu retrato literario na transição, depois do conflito das "escolas intellectuais": substituição do arcadismo português pelo romantismo francês, quarenta a cincoenta anos de dominio deste, o realismo, o criticismo da chamada escola de Recife (459), o filosofismo, que importaram o pensamento cientifista, de 1870 por diante...

(459) Silvio Roméro, *Machado de Assis*, 2.^a edição, p. 75, Rio 1936.

Evidentemente, o esplendor do romantismo coincide com o apogeu do Imperio, e, de algum modo, se identificam no Brasil, o “espírito imperial” e aquela fase de literatura emotiva, indianista, profundamente ideologica. Uma síntese do romantismo brasileiro facilmente seria um resumo da história mental da monarquia: se um regimen politico ha de crear um sentimentalismo, que lhe seja proprio, explicativo, necessario, ao Imperio no Brasil poderá imputar-se a fundação, o desenvolvimento, a voga daquela corrente literaria.

Era um fato universal, sem duvida, e os seus patriarcas pertenciam á França, á Inglaterra, á Alemanha, tambem a Portugal, satélite, como nós, das mesmas influencias. Adquiriu entretanto na America tintas nacionais, e a essa adaptação — o colorido local, a aclimação, a exploração dos temas indigenas — deveu, aqui e alhures, o seu melhor exito.

Em Portugal, por exemplo, descobre as ruinas veneraveis, as origens heroicas, mosteiros, alcaçares reais, dramas augustos, o monge de Cistér, as mouras das “Lendas e Narrativas”, o Alfageme, Camões, a Idade Média dos bailios de Leça, dos lidadores, dos menestres... No Brasil, fixa-se na Idade Média americana: o seu assunto é, absorventemente, o indio. Firma-se, pois, numa abstração, aliás pre-romantica: o “bon sauvage”, dos utopistas do seculo XVIII. Crea o seu mundo artificial. Sobrepõe-se á realidade. Arquitéta uma sociedade convencional, uma civilização ideal, um Brasil fóra de sua rude verdade.

Devia ter, porisso, proteção desvelada do trôno.

O papel deste sempre fôra civilizar, segundo os belos modelos universais, o imperio inorgânico, substituindo-lhe a grossa babárie agro-pastoril pelas galanterias estrangeiras — morais, politicas, estéticas, literarias. D. João VI parecera-se nisto com Pedro o Grande, da Russia: teve de instalar, na sua côrte, um tipo de vida social, um padrão de cerimonias e atitudes, que a igualasse ás da Europa. Imitava-se naturalmente tudo, porque as tradições luso-brasileiras eram pobres, tôscas, dissociativas. No rumo desse útil mimetismo, os românticos inventaram a sua arte. Poesia byroniana e lamartineana, novelas ao jeito de Chateaubriand e Walter Scott, jornalismo liberal de acôrdo com o espirito francês de 1830 e 1848, oratoria do mesmo estilo, e, a todo proposito — por simbolo nacional — o indio: no patriotismo, nas artes plasticas, no romance, no poema, na erudição. Caboclo dos préstitos de 2 de Julho, na Baía (desde 1826): tupí dos paineis das casas nobres, como a da marquesa de Santos, das estatuas que lhes adornaram os jardins, dos frontões dos edificios construidos por Grandjean de Montigny e seus discipulos, da pinacotéca nacional (Escola de Belas Artes); o Guarani, Ubirajara, Iracema; os Timbiras, os Tamoios, em todos os tons romantizados, cantados, e a lingua deles, estudada por D. Pedro II, que dava o exemplo, Batista Caetano, Couto de Magalhães; a etnografia, o folclore, as fábulas... Imaginou-se confundir brasileiroismo com indianismo, a nação historica com

o antepassado aborigene, a colonia com tupinambás e aimorés.

É a literatura de 1860: e quando se desloca, para tratar da sociedade contemporanea, empreende ainda um sentimentalismo ardiloso, tão forasteiro como a fatiota do cavalheiro, a dança do salão e o livro do dia.

O romantismo não vê o país como ele é, porem como o “sentem” os autores impregnados de Eugéne Sue, de Dumas, de Hugo: é a razão porque é falso, superficial ou abstrato o nacionalismo em que se acastelam. A sua paisagem é quasi sempre conjectural, a novela historica sem informação séria, sem fontes originaes, manejada em obediencia aos modélos da moda, o naturalismo ainda amaneirado, enevoado de lirismo como ao tempo do abade de Saint Pierre, o indio de Gonçalves Dias irmão gêmeo do guerreiro de Alexandre Herculano, o de Alencar tão requintado e nobre como qualquer galã de romance popular. Escreveu José de Alencar “O Gaucho”, sem conhecer o Rio Grande do Sul... (460).

E' o visconde de Taunay o iniciador da novela sertaneja, com o mimoso romance “Inocencia”, e os “Contos de Silvio Dinarte”, cujos panoramas mato-grossenses, de um áspero *desertão* visto, e bem visto, pelo escritor de fina sensibilidade e educação européa, pela primeira vez desdobram aos olhos do leitor um país denso, incon-

(460) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 87, S. Paulo 1923.

fundível, cheio de selvagem beleza... Mas não faz logo escola, porque são raros os homens de letras que querem conhecer, entrar os sertões brutos. A guerra do Paraguai revelou-os a Taunay e Couto de Magalhães, os trabalhos profissionais ao barão de Alagôas; ainda em 1893, entretanto, Olavo Bilac, obrigado a refugiar-se em Minas Gerais, clamava, que descobrira um outro Brasil... Por isso "Os Sertões", de Euclides da Cunha, dez anos mais tarde, seriam uma alta, perturbadora revelação...

Bernardo Guimarães, de Ouro Preto, em 1871 publica "O Ermitão de Muquem", em 72 "O Garimpeiro", em 75 "A Escrava Isaura", com os cenários campestres — aquela densidade de Brasil rural — que tinham o interesse de um realismo nascente... Em 1876, Franklin Tavora dá á estampa "O Cabeleira", em 78 "O Matuto"; de 76 são "O Selvagem" de Couto de Magalhães e "O Sertanejo" de Alencar; de 77 e 79, "Mota Coqueiro" e "Os retirantes", de José do Patrocínio; de 78, "O retirante", de Araripe Junior, "Viagem no Sertão" de José Verissimo...

O "regionalismo", pois, nas letras brasileiras — anunciando os escritôres realistas da ultima decada do seculo — vem depois da guerra do Paraguai.

O ano de 1870 foi o começo de uma epoca. O assunto social — defêsa do negro, que substitúe afinal o indigena, na poesia abolicionista —; uma frenetica e soberba curiosidade pelo movimento científico da Europa, quando Tobias Barreto, com os "Estudos alemães",

vulgariza a filosofia materialista que lá se aparêlha, o seu direito, as novas concepções do mundo; o positivismo de Augusto Comte — com a sistematização dos conhecimentos, a lei dos tres estados, a sua especulação política, culminando em religião leiga, e de autoridade — introduzido triunfantemente, nos meios militares, pelos professores de matematicas (461); o laicismo liberal de Gambetta, Jules Ferry, Castellar, — varrem as formosas nuvens do romantismo. Instalam o céptico-cismo da decada de 80, a anarquia mental de um periodo de “boemia de espirito”, o seu negativismo religioso, o republicanismo, como necessidade de demolir-se a estrutura do Estado, tambem a imitação, das paixões de 1848, na campanha contra o “terceiro reinado” ou o francês conde d’Eu; o economismo, *saint-simonismo*, industrialismo, no campo das atividades de progresso; aceitação fácil de todas as teorias; evolucionismo de Haeckel, simbolismo de Baudelaire, realismo de Zola; odio ao dogma, repudio da tradição imperial; chiste, çhalaça, indiferença em relação ao “consagrado”, nos tumultos de uma indistinta ansiêdade, pelas reformas indefinidas...

A cada revolução corresponde uma filosofia, uma literatura, um tipo de arte, um *sistema* intelectual. Sofreu o Imperio brasileiro, na aparente rotina, depois da revo-

(461) Desde 1857, Benjamin Constant foi positivista, Teixeira Mendes, *As Agitações Políticas*, p. 63, Rio 1922; Miguel Lemos declarou-se em 1875.

lução nativista de 1831, a reacionária de 1837, a progressista, de 1853-60, a naturalista, de 70, a radical, de 80. Coincidiram-lhes, no primeiro periodo o romantismo tormentado de Byron; no segundo, o de Lamartine; no terceiro o de Vitor Hugo — seja a transição do sentimentalismo inconsequente para a “ação”, ou reação, distancia que vai, por exemplo, entre Alvares de Azevedo e Castro Alves, Casimiro de Abreu e Tobias —; no quarto periodo, o realismo nacionalista; no ultimo, um eclétismo proprio ás épocas de interpretação mentalista, de choque entre as fórmulas historicas e o cómodo aburguesamento da sociedade. É quando a subita riqueza da America (multimilionarios “yankees” e argentinos, imigração em massa) sopra sobre a Europa o descredito da velha jerarquia; as industrias fomentam o proletariado; a republica francêsa se consolida; cái a espanhola, mas lhe sucede um parlamentarismo moderno; preponderam a bolsa de Nova York, o cabo submarino, o canal de Suez, a eletricidade de Edison, o telefone de Bell, as visões de Jules Verne, o pontificado liberal de Leão XIII, a torre Eiffel (o ferro começando a substituir as massas artisticas, a éra do arranhacéo americano no seu inicio), o rapido transatlantico, o ferrocarril transcontinental, a democracia nas derradeiras consequencias, para que lucrasse irrestritamente o “capital”, o colonialismo asiatico e africano da França, da Inglaterra, da Alemanha; o socialismo de William Morris, de Lassale; o marxismo sionista, o revolucio-

nismo russo, — quantos fátos, quantas atitudes nóvas denunciam outra humanidade, um fim de seculo diametralmente oposto ao seu principio, 1885 antipoda de 1830, como o jovem Clemenceau comparado ao velho visconde de Chateaubriand...

A QUESTÃO RELIGIOSA

Enquanto o Estado protegeu a Igreja, viveu ela queixosa e tolhida, “abafada pela proteção”, entre a politica irreverente e o clero cioso de suas isenções e prerrogativas.

O clero

O clero nacional tomara a sua larga parte nos sucessos da Independencia, e sobresaíra, na direção mental, com as revoluções que se seguiram, continuando, nesse seculo, as tradições de inquietação, tolerancia (462), idealismo, do periodo colonial.

A Igreja brasileira, pois, divergira fundamentalmente da portuguesa, na formação intelectual e na ação civil. Lá, fôra conservadora, ultramontana, aliada

(462) John Mawe, *Voyage dans l'intérieur du Brésil*, I, 115, Paris 1816.

natural do velho Estado (463); aqui, liberal, “iluminada”, verbalista, amiga das reformas politicas.

A razão é simples: a melhor instrução no reino concentrára-se nos conventos e nas sacristias, mas era a instrução vigiada e dirigida pelos governos absolutos, expurgada de novidades perturbadoras, equilibrada na fixidez dos dogmas. E, não a melhor, porem a unica instrução na colonia, muito tempo se limitára a sacristias e conventos, enchendo-os de uma elite de letrados que teve o amavel privilegio de conhecer os livros e as idéas do seculo XVIII.

Quando raiaram as lutas emancipacionistas, tambem se abriram os mosteiros, e aos seus lucidos espiritos pediram os revolucionarios leigos o pabulo das doutrinas em voga. Surgiram assim os frades carbonarios, os sacerdotes ideologos, mesmo os eclesiasticos maçons, que usavam a tribuna sacra para a discreta propaganda dos novos principios, as imunidades do habito para salvaguarda dos seus movimentos, a inviolabilidade do claustro para asilo de conspirações.

Esses religiosos herdavam, desenvolviam historicos apanagios de casta. Desde os primeiros anos da vida brasileira, fôra o pulpito a voz livre da terra, que bramava contra os governadores injustos, as malversações das

(463) O bisbo de Angola, tio de Garrett, não o contemplou no testamento, porque era liberal... Ficaria notavel a apostrofe de frei João de S. Boaventura contra a «vil canalha liberal»... (Carlos de Passos, *D. Pedro IV e D. Miguel I*, p. 52, Porto 1936).

Camaras e os vicios populares. Por toda parte, onde houve, na colonia, uma freguesia, um prégador, e os seus fieis, abraçára o padre o escudo de sua sinceridade corrétiva, e a palavra desembaraçada castigava os abusos evidentes. Os jesuitas primaram sempre pela altivez dessas atitudes publicas, faceis no louvar, asperos no censurar, de acôrdo com à sua politica espiritual, da defêsa dos indios e dos catecumenos, do prestigio á autoridade, e ás cousas estabelecidas. Os frades da confusa epoca de transição, entre 1789 e 1820, beberam nos illustres precedentes da Igreja local as inspirações de sua atividade, quando rompiam com os humanos respeitos, para discutir a filosofia do tempo. A *Inconfidencia Mineira* fôra uma conjura de padres e poetas. A livraria do conego de Mariana, Luiz Vieira, rica de mais de mil volumes, entre os quais a incendiaria literatura de França dos economistas, vale por exemplo da liberdade de estudos a que se davam aqueles (464). O mentor literario dos liberaes do Rio de Janeiro, em 1820, foi frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, luminar do convento de Santo Antonio. A *revolução pernambucana* de 1817 orienta-se por padres-mestres e frades carmelitas: e, a despeito do fim tragico, a *Confederação do Equador*, em 1824, teve na vanguarda outros monges e vigarios. A Independencia contou com eles em todo o Brasil. Frades dou-

(464) Catologo nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. *A Inconfidencia Mineira*, I, Rio 1936.

trinadores, frades politicos, frades guerreiros. As vocações explodiam, ao contacto com as paixões da luta. Frei Breyner comandou os couraças do Pedrão, na Baía. Participou dos trabalhos da junta provisoria o padre Dendê Bus, que escolhera esses barbaros apelidos em intenção dos sentimentos jacobinos. Fazia o jornalismo intemperante, em Pernambuco, frei Caneca, afinal, como o padre Roma, como o padre Miguelinho, como o padre Mororó, fuzilados pelos soldados da lei. Um companheiro de frei Caneca, o carmelita, depois conego Antonio Joaquim das Mercês, seria um dos diretores da maçonaria baiana, e deixar-se-ia retratar, em corpo inteiro, de vestes talares, e sobre estas a faixa resplandecente de patriarca das sociedades secretas (465). Cada convento era uma pequena academia: (466) e, de muito tempo os religiosos brasileiros moviam aos portuguezes uma guerra semelhante á que faziam os nacionalistas contra os estrangeiros. A rebeldia generalizára-se, como um ideal comum, dos homens esclarecidos que, nem por vestirem a samarra, tinham perdido o entusiasmo patriótico, a exaltação das idéas-força. Na Constituinte do Imperio, os ba-

(465) Vimos na loja União e Segredo, da Bahia, em visita que fizemos ás suas suntuosas instalações que datavam de 1840, o grande retrato a oleo a que nos referimos: ilustra a tolerancia então existente, a proposito das atividades civis e politicas dos clerigos.

(466) Vd. *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 39.

chareis em direito eram 26, os desembargadores 22, os clérigos dezenove... (467). Alguns dos primeiros, mais adiantados fazendeiros de café da provincia do Rio, e de Minas, foram eclesiasticos.

A tentativa do regente padre Diogo Antonio Feijó, de ainda mais nacionalizar a Igreja, abolindo o celibato dos padres, confirmava essa orientação de livre-exame, de insubordinação e intranquilidade, mesmo de lassidão de costumes, dos comparsas da Independencia (468). Contra estes pelejou a Igreja a mais porfiada de suas lutas pacificadoras: a fim de recolher ao leito normal as águas despraiadas, e vincular de novo ao seu dever estricto os pastores dispersos. Nisso ela foi ajudada pelos rumos anti-clericaes da politica, que separou os dous campos, e pelos destemperos das agitações demagogicas, que desviaram por fim da ação partidaria os tonsurados, sem logar mais, e sem função, nos motins da Regencia.

Assumiu então uma attitude defensiva: cuidou de restaurar os seus quadros, preencher a sua finalidade, reparar as desordens do passado e moderar os acontecimentos, na sua evolução perigosa.

O "regalismo" produziu-se pelo choque das jurisdicções, o caso do "mixti fori", que, na colonia, tantas vezes dividira, incompatibilizara as autoridades civil e

(467) Homem de Melo, *A Constituição perante a Historia*, p. 4, Rio 1863.

(468) Vd. Fletcher e Kidder, *Brazil and Brazilians*, p. 142.

eclesiastica. O Estado tutelava a Igreja; e caro cobrava o seu patronato. Condenava á morte as ordens religiosas. O noviciado de brasileiros não permitia mais, só ele, e dependente de autorização do governo, suprir, nos vastos conventos, a vaga dos frades mortos. Em 1854, Nabuco de Araujo, propondo a reforma das comunidades, referiu-se a mosteiros "abandonados e sem culto digno, entregues a um só religioso que desbarata ou não aproveita os seus ricos bens..." Era ao tempo em que dizia o poeta: "Cantei o monge porque o mundo o despreza. Cantei o monge porque ele é hoje uma cousa inutil e ociosa, em consequencia de suas instituições anacronicas..." (469). Os bispos concordavam com a reforma (470). Foi além o Estado: proibiu a admissão de noviços (471) (Aviso de 19 de Maio de 1855). Mas não seria ainda a "luta religiosa". Abrasou-se, com o reflexo dos acontecimentos universais: a Concordata de Roma; o Papa, prisioneiro virtual no Vaticano; com a republica francesa, o incremento do liberalismo ateu... Foi em 1872, que a maçonaria, forte sobretudo por ter na presidencia do Conselho de ministros seu grão mestre, o visconde do Rio Branco, provocou o conflito, que envolveria as duas

(469) Junqueira Freire, *Inspirações do Claustro*, p. VI, Baía 1885.

(470) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, II, 304.

(471) Solidonio Leite, *Uma Figura do Imperio*, p. 58, Rio 1925.

maiores figuras do clero, os bispos de Olinda e do Pará, D. Frei Vital Gonçalves de Oliveira e D. Antonio de Macedo Costa.

Até então, por todo o país, os antigos conventos, decadentes e quasi desertos, se arruinavam devagar. Os mais ricos, empobrecidos pela sonolenta administração dos velhos priores, mergulhavam no sossêgo dos asilos, proprios para a invalidez e a morte, as imensas dependencias. Aí hospedavam-se estudantes, funcionavam aulas particulares, moravam de favor moços pobres. Outros tinham sido tomados, quando os deixaram os frades portuguezes, para quartéis da tropa, repartições publicas, academias. As de Olinda e S. Paulo instalaram-se em conventos. A ucharia imperial desalojara os carmelitas; o quartel de policia, os barbonos. Na Baía, os grandes conventos dos carmelitas abrigaram batalhões, e, removidos estes, escolas diocesanas. Caíram muitos em ruinas, sobretudo as casas rurais que outrora as ordens mantinham junto de suas propriedades agricolas, e os pequenos mosteiros do interior, que assinalavam a marcha sertaneja da catequese, o caminho dos missionarios... A sociedade mudára radicalmente. Já a vocação sacerdotal não era levada em conta, nas familias privadas do sentido aristocratico da vida, obrigadas, no outro seculo, pelo regimen do morgadio, a utilizar proveitosamente as aptidões dos filhos desherdados. A partilha equitativa dos patrimonios, as profissões liberais, o fomento da agricultura, as atividades comerciais, tinham desacreditado

os velhos empregos da éra anterior, e aquela sistematização dos destinos: morgados, guerreiros, frades, magistrados...

Por isso mesmo, a "questão religiosa", em 1872, surpreendeu, sacudiu a nação, galvanizando também as forças da Igreja, exparsas e atônitas, e as que a combatiam.

Principiou pela severa interpretação que deu D. frei Vital ao breve pontifício que o autorizava a dissolver irmandades e crear outras, visando á exterminação da seita maçónica nas sacristias.

A maçonaria

É relevante acentuar a volta da maçonaria ás atividades politicas, retomado o impulso liberal da Independencia e do primeiro Reinado: foi em 1863, quando se cindiu o Grande Oriente, do Rio de Janeiro, durante sete anos dirigido por um homem conservador, filantropo e catolico, tal o marquês de Abrantes (472). Uma ala, de jovens, impaciente para definir-se radical,

(472) Pedro Calmon, *O Marquês de Abrantes*, p. 290. O catolicismo do marquês patenteia-se na capela gótica que tinha ao pé de sua casa, hoje igreja da Piedade, na rua do Marquês de Abrantes; no asilo de Santa Tereza, que desenvolveu, e na conclusão das obras da Santa Casa, cuja provedoria desempenhou, entre 1857 e 65.

em consonancia com as idéas do seculo, sagrou seu chefe a Joaquim de Saldanha Marinho. Caber-lhe-ia orienta-la até á Republica. Graças a essa corrente, a abolição da escravatura e a campanha republicana se tornaram temas prediletos das sociedades secretas, coerentes com as suas tradições “iluministas”, do primeiro quartel do seculo. Grão mestre o visconde do Rio Branco, foi por elas vivamente apoiado, para arrancar ao parlamento a “lei do ventre livre”. Não soube moderar-lhes, em seguida, o programa anti-clerical, a sua luta contra o episcopado. Os principais “espíritos fortes” do Imperio lá se iniciavam; nem havia vila florescente do interior que não tivesse a sua “loja”, nucleo de agremiação intelectual, que não precisava mais esconder-se nos misterios de outrora. Os republicanos deram especial importancia a essa forma de associação. Ao longo da linha da Mogiana, em S. Paulo, depois de 1870, a maçonaria foi uma força constante, utilizada pela propaganda, de Francisco Glicerio, Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos. Em S. José do Rio Pardo, onde explodiu o primeiro motim republicano, prenunciando a violenta mudança do regimen, a “loja” maçónica era um espaçoso “templo”, que abrigava os entusiasmos liberais da elite local. Duas “igrejas” se desafiavam: a matriz, e a “oficina”... Aquela, pacifica, sem politica, mesmo anti-monarquica, depois da “questão” dos bispos; a outra, ativa e trepidante... Em 1872-74, desencadeou-

se o dissídio. Foi ele eminentemente político: começavam a conjurar-se os elementos de desagregação da monarquia.

O caso dos bispos

O estopim foi um discurso do padre Almeida Martins, orador numa sessão maçônica em que se festejava a “lei do ventre livre”. O bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, concitou-o a abandonar a maçonaria; esta (em 16 de Abril de 1872) tomou o partido do padre e gritou a sua indignação. Fremiu a imprensa, de um e outro lado, com a troca de ataques vivos. E D. frei Vital mandou excluir das irmandades de Pernambuco quantos fossem “pedreiros livres”.

Debalde o ministro do Imperio, conselheiro João Alfredo, lhe pediu que parasse, nessas medidas extremas. O prelado alegava a palavra do pontifice. O internuncio tentou moderar a ação do bispo. O Papa, a quem D. frei Vital escreveu, aprovou-lhe o zelo, mas concedeu a suspensão, por um ano, das excomunhões em que incorriam os maçons membros das irmandades (Carta de 29 de Maio de 1873). Apelaram elas para a corôa, como instituições civis, que igualmente eram, e o Conselho de Estado, sem embargo da austera imparcialidade dos homens que o integravam, achou que D. frei Vital tinha infringido as leis seculares, e merecia

ser processado. Intimou o Conselho aos bispos de Olinda e do Pará para levantarem, no prazo de 15 dias, os interditos. Recusaram, dizendo que o ato da autoridade espiritual só podia ser revogado pelo Santo Padre. Aquilo — sentenciou o governo — era a desobediencia. Era uma attitude de lesa-majestade. Foram presos os bispos, transportados para a côrte, julgados e condenados, a quatro anos de carcere.

Entre incidentes multiplos, o sentimentalismo religioso do povo que não comprehendia esse luxo de violencia, a irritação da imprensa, o desgosto da sociedade cristã, equiparados os illustres sacerdotes a martyres da fé, exalçados pela rigidez do seu carater, pela firmeza de sua resolução, transcorreu o dissidio, triunfou o “regalismo”.

D. Pedro II poderia decerto desvanecer a desavença, por uma transação que deixasse intactas as prerrogativas prelaticias. Mas tambem ele possuia do “regalismo” uma idéa leiga, inspirada pela politica do seu tempo, e pela educação que lhe déram. Via-se, na desobediencia dos bispos, um repudio das leis do Imperio, e o seu “desprestigio” em face do papado, cujo amparo eles invocavam, desprezando a tutela civil. Cioso de sua autoridade, como D. João V, como Luiz XIV, o imperador não cedeu. Permittiu que a questão se desenvolvesse até a condenação; deu mão forte ao ministerio, chefiado pelo visconde do Rio Branco; e demorou a anistia, que em partes atenuasse o penoso efeito pro-

vocado pela prisão, numa fortaleza, dos dous preladados. Sómente na sua ausencia, quando D. Pedro II foi aos Estados Unidos, assistir em Philadelphia ás comemorações do centenario da Independencia americana, a princesa-regente D. Isabel os anistiou, fazendo por satisfazer, com a tolerancia tardia do governo, os sentimentos catolicos da população (473).

Mas as feridas não se fecharam logo. As relações entre a corôa e a Igreja continuaram frôuxas, distantes. A princesa Isabel, com o seu devoto espirito cristão, prometia um futuro reinado de submissão á Igreja, e, logo após a “lei aurea”, em 1888, ganhou do papa Leão XIII a “rosa de ouro”, presente que conferia aos grandes benfeitores da cristandade. Proclamada a republica, porém, não hesitaram em aderir prontamente a ela todos os bispos brasileiros; (Pastoral colétiva, de 19 de Março de 1890); e seria o proprio D. Antonio de Macedo Costa um dos conselheiros da lei do Governo Provisorio, que separou a Igreja do Estado. Com a experiencia de 1874, inspirou a lei de 1890.

“Le clergé — le haut clergé surtout — en tira prétexte pour se désintéresser du sort de la monarchie, la

(473) Em 1885, Julio Maria, depois o grande orador sacro, dedicou vinte artigos ao que chamou o «processo religioso da monarchia», ou o trono abalado pela questão dos bispos... (Jonatas Serrano, in *A' Margem da Historia da Republica*, p. 85, Rio 1922).

chute du régime lui apparaissant désirable”... — resumiu o príncipe D. Luiz de Orléans-Bragança (474).

Como a abolição afastou do trôno a aristocracia territorial, a “questão religiosa” lhe alienou o apoio do clero conservador.

E pelo mundo ecoou, como afirmação do laicismo oficial, de irreligião do governo, de impiedade do próprio D. Pedro II, cuja educação voltaireana, de “filho do século”, se alegava por uma das razões do conflito, entre o sacerdócio e o império.

Melhor do que qualquer outro testemunho dessas ressonancias, temos o diário de um santo varão, frei Mamerto Ezquiú, depois bispo de Cordoba, que peregrinava pela Palestina quando lá esteve, em 1876, o imperador do Brasil. O frade argentino viu com espanto as demonstrações de fé, a publica penitencia do monarca, e escreveu no seu caderno, que maior peccador era ele, que julgára tão mal aquela testa coroadada... (475).

(474) *Sous la croix du sud*, p. 16. — Vd. bibliografia, Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, 2.^a ed., p. 234.

(475) Manuel Galvez, *Ezquiú*, Buenos Aires 1935.

O DRAMA DA 'ABOLIÇÃO

“O que é a abolição para o Brasil? É a revolução. Revolução na esfera social, na ordem politica, na vida economica, no terreno administrativo” (476).

Isso escreveu, em 1867, Pedro Luis, cinco anos antes autor do poemeto “Tiradentes”, réplica da mocidade liberal á inauguração do monumento de D. Pedro I.

E assim pensavam, em todos os partidos, os homens sizudos. Tocar-se na propriedade servil não era espessar qualquer ideal politico, porém ferir a economia nacional nas fontes de sua vitalidade. Sentia-se que viria a emancipação dos escravos; era inevitavel, problema do futuro, consecuencia natural de fatos que se desdobravam desde a extinção do trafico, que impedia a re-

(476) Pedro Luis, *Dispersos*, Publ. da Academia Brasileira, p. 202, Rio 1934.

novação do rebanho humano, condenado a desenvolver-se vegetativamente, até á recente guerra civil dos Estados Unidos (477), grandioso epilogo da luta pela libertação dos negros.

A marcha do problema

Até á vitoria do exercito do norte — e do presidente Lincoln — sempre se hesitou, no Brasil, em encarar de frente e claramente a questão, abafada nos escrúpulos do governo, enrolada nos interesses particulares, embebida da propria seiva que circulava no organismo nacional. Falar-se antes da abolição seria como se pleitear a expropriação dos bens, o despovoamento da lavoura, a ruina das fazendas que, cada vez mais, prosperavam, enriqueciam com a mobilização dos trabalhadores forçados. Favoneava-se a ideologia com a literatura — e o preço alto do café engendrava as iniciativas, e pedia nóvos escravos. Daí a singularidade dessa corrida inversa: á proporção da proximidade da crise abolicionista, quando, portanto, o valor dos escravos deveria cair, ao contrario o custo deles sóbe, dobra, exagera-se, com a procura dos fazendeiros de café. Estes têm os ouvidos cerrados á eloquencia dos profétas,

(477) Mme. e M. Louis Agassiz, *Voyage au Brésil*, p. 50.

que vislumbram a tempestade: necessitam aproveitar o bom preço, e encomendam a escravatura, nos limites de sua riqueza. O negocio de escravos no interior do país torna-se mais ativo e prospero do que o commercio de muares, tão animado outrora. No avanço para as terras novas, o lavrador arrasta a escravaria, e, porque o rude trabalho a esgota depressa, supre sem cessar as senzalas. No norte, a moderada vida poupava o escravo: é o ambiente de sua reprodução, de sua longevidade, de sua estabilidade. Mas nas plantações de café, mecanizado o serviço em horarios tirânicos, desprovido o homem das compensações — da familia, da roça, da fixação na terra — que fruia no reconcavo, triste, depauperado, maltratado, só resiste pouco tempo. Dão-lhe, de prazo para a vida, sete anos: é também o calculo do seu valor. Morre cedo. E deve ser substituído. Para negro que cai, vêm dous negros novos. O café paga tudo: 2 e 3 contos por trabalhador, a margem de lucro do negreiro, o risco do capital.

Os fazendeiros pertenciam indistintamente aos partidos conservador e liberal; e alguns eram republicanos. A politica não contendia com a economia: eles levantavam barreiras, entre a instituição social, que aproveitava a todos, e o governo que propugnavam e defendiam. Acontecia como nos Estados Unidos: os democratas do sul, teóricos da liberdade popular, iriam às armas, para que não lhes tirassem os escravos.

Fase filantropica

Despontavam os sentimentos generosos: individualmente, cada brasileiro instruido era um anti-escravocrata. O primeiro deles, o imperador. Alforriára os escravos de sua imperial fazenda. Estimulava os atos de filantropia, distribuindo comendas e titulos, aos senhores de escravos que os libertavam, louvando a ordem de S. Bento, que, em 1866, declarou livres os filhos de suas cativas. Generalizou-se o costume de comemorar o proprietario os jubilos domesticos com a solene alforria dos escravos que lha mereciam: premio festejado, e irrevogavel. Somavam milhares, cada ano, essas liberalidades. E havia as irrecusaveis: quando o escravo juntava o dinheiro do seu preço, não podia o senhor deixar de aceita-lo. Nas cidades, numerosos negros compravam o direito sobre si mesmos: e, crescendo a população dos libertos, a influencia sobre os cativos aumentava, conduzia-os — numa crescente seleção dos mais capazes, dos mais fortes — a igual resgate...

Mas não bastava. A literatura estrangeira exprobrava aos brasileiros o “cancro”, que lhes roía o organismo. Nas escolas, aprendiam os estudantes a abominar a escravidão. Os poetas apropriaram-se do assunto. Tiveram o merito de dar-lhe a estridente popularidade, a cujo sabôr a campanha abolicionista se precipitaria, vencendo as resistencias obstinadas.

Fase literaria

Já em 1861, no collegio, um menino de treze anos entoára o protesto:

Se o indio, o negro africano...

 Ah, não póde ser escravo,
 Quem nasceu no solo bravo
 Da brasileira nação.

Chamava-se Castro Alves.

Castro Alves, desde 62, imbiu-se dessa obsessão. Seria o "poeta dos escravos" (478).

O meio era hostil, erriçado de reservas, medroso, sombrio.

Em 1850, o deputado Silva Guimarães falára sobre a escravidão, e a Camara inteira o censurou, aos gritos, de que aquilo só se podia dizer em sessão secreta. Em 1862, nówos discursos impressionam os governantes: de Silveira da Mota, no Senado, de Perdigão Malheiros, no Instituto dos Advogados. Em 65, dava Montezuma o prazo de quinze anos para a abolição: era uma proposta, e continha uma advertencia. Essas vozes exparsas juntam-se em 1867, quando do alto vem a ordem. D. Pedro II recebe um apelo da

(478) Pedro Calmon, *Vida e Amores de Castro Alves*, p. 66, Rio 1935.

comissão francesa pela abolição, e promete cuidar do assunto. A Fala do Trono, pela primeira vez, chama a atenção do parlamento para o problema, e o marquês de S. Vicente se encarrega de sugerir ao Conselho de Estado uma formula. Irritam-se com isso os conservadores, dividem-se os liberais, e, com exceção do imperador, de poucos mais, temem todos a imprudencia, recuam, silenciam. Só a poesia, a imprensa, a filantropia particular continuam a semear em campo propicio (479). A juventude das academias adere ruidosamente á causa dos escravos. Fundam-se sociedades, que visam á proteção, á libertação dos cativos.

No parlamento

Condensa-se o movimento, fracionado em alas: dos moderados, que apenas toleram a libertação dos nascituros; dos mais positivos, que dão prazo para o fim da escravidão; dos exaltados, que desejam extingui-la imeditamente. O imperador fica com os primeiros. Em 1871, D. Pedro II — terminada a guerra do Paraguai — quer viajar pela Europa; e aproveita-se do ensejo, para encomendar ao visconde do Rio Branco,

(479) Em 1868, o presidente da Baía, barão de S. Lourenço, aprovou os estatutos da Sociedade Humanitaria Abolicionista. (Braz do Amaral, *Historia da Baía do Imperio á Republica*, p. 301).

que, para isto, nomeia presidente do Conselho, a grande reforma, que atestará ao mundo o grão de civilização atingido pelo Imperio: a alforria dos filhos de escravas, por que ninguem mais nascesse cativo no Brasil. Chega-se a dizer que, na hipotese de negar-lhe o parlamento aquela lei, o imperador abdicaria...

A oposição, constituída pelos liberais caídos em 1868, prometera em manifesto a libertação ds nascituros. Coube a Rio Branco, chefe conservador, realiza-la, com a lei de 28 de Setembro de 71, que cindiu os dous partidos, reunindo em torno do governo a maioria, numa estrondosa vitória pessoal do presidente do Conselho, sobre as forças obstinadas da lavoura (65 votos contra 45, na Camara). A sessão da aprovação final converteu-se numa festa. Foi então que o ministro dos Estados Unidos desceu ao recinto, e apanhando uma flôr, entre as inumeras atiradas das galerias sobre o ministerio, disse que ia manda-la para seu país, afim de que vissem que aqui se fazia com as rosas o que l só se fizera com rios de sangue... Entrra o problema da abolição na fase das conquistas liberais. Seria, daí por diante, o tma sentimental dos discursos, o motivo lirico da literatura, o lado popular e generoso da politica, receado e aceito indistintamente, por monarquistas e republicanos, ou temido tanto, por estes como pelos outros.

O manifesto republicano de 1870 no tem palavra sobre a abolição. Raciocinavam praticamente os inimigos da cora: precisavam de apoio eleitoral, e so o

obteriam, fazendo frente aos dous partidos tradicionais, atraindo, não repelindo os fazendeiros escravocratas. O imperador nisso se torna mais liberal do que os democratas que o combatem, do que os politicos, que atendem á clientela rural, preservando com veemencia o patrimonio dos seus mandantes.

Só ha de estranho a singularidade, de realizarem os conservadores, no poder, as reformas indicadas pelos liberais, em opposição.

Rio Branco executa a lei do ventre livre, reclamada pelos seus antagonistas. Em 1878, no governo, os liberais contra-marcham, em atenção aos fazendeiros (480). Silveira Martins terá de dizer: Mais do que ao negro, amo o Brasil. Saraiva, no poder, de balde Joaquim Nabuco procura precipitar uma declaração sobre a extinção do elemento servil. Martinho Campos, liberal, é escravagista; o visconde de Paranguá, um dos chefes liberais, está no meio termo: solução moderada, prudente...

Saraiva, Sinimbú, Afonso Celso (Ouro Preto), temem a responsabilidade de desorganizar o trabalho, com o incremento das hostes abolicionistas. Dantas, outro liberal, vai á presidencia do Conselho, para aumentar o fundo nacional de emancipação, ou resgate, e promover a libertação dos escravos sexagenarios. A Camara resistiu-lhe. O imperador dissolveu-a, para não

(480) Evaristo de Moraes, *A Escravidão africana no Brasil*, p. 151, S. Paulo 1933.

dar a demissão do gabinete. As eleições foram desastrosas para a causa do governo, que teve contra si as grandes influencias territoriais — a despeito do valor pessoal dos seus candidatos e da facilidade que havia em vencer o partido de cima o partido de baixo — e as forças do clero, irritadas, desde a questão dos bispos, contra a orientação leiga de certos chefes liberais. Em 1.º escrutínio, foram eleitos 48 liberais e 40 conservadores; em 2.º, 19 liberais, 15 conservadores e já tres republicanos (Campos Sales e Prudente de Moraes, por S. Paulo, e Alvaro Botelho, por Minas Geraes). A mesa da Camara constituiu-se em opposição ao ministerio. A moção de desconfiança, apresentada logo á abertura dos trabalhos, foi aprovada por 52 votos contra 50. Organizou Saraiva o novo governo, e fez passar a lei declarando livres os escravos *sexagenarios*, por 73 contra 17 votos. Mas não dispunha de maioria parlamentar que lhe garantisse a politica.

Então o imperador entregou a presidencia do Conselho ao barão de Cotegipe, chefe do partido conservador, que assim prometia — em consonancia com o clima do legislativo — refrear a corrida abolicionista, assegurando á lavoura um periodo de serenidade.

Seria isso possivel, se a questão, realmente, não se tivesse deslocado, do parlamento para as ruas, da côrte para as provincias, da cidade para o campo, das idéas para a violencia.

Desde 1880, com as conferencias publicas no Teatro S. Luiz, promovidas pela Associação Central Eman-

cipadora, o problema se tornára eminentemente popular. Dantas, em minoria na Assembléa, tinha por si toda a imprensa do Rio de Janeiro, excétuado apenas um jornal, "O Brasil", de Belisario de Souza. Os tribunos entusiastas exercem sobre as massas a fascinação da palavra romantica: surgem José do Patrocínio, negro e admiravel orador, jornalista flamejante, Lopes Trovão, Vicente de Souza, Joaquim Serra... Em 1883, funda-se a Confederação Abolicionista, com um pugilo de homens inteligentes e audazes, André Rebouças, o grande engenheiro negro, João Clapp, Bittencourt Sampaio, Aristides Lobo, Patrocínio: o manifesto é solenemente lido no Teatro Pedro II, em 26 de Agosto. No ano seguinte, o movimento prolongava-se pelo norte do Imperio: a provincia do Ceará libertou todos os seus escravos, com prejuizo minimo, é certo, pelo pequeno numero deles que lá havia, e o flagelo da seca, que os tornára incômodos, inuteis, porem com retumbante exemplo, repercussão grave. Crea-se, no Ceará, o "territorio livre". Não existindo cativos, não seriam, os que se acoitassem ali, perseguidos pelas autoridades, afim de voltarem aos donos... Empreende-se uma aventura generosa, provocante, romanesca: a fuga dos escravos, promovida pelos agentes abolicionistas, e o seu encaminhamento para o Ceará, onde desembarcavam em jangadas, numa simulação de rapto redentôr, de replica novelesca á nefanda instituição... Por toda parte, os nucleos

abolicionistas desenvolvem a idéa, de que não constitue mais um delicto a cumplicidade na fuga do escravo: enquanto, em 1886, Dantas, no Senado, propunha que se dêsse o prazo de cinco anos para a abolição, em S. Paulo os negros evadidos se refugiavam na serra do Cubatão, varios juizes e chefes de policia nas provincias se recusavam a aplicar os velhos castigos aos desobedientes, e o Club Militar, em 25 de Outubro de 1887, proclamou a resolução, de não intervir o exercito na "caça" dos cativos foragidos... Espalhou-se, venceu a doutrina, sustentada côm irrespondivel erudição juridica, de que todos os negros nascidos no Brasil, ou de ignorada naturalidade, eram livres, por terem vindo no periodo em que o trafico estava proibido. A popularidade da campanha removeu o obstaculo tremendo dos interesses rurais. Poude mais a onda sentimental do que os escólhos da economia cafeeira, a coligação dos proprietarios, entretidos na sua teimosia pela febre das especulações sobre o elemento servil, a escassear, e cada vez mais encarecido.

Em 1885, comprava-se na provincia do Rio um cativo por 2:500\$000; em 1887, os "tropeiros", que os transportavam do norte, pediam 3 e 4 contos. Os senhores escravocratas confiavam no governo conservador. Dispunham da maquina eleitoral. Sem um golpe de força, não seriam coagidos a mudar de regimen. Nem sabiam ainda como variar de sistema...

A lei aurea

A princesa D. Isabel não tinha a serenidade estoica do seu augusto pai. A experiencia de meio seculo de governo dera a D. Pedro II uma tolerancia perfeita, assim para traçar, entre as paixões, a linha média da moderação, como para resistir aos inopinados impulsos da politica. A herdeira do trono, entretanto, catolica, sensível mulher, rodeada de influencias novas, que a induziam a sacrificar os preconceitos com uma bela attitude, resgatando a culpa do passado, entrando para a historia do mundo como uma rainha generosa e clarividente — não podia muito tempo ouvir impassível a eloquencia dos abolicionistas, o ruido de sua campanha, crescente e humanissima. A grave enfermidade do imperador deu-lhe de novo a regencia do Imperio. D. Pedro II foi á Europa. Embarcou numa hora calma, o partido conservador solidamente firmado na sua maioria eleitoral, a corôa sustentada pelo interessado apoio dos lavradores, amainada a questão militar e o abolicionismo ainda fremindo, na sua fase lirica. Mas a progressão dos fatos zombava da habilitade dos governantes. O gabinete Cotegipe abalou-se, com a mudança de orientação da princesa, a intriga tecida por abolicionistas e republicanos com as classes armadas, a complicação dos problemas da ordem publica, em virtude da petulancia dos agitadores. Um pretexto policial derrubou-o. Foi ele a prisão de um

oficial de marinha reformado, ébrio contumaz, seguida de espancamento, por soldados de um posto de policia, escandalo que levou ás ruas, em motins e correrias, grupos de marinheiros, repercutindo na imprensa, consternando e sacudindo a opinião... A regente mostrou-se desfavoravel ao ministerio pelas providencias que tomára, e aceitou-lhe a demissão, consentindo o conselheiro João Alfredo — a 7 de Março de 1888 — em organizar novo gabinete do partido conservador, que se dividia.

E organizou-o, com o proposito de desfechar o golpe da abolição total e sem indenização. O ministro de estrangeiros, Antonio Prado, era a favor da libertação assim, porem com a obrigação de permanecerem os escravos nas fazendas por um prazo de dous anos. Ferreira Viana, ministro da Justiça, mais radical, sugeriu a redação do projeto que prevaleceu, e seria o texto da "lei aurea". Rodrigo Silva, ministro da agricultura, apresentou-o á Camara em 8 de Maio. Abolição imediata e incondicional — prometeu João Alfredo, na sessão legislativa de apresentação do governo; e deste jeito — num vitorioso, irressistivel, tumultuario transcurso, pelas Camaras eletrizadas, o povo a dominar as galerias e os deputados e senadores escravocratas em minoria, constrangidos pelos rumôres hostis, lutando duplamente, com a opressão do publico e as ordens do governo — foi aprovado finalmente, em 13 de Maio.

Equivalia ao golpe de força, até ha pouco considerado absurdo, imprevisto, pelos fazendeiros fluminenses.

Foi quasi instantaneo, deixando perplexas as hostes conservadoras do interior, cuja ultima palavra eleitoral não quisera ouvir a corôa, burlando-as, com aquele ministerio da mesma côr partidaria do anterior...

D. Pedro II, se estivesse no Brasil, não convidaria talvez João Alfredo. Caíndo Cotegipe, chamaria o partido da opposição, e a ele confiaria a dissolução da Camara, num retardamento útil da crise, á procura de alguma solução branda, qual a preconizada pelos velhos representantes conservadores, da indenização razoavel, em beneficio dos donos de escravos...

Não se comprehendia a função attribuida a uma ala conservadora, de romper com as tradições da sua coôrte, destruindo de repente o que o partido, tanto tempo e á custa de tamanhos sacrificios, mantivera de pé...

Representava tambem, em relação aos fazendeiros, um abandono por parte do governo, a "ingratidão" do trono, o repudio dos compromissos politicos, cujas consequencias não podiam deixar de ser mortais, para as instituições embaraçadas na sorte do sistema, que acabava de desaparecer.

Mas os écos das festas amorteceram os estalidos do edificio monárquico, que principiava a desmoronar-se... Teve um remate de apoteose, o drama politico da abolição, preludio da quéda do Imperio.

A repercussão

Como repercutiu nas zonas de trabalho rural a súbita emancipação dos escravos?

No norte, na província do Rio, acertaram os pessimistas: foi a catastrophe. Erraram no sul, principalmente onde a força da cultura cafeeira, afóra a imigração torrencial, dava ao proprietario uma base segura, para agenciar os braços de que necessitasse, e, com o salario, fixar os negros libertos. Operou-se um duplo movimento: a “retirada” das terras pobres, o abandono das plantações decadentes, cujo sistema economico não convidava o trabalhador, ou não podia de-
te-lo; e a corrida ás regiões de melhor remuneração, onde a lavoura nova prometia occupação e prosperidade para todos. Alem disso, o cafeeiro plantado quatro e cinco anos antes, isto é, na epoca da plenitude do trabalho servil, quando se duplicaram as roças, em 1885 e 86, só agora, em 89 e 90, começava a frutificar. Podia assim o fazendeiro recuperar, com uma bôa colheita, o capital desgastado pela abolição, e, com as reservas de uma safra, angariar os colonos (e antigos escravos) com salarios altos. Alem disso, o desvario nas senzalas não durou muito. Os negros agricultores não sabiam senão trabalhar na terra. Sem officio, sem iniciativa, sem direção, o que imaginaram de melhor foi volver ao campo, assalariados nos sitios onde antes lavravam o chão como cativos.

Preliminarmente, espanta-nos ver, na estatística da produção, o leve vestígio que aí a abolição deixou: nem colapso mercantil, nem depressão profunda da lavoura, nem desorganização rural. O café suportou com uma insensibilidade estranha o golpe. Quasi que se crê numa inteligente reforma de regimen agrario praticada antes da abolição, para conjurar-lhe o maleficio. Dir-se-ia que o conselheiro Antonio Prado, libertando os seus escravos antes do governo, déra o exemplo, para que os fazendeiros transformassem a população servil em proletariado rural. Ao mesmo tempo, a colonização estrangeira, encaminhada preferentemente para o porto de Santos e distribuida logo para as fazendas de café, fez circular sangue generoso e novo no organismo débil da economia brasileira. Ainda a excelente cotação do café pagava tudo isso. O governo, na localização dos colonos, tentou remediar o prejuizo causado pela abolição: nesse ato de justiça, porém, aproveitava as terras frias do sul, onde o europeu se aclimou facilmente, repellido, pelo clima, do norte, onde nenhum daqueles factores, auxiliares do proprietario, pudéra atenuar o seu infortunio. O numero de escravos em S. Paulo, em 1888, não passava de 70 mil. A sociedade Promotora de Imigração, entretanto, até 1888 introduzira na provincia 92 mil trabalhadores estrangeiros. Em 1887, entraram em S. Paulo 27 mil italianos; em 1888, 80.749! (481). Nesse ano,

(481) T. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 124.

instalaram-se ali mais colonos do que nos onze anos precedentes. Em 1887, Minas e Rio produzem 3.330.815 sacas de café, e S. Paulo 1.202.681. Em 1889, as duas provincias 2.810.325, e S. Paulo 1.972.691. Em 1890, produzia S. Paulo mais do que ambas, 162 mil sacas. Cinco anos depois, a produção paulista se cifrava em dobro (quêda de 34%, para Minas e Rio; subida de 137%, para S. Paulo) (482).

Nas dobras desse problema — a transformação do sistema de trabalho — se oculta uma dupla ruina: dos velhos cafezais fluminenses (483) e dos engenhos de açúcar do reoncavo da Baía.

Os proprietarios das terras cansadas ou os senhores de engenho, condenados a perde-los em consequencia da instalação das usinas, possuíam grande numero de escravos, fortuna hereditaria, que lhes decorava o fausto patriarcal, e supria as necessidades da *casa-grande*, pelo trabalho gratuito e organizado. De repente, viram-se privados dele, e obrigados a uma alteração completa de habitos, que os desorientava. O estado ruinoso de suas propriedades apoiara-se a dividas consecutivas, contraídas com os seus commissarios e fornecedores. Estalando a crise, trataram os credores de ajustar as contas, e nessa emergencia as dificuldades acumuladas revelaram a penuria que se estendia pelas

(482) Souza Lobo, *op. cit.*, p. 125.

(483) Joaquim de Melo, in *O Café no 2.º Centenario*, I, 414, Rio 1934.

zonas outrora resplandecentes de opulencia, nobreza e atividade. A industria pezada e centralizante, a atração da cidade, a invasão dos costumes suntuarios, a decadencia do açúcar no norte e o esgotamento das terras cafeeiras na provincia do Rio, por fim a extinção da escravatura, destroçaram o velho edificio da fidalguia rural, empobreceram os senhores, crearam, no abatimento de uma classe malograda, o desgosto dos politicos conservadores, indiferentes á sorte das instituições pelo desespero da propria situação de insolvencia, e a febre das especulações, a que se atiraram outros, visando á substituição de valôres, naquela época de radicais transformações.

O governo atendeu ás exigencias dos proprietarios liberalizando-lhes — no ministerio do visconde de Ouro Preto — o credito bancario, com o qual deviam, se possivel, renovar as energias, para pôr em ordem as suas explorações agricolas. O governo procurou, em 1889, disfarçar o mal de 1888, com a reforma do mecanismo financeiro, a proteção direta dos fazendeiros mediante emprestimos hipotecarios, o estimulo das iniciativas industriais, o barateamento do credito agricola, antes inexistente, ou reduzido ás relações entre o fazendeiro e o commissario, ou capitalista, que lhe adiantava o custeio da safra a juros de 12%, e mais 3% de comissão (484).

A QUÉDA DO TRÔNO

A quéda do Imperio teve, como a sua fundação, um sentido evolutivo e pacifico, quasi uma naturalidade, cuja explicação está no conjunto dos fatos.

A monarquia representativa sacrificou á sua doutrina a segurança, á coerência o proprio destino. Não se defendeu; deixou-se arrastar, ao léo dos acontecimentos, até a crise final, que a destruiu. Não formou castas; não estratificou uma classe, intimamente vinculada com a sua existencia, dela dependente; não se apoiou a principios imutaveis, interesses persistentes. Alienou o amparo da aristocracia territorial hereditaria, de sua natureza monarchica, quando aboliu o sistema de morgadios, em 1835. Fugindo á discriminação de uma elite militarista, contraria á indole individualista e á feição rural da vida brasileira, cultivou, no segundo Reinado, o intellectualismo das academias, o livre-exame da imprensa liberal, os principios da Revo-

lução francesa, o dogma da realeza neutral, em face da luta politica, o abandono das questões vitais — com exceção apenas da politica exterior — ás forças dialécticas do parlamento... D. Pedro II encontrou na sua popularidade, na sua autoridade, na influencia pessoal, que incontrastavelmente exerceu, motivo sufficiente para não recrutar, em socorro das instituições, os outros elementos de resistencia que alhures estaqueavam, impunham, defendiam os tronos: foi pacifista, quando as guerras gloriosas prestigiavam os imperios, fixavam os regimens; foi imparcial, quando os soberanos fortaleciam os partidos, que os preservavam da indiferença burguesa pela sorte do Estado; foi tolerante, quando, por toda parte, a repressão do pensamento continha em respeito as energias novas do seculo; sobretudo foi estoico e ceptico, quando de sua ação, jamais de sua inação, haveria de resultar a consolidação de dinastia, a duração da fórmula de governo... Alhures, desprezava-se a autoridade, respeitava-se a lei. Aqui, valia mais aquella do que esta. As virtudes individuais, entretanto, agravaram-se-lhe, como sinais de despreendimento, atonia ou renuncia, com a fadiga do illustre soberano, quarenta e nove anos escravo dos seus deveres de rei, precocemente velho, duplamente enfermo, em razão da vida trabalhosa, e da regularidade meticolosa que a pautava.

Considerou justamente o principe D. Luiz de Orléans e Bragança, na síntese que esreveu sobre o reinado do avô, que o divorcio do Estado e da Igreja,

com a questão religiosa, e o conflito entre o governo e o exercito, com a questão militar, tinham despojado o trono dos seus mais seguros esteios.

Os bispos brasileiros, depois da contenda de 1874, passaram a olhar benevolmente a propaganda anti-monarquica, isto é, contra o impertinente "regalismo", a supremacia do Estado, e os exageros do patronato civil. O exercito, garantia da ordem constituida e liame vivo, a enfeixar a unidade do país, cindira-se naturalmente, a modo da politica partidaria, de um lado as patentes antigas, os homens do passado, conservadores por inclinação, por educação, por experiencia, do outro lado a juventude, inquiéta e decepcionada, querendo prontas e belas reformas.

A questão militar teve de começo o apoio de toda a classe, generais e tenentes, pelo espirito corporativo, ofendido nos equivocos de uma "humilhação", a ela imposta pelos homens de paletó, pelas "becas" (485). Mas no fim, foi a mocidade militar que vibrou o golpe, de que resultou a Republica, necessitando, para tanto, modificar os estatutos do "Club Militar", a fim de ingressarem nele os officiais do primeiro posto, atribuir a direção espiritual do movimento ao professor da Es-

(485) «... No intuito de unir a classe, para a defesa dos nossos interesses comuns e prepararmo-nos para a luta que tere-mos de sustentar contra as becas». (Carta do tenente coronel Sena Madureira, in Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a Republica*, p. 81, Rio 1936).

cola Militar, Benjamin Constant, alimentando, na caserna, a propaganda filosofica, dos bancos colegiais...

Nem o clero, porém, nem o exercito, decidiriam em 1889, em condições tão superficiais, a transformação politica, se não a preparasse, desde 1860, a profunda alteração de mentalidade, no campo e na capital, na fazenda e nas ruas, na côrte e na provincia.

Com a atração exercida pela cidade sobre o campo, a burguesia enobrecida pelo engenho de açúcar e pela fazenda de café perdeu depressa as suas características historicas. Surgiram o empregado publico, o bacharel, o negociante, o homem politico sequioso de idéas deslumbrantes, o povo urbano, resultado de um duplo movimento, em sentido inverso: a aristocracia rural, que degenerára, e a escravatura, que recuperára, na liberdade, o direito de valer. A' frente desse povo, que não era mais o *super*-povo dos senhores escravocratas, nem o *sub*-povo, dos servos emudecidos pelo cativoiro, ondulavam os estandartes da juventude das Faculdades, da elite de literatos e jornalistas, dos renovadores mentais. Aquilo acontecia na época da introdução de capitais estrangeiros, da construção das fabricas, do prurido industrial, da criação dos bancos, da prosperidade do commercio, do desaparecimento das velhas travas, do preconceito colonial contra os negocios, do orgulho que havia em morar-se na fazenda, da "lei de nobreza" que induzia a uma indolencia digna. A riqueza supre as condições de nascimento, de herança territorial, de titulos e serviços publicos; os comerciantes viscondes, os

capitalistas barões, os fazendeiros comendadores, formam uma aristocracia flutuante, indecisa, materialista, sem nitidos compromissos com o regimen, que desfrutava. A não hereditariedade das honras cindia, nas familias, o espirito de fidelidade á corôa. Tornou-se comum a divisão das familias, por gerações: os adolescentes, estudantes radicais, republicanos; a madureza, conservadora, mas acompanhando as oscilações doutrinarias dos partidos politicos; a velhice, tradicionalista, emperrada, retrograda. O imperador fôra o primeiro a desencorajar o palacianismo, como expressão habitual de adesão ao trono: acessível a todos os subditos, pela justiça que lhes fazia, sem respeito a privilegios, e pela modestia costumeira de sua vida sem esplendor, dava-lhes antes a impressão de ser um magistrado sério, não um principe combatido por tenazes adversarios. Soberrano sem cortesãos, rei sem camarilha, homem sem roda, enquanto vivesse sustentaria a dignidade da monarchia na veneração imposta pelas suas qualidades pessoais. Morto ele, porém, parecia improvavel o terceiro Reinado... O exercito, revoltando-se, consumou o imprevisto: a republica, em vida de D. Pedro II (486).

A princesa D. Isabel fôra finamente educada. Presidira-lhe aos estudos a condessa de Barral, inteligente senhora, pelo casamento ligada á nobreza de França e

(486) Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a Republica*, p. 75.

capaz de rivalizar, pela sua instrução preciosa, com as celebres mulheres do seu tempo. Mas D. Isabel era, antes de tudo, a condessa d'Eu.

O príncipe consorte, em qualquer país da Europa, ilustraria o nome, a par dos seus parentes, tanto homens de guerra como de Estado, de pensamento e de ação. Neto de Luiz Felipe, formára no ostracismo dos Orléans o espirito equilibrado, lúcido e prudente. Casando-se com a herdeira do Brasil, renunciou á patria de origem e fez-se brasileiro, entre os que melhor o provaram. Todo o seu anheló, logo após o matrimonio, foi participar da guerra do Paraguai, então nas suas fases mais dramaticas. D. Pedro II afastou-o, quanto poudé, desse idéal, temendo a rivalidade dos generais brasileiros preteridos (487), senão a inexperiencia do genro, apesar de sua honrosa passagem pelo exercito espanhol em Africa. Afinal, em 1869, resignando Caxias a direção das nossas armas após a tomada de Assunção, quis que o conde d'Eu assumisse o comando do exercito imperial na campanha das Cordilheiras. Louvôres unanimes obteve, no prosseguimento dessa guerra áspera, e no seu epilogo. Voltou de lá reputado verdadeiro, brilhante general. Era francês, entretanto, num ambiente infestado de jacobinismo, atavicamente intolerante; e tinha de arcar, indefeso, condenado á discreção em que deve viver o príncipe

(487) Alberto Rangel, *O Conde d'Eu*, p. 134.

consorte, os ataques rudes dos inimigos da corôa, que o acusaram dos mais bizarros defeitos. A religiosidade da princesa, os seus habitos simples, a sua politica de neutralidade, trepidante naturalmente de sentimentalismo feminino a proposito das causas populares, o seu proprio coração de mulher, enfim, constituíam outros motivos da desconfiança das facções e da irritação republicana. Em breve, o terceiro Reinado seria um fantasma, a ameaça, a temível expectativa. Para conjurá-lo, tão depressa se articulou a coligação de todos os descontentamentos, em marcha franca para a insurreição militar e a republica.

O desapêgo dos conservadores agrava-se, generaliza-se com a abolição. Eles arriscam tudo, na luta contra a expropriação em massa do seu capital de braços. Perdem a cartada e vingam-se, abandonando o governo, que os abandonára. No mesmo ano da abolição o conselheiro Paulino assegurava aos comprovincianos do Rio de Janeiro que, por ora, não seriam privados dos seus escravos. A "montanha negra" esboçando-se (na frase de Rui Barbosa), deixava aberto o valo, que do Imperio separou os proprietarios. Vítimas da legislação, desamparados pelo seu natural aliado, o trono, amargaram a derrota alijando a fé. Empobrecidos, voltaram-se para nóvas esperanças. Preferiram aderir á revolução, que transtornava tudo, a aquietarem-se, conformados com o fracasso. A abolição foi feita por uma ala do partido conservador. Logo, porém, o poder passou para os liberaes. Duplo insuccesso

feria o partido da tradição: mutilara-se, lançando a confusão nos próprios arraiais, com a emancipação do elemento servil, e abatera-se, encolhendo, na opposição, os seus ultimos recursos de combate. Quanto tempo governariam os liberais, pujantes pelo reflorescimento economica, de 1889, que se seguira á breve síncope da lavoura, em 1888? Silveira Martins fôra presidir o Rio Grande do Sul com o sabido proposito de lá preparar — na provincia menos monarquica do Brasil — o advento calmo do terceiro Reinado. O visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho, levára para o governo um complexo, magnifico programa de reformas. O seu melhor capitulo era o resgate de todo o papel moeda existente (488), dando em resultado a animação febril dos negocios, a que se seguiu a abertura do episodio sugestivo do “ensilhamento”, que teria, no primeiro periodo de republica, o aspécto tragico, de uma vertigem coletiva.

Por isso, desenganados quanto a uma reconquista proxima das posições, os conservadores não receram a mudança das instituições; deram-lhe até, nas hesitações do primeiro instante, um apoio geral, ostensivo, acintoso, que envolvia, nas dobras de uma desforra, o protesto dos esbulhados de 13 de Maio...

E os liberais? Tambem se tinham cindido duas vezes: na formação do gabinete de Ouro Preto e na

(488) Tobias Monteiro, *O Presidente Campos Sales*, p. X, Rio 1928.

discriminação doutrinaria do congresso do partido, reunido em S. Paulo, em Maio de 89. Os sintomas da decomposição partidaria estavam na fragmentação, por grupos, das duas historicas facções, embora ainda não valesse muito a terceira, a republicana, de base eleitoral circunscrita ao Rio Grande, a S. Paulo, a Minas Gerais e á côrte.

Rui Barbosa e Joaquim Nabuco eram pela federação. Saraiva e Dantas retraíam-se, descrentes. Logo, Rui Barbosa se deixára atraír pela campanha violenta que os republicanos moviam contra o governo, e se achou, por força das circunstancias, na linha de frente, ao ultimar-se a conspiração que destruiu o Imperio. Debalde apelára Ouro Preto para a concentração monarchica, a união dos partidos, uma liga contra os republicanos. Mais forte do que a sua dedicação á monarchia, era a profunda divergencia dos homens, insuperavel, preliminarmente, em razão dos costumes eleitorais, com a Camara unanime, as “derrubadas” municipais, perseguições e conflitos, daí oriundos...

— Assim, pelo vasto sertão, o ruido produzido pela quéda do trôno tanto se assemelhou ao barulho provocado por uma mudança de ministerio. Caíam liberais, subiam conservadores. Os de baixo voltavam á tona, naufragavam os contrarios. Nessa mecânica velha estava a surpresa das transições: atenuou, diluiu o choque da definitiva alteração. Tanto assim que, muito tempo, até o segundo governo da republica, conservadores e liberais se guerrearam, uns ao lado de Deo-

doro, antigo general do partido, outros em torno de Floriano, também veterano nas hostes opostas... E sobreexistiram as prevenções, duraram os dissentimentos, não perderam, nos municípios sertanejos, a significação primitiva, e, sem embargo do rótulo, da indole dos novos fatos, de tudo o que a federação inovou, ficaram, apartando os grêmios — liberais, conservadores...

A REPUBLICA

A Proclamação da Republica ocorreu em 1889, ainda em vida de D. Pedro II, como desfecho da “questão militar”.

Esta foi a causa accidental, súbita, da mudança das instituições antes do falecimento do velho imperador. Acreditava-se no advento do regimen republicano: porém ao passar a corôa de pai a filha, quando, desaparecido o monarca respeitado, a sucessão despertasse em todo o Imperio as desconfianças habilmente cultivadas pela propaganda da Republica, pela maçonaria, pelo jacobinismo, por quantas forças dividiam o descontentamento das elites intellectuais, e da lavoura. Em 1888 os sintomas dessa desagregação eram tão visíveis, que diria Joaquim Nabuco, já se precisava de coragem para ser monarquista... Assistindo á tumultuária sessão do parlamento em que se apresentou o gabinete Ouro Preto, o bispo do Pará vaticinaria para

breve a revolução. Constatou que o conselheiro Saraiva disséra francamente a D. Pedro II, que tinha ele de preparar a evolução para a republica, com as menores perturbações possíveis. — E minha filha? teria exclamado o soberano. — E' muito catolica e se resignará, respondera o chefe liberal (489). O proprio conselheiro Dantas — tambem se disse — não cria mais na galvanização do trôno, por um processo de fortalecimento espontaneo. Depois da abolição, a campanha democratica tornára-se decisivamente subversiva, com os discursos de Silva Jardim. Esse jovem tribuno saíra pelas cidades do interior, a conclamar a necessidade de, por qualquer meio, derrubar-se a corôa. O partido republicano, composto de cidadãos ordeiros e ilustres, não o acompanhou na aventura. Mas o agitador tornou em pouco tempo popular, nos centros de estudantes, na caserna, nas ruas, a idéa de uma insurreição purificadora. Prendeu-se ás ressonancias dessa palavra a resolução de alguns militares, de contribuir com o apoio do exercito para apressar o fim do regimen.

As classes armadas alimentavam, desde 1883, um desgosto insopitavel e veemente. Descontentamento doutrinario, dos alunos da Escola de Guerra, imbuídos do positivismo de Augusto Comte, que os convencera das vantagens da ditadura, que coíbisse o parlamenta-

(489) Campos Sales, *Da Propaganda á Presidencia*, p. 40, S. Paulo 1908.

rismo desacreditado, a falseada e mole democracia; decepção dos temperamentos empreendedores, em face da mediocridade das fileiras em tempo de paz, com o acesso aos postos superiores dificultado pela angustia dos quadros, os oficiais “marcando passo”, na rotina de um exercito pacifista, e queixoso do abandono do governo; indignação pelo auxilio que lhe pedia este, para manter a ordem, enquanto lhe exigia um silencio perpetuo; solidariedade com os companheiros, vitimas de penalidades regulamentares, por não obedecerem á disciplina calando-se, quando consideravam injuriosas certas referencias dos parlamentares ou dos ministros civis; consciencia e espirito de corporação, dando a todos a certeza de que, num belo dia, poderiam tomar de assalto o poder, e “regenerar“ a politica...

Assim acontecera em 1831. O “grande mudo” inquietava-se; e, todos os anos, a Escola Militar fornecia aos quartéis uma turma de alferes positivistas, fascinados pelas teorias de Benjamin Constant, seu amado mestre, já ardoroso comtista em 1875 (490). Para eles, a republica se tornou um ideal, um objéto, uma esperança.

A crise aberta com a punição dos militares que, pela imprensa, se declaravam abolicionistas, desenvolveu-se num ambiente de interessés inconciliaveis. De um lado, o governo civil, habituado á indole legalista

(490) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 215.

do regimen, á immobildade das forças armadas, e á sua silenciosa obediencia, estranhava com altivez aquella intranquillidade; do outro lado, era o exercito que começava a detestar, em vozes altas, os “casacas”, os homens de chapéo de pêlo, os politicos, que considerava provocadores... Assumem a chefia dos descontentes um general filiado ao partido conservador, Deodoro da Fonseca, e um general do partido liberal, o senador visconde de Pelotas, ambos populares pelo heroismo que os distinguira na guerra do Paraguai e pela sua fidelidade ao espirito marcial. Os republicanos aproveitaram-se dos incidentes sobrevindos para mais separarem, os militares do trono. O manifesto de Deodoro e Pelotas, em desagravo deles, foi redigido por Quintino Bocaiuva, cabeça do partido e o mais velho jornalista da causa republicana... (401). Sentiam que, sem a agravação do dissidio, cada vez mais profundo, entre o governo e o exercito, as instituições permaneceriam firmes, á espera de algum fortuito acontecimento... Souberam explora-lo, com a perseverança de um programma, a tenacidade de um plano maduro: graças a essa intervenção, mais cedo do que se pensava estalou o golpe de Estado.

A primeira fase da “questão militar” acabou com a aceitação pelo parlamento da moção de Silveira Martins, para que espontaneamente cancelasse o governo

(491) Suetonio, *Biografia de Quintino Bocaiuva*, p. 18, Rio 1900.

as penalidades disciplinares (492). Um simples incidente policial motivou — porque assim quis a princesa regente — a queda do gabinete Cotegeipe. O ministerio João Alfredo primou pela habilidade e brandura, em contraste com a sêca severidade do gabinete anterior. Fazendo a abolição, deu immediato triumpho aos idealistas do exercito; e promovendo a ida, para o Mato Grosso, de um contingente militar, afim de guarnecer ou observar a fronteira, ameaçada pela pendencia de limites entre a Bolivia e o Paraguai, afastou temporariamente o marechal Deodoro, comandante da expedição, e alguns officiaes irrequiétos. O visconde de Ouro Preto, que lhe succedeu, não tinha a mesma politica de panos quentes. O ministerio liberal, assumindo a responsabilidade do governo em circumstancias graves, de aliança, contra as instituições, de conservadores e republicanos, de fracasso economico, da lavoura atingida na sua vitalidade pela abolição, de transição da indiferença do Estado pelos problemas da prosperidade particular para a franca interferencia, mediante o amparo dirêto da agricultura e o fomento industrial, numa época de total reforma do aparelho administrativo — não quisera fugir á questão da disciplina e da ordem. Ouro Preto confiára as pastas da guerra e da marinha a dous distintos militares, o general visconde de Maracajú e o barão de Ladario. Encarecera-lhes a necessidade de agir com justiça e austeridade, dispersando, com

(492) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, p. 160.

a transferencia para as provincias longinquoas, os elementos suspeitos ao trôno; e tratára de reorganizar a força publica, na côrte e em Niteroi, e a guarda nacional. O regresso de Deodoro, entretanto, e o seu desagrado, por não ter comissão, nem homenagens do ministerio apelidado de "reacionario", avivou a conspiração, abafada desde 1887, porém persistente, como uma "atitude" da mocidade militar, nas guarnições do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. O visconde de Pelotas diria que uma quinta parte do exercito se empenhára nesse movimento: constituia, em torno de Benjamin Constant, um estado-maior de officiaes nòvos e ativos, que contavam com a complacencia ou a inação dos chefes. A conjura irradiou, de Porto Alegre para a côrte, (sendo mensageiro o capitão Antonio Adolfo Mena Barreto), da Escola Militar para a segunda brigada, aquartelada em S. Christovão; e da caserna para o Club Militar, onde preponderaram os officiaes jóvens em consequencia de uma reforma dos estatutos, que lhes permitiu o ingresso em massa. Feitas essas ligações, restaria elegeo o comandante da revolução. Conseguiram convencer o marechal Deodoro. O partido republicano paulista estabeleceu contacto com os conspiradores. Na noite de 9 de Novembro de 89, enquanto, na ilha Fiscal, o governo oferecia á esquadra chilena, surta no porto, e á sociedade, um baile magnifico, de 5 mil convivas, no Club Militar, por proposta do capitão José Bevilaqua, a officialidade confiava a Benjamin poderes absolutos para solucionar o problema, acom-

panhando-o, se preciso, até á morte. Tudo se passou velozmente, sem perda de tempo, mal apercebido o ministerio de que algo se tramava... A 12 de Outubro avistára-se pela primeira vez o capitão Mena Barreto com Deodoro. Em 11 de Novembro, na casa deste, reuniam-se Quintino, Francisco Glicerio, delegado dos republicanos de S. Paulo, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Benjamin Constant e o major Solon Ribeiro. Essa reunião, na qual se entendiam militares e politicos, esboçando a coligação de forças partidarias de que resultaria a Republica — definiu a situação. Deodoro aceitou a lista apresentada, para a organização do ministerio revolucionario. Metia-se, assim, na direção do movimento armado, e não lhe recusava a consequencia prevista e natural, que era a mudança do regimen.

Ouro Preto, vigilante e energico, confiava na maioria da guarnição e na armada, que não tinha republicanos ostensivos. O ajudante general do exercito, Floriano Peixoto, seu amigo, tranquilizara-o, afirmando, com sobranceira serenidade, que nada havia a temer. No dia 13 conferenciaram Deodoro e Floriano. Este não prometeu apoio, nem ameaçou a projetada revolução. Limitou-se a objectar, que podia o conflito ser resolvido por outra fórma, sem a insurreição da tropa (493). Ao governo, disse que confiasse, e nada sucederia... Solidario com, a sua classe, tendo em 1887 a idéa de que o país necessitava de uma ditadura

(493) Evaristo de Moraes, *Da Monarquia á Republica*, p. 138.

militar, temperamento frio e espirito calculista, Floriano preferia esperar os fatos. Talvez já o animasse a intuição de que, ao sabor da corrente, seria mais tarde chamado a representar papel decisivo e famoso na reorganização nacional... No dia 14, Solon Ribeiro saiu ás ruas, espalhando a noticia de terem sido presos Deodoro e Benjamin, e ordenado o embarque, para o Amazonas, de dous batalhões. A falsa noticia destinava-se a tornar inevitavel o levante, marcado para a madrugada de 15. Realmente, nessa ante-manhã montou Deodoro a cavalo. A segunda brigada desceu para o Campo de Sant'Ana, com os canhões, á frente Deodoro, Benjamin e Quintino. O ministério concentrou-se no Quartel General. Debalde Ouro Preto ordenou que a primeira brigada, ali agazalhada, oferecesse combate, e tentasse dispersar os amotinados. Assestada a artilharia contra o Quartel General, e recusando-se Floriano a chefiar a reação violenta, por não derramar inutilmente sangue brasileiro, Deodoro foi ter com Ouro Preto. O presidente do Conselho recebeu-o com indignação, tratou-o com dureza, e revestiu de dignidade e altivez impressionantes o ato de resignar-se ao imperio das circunstancias. Chamado urgentemente, descera de Petropolis D. Pedro II. No Paço da Cidade, informado dos acontecimentos quando estes já aparentavam uma fisionomia irreparavel, pensou resolver politicamente a questão, chamando para a formação do novo governo, em substituição de Ouro Preto, Silveira Martins ou o

senador Saraiva. Era tarde. Deposto o gabinete pelas armas, a vitória estava com os exaltados, e ficaria com eles, se não se decidisse o imperador a apelar para as ultimas forças que lhe restavam. Não poderia faze-lo D. Pedro II, na sua indole pacifica e liberal, no seu horror á violencia, no estoicismo de suas idéas tolerantes. O povo não se manifestára ainda; as provincias ignoravam o que ocorria na côrte; a marinha mantinha-se afastada dos acontecimentos; e os dirigentes da revolução, nos embaraços da primeira hora, hesitavam, retardavam-se e discutiam. Qualquer reacção oposta encontraria imprevistas ressonancias, fairs a debilidade do partido republicano, a paz publica existente por toda parte, a despreocupaçãõ, quanto á fórmula de governo, das classes populares, no norte e no sul do imperio. Mas o imperador cruzou os braços. O nome de Silveira Martins irritou profundamente a Deodoro, seu desafeto pessoal. As tropas desfilaram pela rua do Ouvidor. Solon, Quintino e José do Patrocínio apresentaram a conclusãõ do episodio. Aos gritos de — viva a republica — respondeu Quintino que já estava ella proclamada, e Deodoro era o ditador. Correu Patrocínio á Camara Municipal, da qual fazia parte, e ali, ás 3 da tarde, proclamou a republica. Foi içado, o estandarte do club de Lopes Trovão... Organizado o governo provisório, sómente no dia immediato deu elle conhecimento de quanto se passára ao imperador, intimando-o

a deixar o Brasil com toda a sua familia. Pelo mesmo tempo, prevenidas as provincias da incruenta quéda da monarchia, aderiram sem maiores sobressaltos. Normalizou-se de pronto a vida do país.

Amanheceu o Brasil imperio, anoiteceu republica. As dificuldades vencidas num dia acumular-se-iam, em fórma de uma crise constante, no decênio do regimen presidencial, que se inaugurava, e o sangue, poupado em 15 de Novembro, seria prodigalizado em 1893.

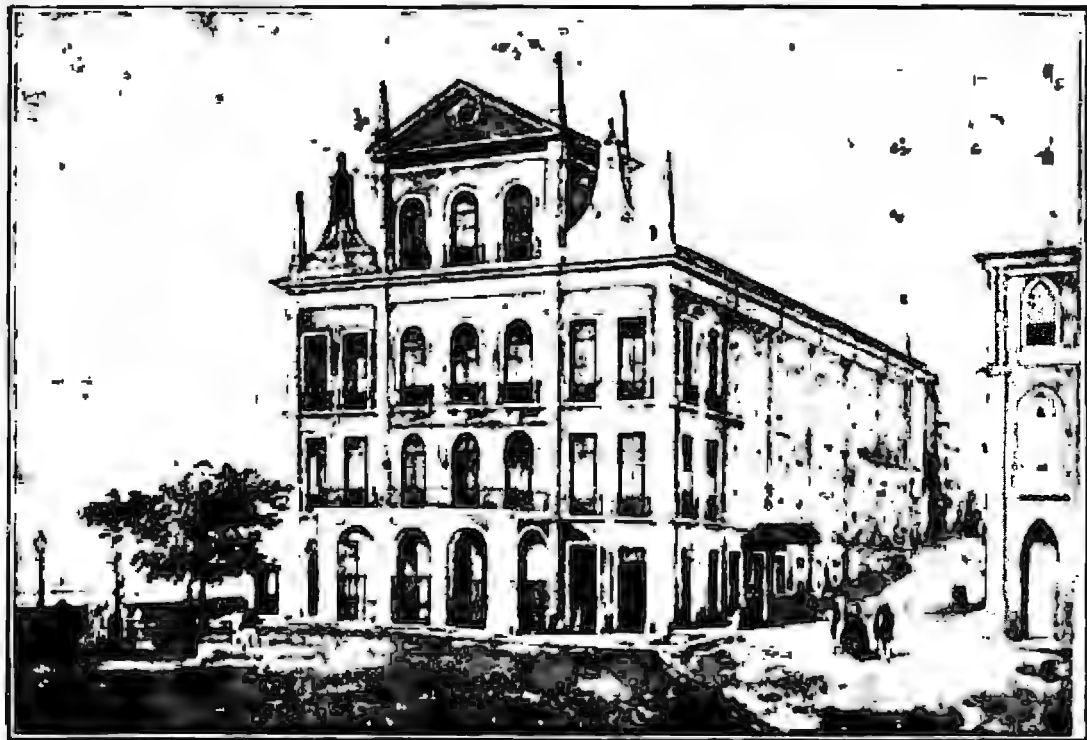
Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Grafica da «Revista dos Tribunais», á Rua Xavier de Toledo, 72, São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 118, em julho de 1937.



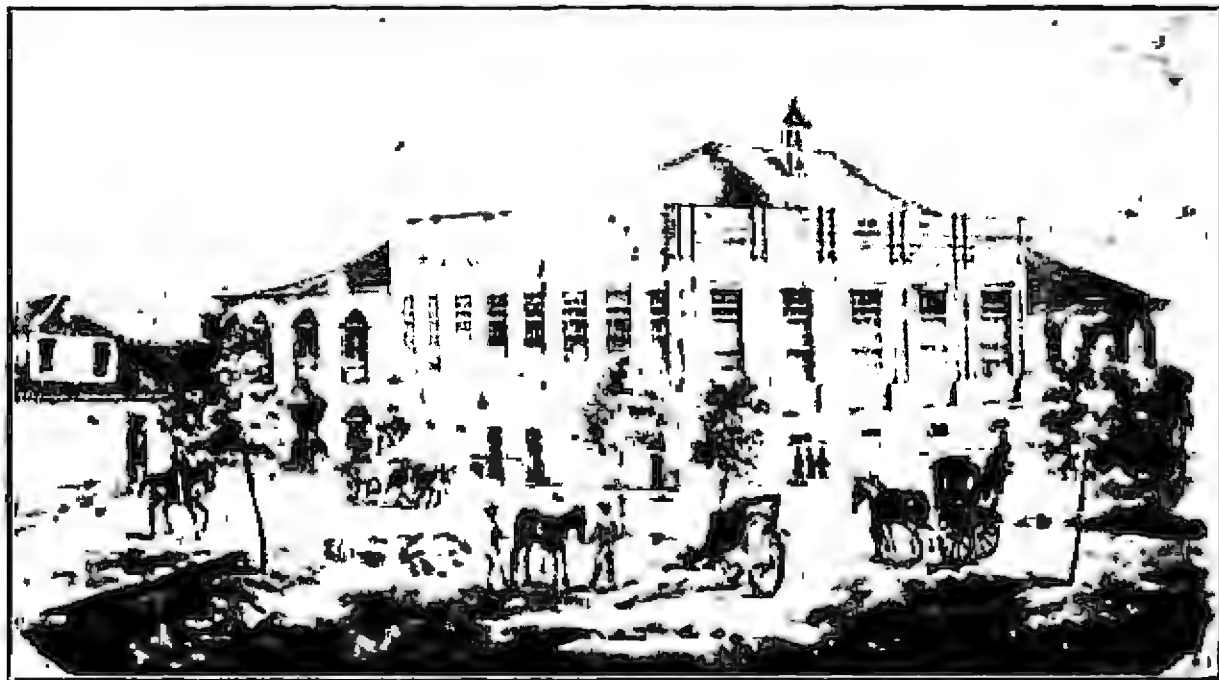
D. Pedro II, Imperador do Brasil em 1840.



O rei sábio. D. Pedro II em 1889. Período
final da Império.



Teatro de S. João. Primeira, e uma das grandes casas de espetaculo do velho Brasil (1812-1923).



O palácio do rondo dos Arcos, edificio do Senado do Imperio, em 1826



O Rio de Janeiro de 1860. Praça da Aclamação, anterior ao ajardinamento (Fotografia).



O Casino Fluminense e a Biblioteca Publica. Trecho do Rio de Janeiro, em 1860.



Esplendor da civilização do café. Fazenda fluminense de 1860. O sobrado, a capela e as senzalas.



O largo da Rocão em 1902 (Fotografia)